



# História:

Diálogos da realidade e percursos de debate

Diogo Luiz Lima Augusto  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
Organizadores



2021





# História:

Diálogos da realidade e percursos de debate

Diogo Luiz Lima Augusto  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
Organizadores



2021



2021 by Editora e-Publicar  
Copyright © Editora e-Publicar  
Copyright do Texto © 2021 Os autores  
Copyright da Edição © 2021 Editora e-Publicar  
Direitos para esta edição cedidos  
à Editora e-Publicar pelos autores

**Editora Chefe**  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
**Editor**  
Roger Goulart Mello  
**Diagramação**  
Roger Goulart Mello  
**Projeto gráfico e Edição de Arte**  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
**Revisão**  
Os autores

## **HISTÓRIA: DIÁLOGOS DA REALIDADE E PERCURSOS DE DEBATE , VOL. 1**

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

### **Conselho Editorial**

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense  
Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia  
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina  
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes  
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco  
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará  
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense  
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz  
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA  
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas



2021

---

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas  
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará  
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes  
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo  
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes  
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará  
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista  
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [livro eletrônico] : diálogos da realidade e percursos de debate: volume 1 / Organizadores Diogo Luiz Lima Augusto, Patrícia Gonçalves de Freitas. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89950-60-8

1. História. 2. Historiografia. I. Augusto, Diogo Luiz Lima. II. Freitas, Patrícia Gonçalves de.  
CDD 907.2

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Editora e-Publicar**  
Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
contato@editorapublicar.com.br  
www.editorapublicar.com.br



2021

## Apresentação

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar apresenta a obra intitulada "História: Diálogos da realidade e percursos de debate, Volume 1". Este livro é composto por 20 capítulos de estudos e experiências de engajados pesquisadores que contribuem em discutir a História, cultura, realidade e sociedade em suas mais variadas dimensões.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Patrícia Gonçalves de Freitas  
Roger Goulart Mello

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 .....	10
OS DESAFIOS DOS PEDAGOGOS E PROFESSORES PARA APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NO PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ.....	10
	Analice Ribeiro Cardoso Joberto da Silva Pessanha Junior Amaro Sebastião de Souza Quintino Jackeline Barcelos Corrêa Ellen de Azeredo Oliveira Fabielle Fernandes de Almeida
CAPÍTULO 2 .....	25
IMAGENS DA REVOLUÇÃO CUBANA EM UM LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA ...	25
	Andréa Mazurok Schactae
CAPÍTULO 3 .....	38
MENTES NEGRAS: UM BREVE DEBATE ACERCA DA AUTOCONSCIÊNCIA DO POVO NEGRO .....	38
	Dandara Abreu Guimarães
CAPÍTULO 4 .....	46
FANATISMO POLÍTICO BRASILEIRO EM MEIO A PANDEMIA COVID-19 .....	46
	Flávia Délia de Souza Queiroz
CAPÍTULO 5 .....	54
A REFLEXÃO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS REALISTAS NA CONTEMPORANEIDADE POR INTERMÉDIO DA INVASÃO DO IRAQUE EM 2003 .	54
	Leonardo Luiz Silveira da Silva Bruno de Araújo Rangel Ramon Moreira Gonçalves Finelli
CAPÍTULO 6 .....	68
O LUGAR DE FALA DO (A) PESQUISADOR (A) E DO (A) RELIGIOSO (A) AFRO-BRASILEIRO (A).....	68
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202119346608</b>	<b>Marcelo Mendes Chaves</b>
CAPÍTULO 7 .....	79
O LUGAR DA HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT: O CASO DO IFAM/CAMPUS EIRUNEPÉ.....	79
	Paulo de Oliveira Nascimento
CAPÍTULO 8 .....	89
FUNÇÃO SOCIAL DAS INTERNAÇÕES INVOLUNTÁRIAS E COMPULSÓRIAS: DO MODELO MANICOMIAL A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL .....	89
	Pedro Augusto de Castro Simbera Helena Raia Bottura Sthefanny Meira Moreira Heloisa Aparecida de Souza

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	108
TRABALHO E VIDA DO OPERARIADO BRASILEIRO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX .....	108
	Rodrigo Janoni Carvalho
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	116
O PROCESSO DE ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL E AS MUDANÇAS NO EIXO ECONÔMICO .....	116
	Wlisses Cavalcante Santos
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	124
INCERTEZA, EUFORIA E A RECESSÃO ECONÔMICA: OS 13 ANOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICO DO PT.....	124
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.b20216870370</b>	Marcelo Balotti Monteiro Fernando Henrique Taques
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	143
AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEBS E SUA PRESENÇA EVANGELIZADORA NA AMAZÔNIA: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS .....	143
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202168811608</b>	Mauro Sérgio Soares Rabelo Katsumi Letra Sanada Jackson Corrêa da Silva Carlos Alberto Livingston Maria José dos Santos
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	163
A CONTRARREFORMA TRABALHISTA E AS RELAÇÕES SOCIAIS GENERIFICADAS E RACIALIZADAS NO BRASIL .....	163
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202168912608</b>	Rayane Noronha Oliveira
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	180
A REFORMA PSIQUIÁTRICA NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE BAURU (1987).....	180
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202169013608</b>	Roger Marcelo Martins Gomes Mariane Terada Bertuzzo
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	196
FORMAÇÃO TÉCNICO-INDUSTRIAL E MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA: RELATOS DE ESTUDANTES DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA BAHIA, NA DÉCADA DE 1970.....	196
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202169114608</b>	Sonia Maria de Souza Brito Iole Macedo Vanin
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	207
ESTUDOS SOBRE A MEMÓRIA ORGANIZACIONAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	207
<b>DOI: 10.47402/ed.ep.c202169215608</b>	Tatiane Peres Zawaski Patrícia Kayser Vargas Mangan

**CAPÍTULO 17** ..... 220  
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: DIREITOS HUMANOS E SUAS  
IMPLICAÇÕES ..... 220

**DOI: 10.47402/ed.ep.c202169316608**

Fábio José de Souza  
Marcelo Carulo Cabral Mendonça  
Sabrina Batista Hama  
Thatiane Gabrielle Bôscoa

**CAPÍTULO 18** ..... 229  
DESENHANDO O FUTURO: A CONTRIBUIÇÃO DOS MAPAS DA IOCS/IFOCs PARA  
A DEFINIÇÃO DOS USOS DO ESPAÇO NA REGIÃO NORDESTE (1910-1922) ..... 229

**DOI: 10.47402/ed.ep.c202169417608**

Désio Silva  
Yuri Simonini  
Adielson Silva

**CAPÍTULO 19** ..... 245  
ÒŞUN: UMA OUTRA REVELAÇÃO EPISTEMOLÓGICA EM JOGO DIVINIZATÓRIO  
..... 245

Oswaldo César Fernandes Copque  
Maria Raidalva Nery Barreto

**CAPÍTULO 20** ..... 257  
EDUCAÇÃO PARA RESISTÊNCIA: COMBATE CRÍTICO AO RACISMO NA INFÂNCIA  
COM O LIVRO DIDÁTICO\* ..... 257

**DOI: 10.47402/ed.ep.c202169518608**

Dulcinéia Alves Teixeira Ferrari  
Keyla Andrea Santiago Oliveira





# CAPÍTULO 1

## OS DESAFIOS DOS PEDAGOGOS E PROFESSORES PARA APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NO PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ

**Analice Ribeiro Cardoso**, Especialista em História Contemporânea, UNIFLU. Professora da SEEDUC

**Joberto da Silva Pessanha Junior**, Licenciando em Pedagogia, UENF. Professor Doc I da Prefeitura Municipal de São João da Barra e Professor Doc II do Centro Educacional Pequena Isa

**Amaro Sebastião de Souza Quintino**, Mestrando em Cognição e Linguagem, UENF/RJ - Tutor do CEDERJ

**Jackeline Barcelos Corrêa**, Doutoranda em Cognição e Linguagem, UENF/R, professora da SEEDUC

**Ellen de Azeredo Oliveira**, Licencianda em Matemática, UNICSUL. Assistente Administrativo do Polo UNICSUL Campos dos Goytacazes

**Fabielle Fernandes de Almeida**, Especialização em Neuropsicopedagogia, FAVENI, Tutora presencial CEDERJ

### RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade refletir e discutir a concepção por parte da equipe pedagógica e dos docentes, no que diz respeito ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tendo em vista, a Lei nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, que o torna obrigatório em todas as escolas, como forma de reparar as injustiças feitas a população negra desde o período colonial. A pesquisa se justifica porque o município de São João da Barra/RJ possui um fator positivo na aplicabilidade da referida lei, por ser um local onde se tem a manutenção de Patrimônios do Período Colonial. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa documental foi aprofundada sobre a utilização da mão de obra escrava negra no Brasil, tendo como enfoque a Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro e a pesquisa bibliográfica orientada pelos estudos do Gil (2012). Como aporte teórico baseou-se nos estudos do Fernandes (2005), Costa e Dutra (2009), Souza, Jesus e Cruz (2012) entre outros autores que versam sobre a temática. Os dados indicam que o município possui um rico patrimônio cultural sendo um facilitador no processo de aprendizagem do corpo discente desde as séries iniciais, onde a criança está formando suas primeiras ideias e assim acaba contribuindo para romper de fato com o racismo que se arrasta ao longo de toda história brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, Cultura Afro-Brasileira, Africana, Educação, Formação Crítica.

### INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XVI, o número de trabalhadores escravos africanos superou o de indígenas como mão-de-obra escrava explorada nas áreas produtoras de açúcar.

Os escravos negros eram explorados de todas as formas desde que desembarcavam dos navios negreiros e vendidos pelos traficantes, ou desde que nasciam, estendendo-se até a morte.

Como forma de reparar os erros do passado e promover a valorização da cultura negra, considerada como formadora da identidade brasileira, o governo do Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em março de 2003 a Lei nº 10.639/03-MEC (Ministério da Educação e Cultura), que altera a Lei de Diretrizes e Bases - LDB e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A Lei nº 10.639/03 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da identidade social brasileira compreendendo a sua importância.

Este presente trabalho tem por objetivo demonstrar a possibilidade da aplicabilidade da lei 10.639/03 nas escolas municipais do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental na cidade de São João da Barra, não só em datas comemorativas. Compreendendo que o município apresenta relevantes características e espaços educativos que fazem menção ao período colonial, em que o negro teve um papel primordial para formação da identidade brasileira e mesmo assim foi menosprezado pela historiografia brasileira, sofrendo as consequências até os dias atuais.

O aporte metodológico utilizado para a realização desse trabalho se baseia na pesquisa documental, aprofundada sobre a utilização da mão de obra escrava negra no Brasil tendo com o enfoque a Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro e o papel do negro para construção da identidade brasileira e a necessidade da aplicação da Lei nº 10.639/03 nas salas de aulas, como forma de reparar os danos causados a população negra no Brasil.

Esse trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira parte foi feita uma revisão bibliográfica da introdução da mão-de-obra escrava negra no Brasil e na região Norte Fluminense, especificamente onde hoje se localiza o município de São João da Barra. Território que recebeu um grande número de negros e ainda mantém traços dessa escravidão lesiva para sociedade negra.

Na segunda parte o estudo foi voltado para compreensão da Lei 10.639/09 que torna obrigatório o ensino da História da África e Africanos para Educação Básica, e os seus desafios para inclusão no currículo e formação dos profissionais, assim como a aplicabilidade desta lei no município de São João da Barra, tendo em vista todo o legado herdado do período colonial em que é possível de forma lúdica, recontar a história e evidenciar o papel do negro em nossa

sociedade, possibilitando assim um lugar de fala a esta população que até hoje sofre as consequências da escravidão.

No entanto, os principais desafios dos pedagogos e professores para a aplicabilidade da Lei 10. 639/03, no primeiro segmento do Ensino Fundamental de São João da Barra/RJ, é estabelecer a promoção de políticas públicas que garantam uma formação continuada para os professores, fundamentada no trabalho colaborativo, a partir da valorização dos profissionais da educação, uma vez que, a formação destes segue a trajetória de estar atenta às demandas oriundas da sociedade. Sendo assim, ressalta-se que é fundamental que a comunidade escolar possa refletir, analisar e criar propostas integradas que viabilizem e oportunizem debates juntamente com os alunos, aproximando os conteúdos da referida lei.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **A ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL E A INTRODUÇÃO DE MÃO DE OBRA ESCRAVA NO NORTE FLUMINENSE**

A partir de meados do século XVI a mão de obra escrava africana aumentou vertiginosamente, em algumas regiões do Brasil, evidenciou-se que a população negra era maior do que a população branca. Os negros que chegavam ao Brasil eram separados das suas famílias para que evitassem a perpetuação de suas tradições e rebeliões contra os europeus. No entanto, existem registros de rebeliões contra os senhores e seus capatazes que foram feitos, e as tradições africanas foram preservadas se misturando com as já existentes em terras tupiniquins.

Segundo Fernandes (2005), os africanos que aportaram no território brasileiro na condição de escravos, eram vistos como mercadoria e objeto nas mãos de seus proprietários. Após mais de um século da abolição nega-se ao negro a participação na construção da história e da cultura brasileira, embora tenha sido ele a mão de obra predominante na produção da riqueza nacional trabalhando na cultura canavieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo do café em diferentes momentos do processo histórico.

As primeiras atividades econômicas realizadas no século XVI estão ligadas às políticas de povoamento do Brasil, constata-se que o início da colonização brasileira foi difícil, devido aos riscos enfrentados pelos colonizadores portugueses, como a hostilidade das comunidades nativas, as doenças tropicais, além dos conflitos com franceses e holandeses pela posse da terra brasileira.

Não obstante, com o declínio da extração do pau-brasil impôs-se novas formas de desenvolvimento econômico, somado à vasta extensão de terra na costa brasileira e um pequeno contingente populacional dificultando a consolidação do povoamento no início do século XVI. Como solução ao problema, a Coroa Portuguesa estimulou a vinda de colonos para o Brasil, concedendo-lhes benefícios por estarem dispostos a se arriscar nos empreendimentos de colonização.

Assim, os estudos indicam que Pero de Góis, fidalgo português, recebeu do rei de Portugal D. João III, em 1536 a doação da capitania medindo 30 léguas de costa entre São Vicente e Espírito Santo. Somente mais tarde é que seu filho Gil de Góis, no início do século seguinte tornaria a voltar as atenções para a Capitania que herdara. Entretanto, não mais se interessou pelo repovoamento da vila nas imediações do Itabapoana, deixando-a abandonada. Apenas em 1627, a Coroa portuguesa fez doação de parte da capitania aos Sete Capitães, que compreendia de Macaé até o Rio Iguaçu – hoje Rio do Açu, perto do Cabo de São Tomé, por parte da Coroa portuguesa.

No entanto, antes da chegada dos “Sete Capitães”, à planície goitacá, já alguns pescadores de Cabo Frio, tendo à frente Lourenço do Espírito Santo, havia feito um pequeno aldeamento, junto à foz do rio Paraíba. Em 19 de agosto de 1627, Martim Correia de Sá concedeu-lhes em sesmaria as terras desde o rio Macaé, correndo a costa, até o rio Iguaçu, ao norte do cabo de São Tomé e para o sertão até o cume das serras (BOXER, 1973).

Assim, pelo litoral, as terras iam de Macaé até quase a foz do rio Paraíba do Sul e para o interior até as serras que formavam o vale do rio Paraíba do Sul. A intenção do governador Martim Correia de Sá era povoar a área abandonada, pois se havia esgotado o comércio do pau-brasil.

Os colonos dependiam dos elementos naturais como a planície e o Rio Paraíba. Os povoados do Sul do Rio Paraíba e os “Sete Capitães” eram separados pelo limite natural do rio Açu ou Iguassu até a data das doações em favor do 1º Visconde d’Asseca e do General do Estreito. Assim, de um lado ficaram os formadores da povoação de São João da Paraíba do Sul; e do outro lado, os formadores da povoação de São Salvador dos Campos dos Goytacazes.

Durante o período de dominação dos Assecas, muitas sesmarias foram demarcadas em terras já anteriormente ocupadas, sendo que, em Campos dos Goytacazes, durante o século XVII, os sesmeiros passaram a desenvolver atividades ligadas à pecuária e às lavouras de subsistência, atividades praticadas em propriedades de pequeno e médio porte.

Para tentar desfazer o pensamento eurocêntrico em que só é considerada como cultura a européia, surgem movimentos de luta que buscam reconhecer a cultura afro-brasileira como fundamental para formação da identidade brasileira, desfazer ideias preconceituosas e conceder direitos iguais a todos indivíduos independente da origem. Além de desenvolver a ideia de que a mistura dos povos é capaz de produzir algo único: o povo brasileiro.

Ribeiro (1995) aponta que:

Matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas e formações sociais defasadas, se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo original, num modelo original de estruturação societária. Original porquê (...) surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais dela oriundos (RIBEIRO, 1995, p. 19).

Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental na formação crítica do indivíduo, permitindo que este crie seus próprios conceitos, e compreenda que todos têm direito de participação enquanto sujeito social, desde o início da sua formação escolar até a conclusão da Educação Básica. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) orientam para que a escola seja uma instância necessária para realização de uma cidadania democrática tolerante e inclusiva (BRASIL, 2000).

Souza, Jesus e Cruz (2012) salientam que:

O ambiente escolar é um espaço de inflexão de costumes e visões, como também de ratificação de preconceitos, situação cujas raízes estão ligadas a uma cultura de ignorância. Faltam a população, dentro e fora do sistema escolar, conhecimento, memória e referência. Ainda está presente no imaginário da população a figura do homem negro como sendo mais forte, sendo esta causa da sua escravidão, ao mesmo tempo como sendo um ser indolente, tendo sua imagem associada à criminalidade, sendo em situações duvidosas o suspeito em potencial. As mulheres negras, por sua vez, são vistas como ótimas para o serviço doméstico e fora do padrão de beleza, pois estão fora da estética do eurocentrismo (SOUZA; JESUS e CRUZ, 2012, p. 3).

Azevedo Neto, (2009) corrobora com os PCN's no que se refere aos estudos da cultura:

Segundo os Parâmetros é de extrema importância que em situações de ensino sejam consideradas as contribuições significativas de culturas que não tiveram hegemonia política e, também, que seja realizado um trabalho que busca explicar, entender e conviver com procedimentos, técnicas e habilidades matemáticas desenvolvidas no entorno sociocultural próprio a certos grupos sociais (AZEVEDO NETO, 2009, p. 2).

Faz-se necessário pensar a função da escola na sociedade, onde esta se destina à formação do indivíduo como sujeito histórico, com direitos de conhecer a ancestralidade do povo brasileiro. Portanto, é de suma importância que os profissionais estejam preparados para lidar com estes saberes, em uma ação coletiva com os educandos, compreendendo as necessidades e diversidades sociais, principalmente com grupos minoritários que sempre estiveram à margem da sociedade, como os negros.

## A APROVAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03 E SUA APLICABILIDADE NAS ESCOLAS DE SÃO JOÃO DA BARRA

A partir da aprovação desta lei tornou-se obrigatório no currículo escolar da Educação Básica o “estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil” (BRASIL, 2003).

A mediação dos conteúdos curriculares corroboram com as diferentes maneiras decisivas das propostas pedagógicas para a compreensão das relações entre negros e brancos, designado como relações étnico-raciais. Isto posto, visa-se um trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças étnicas, culturais, pedagógicas e políticas, nas relações étnico-raciais não se limitam à escola e sim a sociedade como um todo. Assim, vencendo a relação entre opressor e oprimido que marca a sociedade brasileira ao longo de sua história opressora contra os negros.

Segundo Freire (1991), o primeiro passo é reconhecer a presença do oprimido e do opressor, para isso é preciso realizar a libertação do opressor que reside em cada um, para então conseguirmos pela marcha popular libertar todos os homens.

Nas considerações de Freire, (1991):

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço dos nossos sonhos (FREIRE, 1991, p. 126).

Faz-se necessário reconhecer o papel que tem a escola para os indivíduos, sabendo também, que não será ela a única responsável pelas transformações da sociedade, pois vem orientada muitas vezes para a manutenção das estruturas sociais e econômicas dominantes, que impedem a própria transformação. O educador é enfático ao afirmar que “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação” (FREIRE, 1991, p. 84).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para introdução do Ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira definiram as:

(...) orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção nação democrática (BRASIL, 2004, p. 31).

Para obter êxito, a escola e os professores não devem improvisar, é necessário um planejamento contextualizado para desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando os processos pedagógicos e compreendendo o papel do negro como fundamental para formação da pluralidade cultural brasileira.

Nessa perspectiva Fernandes (2005) cita Gadotti (2001) quando aponta que:

(...) a diversidade cultural como a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais (FERNANDES, 2005, p. 386).

Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência da inferiorização vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. Para isso, o negro precisa reconhecer o seu valor e sua importância como sujeito da história, lutando pela garantia dos seus direitos como ressaltado por Gomes (2003):

(...) a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sensações e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial sobre si mesmo, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros (GOMES, 2003, p. 171).

Assim, como as escolas do brasileiras, as instituições do município de São João da Barra, interior do estado do Rio de Janeiro, tem o desafio de aplicar e fiscalizar o funcionamento da lei mencionada anteriormente no Ensino Fundamental. Nesse ínterim, Souza, Souza e Loyola (2007, p. 61) corroboram com a ideia de que “aprender a história e a cultura brasileira é se apropriar também da cultura de vários povos que ajudaram na construção deste país (...)”.

Com a aprovação da Lei 10.639/03, a escola deve trazer junto aos seus educadores as mudanças desejáveis para construção de uma sociedade justa e igualitária. Isso não será possível se a escola não tiver clareza de seu currículo, de sua proposta pedagógica, de seu sistema de



avaliação no processo de ensino/aprendizagem, com compromisso, capacidade de agir e refletir sobre a realidade.

De acordo com Freire (2007):

(...) se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa (FREIRE, 2007, p. 22).

A instituição escolar deve ser compreendida como um projeto histórico, em busca da reflexão crítica sobre a realidade, permitindo o cumprimento e a inserção de todos, independentes de sua origem, cor, credo e etnia. E ainda o autor enfatiza “a necessidade de o educador assumir o compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto.” (FREIRE, 2007, p. 25).

Ainda na perspectiva Freire (2007), ele aponta a escola como lugar de diálogo, de aprendizagem por meio do trabalho. Cabe ao professor a missão de coordenar a ação educativa; no educando como agente sujeito participante. E a escola acaba sendo um espaço de convivência, construção, reflexão com intuito de transformar a realidade do aluno. No caso da educação brasileira, é importante ressaltar a necessidade de se pensar num discurso mais igualitário, em que o negro tenha voz, em que possa participar e possuir os mesmos direitos que os brancos.

Na visão de Ribeiro (2019), por causa do racismo estrutural, a população negra possui menos oportunidades de acesso a uma educação de qualidade. Diante de tal contexto, considera-se que hoje existe o acesso por meio das cotas direcionadas para os alunos negros facilitando o ingresso nas universidades.

Enfim, é importante que todo cidadão brasileiro conheça a contribuição do negro na História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, essa decisão de integrar no currículo escolar conteúdos que resgatem historicamente a contribuição dos negros na construção, e na formação da identidade social brasileira.

## **METODOLOGIA**

No que diz respeito ao procedimento técnico metodológico, utilizou-se uma análise bibliográfica documental aprofundada, sobre a utilização da mão de obra escrava negra no Brasil tendo como enfoque a Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, junto às pesquisas em sites e livros sobre a temática, tendo por base os estudos de Gil (2012).

Como aporte teórico baseou-se nos estudos do Fernandes (2005), Costa e Dutra (2009), Souza, Jesus e Cruz (2012) entre outros autores que versam sobre a temática. Vale destacar que a educação tem um papel primordial na formação do caráter e desenvolvimento do aluno, por isso ensinar história desde os anos iniciais é fundamental, já que esta interfere diretamente na sociedade.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

A escola deve trabalhar um currículo significativo, em que a proposta político pedagógica esteja alicerçada a uma pedagogia crítica, que reconheça as diferenças e tentem reduzir o abismo das desigualdades, do racismo e do preconceito. Sendo capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica, e que o educador, na concepção de Freire (2000, p. 44) “ensina os conteúdos de sua disciplina com rigor e com rigor cobra a produção dos educandos, mas não esconde a sua opção política na neutralidade impossível de seu que-fazer”.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visou reparações, reconhecimentos e valorização da identidade da cultura e da história dos negros brasileiros, Para o melhor desenvolvimento da mediação dos conteúdos em pauta, depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como os professores com o mesmo objetivo de partilha de conhecimentos.

Jensen (2001) sinaliza que apesar de a instituição escravista ter separado seus familiares e espalhado grupos étnicos pelo país, os escravos conseguiram manter sua herança cultural, desempenhando um papel importante para a transmissão cultural e suas tradições religiosas, mesmo os portugueses usando a política de dividir para governar, os separando em diferentes nações.

Para Costa e Dutra (2009):

Descolonizar o saber é o primeiro passo na luta contra o preconceito racial. A educação tem fundamental importância nesta luta, pois se acredita que o espaço escolar seja responsável por boa parte da formação pessoal dos indivíduos sendo assim um ambiente fundamental para separação das desigualdades raciais e superação do racismo (COSTA; DUTRA, 2009, p. 1).

Desta forma, a referida legislação recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas, isto é, políticas de reparações, e de

reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Trata-se de política curricular, fundamentada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros.

De acordo com Souza, Ferraz e Chaves (2007):

(...) a transmissão cultural exige do homem novas capacidades de memorização e representação. (...) A escola possui a tarefa de transmitir a memória cultural e os valores produzidos historicamente pelo ser humano no contato com a natureza e nas relações sociais (SOUZA; FERRAZ e CHAVES, 2007, p. 437).

Numa análise em escala local, observa-se que o município de São João da Barra, localizado na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, apresenta características favoráveis para um bom desempenho da aplicabilidade da lei nº 10.639/03 em sala de aula por possuir prédios históricos, que funcionam como museus, mantendo traços do período colonial e movimentos culturais que exaltam a figura do negro como “peça” fundamental para formação da identidade brasileira.

Vale lembrar que para a Lei 10.639/03 para ser posta em prática, se faz necessária uma capacitação dos professores, coordenação pedagógica, material didático que tenha no decorrer do conteúdo a importância do negro na sociedade brasileira e não só em datas específicas, este sendo um dos maiores obstáculos.

Imbernón (2011) elucida que:

(...) para ele as práticas reais precisam ser inseridas nos currículos dos cursos de formação de professores, para que não sejam ensinados apenas estereótipos técnico e desconexos da realidade, e para que possam ter uma atuação flexível frente às estratégias necessárias ao processo de ensino e aprendizagem (IMBERNÓN, 2011, p. 11).

Nesse ínterim, percebe-se que os saberes relacionados aos docentes e pedagogos são adquiridos por meio de muitas práticas, contudo, os mesmos devem buscar a base em conhecimentos política e legislativa para correlacionar com os conhecimentos pedagógicos especializados (TARDIF, 2008).

Ramalho; Fialho e Nuñez (2014), ressaltam que é preciso que os profissionais da educação tenham uma formação direcionada e fundamentada no trabalho colaborativo, a partir da valorização dos professores, uma vez que, a formação destes é essencial para propiciar um melhor conhecimento, levando-os a refletir, analisar e criar espaços de práticas que viabilizem e oportunizem a formação da equipe escolar.

Aguiar; Aguiar (2010) afirmam que:

As questões relativas à aplicabilidade da lei já foram e ainda são discutidas em diversos eventos científicos envolvendo vários especialistas, resultando em propostas, posicionamentos, materiais de apoio aos professores e outras propostas. Entretanto, infelizmente, ainda encontramos profissionais da educação sem o preparo necessário para trabalhar a história e cultura afro-brasileira e africana (AGUIAR; AGUIAR, 2010, p. 94).

Sendo assim, percebe-se que alguns conhecimentos são indispensáveis para a conduta da equipe escolar, tais como a elaboração de planejamentos e suas especificidades, mas também se faz necessário entender a realidade e assumir que muitas vezes não se consegue dar conta de toda a complexidade da profissão docente.

A Constituição Federal Brasileira estabelece que todos os cidadãos são iguais perante a lei. Estabelecendo um aparato jurídico composto de documentos legais que asseguram tratamento e acesso igual à Educação para brasileiros e brasileiras indistintamente. Nesse sentido, a Educação pautada nos Direitos Humanos vai além da consciência negra como um privilégio único dos negros, passa a ser uma prática de respeito aos seres humanos independente de cor, credo ou classe social.

Assim sendo, como aponta o Parecer CNE/CP nº 3/2004, a Educação de qualidade requer transformações de discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar os negros; implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais, econômicos e a valorização da diversidade naquilo que se distingue o negro e o indígena dos outros grupos que compõem a população brasileira (SILVA, 2008).

Assim como em todo o Brasil, em São João da Barra as escolas tiveram um grande desafio para colocarem em prática essa lei. Tendo em vista que o Ensino de História sempre foi voltado para o Eurocentrismo, como continente civilizado, desenvolvido e referência ao restante do mundo.

A sala de aula é um ambiente desafiador para se trabalhar a questão étnica racial, por ser um ambiente de conflitos, diversidades, conversas e discussões. É justamente neste ambiente que a discussão sobre as relações étnico-raciais devem ser profundamente abordadas, não só como parte da grade curricular, mas sim como meio de estimular os alunos a valorizarem os legados culturais e sociais deixados pelos afro-brasileiros.

(...) A intenção de transformação da educação brasileira que procura a valorização da história e da cultura dos africanos e afrodescendentes busca eliminar os fatores de exclusão das populações descendentes dos africanos que se proliferam desde o Brasil colônia (ROSA, 2006, p. 2).

É no ambiente de sala de aula que a equipe pedagógica junto aos professores precisam pensar em estratégias como contação de histórias, músicas, teatros e visitas aos museus de São

João da Barra como a Antiga Casa da Câmara e Cadeia, o Palácio Cultural Carlos Martins e o Fórum Municipal. Ressaltando, por exemplo, a importância desses prédios para a memória da história e mais do que isso, servirem para apresentar as cicatrizes deixadas pelo período escravagista que repercutem até os dias atuais em atitudes racistas.

Os alunos precisam aprender desde as séries iniciais, de forma lúdica, prazerosa e real a história do Brasil reorganizando o papel de cada personagem envolvido para que os mesmos erros perpetuados ao longo dos anos, não se perpetuem mais. A partir de uma tomada de consciência, inicialmente por parte dos profissionais envolvidos diretamente com a formação inicial dos alunos no Ensino Fundamental, com a finalidade de construir uma educação de fato justa em direitos, igualitária e menos racista.

Assim, esse aluno vai se reconhecer como próprio agente transformador do seu cotidiano, por meio da conscientização sobre a história cultural afro-brasileira, distante das visões preconceituosas.

Os resultados da pesquisa evidenciam uma relação direta entre o desafio dos professores e pedagogos em relacionar a teoria com a prática em uma formação sólida, em busca de estratégias e iniciativas, que possibilitem os docentes a superarem novos desafios na aplicabilidade da lei.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observa-se no presente trabalho que existe um grande desafio para toda equipe escolar (direção, coordenação pedagógica, professores) na aplicabilidade da Lei 10.639/03, principalmente para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, onde a criança está iniciando sua vida escolar e formar seus primeiros pensamentos. Agregado a isso, ainda permanecem forte os resquícios de um pensamento colonial, onde o negro ocupa um papel secundário na sociedade, sofrendo com o racismo, a falta de oportunidades, sem espaço para expor seus desejos e necessidades.

É sabido que o processo de mudanças do currículo escolar por parte do pedagogo e docente, não é tarefa fácil, e para isso é necessário que se façam reuniões com propostas dialógicas, cursos de extensão, junto a coordenação pedagógica e professores para que estes organizem planos de aula, em que a cultura afro-brasileira tenha um lugar de destaque para formação do povo brasileiro.

Para sanar essas questões é preciso dialogar com os alunos vários episódios, onde os afro-brasileiros tiveram participação ativa, em busca de destacar a história desse povo guerreiro, pois, não era e não é simples para um aluno negro presenciar a sua identidade e ser menosprezada defronte as terríveis afirmações preconceituosas que são vistas em salas de aula.

O objetivo deste foi alcançado ao demonstrar a possibilidade da aplicabilidade da lei 10.639/03 nas escolas municipais do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental na cidade de São João da Barra, não só em datas comemorativas.

Desta forma, o estudo realizado evidencia a imersão do conhecimento dos conteúdos históricos associados à aplicabilidade da lei, no período de formação inicial da criança. Nesse sentido, considera-se que a educação escolar e as práticas cotidianas podem determinar tanto a manutenção e reprodução de preconceitos, quanto à mudança de pensamentos e a construção de novos valores a partir do respeito às diferenças e da promoção da igualdade.

Portanto, cabe a escola trabalhar a diversidade étnica, o papel do negro e combater o racismo estrutural tão recorrente na sociedade, desfazendo a história tradicional marcada pelo o Eurocentrismo e desvalorização do negro no Brasil. Em prol de abrir espaços de fala aos negros, para que estes externem suas demandas e busquem suas conquistas na prática direitos assegurados por leis.

Enfim, considera-se nesta pesquisa o surgimento de novas perspectivas, principalmente no que se refere à compreensão da importância da aplicabilidade da Lei 10.639/03 em São João da Barra/RJ, município em que possui prédios históricos e tradições culturais. Espera-se que as escolas ofereçam um diferencial na sua metodologia de ensino, permitindo aos professores façam a mediação de forma lúdica e prazerosa sobre a História Afro-brasileira, colocando em prática a lei, numa tentativa de reparar os erros e injustiças cometidas aos negros desde os tempos de escravidão para amenizar as disparidades sociais.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. C. T.; AGUIAR, F. J. T. **Uma reflexão sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a formação em Sergipe**. 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1771>. Acesso em: 25 jul. 2021.

AZEVEDO NETO, L. D. **A Lei nº 10.639: como a inclusão de conhecimento de raiz africana pode se dar acerca do ensino de matemática**. 2009. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/culturaafricana>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BOXER, C. R. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola**, 1602-1686. São Paulo, Ed. Nacional/Ed. da USP, 1973.

BRASIL, Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. V.134, nº 248, p.27833-41, 23 dez. 1996. Seção 1.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. RJ: DP&A, 2000. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf> Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL, **Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. Secad /MEC, 2004.

COSTA, R. L. S; DUTRA, D. F. A lei 10639/2003 e o ensino de Geografia: representação dos negros e África nos livros didáticos. **10º ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: [http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20\(12\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20(12).pdf). Acesso em: 21 jul. 2021.

FERNANDES, J. R. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cvad. Cedes, v.25, n.67, p. 378- 388, Campinas, 2005.

Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e pesquisa, n.1, p. 167-182, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JENSEN, T. G. **Discursos sobre as religiões afro- brasileiras: da desafricanização para a reafricanização.** Revista de estudos da região, n.1, p.121, 2001. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigosteses/ENSINORELIGIOSO/artigos/discursos\\_religioes\\_afro.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigosteses/ENSINORELIGIOSO/artigos/discursos_religioes_afro.pdf)>. Acesso em 21 jul. 2021.

RAMALHO, B. L.; FIALHO, N. H.; NÚÑEZ, I. B. **Por um saber pedagógico e didático para profissionalizar a docência.** Formação para a docência profissional: saber e práticas pedagógicas. Brasília: Liber Livro, 2014. p. 39-59.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, M. C. **Os professores de arte e a inclusão: o caso da lei 10639/2003.** 29ª Reunião Anual Da ANPED. Caxambu, MG, 2006. **Anais.** Caxambu: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2006.

SILVA, G. T. **Políticas públicas e intersectorialidade: uma discussão sobre a democratização do Estado.** Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 19, p.81-97, 2008.

SOUZA, F. D.; SOUZA, M. R.; LOYOLA, R. C. Lei Federal nº 10.639/03: rumos e desafios. *In: Revista Sapientia*, n. 6, p. 60-69, 2007. Disponível em: <[http://www.faculdade.pioxii-es.com.br/anexos/Sapientia06/RC\\_N6\\_Unices\\_artigo\\_3.pdf](http://www.faculdade.pioxii-es.com.br/anexos/Sapientia06/RC_N6_Unices_artigo_3.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SOUZA, M. M.; JESUS, M. F.; CRUZ, T. S. **História e Cultura Afro-Brasileira na Escola: Lei 10.639/03.** *In: Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira.* ANO V- nº07, setembro 2012 – ISSN – 1983-1285. Disponível em: <[http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Historia\\_e\\_Cultura\\_AfroBrasileira\\_na\\_Escola.pdf](http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Historia_e_Cultura_AfroBrasileira_na_Escola.pdf)>. Acesso em 22 de jul. de 2021.

SOUZA, E. G. R. S.; FERRAZ, M. R.; CHAVES, W. M. História e Cultura Afro Brasileira (lei nº 10.639/2003): Um desafio para a educação física escolar. *In: RIBEIRO, T. L. (Org.). XI Encontro FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, Niterói, RJ, 2006. In: Anais.* Niterói: Universidade Federal Fluminense, Departamento de Educação Física e Desportos, p. 435-443, 2007.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.



# CAPÍTULO 2

## IMAGENS DA REVOLUÇÃO CUBANA EM UM LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

**Andréa Mazurok Schactae**, Doutora em História, UFPR, docente do IFPR

### RESUMO

A imagem da homens barbudos vinculada a Revolução Cubana é resultado de uma construção histórica e de uma herança cultural. Diante dessa constatação, o objetivo desse texto é observar as imagens da Revolução Cubana, publicadas em dois livros didáticos de História destinados a estudantes de ensino médio, para identificar as representações de gênero. Para a análise é realizado um diálogo com a categoria gênero e com os estudos sobre masculinidades e virilidade, apropriando-se de reflexões sobre o uso de imagens como fontes para a História. A crítica de materiais didáticos é fundamenta para compreender as permanências e as rupturas na construção de representações de generificadas, as quais orientam a construção de identidades coletivas e subjetivas, bem como, são construtoras de entendimentos sobre a História.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolução Cubana; ensino de história; masculinidades; gênero e imagem.

### INTRODUÇÃO

O olhar para a Revolução Cubana foi uma escolha devido a permanência desse acontecimento, que marcou a história do século XX, na América Latina, as memórias do Ocidente, na atualidade, bem como, pela construção de uma memória que vincula a Revolução com a imagem de homens barbudos, vestindo fardas e com armas. Uma memória que projeta uma representação generificada, que reproduz uma ordem na construção dos Estados no Ocidente, cujos espaços de poder são domínio de homens.

Vale destacar, que ao longo do tempo se constituem percepções sobre a história do Estado e as suas organizações de poder, como espaços estabelecidos e ocupados por homens. Portanto, assim como os Estados Nação, do século XIX, a Revolução Cubana tende a construir os seus símbolos como identificadores de um ideal de masculinidade hegemônica, o qual é caracterizado pela virilidade. Os heróis estabelecidos pela Revolução, seguem a tendência Ocidental, e são percebidos por suas características – força, coragem, bravura, honra, abnegação, guerreiro, poder das armas –, as quais são identificadoras de virilidade (COURTINE, 2013) e de um ideal de masculinidade hegemônica (CONNEL, 2005). Destarte,

são os homens e as mulheres que participaram de conflitos armados e guerra, tendem a ser constituídos em símbolos identificadores do Estado.

Voltando o olhar para a construção dos símbolos nacionais e instituições armadas, observa-se que os heróis, constituem-se em representações de um ideal de masculinidade (SCHACTAE, 2013; MOREIRA, 2015; BONINO, 2002; STONER, 2003; OLAVARRIA, 2001; CONNEL, 2005). A farda e as armas, são construções simbólicas que ao longo do tempo se tornaram em identificadores do poder do Estado e de uma masculinidade viril, identificada pela violência, pela força, pela coragem, pela honra e pela dominação de sujeitos que são percebidos como superior a outros sujeitos.

A representação do poder, marcada por características viris, é herdada da longa duração (COURTINE, 2013), e ainda está presente em instituições que constituem o estado – forças armadas, parlamento, polícia –, portanto, é parte de identidades e práticas generificadas, que orientam o estabelecimento de um “saber a respeito das diferenças sexuais” (SCOTT, 1994, p. 12). Esses saberes, entre os quais a virilidade, são percebidos em práticas, símbolos, leis e narrativas sobre o passado do Estado e de suas instituições. Também são percebidos nos livros didáticos de história.

Essa herança cultural que constitui as culturas, no Ocidente, também é percebida na Revolução Cubana. Um acontecimento que marcou o século XX, o qual exportou um ideal de masculinidade para a América Latina. Para Matías Alderete (2013), a construção do homem novo, pela Revolução Cubana, é constituída pela “masculinidade revolucionária”, (ALDERETE, 2013, p. 3) e marcada pela homofobia. Prevalece em Cuba o modelo do macho, porém, “*un macho no es homosexual ni heterosexual per se, sino la continua muestra de valores masculinos: ser violento y agresivo, hablar y actuar en forma vulgar y penetrar en la relación sexual*” (ALDERETE, 2013, p. 6). Para a Revolução o contra-revolucionário é o *maricon*, isto é, aquele que é penetrado e apresenta comportamento percebido como feminino (ALDERETE, 2013, p. 6-7), pois o homossexual macho tendia a aceitar como macho revolucionário, nas décadas de 1960 e 1970, em Cuba.

Portanto, os significados das diferenças historicamente construídas, para os sexos, podem ser percebidos: nos símbolos; nos discursos; nas práticas; nas representações; nas identidades; nos espaços sociais; nos silêncios. Ao orientar a construção os espaços sociais, o gênero também dá significado as relações de poder (SCOTT, 1995, p.88). E sendo a história um saber ela também é constituída pelo gênero, orientando a construção de representações sobre

as realidades e práticas sociais, bem como de subjetividades e as memórias.

Entendendo que as representações são para formas de percepção do social que produzem discursos e práticas que buscam legitimar ou justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. Elas são determinadas pelo grupo que as forjou, o que resulta em diferentes representações, que estão relacionadas a uma multiplicidade de práticas que resultam na construção de mundos sociais e identidades (CHARTIER, 1990, p. 17-18).

Portanto, as imagens nos livros didáticos, expressam representações sobre o passado, e uma herança cultural. E o livro didático História 3, dos autores Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira, Georgina dos Santos (2013; 2016), ao apresentar uma narrativa sobre o passado, orienta a construção da consciência histórica (RÜSEN, 2010) de jovens. Para Jorn Rüsen (2001) as apropriações dos estudantes sobre o passado são expressões da consciência histórica, pois para ele “a consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária” (RÜSEN, 2001, p. 56). Portanto, as imagens orientam a construção de um entendimento sobre a história.

Observando a existência de uma imagem da Revolução Cubana, atrelada a um ideal de masculinidade e apropriando de outros estudos que realizeis sobre livro didático (SCHACTAE, 2020), apresento algumas reflexões sobre as imagens da Revolução Cubana, em um livro didático, entendendo que elas constroem uma representação desse acontecimento histórico.

Nos esforços de compreender as imagens como construtoras de um saber sobre o que é história, dialogo com P. Burke (2004), que concorda com Maria Mauad (1996), ao compreender que é uma tarefa que exigem um diálogo transdisciplinar, que recebeu a influência da sociologia, da história da arte, da antropologia, da filosofia, etc. e, conforme destaca o autor, esse diálogo é enriquecido com as análises de gênero (BURKE, 2004, p. 226). E ao se focar no estudo dos significados em relação ao contexto, as visões dos contemporâneos da imagem e as entrelinhas (BURKE, 2004, p. 236 -238). Portanto, não há uma receita ou um método certo para os estudos da história a partir de imagens, que produzem representações.

Ao se identificar o livro didático como construtor de sentido, cabe uma análise dos sentidos que estão sendo apresentados nas imagens sobre a Revolução Cubana. A importância do livro didático para o ensino é destaca por Itamar Oliveira e Margarida Oliveira (2014), pois “coerente com o valor atribuído ao ensino de História (enraizado na matriz disciplinar – objeto da sua teoria da História), o livro didático é visto como instrumento fundamental para a vida escolar, já que atua, diretamente, na construção do sentido (orientação no tempo)” (OLIVEIRA,

2014, p. 227). E ao construírem sentido orientam a constituição da consciência histórica. Portanto, as representações presentes nos livros didáticos contribuem para construção da consciência histórica dos estudantes.

## MASCULINIDADES: REFLEXÕES

Para compreender a masculinidade revolucionária é necessário um estudo sobre homens/masculinidades e gênero. E conforme destaca Daniel Welzer-Lang (2004), embora essa problemática seja recente, o pesquisador Nicole-Claude Mathieu, publicou suas reflexões sobre as categorias homens e masculino, no ano de 1971. Um estudo pioneiro sobre masculinidade. (WELZER-LANG, 2004, p. 108) Para Fernando Fernández-Llebrez (2004), estudos dos homens surgem nos anos de 1990. E destaca como marco na formação desse campo a criação da Rede Européia de Homens Profeministas<sup>1</sup>.

No Brasil os estudos sobre masculinidade datam de meados da década de 1980, conforme destaca Souza (2009), cujos estudos refletem sobre a crise da masculinidade. Segundo o autor,

esta preocupação, ainda que contestável, foi de grande importância para incentivar a reflexão sobre a construção social da masculinidade no Brasil. Luis Cuchinir (1992), Siloé Pereira Neves (1987), Roseli Buffon (1993), Maria Isabel Mendes de Almeida (1996), Sócrates Nolasco 1995a 1995b), Mirian Goldenberg (1991; 1992) e João Silvério Trevisan (1998) são algumas das referências que pensaram a crise do masculino no Brasil. (SOUZA, 2009, p. 133)

A partir do final dos anos de 1990 os estudos de masculinidades ampliam suas análises, enfocando diferentes temáticas. Entre esses estudos destacam-se,

autoras e autores como Piscitelli (1998), Matos (2000a, 2000b), Giffin (2005), Medrado e Lyra (2008), para citarmos alguns nomes que, no Brasil, trouxeram importantes contribuições para a análise do processo de construção do campo de estudos sobre as masculinidades, apontam para aspectos bastante significativos a este campo de estudos. Dentre tais aspectos se destacam, sobretudo, a reflexão sobre a masculinidade em seu sentido plural e os estudos de gênero levando em consideração sua dimensão relacional. (SOUZA, 2009, p. 138)

Na primeira década do século XXI, surgem os estudos sobre masculinidades e identidades nacionais (SCHACTAE, 2013; BONINO, 2002; STONER, 2003; OLAVARRIA, 2001). Entre os quais está o estudo sobre homossexualidade em Cuba no século XIX e a construção do herói Mabi, do pesquisador cubano Abel Sierra Madero (2005). E recente estudo sobre masculinidade e identidade nacional em Angola, de Mário Lugarinho (2017), no qual o

---

<sup>1</sup> Ver a página do grupo: [www.europrofem.org](http://www.europrofem.org)

autor utiliza a literatura para analisar a crise da masculinidade no processo de estabelecimento de uma identidade pós-colonial (LUGARINHO, 2017).

Ao realizar uma revisão da literatura sobre os estudos dos homens, o pesquisador Fernando Fernández-Llebrez (2004), apresenta uma reflexão sobre o conceito de masculinidade, apropriando-se da análise da antropóloga R. Connel, Organização social da masculinidade, e do historiador G. Mosse, A imagem do homem. E conclui que a masculinidade e a virilidade são construções relacionais, cujos significados existem em relação ao tempo, ao espaço e ao feminino (FERNÁNDEZ-LLEBREZ, 2004). Portanto, para ele,

*la masculinidad es una construcción social definida por los contextos en los que se desarrolla. El conocimiento de las masculinidades está vinculado con los procesos históricos en los que éstas se despliegan. Lo ha hecho en el pasado y lo puede seguir haciendo en el futuro. No hay nada natural, ni social, que determine que los hombres ni las mujeres tengan que ser de una manera específica. (FERNÁNDEZ-LLEBREZ, 2004, p. 22)*

Considerando que existe a construção de uma feminilidade e uma masculinidade moderna ocidental, as quais são construções relacionais e duais, as ideias de controle e o descontrole, citados por Fernando Fernández-Llebrez (2004), são construções dos séculos XVIII e XIX, que marcam a primeira dicotomia na definição de masculinidade e feminilidade na sociedade moderna. A segunda dicotomia é a passividade e atividade, que definem o espaço e a atuação do feminino e do masculino no espaço social. E a terceira dicotomia legítima o verdadeiro masculino e feminino, do não verdadeiro, a heterossexualidade e a homossexualidade. A perda de virilidade e da feminilidade é marcada pela homossexualidade. (FERNÁNDEZ-LLEBREZ, 2004, p. 22) Porém, as identidades contemporâneas são plurais e transversais, e contradizem essas dicotomias que se estabeleceram com os Estados Nacionais.

Essa herança generificada, é observada pela pesquisadora Mara Viveros Vigoya (2013), ao realiza uma análise da relação entre raça, gênero e nação, para problematizar o poder político como espaço de homens brancos, na Colômbia, na primeira década do século XXI. Para a pesquisadora,

*los ideales burgueses de enriquecimiento, moderación, locución verbal apropiada, “buen comportamiento”, orden y nacionalismo se asociaron íntimamente con el color de piel blanco y fueron exportados durante el proceso de colonización a otras latitudes como un todo, en el que apariencia física blanca y valores capitalistas se confundieron. (VIGOYA, 2013, 75)*

Esse ideal de masculinidade moderno, marcado pela branquitude, constitui-se em relação ao estado nação e as empresas privadas. As práticas e discursos dessas instituições

legitimaram esse ideal ao longo dos séculos XIX e XX. Todavia, permanecem como legitimadoras no século XXI, segundo Mara Viveros Vigoya (2013).

Esse domínio de homens brancos, identificado pela pesquisadora Mara Viveros Vigoya (2013), também é percebido na Revolução Cuba, a partir da análise das imagens presentes no material didático selecionado.

## IMAGENS DA REVOLUÇÃO CUBANA E O LIVRO DIDÁTICO

Os livros didáticos são mais que produto a ser consumido, são também: “depositários dos conteúdos escolares (...), instrumento pedagógico (...), veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura” (BITTENCOUT, 2004, p. 71-72), e em uma sociedade que valoriza a imagem é fundamental voltar o olhar para as imagens presentes nos livros didáticos. Elas são construtoras de um saber histórico, o qual orienta as interpretações sobre o presente, bem como, guia a leitura dos estudantes sobre os lugares que os sujeitos ocupam nos espaços sociais.

Ao observar a narrativa sobre a Revolução Cubana, presente nas duas edições do livro: História: ensino médio (VAINFAS et al., 2013; 2016), identifica-se que o texto é o mesmo, com pequenas alterações, bem como, as imagens. Foram retirados alguns parágrafos, da edição de 2016, porém o núcleo central da narrativa é igual a presente na edição de 2013.

A Revolução Cubana (1953-1959) – cuja luta arma terminou em 1959, quando o Exército Rebelde, liderado por integrantes do Movimento 26 de Julho, ocupou Havana –, é um acontecimento que marcou a história Ocidental, especialmente da América Latina, na segunda metade do século XX, e continua sendo um mito e uma realidade na história política mundial. Os nomes de personagens como Ernesto Che Guevara, Fidel Castro, Juan Almeida, Célia Sanchez, Haydée Santamaría, Vilma Espín, Camilo Cienfuegos, entre outros tantos nomes, que estão diretamente vinculados a esse acontecimento político. Considerando o lugar que esse acontecimento ocupa na História da América Latina e a importância das imagens para os jovens contemporâneos, vale a pena realizar uma leitura das relações de poder e as representações de gênero presentes nas duas fotografias, que ilustram e constroem uma narrativa sobre a Revolução Cubana, no manual didático selecionado.

Na primeira página do texto do livro didático (VAINFAS et al., 2013, p. 147) está uma fotografia (Figura 1), que permite realizar uma leitura sobre os sujeitos que ocupam os espaços

de poder na Revolução Cubana, bem como, os símbolos que os identificam e os vinculam o estado e a nação. A invisibilidade de determinados sujeitos constrói uma memória sobre o passado.

Conforme imagem apresentada nesse livro didático, os construtores da Revolução Cubana tendem a reproduzir ideais de heróis e símbolos dos Estados Nação, são homens barbudos e com armas, imagem presente na fotografia que aparece na primeira página (VAINFAS et al., 2013, p. 147; VAINFAS et al., 2016, p. 148). A escolha desta fotografia contribui para legitimar a representação da Revolução Cubana, presente no texto e na legenda da fotografia, que afirma: “Em 4 de janeiro de 1959, dias após a vitória da revolução, Fidel Castro discursa ao lado de membros do Movimento Revolucionário 26 de Julho” (VAINFAS et al., 2013, p. 147). Os homens que figuram na imagem incorporam símbolos de masculinidade viril, isto é a vestimenta, as armas e a barba, os quais são vinculados a bandeira nacional. Portanto, a fotografia estabelece uma unidade entre a imagem de homens brancos viris e a nação.

**Figura 1:** Guerrilheiros



**Fonte:** VAINFAS et al., 2013, p. 147

A ampliação e o recorte da fotografia de janeiro de 1959, na edição de 2016 (VAINFAS et al., 2016, p.148), pois a bandeira de Cuba, que está na frente do palanque foi retirada, retira

o foco do símbolo nacional e projeta a imagem de homens viris. Nela figuram mais de quinze homens, seis dos quais estão em primeiro plano, entre os quais Fidel Castro. Apenas dois não vestem fardas e nitidamente é perceptível três homens com fuzis, posicionados no primeiro plano, ao lado esquerdo de Fidel Castro, que está no centro, discursando. Ao lado direito de Fidel está o Comandante Almeida, o único comandante negro da guerrilha, e atrás dele aparece a única mulher, visível na fotografia. Ela é Célia Sanchez, a qual também está usando a farda com o bracelete escrito “26 de Julio”, portanto fazia parte da guerrilha. A legenda da fotografia também foi alterada, porém a ideia central permanece – “Fidel Castro discursa ao lado de membros do Movimento (...)” (VAINFAS et al., 2016, p.148). Essa imagem novamente legitima uma narrativa que o espaço de poder da Revolução Cubana é para de homens fardados e viris. Porém, a presença de uma mulher também indica que pode ser um espaço para mulheres fardadas e viris, mas somente o líder possui nome.

Para Peter Burke (2004) nos estudos de imagens é importante observar as inscrições que algumas imagens trazem, pois o objetivo desses textos escritos é direcionar a leitura do espectador (BURKE, 2004, p. 223). No entanto na legenda da foto e no texto do capítulo, observa-se um silêncio sobre essa mulher. E um olhar pouco atento é absorvido pela imagem dos homens barbudos. Todavia, os autores e autoras do manual utilizaram como referência a obra de Richard Gott (2006), que apresenta quatro mulheres que atuaram no processo revolucionário, embora o autor coloque os homens como protagonistas. Portanto, elas (Célia Sanchez, Vilma Espin, Haydée Santamaria e Aleida March) poderiam aparecer no texto, principalmente porque é utilizada uma fotografia que indica a participação feminina, na luta armada (SCHACTAE, 2016).

Todavia, voltando o olhar para o período de luta armada, vale lembrar, que em 1958, foi criado o Pelotón Mariana Grajales, na Sierra Maestra. Esse grupo de guerrilheiras combateu nos últimos meses de guerra, e além da atuação em combate, observa-se que havia uma significativa participação das mulheres na organização dos movimentos opositores ao governo de Batista. No ano de 1958, das treze pessoas citadas como membros da direção nacional do Movimento 26 de Julho três são mulheres, isso significa que 23% dos cargos diretivos do movimento pertenciam a representantes do sexo feminino (SUÁREZ, 2006; RAMOS, 1984), e segundo afirmações de Yolanda Ferrer (2002), das seis províncias cubanas da década de 1950, três delas (Matanzas, Oriente e Villas) tiveram mulheres como coordenadoras provinciais do Movimento 26 de Julho, o que significa 50% das coordenações provinciais foram ocupadas por mulheres (FERRER, 2002). Contudo, em 1975, durante o primeiro Congresso do Partido



Comunista Cubano, estavam somente cinco mulheres entre cento e vinte homens na direção do PCC (Partido Comunista Cubano) (BOHEMIA, 1975). O que significa que a representação de mulheres em espaços de poder dentro do processo da Revolução Cubana foi maior durante a luta armada. O fim da guerra fez com que o Estado retirasse as mulheres do poder de decisão, conforme se verifica no ano de 1975.

A segunda imagem (Figura 2), também de uma fotografia de 1959, mostra populares com cartazes (VAINFAS et al., 2016, p.149), e é a mesma presente na edição de 2013 (VAINFAS et al., 2013, p.148). Porém, ela foi ampliada e recortada. A legenda possui o mesmo núcleo central, que afirma: “cubanos apoiam as primeiras medidas do governo de Fidel Castro” (VAINFAS et al., 2016, p.149).

**Figura 2:** Manifestação Popular



**Fonte:** VAINFAS et al., 2013, p. 149

Observando a fotografia, no primeiro plano figuram homens sem barbas, na maioria negros e mestiços, e duas mulheres jovens, que aparecem no canto esquerdo da imagem, uma delas é quase imperceptível. A fotografia dos populares transmite a mensagem que o espaço da manifestação política é pertencente aos homens adultos e jovens, porém homens diferentes dos guerrilheiros, pois não usam barba e não possuem armas. Essa diferença permite identificar aqueles que possuem o poder político no Estado e aqueles destinados a apoiar aqueles que dominam o poder. O lugar das mulheres nesses espaços, o do poder no Estado e da manifestação

popular, é da exceção, pois os espaços de poder são apresentados como pertencentes aos homens.

Outro elemento que chama a atenção do observador, nessa fotografia (Figura 2), é o cartaz que está no centro da fotografia, que afirma: *venceremos*. A questão que se coloca é: quem venceu nas representações dessas duas imagens (Figura 1 e Figura 2)? Claramente quem venceu foram os homens, eles figuram na narrativa escrita e na fotográfica. As mulheres, embora presentes nas duas imagens, só são percebidas por um observador atento ou uma observadora atenta.

Para Clifford Geertz, o sentido de uma imagem é resultado das “experiências coletivas” (GEERTZ, 2006, p. 165), que é a cultura. Portanto, o estudo das imagens é uma compreensão dos símbolos que produzem o cotidiano de seres humanos, isto é o contexto no qual foram produzidas (GEERTZ, 2006, p. 179-181). O silêncio sobre a imagem das mulheres revela uma herança cultural Ocidental que ainda tende a tornar as mulheres invisíveis em determinados espaços sociais, especialmente o espaço da política.

Um olhar atento, sobre o texto do livro didático analisado, indica uma reprodução das relações de poder generificadas, sendo o Estado e o espaço da guerra apresentados como exclusividade de homens *viris* e centrais para compreender a Revolução Cubana. Além do silêncio da presença de mulheres nesses espaços, o ideal de masculinidade, apresentado pelos heróis símbolos da Revolução Cubana, re-significam um ideal de virilidade, presente na longa duração. E no início do século XXI, o texto do livro didático analisado tende a reproduzir uma construção do herói, do espaço da luta armada e da política como domínio de homens, preferencialmente *viris*. Uma construção constata por outros estudos sobre masculinidades e virilidades (CORBIN, 2013; SIERRA MADERO, 2005; SCHACTAE, 2013; MOREIRA, 2015; BONINO, 2002; STONER, 2003; OLAVARRIA, 2001; CONNEL, 2005).

Para além das armas e da guerra, é importante colocar que a vida cotidiana, as construções simbólicas, as escolas – e outros espaços sociais –, são constituídos por relações generificadas, bem como orientam a reprodução dessas relações, pois funcionam como instrumento pedagógico. Sendo assim, o discurso historiográfico e do livro didático podem reproduzir relações de poder e silenciar sujeitos históricos, cabe aos profissionais do campo da História ter um olhar crítico sobre a historiografia e os manuais didáticos.

## CONCLUSÃO

O exercício de olhar para as representações da Revolução Cubana deve ser estendido para os acontecimentos do passado, narrados nos livros didáticos de História. É preciso dar voz e visibilidade aos silenciados da História. Todavia ainda é necessário aprofundar as análises das narrativas sobre a Revolução Cubana, observando os textos de outros livros didáticos e comparando as narrativas.

As narrativas presentes no livro didático analisado, orientam para a construção de uma consciência histórica que reproduz um ideal de virilidade, colocando os sujeitos identificados como herdeiros desse ideal, Fidel Castro (advogado) e a guerrilha, no centro do processo história, mas também indica um apoio popular à Revolução Cubana. Todavia, os negros e mulheres aparecem como exceções no processo revolucionário.

O foco nos líderes, como agentes da Revolução e população, representa na maioria por homens, algumas crianças e algumas mulheres, expressa um saber que é apropriado pelos jovens na escola e em outros espaços sociais. Esse saber orienta a construção de consciência histórica, que é caracterizada por saberes generificados. Outro silêncio importante que deve ser analisando é o apagamento da participação da população negra na Revolução Cubana. Enquanto no processo de Independência, no final do século XIX, o foco das narrativas está nos guerreiros negros, na Revolução do século XX, os heróis se tornaram brancos.

## REFERÊNCIAS

ALDERETE, Matías. Masculinidad revolucionaria: la represión de maricones y la construcción del hombre nuevo en Cuba pos-revolucionaria. In: **X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires**, Buenos Aires, 2013.

BITTENCOUT, Circe. Livro didático entre textos e imagens. In: \_\_\_\_ (org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, p. 69-90, 2004.

BOHEMIA. **Revista Bohemia**, n. 53, año 67, Habana, Cuba, 1975.

BONINO, Luis. Masculinidad hegemônica e identidade masculina. **Dossiers feministes - Masculinitats: mites, de/construccions y mascarades**, n. 67, 2002, p. 07-36.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e realidade**. V. 20 n.º 2, 2005, p. 185-206.

COURTINE, Jean-Jacques. Impossível virilidade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade – A virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 07- 12, 2013.

- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- ESCALONA RODRÍGUEZ, Norberto. **Maianás: nobreza y coraje**. La Habana, Cuba: Consejo de Estado, 2018.
- FERNÁNDEZ-LLEBREZ, Fernando. ¿“Hombres de verdad”? Estereotipo masculino, relaciones entre los géneros y ciudadanía. **Foro Interno**, n. 4, 15-43, 2004. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php>
- FERRER, Yolanda. **La mujer en la Revolución, las concepciones de Vilma, los análisis teóricos de la FMC sobre igualdad de género**. Cuba, 27 de maio de 2002. Conferência. Arquivo FMC, Havana, (mimeo).
- GROTT, Richard. A Revolução de Castro toma forma (1953-1961), In: \_\_\_\_\_. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 171-217.
- LUGARINHO, Mário C. João Melo: identidade nacional e masculinidades em crise. **Revista de Estudos Literários**, v. 5, p. 189-219, jun. 2017, Disponível em: <<http://impactum-journals.uc.pt/rel/article/view/4327>>. Acesso em: 26 fev. 2018.
- MOREIRA, R.; SCHAETAE, A.; SOTO, I. Sónõra. Entre guerrilleras, soldados y policias: lo femenino en instituciones armadas de Cuba y de Brasil. In: MARTINS; A.; GUEVARA, M. **Políticas de Gênero na América Latina: aproximações, diálogos e desafios**, Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 141-170.
- OLAVARRÍA, J. A. Masculinidades y varones en Santiago de Chile. In: OLAVARRIA, J. A. **Hombres a la deriva?: poder, trabalho y sexo**. Santiago, Chile: FLASCO-Chile 2001, p. 11-38, p. 11-18. Disponível em: <<http://www.redmasculinidades.com>>. Acesso em: 20 ago 2010.
- PEREZ ROJAS, Niurka. **El movimiento estudiantil universitario de 1934 a 1940**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.
- RAMOS, Lucrecia Estives. **El apoyo de la mujer santiaguera a la lucha contra la tiranía de Batista de 1952-1958**. Trabalho de graduação. Universidad do Oriente, Facultad de Filosofía e Historia: Santiago de Cuba, Cuba, 1984 (mimeo).
- RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. In: MARTINS, Estêvão; Schmidt, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2010, p. 109-127.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise história. **Educação e Realidade**, n. 20, vol. 2, p.71-99, 1995.
- SCOTT, J. W. *Prefácio a Gender and Politics of History*, **Cadernos Pagu**, nº 3, 1994, p. 11-27.
- SCHAETAE, A. “A Gloriosa Polícia Militar do Paraná”: masculinidade e identidade institucional (século XX). **OPIS**, Catalão, v. 13, n. 2, p. 36-57, 2013.
- SCHAETAE, Andréa. A Revolução Cubana: representações generificadas em um livro didático de história. **Escritas do Tempo - Dossiê História: ensino, livro didático e formação de**

professores, v.2 n.6, 2020. Disponível em:  
<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1251>

SCHACTAE, Andréa. Mulheres Guerreiras: mulheres na guerrilha cubana e a construção da heroína Célia Sanchez. In: MOREIRA, Rosemeri; SCHACTAE, Andréa (org.). **Gênero e instituições armadas**. Guarapuava, PR: Editora Unicentro, p. 189-215, 2016.

SIERRA MADERO, Abel. **Del otro lado del espejo**. La sexualidad en la construcción de la nación cubana. La Habana: Editorial Casa de las Américas, 2006.

SOUZA, Marcio F. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). In: **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 123-144, Jul/Dez. 2009. Disponível em: <[www.uel.br/revistas/uel/index.php](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php)>

STONER, K. L. Militant heroines and the consecration of the patriarchal state: the glorification of loyalty, combat, and national suicide in the making of Cuban National Identity. In: **Cuban Studies**, vol. 34, p. 71-96, 2003. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/cub/summary/v034/34.1stoner01.html>. Acesso em: 20 de dez. 2010.

SUÁREZ, Eugenio Pérez; CANER, Acela A. Román. **Fidel: de Cinco Palmas a Santiago**. La Habana: editorial Verde Olivo, 2006.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos. **História 3**. São Paulo: Saraiva, 2013.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos. **História 3**. São Paulo: Saraiva, 2016.

VIGOYA, Mara Viveros. Género, raza y nación. los réditos políticos de la masculinidad blanca en Colômbia. **Maguaré**, Vol. 27, n.1, p. 71-104, 2013. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co>

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais entre os sexos. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, p. 107-128, 2004.

# CAPÍTULO 3

## MENTES NEGRAS: UM BREVE DEBATE ACERCA DA AUTOCONSCIÊNCIA DO POVO NEGRO

**Dandara Abreu Guimarães**, Pós-Graduanda em Ciências Sociais, UFRRJ

### RESUMO

Esse artigo tem como principal objetivo a análise da autoconsciência do negro. Procuraremos aqui pensar os fatores determinantes para a construção de uma autoconsciência alicerçada na inferiorização. O questionamento que almejamos responder aqui é: está fadada a autoconsciência do negro a sempre se construir nos pilares de inferiorização deixados pela escravidão?

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo, Autoconsciência, complexo de inferioridade.

### INTRODUÇÃO

#### **Corra - Djonga<sup>2</sup>**

*Amor, olha o que fizeram com nosso povo  
Amor, esse é o sangue da nossa gente  
Amor, olha a revolta do nosso povo  
Eu vou, juro que hoje eu vou ser diferente*

*Éramos milhões, até que vieram vilões  
O ataque nosso não bastou  
Fui de bastão, eles tinham a pólvora  
Vi meu povo se apavorar  
E às vezes eu sinto que nada que eu tente fazer vai mudar  
Auto estima é tipo confiança, só se quebra uma vez  
Tô juntando os cacos, não Barcelos, nem Antibes  
Sou antigo na arte de nascer das cinza  
Tanto quanto um bom motorista, é  
Na arte de fazer baliza  
Eu tô na arte de fazer  
Eles são a resposta pra fome  
Eles são o revólver que aponta  
Vocês são a resposta porque tanto Einstein no morro morre e não desponta  
Vocês são o meu medo na noite  
Vocês são mentira bem contada  
Vocês são a porra do sistema que vê mãe sofrendo e faz virar piada, porra*

<sup>2</sup> Link da música: <https://www.youtube.com/watch?v=QcJ9oxMj6JI> Acesso no dia 27/01/2020

*Eu vi os menor pegando em arma, pois cês foram silenciadores  
 Eu vi meu pai chorando o desemprego, desespero  
 Pra que isso, mano?  
 Eu não quero vida de pizzaiolo, e sim ser dono da pizzeria  
 Querem que eu me contente com nada  
 Sem meu povo tudo não existiria  
 Eu disse: Óh como cê chega na minha terra  
 Ele responde: Quem disse que a terra é sua?*

*Aquela noite eu te ensinei coisas sobre o amor  
 Durante o dia eu só tinha vivido o ódio  
 Deus me deu o frio e não me deu o cobertor  
 Perdão Senhor, mas na pista eu só vejo sódio  
 Se pá são a causa da seca, e da cerca que nos separa  
 Depois nos acusam de tá dividindo demais  
 Já se apropriaram de tudo  
 Minha mente me diz get out Gustavo, corra  
 Você sabe o mal que isso faz  
 Pra eles nota seis é muito  
 Pra nós nota dez ainda é pouco  
 Pros meus qualquer grana é o mundo  
 Pros deles qualquer grana é troco  
 E eu tô errado antes de fazer, defasar é o prazer  
 De quem tá com o controle do game  
 Não treme, não geme, se cala vadia  
 Aqui é a porra do senhor de engenho  
 Eu sou tudo, eu sou vídeo, eu sou foto, eu sou frame  
 Tem que se vender pra mim se tu quiser um Grammy  
 Sou a morte, o diabo, o capeta  
 A careta que te assombra quando fecha o olho  
 Enquanto eles gozam com o choro  
 Existirei pra fazer tu sorrir, amor  
 Sou seu colete à prova de balas  
 Seu ouvido à prova de falas  
 Eu vou tomar nosso mundo de volta*

*Amor, olha o que fizeram com nosso povo  
 Amor, esse é o sangue da nossa gente  
 Amor, olha a revolta do nosso povo  
 Eu vou, juro que hoje eu vou ser diferente*

Para iniciarmos esse debate acerca da autoconsciência do negro, inserimos nesse artigo a letra da música “Corra” do rapper mineiro, Djonga. O artista aponta inicialmente na música o que tem sido feito ao povo negro. O primeiro verso que também é o refrão denuncia a constante e sistemática violência imposta à comunidade negra no Brasil. Atualmente o debate sobre o genocídio da juventude negra está em voga, uma dura realidade que diariamente vitimiza jovens negros em chacinas, tiroteios e em abordagens policiais. Em seguida, o rapper

se refere ao processo de escravidão que sequestrou povos africanos de seu continente de origem e, os inseriu forçadamente em um território estrangeiro para servirem de mão-de-obra para a engrenagem do sistema comercial do europeu.

Djonga ao tratar da escravidão convida seu interlocutor para refletir sobre a quebra de autoestima do povo negro causada por esse processo que inferiorizou e subjugou o negro e, ressalta que na contemporaneidade essa reconstrução tem sido feita, mas, não é uma tarefa fácil. Em um outro trecho o rapper, direciona a atenção de seu ouvinte para o problema do tráfico de drogas e armas de fogo nas favelas do Brasil. Num país em que o número de crianças no tráfico aumenta cada vez mais, majoritariamente crianças negras, a legislação parece corroborar com esta triste realidade, as penas para menores infratores são mais brandas, o que só aumenta o interesse dos traficantes em recrutá-los. A discussão sobre a diminuição da maioridade penal para responder à crimes também não acrescenta muito na transformação destas condições, o que deveria de ser proposto eram: medidas sócio-educativas para reintegrar esses jovens à sociedade, educação de qualidade e oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

No segundo verso o artista faz uma alusão ao filme “*Get out*” do diretor Jordan Peele e, explora as violências físicas e psicológicas que a comunidade negra enfrenta. A tentativa de fugir de pensamentos, ideias e opressões mostram o quanto o negro se sente desconfortável e inseguro de suas próprias ações numa sociedade racista. Assim como afirmou Frantz Fanon no livro *Pele negra: Máscaras brancas* (1952) que “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização européia. Precisamos ter coragem de dizer: *é o racista que cria o inferiorizado*”, Djonga no final da música faz um apelo para o povo negro, convocando-os para questionar e para, além disso, romper com as estruturas sociais racistas que por séculos marginalizaram o negro.

## **AUTOCONSCIÊNCIA: A DESCOBERTA DO SER NEGRO**

Du Bois inicia o livro “*As Almas do Povo Negro*” (1999) nos trazendo um questionamento que assola pessoas negras em todo o mundo desde os tempos da escravidão até os dias atuais, a pergunta sugere que o corpo negro causa estranheza e, logo, é visto pelo homem branco como um problema. O autor que viu mesmo que indiretamente a pergunta “Como se sente sendo um problema?” atravessar sua vida em diversas situações, se utiliza dela em seu texto para investigar os sentimentos mais profundos que essa rejeição causa no interior do inferiorizado.



Partindo da premissa de que nem negros e nem brancos já nascem com o pensamento de inferioridade e de superioridade inculcado em suas mentes, julgo aqui ser importante refletir sobre o momento em que estes lhes é apresentado. De forma abrupta, é durante a infância no momento de socialização com outras crianças que as diferenças se tornam latente. Evidentemente existem informações prévias já dadas socialmente, visto que, vivemos inseridos num sistema em que a diferença é o sustentáculo da engrenagem econômica (1999). A partir disso, a associação entre poder e superioridade versus inferioridade e o “outro” acontece de maneira quase que natural.

Du Bois foi acometido por esse momento de estranheza como ele mesmo descreve quando ainda era uma “coisinha”, a rejeição pairou sobre sua cabeça como uma sombra que o encobriu e o enclausurou em sua negritude:

Compreendi, instantaneamente, que eu era diferente dos demais; ou similar, quiçá, no coração, na vida, no aspirar, mas apartado de seu mundo por um imenso véu. A partir de então, não senti qualquer vocação para arrancar aquele véu, arrastar-me através; mantive-os, todos, distantes em recíproco desdém, e vivi ao alto, numa região de céu azul e grandes nuvens errantes. O céu era tanto mais azul quando eu podia derrotar meus colegas, em tempos de provas, ou abatê-los nas disputas de atletismo, ou mesmo bater em suas emplastadas cabeças. Que pena!, com o passar dos anos todo esse agradável desprezo foi desaparecendo; por que tudo que aspirei, com suas deslumbrantes oportunidades, era seu, não me pertencia. (DU BOIS, p.38, 1999)

No trecho acima podemos ver com clareza o que o racismo e conseqüentemente a rejeição causou na vida do eu-lírico. O isolamento e a introspecção foram suas armas de autodefesa e, a tentativa de vencer seus oponentes em diversos setores da vida para provar a si mesmo e a todos o seu valor, fez com que nosso interlocutor vivesse por anos numa eterna disputa que somente na vida adulta compreendeu que, o lugar do qual partia era totalmente distinto e inferior ao de seus colegas brancos e que ao final dessa linha de chegada para ele não existia prêmio.

A realidade de muitos jovens negros é cruel e aprisionadora, como podemos extrair de alguns trechos da música de Djonga como, por exemplo, “*Durante o dia eu só tinha vivido o ódio, Deus me deu o frio e não me deu o cobertor, Perdão Senhor, mas na pista eu só vejo sódio*” o negro perante a sociedade é associado ao delinquente, ao subversivo, aquele que deve ser temido e excluído do âmbito social, pois sua presença causa incômodos. Du Bois escreve sobre as inquietações e pensamentos que incessantemente rondam a mente do negro:

Por que Deus me fez um pária, um estranho em minha própria casa? As sombras do presídio envolveram-nos todos: muralhas estreitas e resistentes para os mais claros; mas inexoravelmente estreitas, altas e inescaláveis para os filhos da noite, que devem penar mais no escuro, resignados, ou bater inutilmente as palmas contra a rocha, ou

tranquilos, meio-desanimados, contemplem o cintilar do azul acima. (DU BOIS, p.38-39, 1999)

Para além das amarras que aprisionam o negro, Du Bois chama a atenção de seu leitor para a questão da miscigenação, é sabido que negros de pele clara sofrem com o racismo e estigma de sua cor assim como os negros retintos, porém, a sombra que os encobre talvez possua diferentes tamanhos. O negro de pele clara tem maior passabilidade do que um negro retinto, logo, para os negros de pele escura as barreiras impostas pelo racismo são mais difíceis de serem rompidas (1999).

Em síntese, os apontamentos de Du Bois nos fazem refletir acerca da complexidade que é ser negro num mundo branco. Para além da violência do racismo é preciso lidar com os pensamentos, sentimentos e amarguras que assolam a mente do negro. O processo de autoconsciência/descoberta de sua condição pode ser um mecanismo libertador frente ao sistema que o subjuga, mas, também tomar consciência de si nessas condições é o processo cruel.

## A AUTOCONSCIÊNCIA E O COMPLEXO DE INFERIORIDADE

Falo de milhões de homens que deliberadamente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo. (Aimé Césaire, Discurso sobre o colonialismo).

Partindo das reflexões do psiquiatra martinicano, Frantz Fanon em seu primeiro livro *Pele negra: Máscaras brancas* (1952) no capítulo intitulado, “Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado” procuraremos aqui pensar os fatores determinantes para a construção de uma autoconsciência alicerçada na inferiorização. O questionamento que almejamos responder aqui é: está fadada a autoconsciência do negro a sempre se construir nos pilares de inferiorização deixados pela escravidão?

Sabemos que o colonizador se apropriou dos corpos, da cultura, da história e do território do negro por meio da violência física direta, mas, o que não nos é corriqueiro pensar é na violação simbólica, que sequestrou o protagonismo do povo negro de sua própria história. Fanon parte das afirmações do psicanalista francês, Octave Mannoni na obra *Psychologie de la colonisation* para desfazer os equívocos e malentendidos acerca da origem do complexo de inferioridade do negro, através da análise psicológica.

Ao tratarmos de uma questão tão complexa quanto é a variedade de possibilidades que podem vir a surgir a partir do encontro de dois povos distintos, saliento aqui: é preciso sermos

cautelosos em nossas conclusões. Segundo Fanon “O problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições”. Ademais o autor evoca Mannoni para explicitar o caráter patológico da relação que se estabelece nesse contato entre dois povos, ou seja, Fanon define que o homem branco é fortemente movido pelo desejo de solucionar seu incômodo em relação ao outro.

Após ressaltar que os pensamentos de Mannoni foram honestos, porém, nenhum um pouco aprofundados Fanon tece duras críticas aos equívocos cometidos por seu interlocutor. A afirmação de que existe no negro um “gérmen” de inferioridade desde a infância, assim como um filho herdada uma patologia crônica de seu pai soa mais do que grotescamente para as análises de Fanon:

Reconhecemos nisso o mecanismo de explicação que, em psiquiatria, dá no seguinte: existem formas latentes de psicose que se tornam evidentes após um traumatismo. E em cirurgia: o aparecimento de varizes em um indivíduo não se origina de sua obrigação de ficar dez horas em pé, mas de uma fragilidade de constituição da parede venosa; o modo de trabalho não é senão uma condição favorecedora, e o super-expert solicitado decreta que a responsabilidade do empregador é muito limitada. (FANON, p.85, 1952)

O super-expert citado acima é Mannoni. Ironizando a afirmação de seu interlocutor Fanon evidencia que na visão do psicanalista francês, o colonizador não possui nenhuma responsabilidade sequer com os males que acometem o negro. No pensamento de Mannoni se no negro habita um gérmen de inferioridade, logo, este é acionado em situações de adaptação e convívio com o outro (branco).

Fanon procura deixar claro ao seu leitor seu posicionamento em relação ao racismo e, enfatiza que a raiz deste problema se encontra nas estruturas sociais alienantes que servem de instrumento para por em prática as pautas de um sistema econômico baseado na desigualdade e na diferenciação entre os homens:

Defendemos, de uma vez por todas, o seguinte princípio: uma sociedade é racista ou não o é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas. (FANON, p.85, 1952)

Assim o autor responsabiliza toda uma sociedade de sua parcela de culpa na manutenção de sistemas econômicos que oprimem e escravizam grupos.

Ademais, o autor ressalta que comparar opressões, tentar qualificá-las com mais brandas ou mais severas ou até mesmo analisar as diferentes formas de racismo que se deram ao longo na história da humanidade, é um desserviço que de maneira nenhuma nos aproximará de solucionar nosso problema:

Pedimos desculpas, mas gostaríamos que aqueles que se encarregam de descrever a colonização lembrem-se de uma coisa: é utópico procurar saber em que um comportamento desumano se diferencia de outro comportamento desumano. Não queremos de modo algum inflar o mundo com nossos problemas, mas gostaríamos de perguntar a Monsieur Mannoni se ele não percebe que, para um judeu, as diferenças entre o antissemitismo de Maurras e o de Goebbels são imperceptíveis. (FANON, p.85, 1952)

Fanon nos chama a compreender que as barreiras econômicas surgem a partir do medo da concorrência, nos fazendo refletir acerca do desejo que o branco europeu tem de proteger os seus “iguais” das classes mais baixas para que ele mesmo (detentor do capital) não seja afetado. Logo, subjugar o outro (estrangeiro) se torna a opção mais cabível.

A exploração pode se configurar de diversas formas, em diferentes contextos, ser aplicada a povos completamente distintos um do outro, contudo, o que as iguala é uma única coisa: o homem. Toda forma de opressão é destinada ao homem e também é derivada dele e, majoritariamente essas opressões procuram na bíblia uma base sólida para se alicerçar. O que é fundamental para Fanon pensar é: como repor o homem no seu lugar.

Encaminhando-nos para as conclusões deste trabalho, julgo necessário apontar aqui que a partir das colocações de Frantz Fanon, podemos compreender que o complexo de inferiorização que acomete o homem seja ele, o negro no processo de escravidão colonial ou o judeu durante o período do nazismo, existe a partir do processo de dominação e exercício do poder. Ainda nas palavras de Fanon:

O anti-semitismo me atinge em plena carne, eu me emociono, esta contestação aterrorizante me debilita, negam-me a possibilidade de ser homem. Não posso deixar de ser solidário com o destino reservado a meu irmão. Cada um dos meus atos atinge o homem. Cada uma das minhas reticências, cada uma das minhas covardias revela o homem. (FANON, p.87, 1952)

A violação do direito de “ser” é uma questão que atinge e deveria causar incômodo em todos. Numa sociedade quando um determinado grupo é oprimido pela parcela menor detentora do poder econômico, nota-se que todo o restante da população falhou, visto que, ao nos calarmos frente a opressão que não nos atinge diretamente tornamo-nos cúmplices daqueles que são os agentes desta opressão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Éramos milhões, até que vieram vilões  
O ataque nosso não bastou  
Fui de bastão, eles tinham a pólvora*

*Vi meu povo se apavorar  
E às vezes eu sinto que nada que eu tente fazer vai mudar  
Auto estima é tipo confiança, só se quebra uma vez  
Tô juntando os cacos, não Barcelos, nem Antibes  
Sou antigo na arte de nascer das cinza*

Resgatando mais uma vez um trecho da música de Djonga, gostaria de elucidar aqui minhas considerações acerca da autoconsciência do negro. Depois de analisar as reflexões de Du Bois e Frantz Fanon considero que para o negro o processo de autoconscientização de sua condição, dentro das estruturas racistas fruto dos sistemas econômicos que regem o mundo, perpassa sim, pelas heranças de inferiorização deixadas pelo processo colonial. Não podemos fugir disso, contudo, acredito que a ressignificação dessa autoconsciência seja a chave para trilharmos um caminho em direção a mudança e, esta é uma tarefa de todos.

A violência colonial sofrida pelo povo negro aprisionou num passado remoto seus corpos e mentes, a herança deste processo presente na atualidade limita suas subjetividades e as representações, no entanto, é nossa responsabilidade transgredir a esses aprisionamentos, libertarmo-nos e construirmos um horizonte ressignificado para as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

CÉSARIE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

DUBOIS, W.E.B. Sobre nossos Embates Espirituais. As Almas do Povo Negro. São Paulo: Lacerda Editora, 1999.

FANNON, Frantz. Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado. Pele negra máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

# CAPÍTULO 4

## FANATISMO POLÍTICO BRASILEIRO EM MEIO A PANDEMIA COVID-19

**Flávia Délia de Souza Queiroz**, Graduanda em Filosofia. Universidade Estadual da Paraíba, UEPB/DFIL

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o que é o fanatismo e como ele se manifesta na mente humana, a fim de buscar uma explicação lógica e científica para certos comportamentos de determinados grupos, neste caso, em específico, na vertente política, e como tais comportamentos podem afetar a sociedade de um modo geral. Toda essa discussão se faz de suma importância e necessária diante de declarações polêmicas do nosso atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (pleito de 2019/21), aliadas com atos de protesto promovidos por uma quantidade significativa de seus seguidores e opositores em meio ao cenário da pandemia COVID-19 no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fanatismo. Fanatismo político. Presidente da República. Covid-19. Brasil.

### INTRODUÇÃO

A ideia de Fanatismo é polêmica, seja em qual for o seu emprego ou ramificação sempre será questionada se sua colocação não seria uma escolha imprudente/precipitada para se referir ou classificar algo. Entretanto de 2020 ao presente 2021 tal palavra tem sido utilizada diversas vezes em vários meios de comunicação, como também tem se tornado comum associar instantaneamente certos atos de alguns grupos ao fanatismo, sobretudo quando fazemos a junção de fanatismo com política.

O presente artigo tem como propósito fazer uma breve passagem histórica sobre o que realmente seria fanatismo, onde ele surgiu, como se manifesta cientificamente em nosso cérebro; como ele, em sua linha política, pode nos levar a fazer coisas imprudentes por tamanha fascinação e veneração a quem seria o nosso ídolo; e como tudo isso pode afetar uma sociedade fragilizada diante da pandemia COVID-19, por meio de uma ótica crítica filosófica.

Tal assunto traz consigo uma importância singular e necessária a ser abordado neste momento, diante do excesso da utilização desse termo e após diversas falas públicas dadas pelo

atual presidente da república Jair Messias Bolsonaro, que deixaram em uma situação instável, desde seus apoiadores a oponentes; tudo isso em meio ao caos sanitário mundial, que chega a ser ainda mais gritante em nosso país. Como também para que possamos chegar a um possível parecer se estamos ou não no cenário político atual a vivenciar o ápice de manifestos fanáticos no Brasil.

## **O QUE SERIA FANATISMO? QUAL A SUA ORIGEM? E COMO ELE SE MANIFESTA CIENTIFICAMENTE EM NOSSA MENTE?**

A palavra fanatismo nasceu no latim *fanaticus* e carrega consigo o significado de “louco, entusiasta, inspirado por algum Deus”(SCHMAELTER, 2020), no seu original “relativo a um templo”, *fanum*. Filosoficamente, tal palavra só começou a ser utilizada a partir do século XVIII e seu emprego tinha como principal sentido “entusiasmo” como na Grécia Antiga, mas também carregava consigo o sentido de divino, exaltação e certeza de possuir a verdade e o bem. De um modo geral tais especificações não eram tão preocupantes, mas com o passar dos séculos isso sofreu mudanças bruscas. Através de uma busca ágil na internet ou em um dicionário, fanatismo carrega consigo a rotulagem de “zelo religioso obsessivo que pode levar a extremos de intolerância; facciosismo partidário; alinhamento cego a um sistema ou doutrina; consideração excessiva a alguém ou algo”(FERREIRA, 2020) e assim ele é levado diretamente ao entendimento de uma característica doentia. Essa mudança de significação se deve sobretudo a atos de intolerância religiosa e a promoção de diversas ações violentas por determinados grupos e segmentos políticos durante a história da humanidade, tais como aconteceram por exemplo na construção do Cristianismo e do Nazismo que buscavam a unidade no mundo. Como o Filósofo francês Denis Diderot afirmou: “Do fanatismo à barbárie não há mais do que um passo”(DIDEROT, 2021).

Para compreendermos como esse entusiasmo e essa admiração inicial podem chegar a um nível alarmante quando sentidos em excesso, também temos a necessidade de recorrer a uma explicação científica do que seria e qual seria o trajeto percorrido pelo fanatismo em nossa mente. Num dos episódios do quadro “Correspondente Médico” da CNN Brasil (canal de televisão por assinatura brasileiro) o neurocirurgião Fernando Gomes explicou qual parte do nosso cérebro é responsável pelo fanatismo e suas particularidades, ele declarou:

“Existe uma parte do cérebro onde nossa consciência existe e transita, os lobos frontais. Existem diversas habilidades mentais relacionadas a essa região, uma delas é o controle inibitório. Em uma pessoa fanática ou que tenha tendência ao fanatismo

muito grande, a pessoa sabe o que é certo ou errado mas, quando tem um comportamento puxando para um lado só, com uma certeza muito grande e sem freio, é preocupante. (...) A gente vê isso na política, na religião, no futebol... Não é que a pessoa tenha uma agressividade embutida, pessoas são alimentadas com esse tipo de validação de comportamento e acaba estimulando. Quando outras pessoas, parceiros ou pessoas próximas validam ou acrescentam um ato, aquilo faz sentido" (BARBOSA, 2021).

Com tais declarações podemos concluir onde exatamente se encontra o fanatismo em nosso cérebro e que a pessoa fanática tem consciência dos seus pensamentos e conseqüentemente de suas ações, nem sempre a mesma têm noção dos limites, mas tem entendimento do que seria prudente ou não fazer e falar.

Muitas vezes o que ocorre é que estas pessoas acabam por optar pelo lado que mais se assemelham ou veneram em situações diversas, sem se importar se a sua escolha realmente estaria correta ou errada, principalmente se existem mais pessoas que tenham a mesma linha de pensamento em seu ciclo de convivência e defendem a todo custo tais linhas. Algo que vale ressaltar é que a pessoa fanática não é agressiva em seu princípio, a agressividade é cultivada com o passar do tempo, com a demasia do que ela acredita ser o correto e que na sua opinião tem importância superior a outros pensamentos do mesmo âmbito.

O fanático não se dá conta que é um, no fundo ele é apenas um admirador cego que ainda não desenvolveu capacidade suficiente de julgar o seu ídolo da maneira que o mesmo deveria ser julgado. Apenas o segue, e repete todos os seus atos e falas fielmente, com a certeza que tais comportamentos estão acima de qualquer outro.

## **COMO O FANATISMO EM SUA LINHA POLÍTICA OPERA? A QUE PONTO TAL ADMIRAÇÃO E VENERAÇÃO EM EXCESSO POR UM POLÍTICO OU UMA LINHA POLÍTICA PODE NOS LEVAR?**

O fanatismo político nada mais é que uma admiração e veneração exacerbada por uma figura política ou um segmento político. Essa veneração se funda em cinco motivos, mais precisamente em cinco sentidos humanos, como pontua o psicólogo clínico Bayard Galvão: “No medo; No encontro de um sentido; No prazer; Na incapacidade crítica e na solidão” (GALVÃO, 2016) e então tal fã passa a achar que a solução dos cinco “problemas” dele citados acima não podem ser encontrados em si, e sim achados noutra pessoa, numa figura política, passando assim a tê-lo com um ídolo e o seguindo sem nenhum questionamento, como no fanatismo comum, muitas das vezes até roubando a identidade do mesmo e tentando inseri-la a todo custo na sua vida por achá-lo forte e corajoso o bastante. Como a filósofa alemã



Hannah Arendt um dia citou: "Quanto mais superficial alguém for, mais provável será que ele ceda ao mal. Uma indicação de tal superficialidade é o uso de clichês" (ARENDR, 1995).

Essa ramificação do fanatismo segue a mesma linha cronológica que o fanatismo em sua origem, mas desta vez tal fanático se torna ainda mais perigoso, pois justifica tudo o que faz como sendo necessário, visando um bem maior não só para si mas para toda a nação, estessão os "patriotas". O fã patriota segundo as duras palavras de Anderson Luiz é: " O que faz de suas ideologias espadas de guerra e o idólatra (seja o ídolo que for), são fanáticos contumazes. Esses são capazes de morrerem ou matarem por fanatismo"(BATISTA, 2015). Temos como duros exemplos disto o Nazismo e o Fascismo, e em âmbito nacional a Ditadura Militar de 1964.

Pessoas que compõem esta ramificação do fanatismo segundo Davi Lago são:

"(...) incapazes de conjugar esforços, interagir civilizadamente, respeitar seus adversários (reais e imaginários) porque negam a estes o valor mais elementar: a dignidade humana." e ainda frisa: "O fanatismo político cresce no vazio de propostas, na atmosfera de irracionalidade e na promoção de um constante "nós" contra "eles" – onde "eles" são seres humanos esvaziados de sua humanidade. A cidadania democrática, por outro lado, é propositiva, dialogal e compreende as interações de cada "eu" e "tu" sempre dentro do "nós" (LAGO, 2020).

## **PRINCIPAIS FALAS POLÊMICAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM MEIO APANDEMIA COVID-19. MANIFESTOS A FAVOR E CONTRA TAIS FALAS. COMO TUDO ISSO CONSEGUIU AFETAR AINDA MAIS UMA SOCIEDADE FRAGILIZADA PELA PANDEMIA?**

Desde o início da pandemia COVID-19 o presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Sem Partido), persistiu em minimizar a gravidade de tal doença, e em seus principais aparecimentos em frente a imprensa nacional deixava isso evidente, indo contra e repassando para a população brasileira orientações desencontradas as de autoridades de saúde sanitárias.

Principal defensor da Cloroquina contra o tratamento da COVID-19 (cujo medicamento foi comprovado pela Organização Mundial de Saúde que não possui nenhum efeito positivo para combater a doença) e principal crítico perante a China a acusando de ter criado tal vírus e o disseminado pelo mundo visando fins lucrativos com o comércio. Além de geralmente aparecer sem máscara ou a utilizando de uma forma inapropriada e proporcionando/cedendo a aglomerações promovidas pelos seus eleitores e seguidores. Bolsonaro estampou diversos jornais nacionais e internacionais com suas falas e ações sem prudência perante a

pandemia. Selecionei algumas principais falas do presidente de uma matéria da BBC News<sup>10</sup> para nos recordarmos do trajeto percorrido por ele quando questionado sobre a pandemia no Brasil e no mundo, em meio ao desespero da população nacional brasileira vendo o tão temido vírus se aproximar ferozmente ao nosso solo:

Em um de seus primeiros comentários públicos sobre a doença, o presidente declarou que a imprensa havia exagerado sobre a gravidade da doença: "Tem a questão do coronavírus também que, no meu entender, está superdimensionado, o poder destruidor desse vírus", disse o presidente em evento em Miami no dia 9 de março de 2020.

Alguns dias depois, num pronunciamento veiculado na televisão, no dia 24 de março de 2020, quando o país registrava mais de 10 mortes pelo vírus, o presidente criticou o fechamento de escolas e comércios. Ele ainda comparou a contaminação por coronavírus a uma "gripezinha" ou "resfriadinho" e disse que, se ficasse doente, não sofreria. Ele afirmou:

"Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão" (RELEMBRE..., 2020).

Brasileiros de ao menos seis capitais protestaram com painéis no dia desta polêmica frase na televisão e nos dias seguintes.

Bolsonaro se posicionou contra o isolamento social e dizia, nos primeiros meses da pandemia, que era preciso isolar apenas pessoas de saúde frágil. No final de março, após um passeio que provocou aglomeração, o presidente disse: "Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia"

No final de abril de 2020, o presidente foi perguntado por um repórter o que ele tinha a dizer sobre o recorde diário de mortes notificadas naquele dia. Ao que o presidente respondeu: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre", disse, em referência ao seu nome, Jair Messias Bolsonaro. Em seguida, o presidente perguntou se alguém gravava a entrevista ao vivo. Quando soube que sim, se direcionou a essa pessoa e disse que lamentava as mortes: "Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas. Mas é a vida. Amanhã vou eu", disse ele.

No dia 10 de junho de 2020, enquanto conversava com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, Bolsonaro mandou uma mulher que o questionava sobre o número de brasileiros

mortos pela pandemia de COVID-19 "cobrar do seu governador". Dois dias antes, pelo Twitter, ele havia dito: "lembro à Nação que, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), as ações de combate à pandemia (fechamento do comércio e quarentena, por exemplo) ficaram sob total responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos".

Em 07 de Julho de 2020, ao confirmar que contraiu COVID-19, o presidente afirmou que sentiu: "mal-estar, cansaço, um pouco de dor muscular". "Quanto a repouso, isso é particular meu. Eu não sei ficar parado. Vou ficar despachando por vídeo conferência", afirmou o presidente, que disse estar se sentindo "impaciente". "Eu estou impaciente, mas vou seguir os protocolos. O cuidado mais importante é com seus entes queridos, os mais idosos. Os outros também, mas não precisa entrar em pânico. A vida continua", afirmou.

Vendo um pouco do trajeto de Bolsonaro no início da pandemia vemos como foi possível o Brasil ter sido palco de capas de revistas e jornais nacionais e internacionais por meio de tais declarações polêmicas de quem deveria nos guiar, auxiliar e evitar ao máximo baixas na população.

Durante esses eventos houveram protestos incessantes da população contrária à "direita", com vários painéis e diversas publicações em redes sociais. Em resposta, os apoiadores do presidente faziam passeatas em carros ou caminhadas, trajados de verde e amarelo (sua marca registrada), sem utilizarem máscaras e munidos de faixas e cartazes defendendo o presidente a todo custo, e sempre afirmando que suas falas eram positivas e sensatas perante a situação da pandemia no momento. Promoveram ainda diversas publicações e vídeos em redes sociais atacando ferozmente os governadores dos estados que não seguiam o que o presidente defendia, o STF, a imprensa e o isolamento social. Como também insistiam na Hidroxicloroquina como principal remédio contra a COVID-19. Tais ações de seus seguidores tem grandes semelhanças ao fanatismo político.

Toda essa instabilidade nacional política resultou em milhares de mortes, muitas esperadas por decorrência da COVID-19, mas também uma boa parcela delas por terem ingerido medicamentos por conta própria sem nenhuma consulta médica, acreditando que tais remédios teriam eficácia contra a doença. Outras mortes foram por falta de oxigênio e drogas suficientes em hospitais de referência ao tratamento da COVID, que deveriam ter sido distribuídos de uma forma ampla, rápida e eficaz pelo país através do Ministério da Saúde.

A população se encontra aflita com o constante temor da morte por meio do vírus. Com isso a propagação do termo fanatismo político ganhou ainda mais espaço diante destes

acontecimentos, sendo sempre associado ao bolsonarismo. A cada dia o brasileiro lida com a perda e a cada amanhecer a esperança de dias melhores lhe parece uma miragem.

## **ESTAMOS A VIVENCIAR NO BRASIL O ÁPICE DE MANIFESTOS FANÁTICOS POLÍTICOS?**

Uma boa parte da sociedade brasileira acredita que sim, o caos da pandemia provocou uma espécie de estopim para o que havia se encaminhando a anos finalmente se concretizar. Estas pessoas ainda chegam a afirmar que os fanáticos políticos nacionais são em sua grande porcentagem os bolsonaristas, e diga-se de passagem, seguindo a história e a trajetória deles os mesmos preenchem muitos requisitos do fanatismo político, principalmente no ponto de idolatrar acima do bem e do mal sua figura principal, que seria neste caso o presidente Jair Messias Bolsonaro.

## **CONCLUSÃO**

Com o término desse artigo podemos concluir o que de fato seria Fanatismo, uma tendência exacerbada de admiração e idolatria a alguém e suas atitudes, muitas vezes vista como solução para os seus medos, seus prazeres, sua solidão, sua incapacidade crítica e o encontro de um sentido para sua existência.

A ramificação política é tudo que o fanatismo nato é, só que com ainda mais animosidade podendo ser o propulsor de grandes barbáries.

Pudemos ainda pela visão da ciência saber que em nossos *Lobos frontais* se encontram a consciência e o discernimento do certo e do errado, como também quando algo tende a um a mais em peso que o outro é preocupante, pois aí se desenvolve o fanatismo em nós. O fanatismo ganha ainda mais espaço na nossa vida quando alguém o alimenta conosco e assim desenvolve em nós uma agressividade que não tínhamos anteriormente, principalmente quando ainda não temos a nossa identidade formulada por completo, ele nos penetra com mais facilidade.

Ainda fizemos uma passagem por momentos marcantes do início da pandemia da COVID-19 através de falas polêmicas do então presidente da República Jair Messias Bolsonaro e tivemos a percepção do que tais falas provocaram revoltas na nação brasileira e no mundo. Enxergamos o medo da doença e da morte ainda mais gritantes, milhares de baixas na população em âmbito nacional que poderiam ter sido evitadas e o espaço ainda mais aberto para

o uso do termo fanatismo político ser associação como definição para atitudes debolsonaristas.

Por fim chegamos à seguinte questão: O Brasil realmente está enfrentando um ápice de manifestos fanáticos políticos? A resposta não é precisa, mas grande parte da população brasileira acredita que sim e ainda aponta os bolsonaristas como principais protagonistas detal cenário.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar. Trad. Antonio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BARBOSA, L. Correspondente Médico: A parte do cérebro responsável pelo fanatismo. 7. jan. 2021. Disponível em: [nnbrasil.com.br/saude/2021/01/07/correspondente-medico-a-parte-do-cerebro-responsavel-pelo-fanatismo](https://nnbrasil.com.br/saude/2021/01/07/correspondente-medico-a-parte-do-cerebro-responsavel-pelo-fanatismo). Acesso em: 20 jun. 2021.

BATISTA, A. L. Consciência Viva. Disponível em: <https://conscienciaviva.wordpress.com/2015/11/13/sobre-o-fanatismo>. 13 nov. 2015. Acesso em: 20 jun. 2021.

DIDEROT, D. Frase de Diderot. Disponível em: <https://kdfrases.com/frase/146354>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Dicionário Aurélio Língua Portuguesa**. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2020. 856p.

GALVÃO, B. No limite da adoração. Revista Eletrônica Mundo Secreto do Cérebro. Disponível em: <https://processohoffman.com.br/revista-mundo-secreto-do-cerebro-fanatismo/>. 25 out. 2016. Acesso em: 20 jun. 2021.

LAGO, D. A lógica desumanizadora do fanatismo político. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/a-logica-desumanizadora-do-fanatismo-politico/>. 22 set. 2020. Acesso em: 20 jun. 2021.

RELEMBRE FRASES DE BOLSONARO SOBRE A COVID-19. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. 07 jul. 2020. Acesso em: 20 jun. 2021.

# CAPÍTULO 5

## A REFLEXÃO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS REALISTAS NA CONTEMPORANEIDADE POR INTERMÉDIO DA INVASÃO DO IRAQUE EM 2003

**Leonardo Luiz Silveira da Silva**, doutor em Geografia, professor EBTT, IFNMG, campus Salinas

**Bruno de Araújo Rangel**, especialista em educação, professor de história, Colégio Santo Antônio, BH

**Ramon Moreira Gonçalves Finelli**, graduado em geografia, professor de geografia, Colégio Santo Agostinho, BH

### RESUMO

Na virada dos séculos XIX e XX, quando Rudolph Kjéllen cunhava o termo geopolítica, o realismo político consagrava-se como uma teoria explicativa dominante para o entendimento das relações de poder em âmbito global. Passadas as duas Grandes Guerras Mundiais, a interdependência das nações pareceu um caminho sem volta, ainda que, durante o período da Guerra Fria, as oposições ideológicas pudessem colocar limitações políticas à integração que já era possível devido aos avanços dos transportes e comunicações. Na década de 1970, o Realismo encontrou na academia, no seio das Relações Internacionais, uma teoria rival com grande poder explicativo para o rearranjo da ordem futura: o Liberalismo, entendido como uma teoria que aponta as instituições internacionais e a interdependência do comércio como forças poderosas no que tange à explicação das relações de poder em âmbito global. Este trabalho pretende apontar, através da invasão do Iraque de 2003, duas maneiras distintas de interpretar o mesmo evento à luz do Realismo e do Liberalismo, objetivando verificar suas limitações em um mundo ainda em transição no que tange à consolidação ou à caducidade de seus pressupostos analíticos. Para tanto, centra-se nas características do mundo contemporâneo que vem colocando em xeque alguns dos pressupostos realistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Realismo; Liberalismo; Invasão ao Iraque; Ordem Mundial.

### INTRODUÇÃO

O mundo nem sempre esteve dividido em um sistema de Estados. Este se forma quando dois ou mais Estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco em suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo (BULL, 2002, p.15). A forma dominante de leitura do sistema internacional na virada dos séculos XIX e XX é o sistema anárquico de Estados, composto de Estados que são relativamente coesos, porém, sem nenhum governo superior acima deles (NYE, 2009, p.3). O período

retratado é marcado por grandes divergências no ambiente europeu protagonizadas pelos tradicionais impérios coloniais e pelos poderes estatais em ascensão. Neste contexto, tornaram-se icônicas as obras de Friedrich Ratzel (*Geografia Política* de 1897), Halford Mackinder (*O pivô geográfico da história* de 1904) e Camille Vallaux (*O solo e o Estado* de 1910). Tais obras tiveram ao seu modo grande papel para o desenvolvimento da geografia política e da geopolítica. Coube, contudo, a Rudolf Kjéllen, a cunhagem do termo geopolítica. O autor em questão concebia a geopolítica como um ramo autônomo da ciência política, distinguindo-a da geografia política, para ele um sub-ramo da geografia (COSTA, 2013, p.56). Caberia à geografia política um caráter de neutralidade científica, enquanto que a geopolítica seria um fazer orientado ao atendimento dos interesses do Estado. Os autores alemães pós-Ratzel experimentaram o estigma de possuírem em suas abordagens um caráter apologético e doutrinário, carente de validação epistemológica. Nesse sentido, a geopolítica alemã teria renunciado deliberadamente a todo espírito científico. Crítica semelhante poderia ser feita ao inglês Halford Mackinder, que se inspirou no contexto da rivalidade anglo-russa e na oposição dos poderes marítimo britânico e terrestre czarista (MELLO, 1999, p.16). Sua leitura de mundo servia também como um alerta aos estrategistas britânicos o que lhe custou a alcunha de *russóforo* (PARKER, 1998, p. 106). Conclui-se, a partir das definições propostas, que é impossível existir uma geopolítica universal, pois seria conceitualmente contraditório. Afinal, a geopolítica ficou conhecida como um saber direcionado para o interesse do Estado sendo assim muito particular para ser universal.

Ao longo do século XX o campo das relações internacionais conheceu uma série de teorias que tentam explicar como se dá a dinâmica do sistema internacional. A teoria mais tradicional e que era dominante no início do século em questão era o realismo político. O realismo tem sido a tradição dominante no pensamento sobre a política internacional. Os realistas partem do pressuposto que existe um sistema anárquico de estados (NYE, 2009, p.3), ou seja, não há uma autoridade que esteja acima das grandes potências estatais e que seja capaz de manter a ordem internacional a partir de determinadas leis ou princípios. De acordo com Jackson e Sorensen (2007, p.102), o realismo baseia-se em quatro premissas básicas:

- 1- uma visão pessimista da natureza humana;
- 2- uma convicção de que as relações internacionais são necessariamente conflituosas e os conflitos internacionais são, em última análise, resolvidos por meio da guerra;
- 3- apreciação pelos valores da segurança nacional e da sobrevivência estatal;
- 4- um ceticismo básico com relação à existência de um progresso comparável ao da vida política nacional no contexto internacional. (JACKSON E SORENSEN, 2007, p. 102).

A partir da segunda metade do século XX, devido às mudanças substanciais na vida política nacional e internacional, o realismo político passou a enfrentar, pelo menos em ambiente acadêmico, teorias baseadas em princípios contraditórios aos seus e que conseguiam explicar razoavelmente determinados fenômenos do seu tempo. O fim da balança bipolar da Guerra Fria foi, neste particular, um marco notável à medida que possibilitou um rearranjo da ordem internacional que foi favorável à ascensão de teorias concorrentes ao realismo. Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 deram origem a uma grande empreitada militar norte-americana na Ásia, iniciada com a invasão do Afeganistão e posteriormente com a invasão ao Iraque ocorrida no ano de 2003. Notavelmente a invasão do Iraque e toda a discussão que antecedeu a ação militar dos americanos e aliados permitiu que bons argumentos surgissem de teóricos alinhados com o realismo e com o liberalismo (corrente das relações internacionais alternativa à tradição realista). Desta forma, o episódio em questão transformou-se um importante marco para a reflexão sobre a eficiência dos pressupostos realistas na contemporaneidade. Tal reflexão coincide com a própria natureza da geopolítica que, nascida como um saber a serviço dos interesses do Estado e diante as características do mundo contemporâneo, tenha que levar em conta os pressupostos das correntes das relações internacionais para seu aprimoramento epistemológico. Objetivamos, a partir do episódio da invasão ao Iraque em 2003, avaliar a aplicabilidade dos pressupostos do Realismo Político enquanto ferramenta de interpretação de questões internacionais, apresentando o mesmo fato sobre outra perspectiva analítica: o Liberalismo Institucional.

## INTERLOCUÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Halford Mackinder – assim como alguns teóricos contemporâneos – considerava em suas análises premissas o Realismo Político. Entretanto, desde Mackinder, importantes mudanças ocorreram no mundo. As instituições internacionais passaram a ganhar mais força a partir da Segunda Grande Guerra Mundial. A ONU, criada em substituição à Liga das Nações, viu o seu número de membros aumentar exponencialmente à medida que o processo de descolonização da África e do Sudeste Asiático se aprofundou. Apesar de existirem fisicamente, FMI, OMC, OMS, ONU, dentre outras inúmeras instituições, ainda careciam de legitimidade global, que parece só ter sido fortalecida com o colapso do bloco soviético. O fortalecimento dessas instituições coloca em xeque o princípio realista de que o estado é o principal ator político do sistema internacional. A corrente de pensamento concorrente ao realismo e que



aposta no protagonismo das instituições no cenário internacional é chamada de Liberalismo Institucional (o liberalismo é uma grande corrente de pensamento das relações internacionais que se divide em três subcorrentes: o Liberalismo da Interdependência, o Liberalismo Sociológico e o Institucional, aqui abordado). Os liberais institucionais argumentam que as instituições internacionais ajudam a promover a cooperação entre os estados. As instituições compensariam a falta de confiança entre os estados em uma ordem tipicamente anárquica (ordem global lida pelos realistas no que tange às relações entre os estados). Nesses sentido as instituições permitiriam a transformação das relações internacionais de uma “*selva caótica de política de poder*” em um “*zoológico de intercâmbio pacífico e regulamentado*” (JACKSON; SORENSEN, 2007, p.166). Para os realistas, as instituições estariam à mercê dos grandes poderes estatais, não sendo capazes de retirar o estado de sua posição de principal protagonista das relações internacionais. Este embate teórico permitiu o refinamento do discurso institucionalista, como se lê a seguir:

Os liberais institucionais contemporâneos são menos otimistas do que os seus antecessores idealistas – eles concordam que as instituições internacionais podem tornar a cooperação mais fácil e provável, mas não acreditam que tais organizações podem sozinhas garantir uma transformação das relações internacionais da “selva” para o “zoológico”. Apesar de estarem cientes de que os Estados poderosos não serão completamente coagidos, os liberais institucionais não concordam com o argumento realista de que as instituições internacionais são apenas “pedaços de papel” à mercê total dos Estados poderosos. As instituições são mais do que simples subalternas dos Estados fortes; elas possuem uma importância autônoma e são capazes de promover a cooperação entre os países. (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 166)

A intensificação do processo globalização é uma força que atua em pelo menos duas frentes a favor do liberalismo e, portanto, contrariamente ao realismo político: na frente da proliferação das instituições internacionais e na frente da interdependência econômica. Para a compreensão deste duplo papel, se faz necessário, primeiramente, tratar da essência da globalização, principalmente com a dinâmica tomada a partir do fim do bloco soviético, em 1991. Objetiva-se, com isso, a compreensão da base dos argumentos contrários às premissas realistas.

## **A INTENSIFICAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO, A ASCENSÃO DAS INSTITUIÇÕES E A INTERDEPENDÊNCIA**

A década de 1990 marcou diferenças profundas na sociedade em que vivemos. Primeiramente, foi o momento em que o socialismo caducou como sistema político econômico, a partir da fragmentação da URSS. Em mundo sem a bipolaridade político econômica, entra em

cena a era dos grandes blocos econômicos. Estes buscavam potencializar as relações regionais entre países que se aproximaram economicamente como nunca se registrou. Medidas extremamente protecionistas passaram a ser mal vistas no mercado e serviam para afastar investimentos estrangeiros. A ideia de um Estado extremamente regulador se despedaçou frente aos nossos olhos, dando espaço para a concepção do Estado Mínimo, mais adequado para um mundo em que a flexibilização produtiva era um dos principais motes do capitalismo. Ao mesmo tempo, os avanços das telecomunicações - sobretudo a popularização da Internet - ajudaram a revolucionar o caduco modo de produção dando início a uma era em que os limites do palco das atividades econômicas privadas e estatais se expandiram. David Harvey em seu livro “A condição pós-moderna”, compartilha dessa percepção que aponta para características peculiares do mundo no final do século XX:

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo no final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc. No Ocidente, ainda vivemos em uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica. (HARVEY, 2004, p.117).

A flexibilização produtiva, que se consagrou no final do século XX, é o resultado de uma atuação racional dos grandes empreendedores que viam nas novas tecnologias a possibilidade de fixarem sua base produtiva a muitas centenas de quilômetros do mercado consumidor de seu interesse. O cenário em questão foi construído mediante a ascensão de novas vantagens comparativas que, equacionadas, deram luz a uma nova organização produtiva, caotizando a antiga divisão territorial do trabalho. O barateamento dos transportes associados à existência de países dotados de leis ambientais menos rígidas bem como impostos e mão-de-obra mais baratas mudaram a geografia da produção e da circulação, fazendo com que a antiga dicotomia proposta pela Divisão Internacional do Trabalho tenha se modificado. A nova geografia da produção e da circulação não foi desenhada apenas pela existência de novas áreas de produção, que permitiu que muitos produtos consumidos no ocidente apresentem o registro “*Made in*” Indonésia, Bangladesh ou Vietnã. Foi desenhada também pela existência de novos mercados consumidores potenciais que fazem com que empresas anteriormente genuinamente europeias, japonesas ou americanas cogitem a mudança do seu centro de decisões para países situados naquilo que outrora se convencionou chamar de terceiro mundo. Tais condições descritas contribuem para o cenário presente na obra de Fareed Zakaria intitulada “*O mundo pós-americano*”:

os dois edifícios mais altos do mundo erguem-se em Taipei e Dubai. O homem mais rico do mundo é mexicano, a maior empresa de capital aberto é chinesa e o maior fundo de investimentos tem sede nos Emirados Árabes Unidos. O maior avião do mundo está sendo fabricado na Rússia e na Ucrânia, a maior refinaria está em construção na Índia e as fábricas mais gigantescas estão todas na China. Os cassinos de Macau faturam mais do que os de Las Vegas. A maior indústria cinematográfica não é Hollywood, mas Bollywood, na Índia. Nove dos dez maiores shoppings do mundo situam-se fora dos Estados Unidos e o maior de todos funciona em Beijing (ZAKARIA, 2008, p.12-13).

A ideia de um mundo pós-americano, defendida por Zakaria, defende a ascensão de um poder estatal em substituição a outro decadente. As premissas levantadas em seu livro no parágrafo anterior são explicadas pela existência de um mundo que se organiza de forma interdependente. É menos importante a discussão acerca da ascensão de uma nova potência em substituição a outra. Torna-se mais relevante é o surgimento de uma nova era em que o Estado abre mão de parte do seu escopo de atuação a favor do mercado, contribuindo para que as relações interestatais se intensifiquem. Como consequência da fluidez econômica que vem ignorando limites políticos, o poder relativo dos Estados Unidos vem declinando a favor de outros estados. A partir deste cenário é razoável afirmar que o Estado mais poderoso será aquele que desfrutar de uma ação da iniciativa privada mais pujante. A essência do seu poder será o bem-estar econômico de todo o sistema mundial, dado o elevado grau de internacionalização das economias.

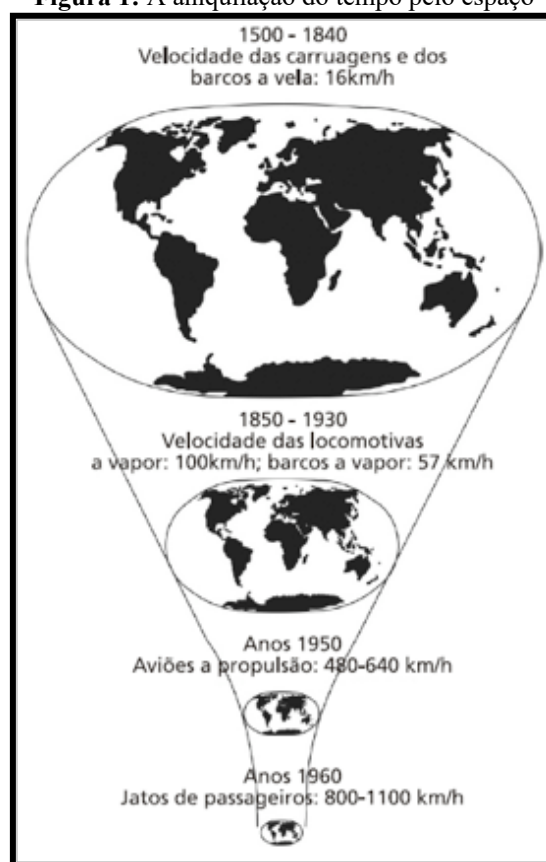
Concentremos no exemplo chinês. A China intervém no mercado de forma acima da média entre as nações, tem mantido sua moeda sobrevalorizada e apesar dessas medidas intervencionistas garante elevadas taxas de crescimento anuais. Contudo, terá que repensar em um futuro próximo esta estratégia. Neste momento, chineses estão ganhando mercados e produzindo a ruína econômica de alguns setores em outros países. Quanto mais a produção da riqueza mundial se concentra na China, maior a chance do modelo chinês exportador se esgotar, afinal, no momento em que não contar com a boa saúde econômica dos seus clientes além-mar as exportações tendem a diminuir. Por essa razão a internacionalização dos investimentos chineses e a menor regulação dos mercados é um cenário de médio prazo razoável para a pretensa nova superpotência.

A manutenção da ordem econômica mundial faz parte do escopo de preocupações de organismos como o Fundo Monetário Internacional. A ajuda econômica à Grécia em crise não é simplesmente um favor aos gregos: é principalmente uma ação que visa o equilíbrio sistêmico. A construção da noção de um sistema econômico global foi principalmente consolidada pela flexibilização produtiva. Harvey ajuda a entender o novo mundo que permite a flexibilização

produtiva ao utilizar a expressão “compressão do tempo-espaço”. Justifica a expressão e discorre sobre ela neste trecho:

Uso a palavra compressão por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós. O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos representar esse fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente. À medida que o espaço parece encolher em uma aldeia global de telecomunicações e numa espaçonave terra de interdependências ecológicas e econômicas – para apenas usar duas imagens conhecidas e corriqueiras –, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal. (HARVEY, 2004, p.219).

**Figura 1:** A aniquilação do tempo pelo espaço



Fonte: HARVEY (2004, p.220)

As novas relações quebraram antigos paradigmas. Partindo de um pressuposto ligado à corrente realista de pensamento, podemos fazer a seguinte analogia: temos agora um ecossistema (que seria o mundo) em que os animais selvagens (que seriam os Estados com seus desejos expansivos e também ligados à sobrevivência) estão muito próximos. Para evitar a extinção em massa dos mais frágeis e por consequência, em um segundo momento, do topo da cadeia alimentar, as instituições surgem na intenção de transformar a selva em um zoológico dotado de regras. Como já foi dito, os realistas diriam que a razão de estado ainda impera à medida que as regras estariam a serviço dos mais fortes. Mesmo que seja razoável considerar

essa premissa, é plausível admitir que algumas instituições, ainda que de forma incipiente, tem se voltado contra os interesses de algumas potências. Para endossar este raciocínio, trazemos alguns exemplos. O primeiro, ocorrido no ano de 1989, no contexto do final da Guerra Fria, é o evento conhecido como Consenso de Washington. Este evento foi um encontro entre um grupo de países latino-americanos que estavam bastante endividados devido a grande crise econômica que marcou a década de 1980. Neste encontro, o FMI – Fundo Monetário Internacional – atrelou a retomada de novos empréstimos feitos pelos latinos a uma série de medidas político econômicas que iam no sentido da diminuição dos gastos públicos. Desta forma, a poderosa instituição financeira via nas medidas neoliberais a adoção de uma melhor disciplina fiscal que poderia, em seus argumentos, diminuir o risco de moratória. Por outro lado, intelectuais alinhados com ideologias não liberais, impacientes pelos acontecimentos que ocorriam em sequência num mundo em que o capitalismo liberal parecia triunfar, acusavam o FMI de estar fazendo o jogo sujo das grandes potências. O interesse seria, para os acusadores, da inauguração de uma grande era de privatizações das gigantescas estatais latinas que poderiam abrir oportunidades para os empresários do hemisfério setentrional. Dentre estas oportunidades estaria a chance dos investidores consolidarem sua presença nestes novos mercados em expansão, livre de uma concorrência estatal que poderia ser desleal (afinal, o Estado pode não jogar as regras do mercado) e, não obstante, a chance de comprar grandes estruturas produtivas estatais a preços módicos. Este episódio, apesar de estar subentendido o interesse das nações do hemisfério norte, poderia ser entendido pelos mais ingênuos como uma tentativa sincera do FMI em organizar as finanças dos latinos. A história parece se repetir quando acompanhamos a recente situação da Grécia no calvário de sua crise financeira. A fórmula praticada pelas instituições se repete: empréstimos condicionados a novos comportamentos tidos como disciplinados no âmbito fiscal. Não é de se surpreender que a população grega, atenta as exigências da União Europeia e dos organismos financeiros no sentido de impor corte de gastos públicos ao seu país, tenha ido às ruas protestar, vez ou outra de forma violenta.

Um segundo exemplo é dado pela submissão dos países aos regulamentos dos blocos econômicos. Ao integrar um bloco econômico, a nação deve obedecer a uma série de regras que foram impostas para a assinatura do bloco, o que pode ser entendido como uma limitação da soberania via integração político-econômica. O imbróglio acerca da entrada ou não da Venezuela no Mercosul é emblemático neste sentido. Segundo Brum:

As principais críticas que ensejam a demora na aprovação (da entrada da Venezuela no Mercosul) se referem ao modelo político venezuelano. O presidente Hugo Chavez está há mais de dez anos no poder e aprovou em fevereiro lei que permite a reeleição ilimitada. A mesma matéria do jornal do Senado afirma que “os opositores à adesão do país ao Mercosul, cujo principal representante é Fernando Collor (PTB-AL), acusam a Venezuela de não cumprir a cláusula democrática do Mercosul. (BRUM, 2010, p.36-37).

Considerando que o mundo encontra-se em estado avançado de regionalização a partir dos blocos econômicos, a posição do isolamento torna-se um castigo a uma nação. Desta forma, há uma busca incessante pelos acordos econômicos e para a facilitação da expansão do comércio bi e multilateral. Há uma tendência clara no sentido da integração político econômica, ainda que algumas nações sejam mais protecionistas do que outras. O país que não joga as regras do jogo comercial colherá as consequências da sua opção de se tornar um pária no globalizado mundo contemporâneo. Partindo do pressuposto que estes argumentos são irrefutáveis, temos um axioma perverso: as chances de bem-estar econômico de uma nação aumentam quanto maior for a deterioração de sua soberania.

O cumprimento das normas dos blocos que as nações passam a integrar não é visto, na maior parte das vezes, como perda de soberania. Isto se deve pela percepção, amplamente aceita, de que a abertura de mercados é positiva e somente países com regimes democráticos são dignos de integrarem determinados “clubes fechados” – como é o caso da intensa discussão que envolveu a entrada da Venezuela no Mercosul. Beirou a ironia a oposição Paraguaia à entrada da Venezuela ao Mercosul, sobretudo se considerarmos que o argumento contrário a sua entrada era a natureza do regime político venezuelano. O Paraguai, que fazia feroz oposição à entrada da Venezuela, sofreu suspensão pelos demais membros devido ao *impeachment* sofrido pelo então presidente Fernando Lugo. Os países do bloco utilizaram a instituição “Mercosul” como tentativa de restabelecimento do *status quo ante*. Por mais subjetivo que seja a interpretação política de um *impeachment* (do julgamento do observador acerca do processo no sentido de definir se transcorreu mediante as instâncias normais do regime democrático ou se foi um golpe de Estado), o Mercosul posicionou-se claramente como opositor ao mesmo. Poderíamos colher inúmeros outros exemplos que reforçariam a tese de que as instituições tem interferido no comportamento dos Estados, que passam a se comportar de maneira cada vez mais padronizada.

A outra face da globalização que contribui para a desmitificação dos princípios realistas é a da interdependência entre as nações. Richard Rosencrance, que é um ator alinhado a uma visão que se opõe a perspectiva da teoria realista, argumenta que durante muito tempo os países resolveram os seus conflitos através da força, fato que faz cada vez menos sentido no mundo

contemporâneo. Para reforçar o seu argumento, chama a atenção para o fato de que, na segunda metade do século XX, países que não adotaram a opção da militarização e apostaram na sua capacidade de exportação e desenvolvimento industrial, se consolidaram como grandes potências econômicas, como é o caso da Alemanha e do Japão. Jackson e Sorensen (2007, p.160) trazem a essência do argumento trazido por pensadores desta corrente das Relações Internacionais, que se enquadra, por exemplo, Richard Rosencrance:

Basicamente, os liberais da interdependência argumentam que a alta divisão do trabalho na economia internacional intensifica a interdependência, desestimulando e reduzindo os conflitos violentos entre os Estados. Apesar de permanecer o risco dos Estados modernos retomarem a opção militar e iniciarem mais uma vez corridas armamentistas e confrontos violentos, a probabilidade de isso ocorrer é baixa. Hoje, a guerra ocorre nos países menos desenvolvidos, onde, de acordo com Rosencrance, os níveis mais baixos de desenvolvimento econômico mantêm a terra como um fator dominante na produção onde a modernização e a interdependência são bem mais fracas. (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 160).

Os argumentos de Rosencrance são liberais à medida que o autor avalia que o desenvolvimento técnico desvincula a relação direta que se estabelecia entre a terra e o desenvolvimento econômico. Assim, as relações econômicas internacionais proporcionariam um desenvolvimento econômico mais intenso. A ideia ligada a terra e ao poder alude à noção do *lebensraum* de Friedrich Ratzel, que, à sua época, fazia mais sentido do que no mundo contemporâneo (pela primazia da terra como fator dominante na produção combinada com o baixo grau de internacionalização da economia frente à contemporaneidade). O argumento de Rosencrance que associa a interdependência econômica entre as nações e a improbabilidade de conflitos é endossada por Joseph Nye (2002, p.6), que classifica os países em três grupos: o primeiro seria composto por países pobres e pré-industriais; o segundo por estados industrializados em processo de modernização e o terceiro em sociedades pós-industriais. Nye (2002, p.6) considera que o uso da força como opção para a solução de conflitos é comum no primeiro tipo de país, aceitável no segundo e menos tolerada no terceiro.

Os argumentos expostos até aqui apresentaram de que forma a globalização pode colocar em risco os pressupostos realistas, seja através do fortalecimento das instituições internacionais ou da interdependência econômica. Contudo, o episódio da invasão do Iraque em 2003 permitiu que realistas e liberais o utilizasse como exemplo para aclamar a validade dos pressupostos teóricos que acreditam. É o que veremos a seguir.

## A INVASÃO DO IRAQUE EM 2003: A OPÇÃO EXPLICATIVA DO REALISMO E DO LIBERALISMO

Após a ocorrência dos Atentados Terroristas de 11 Setembro de 2001 nos Estados Unidos, o Afeganistão tornou-se um alvo a ser retaliado. Isto se deve pela percepção dos Estados Unidos de que o governo de Cabul abrigava Osama Bin Laden e sua rede terrorista *Al Qaeda*. Em uma ação militar relativamente rápida, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão e retiraram do poder o grupo *Talebân*. Em um discurso do então presidente George W. Bush após a tomada de Cabul, no contexto daquilo que ficou conhecido como Cruzada contra o terror, o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte foram incluídos em uma categoria chamada de *Eixo do Mal*. Estavam inseridos nesta categoria países que contribuíam negativamente para a manutenção da Ordem Internacional através do apoio a grupos terroristas e do militarismo irracional. As chocantes imagens dos Atentados de 11 de Setembro contribuíram para a criação de uma comoção global em que a invasão do Afeganistão pouco foi questionada como uma ação legítima ou não. Era como uma retaliação necessária e positiva contra grupos que matam civis indiscriminadamente. O planejamento estratégico norte-americano alçou o Iraque como alvo americano após a invasão do Afeganistão, o que foi demonstrado pelo discurso de George W. Bush. Contrariamente à empreitada militar em território afegão, os Estados Unidos colheu ferrenha oposição internacional ao se colocar como protagonista de uma nova guerra, contra a ditadura de Saddam Hussein.

O Iraque era, naquela altura, um país arruinado do ponto de vista econômico. Desde a Guerra do Golfo de 1991 travada pela intolerância da comunidade internacional quanto a anexação iraquiana do Kuwait, o país sofria com o programa *Oil for Food*, que embargava o petróleo iraquiano e visava diminuir a capacidade do país em adquirir armas. O programa aparentemente cumpria a sua função, mas tinha também um alto custo social. Apesar de todas as evidências da fragilidade iraquiana, Washington usou o argumento de que o Iraque possuía armas de destruição em massa, através do discurso veemente do seu então secretário de Estado Colin Powell. Através dos discursos das autoridades dos países que pertencem ao Conselho de Segurança, os Estados Unidos sabiam que não podiam contar com a aprovação da intervenção militar por parte da ONU. A instituição internacional, pelo seu lado, diante de uma situação em que poderia perder a sua legitimidade (no caso de uma decisão por ela tomada ser desrespeitada), desdobrou-se em busca de um consenso entre os envolvidos. Para tanto, nomeou uma inspeção ao Iraque chefiada pelo diplomata sueco Hans Blix, entre os meses finais de 2002 e iniciais de 2003, em busca das alardeadas armas de destruição em massa, que poderiam



legitimar a ação militar norte-americana (ou pelo menos dar novos elementos ao processo de negociação que ocorria no Conselho de Segurança da ONU). Blix assim revelou sobre a inspeção, que colheu um resultado contrário aos interesses norte-americanos:

Do ponto de vista dos Estados Unidos, a evolução em 2003 foi problemática. Enquanto os inspetores identificaram mísseis que de certa forma excediam o alcance permitido e supervisionaram sua destruição, não encontraram quaisquer armas que não tivessem sido relatadas, nem explicações verossímeis para a ausência delas. Os iraquianos protestaram, mas comportaram-se bem. Eles sequer fizeram resistências sérias às inspeções de dois locais presidenciais – provavelmente, para eles, os lugares mais sacrossantos do Iraque. (BLIX, 2004, p.29).

O resultado da inspeção não contribuiu para a resolução das divergências dentro do Conselho de Segurança. Na verdade, serviu para aprofundá-las. Sabedor que a votação no Conselho de uma resolução favorável a intervenção militar no Iraque era improvável, os Estados Unidos antecipam o posicionamento oficial das Nações Unidas e invade o Iraque. O caminho da invasão terrestre até Bagdá é sem resistência, o que endossou a tese de que a deterioração econômica provocada pelos anos de embargo do petróleo havia limitado de fato a manutenção de instituições-chave no país de Saddam Hussein, como, por exemplo, as forças armadas. Iniciaria ali um longo período de ocupação do país, que passaria por um processo semelhante ao do Afeganistão de *state building* (construção de Estados), que incluiria a criação de instituições autossustentadas que possam sobreviver à retirada da intervenção estrangeira (FUKUYAMA, 2005). Vimos, posteriormente, com sinais claros em 2014, que após a retirada das tropas americanas do Iraque feitas durante a gestão de Barack Obama (ação que era uma das promessas de sua campanha) a construção do Estado iraquiano mostrou-se imperfeita. Afinal, em pouco tempo após a saída das tropas, insurgentes tomaram a cidade de Mosul no norte do Iraque e declararam a criação de um Califado Islâmico que se estende até as terras da conturbada Síria, que experimenta uma longa guerra civil.

O episódio da invasão norte-americana e dos seus aliados ao Iraque permitiu ser interpretado pelo ponto de vista do realismo e do liberalismo. A princípio isto soa estranho, pois as duas correntes de pensamento das Relações Internacionais defendem pressupostos bem diferentes. Para os realistas, a invasão do Iraque representou a ação da principal potência a favor do seu interesse. Os Estados Unidos queriam invadir o Iraque e ignoraram os trâmites finais da ONU (deveria, em tese, esperar pela votação do Conselho de Segurança no período pós-inspeções). Assim, o Estado mais poderoso ignorou a principal instituição internacional bem como a posição de vários países contrários à Guerra e invadiu o Iraque, mostrando que o princípio do realismo que coloca o Estado como principal ator das Relações Internacionais se apresenta válido.

Por outro lado, os liberais institucionalistas argumentaram que os Estados Unidos, apesar de ser a nação mais poderosa do planeta, inaugurou um extenso debate com diversas lideranças mundiais em diferentes níveis para conseguir convencê-los de que a invasão do Iraque era necessária. O discurso do eixo do mal de George W. Bush foi feito no final de 2001 e somente em março de 2003 a invasão do Iraque foi colocada em prática. Foram quinze meses de amplos debates mostrando que os Estados Unidos levou em conta a ideia de respeitar as divergências quanto à invasão. Mesmo considerando que a invasão ocorreu antes da votação do Conselho de Segurança, há de se considerar que, mediante a probabilidade de veto a ação americana feita por este organismo internacional, a invasão ocorreu em um momento menos danoso para a imagem da instituição. Esta discussão é sintetizada pelo argumento de Joseph Nye em 2002, antes mesmo do desfecho do imbróglio iraquiano-estadunidense, que traz a ideia de que o paradoxo do poder americano no final deste milênio é que ele é muito grande para ser desafiado por qualquer outro Estado, mas não é grande o suficiente para resolver problemas como o terrorismo global e a proliferação nuclear. Os americanos precisam da ajuda e do respeito das outras nações (NYE, 2002, p.16, 17).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O episódio da invasão do Iraque feita pelos Estados Unidos e seus aliados é um ótimo exemplo para o teste dos pressupostos realistas na contemporaneidade. Os pressupostos realistas – que eram dominantes enquanto leitura de mundo no início do século XX, ou seja, à época do nascimento da geopolítica enquanto subárea do conhecimento – foram desafiados pelas mudanças ocorridas com maior intensidade na segunda metade do século passado, que contribuíram não só para a expansão do comércio global como também para o aumento do número e do poder das instituições internacionais. Neste particular, a intensificação do processo de globalização verificado após o fim da Guerra Fria foi um grande catalisador. Ainda que faça sentido pensar que a vontade da maior potência mundial acabou prevalecendo com a invasão do Iraque, o episódio serve para mostrar-nos que talvez não seja prudente levarmos em conta os pressupostos realistas de forma cega. Afinal, os Estados Unidos fez uma grande campanha global de convencimento durante o ano de 2002 buscando alianças e legitimar a sua ação militar contra o regime de Saddam Hussein. A complexidade das relações interestatais que colocaram em cena novos atores além dos Estados obriga-nos a levar em conta a nova dinâmica que se desenha. Mesmo que o Estado ainda prevaleça como principal ator político das relações

internacionais, parece prudente levarmos em conta a ascensão de atores não estatais que acabam, vez ou outra, interferindo no fazer e na interpretação geopolítica.

## REFERÊNCIAS

BLIX, HANS. Desarmando o Iraque: inspeção ou invasão? São Paulo: Editora Girafa, 2004, 406p.

BRUM, RODRIGO MARTINS. A análise retórica no processo de inserção da Venezuela no Mercosul. Rio de Janeiro: 2010, 111p. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia, UFRJ, 2010.

BULL, HEDLEY. A sociedade anárquica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, 361p.

COSTA, WANDERLEY MESSIAS DA. Geografia política e Geopolítica. 2ªEd. São Paulo: Edusp, 2013, 351p.

FUKUYAMA, FRANCIS. A construção de Estados. Rio de Janeiro: Rocco, 2005, 160p.

HARVEY, DAVID. Condição pós-Moderna. São Paulo, Edições Loyola, 13ª Ed., 2004, 349p.

JACKSON, ROBERT E SORENSEN, GEORG. Introdução às relações internacionais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p.445.

MELLO, LEONEL ITAUSSU ALMEIDA. Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999, 228p.

NYE, JOSEPH S. JR. The paradox of American Power. New York. Oxford university Press, 2002, 222p.

NYE, JOSEPH S. JR. Cooperação e conflito nas relações internacionais. São Paulo: Editora Gente, 2009, 369p.

PARKER, GEOFFREY. Geopolitics: past, presente and future. Londres: Pinter, 1998, 199p.

ZAKARIA, FAREED. O mundo pós-americano. São Paulo: Companhia das letras, 2008, 285p

# CAPÍTULO 6

DOI 10.47402/ed.ep.c202119346608

## O LUGAR DE FALA DO (A) PESQUISADOR (A) E DO (A) RELIGIOSO (A) AFRO-BRASILIERO (A)

**Marcelo Mendes Chaves**, Pós-doutorando PUC SP 2020. Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

### RESUMO

O exposto trabalho procura uma reflexão no que respeita o direito à identidade cultural afro-brasileira, independente do colorismo, termo concebido pela escritora, poetisa e ativista feminista estado-unidense Alice Walker, cujo conceito é utilizado como marcador social para diferenciar as tonalidades da pele negra e a relação de inclusão social, por exemplo, dentre outros fatores. A proposta deste estudo é aprofundar a discussão acerca do “lugar de fala” do pesquisador e religioso de matriz africana não preto. A religiosidade é um forte ponto de resistência das culturas africanas em diáspora, pois é conduzida pela cosmo percepção desses povos e densa de uma refinada filosofia. No entanto, a construção da identidade religiosa transatlântica, seja Afro-americana ou Afro-brasileira, guardando as devidas aproximações e distâncias, é gerada pela resignificação, para que possa sobreviver e prosseguir. Darcy Ribeiro classifica a formação étnica brasileira a partir dos desfazimentos, são novos povos, a cultura indígena autóctone acrescida pelos negros, participa nessa vigente liga para constituir uma raça. As religiões de matriz afro-indígenas e afro-brasileiras comungam da união com as forças da natureza, utilizam-se das línguas dos povos originários, celebram com danças e cantos a potência de uma cachoeira ou o poder do fogo. São expressões de circularidades, panteístas, politeístas, das quais a catequização não cumpriu seu papel completamente; porque a força vital, Axé para os iorubás, resistiu bravamente. Doravante inúmeros valores foram se aplicando ao processo de construção desses saberes, como a menção à família extensa, no caso dos povos em diáspora comumente não consanguínea, laços familiares criados pela conversão de novos adeptos e distintas configurações de cultos. O terreiro ou casa de santo é o cerne de preservação e continuidade da diáspora africana. A oficialização da religião da umbanda em 1908, atualmente sendo muito questionada, instaurou uma grande abertura para novos praticantes também. Do mesmo modo, o candomblé, culto de nação, pode ser praticado sem alvará policial a partir dos anos 1950. O afro-brasileiro expande-se na medida em que surge e resiste porque é vital; é fonte de religiosidade, filosofia e cultura, portanto, ao alcance de todos, todas e *todes*, sem distinção, é princípio regulador da inclusão, de respeito a diversidade, seja de orientação sexual, gênero e ou identidade. O *xirê* dos Orixás, a roda de capoeira, a roda de samba, o jongo, são imbuídos do círculo, lugar que muitos não pretos contribuíram e dedicaram suas vidas por uma legitimação, resistiram aos anos de chumbo e (re) existem a cada toque de tambor, berimbau ou *oriki*.

**PALAVRAS-CHAVE:** religião, cultura, racismo, colorismo, identidade.

## INTRODUÇÃO

“Exu tendo lançado a pedra ontem, mata o pássaro hoje”<sup>3</sup>

Em decorrência de pontuais questionamentos pela nova geração sobre o lugar de fala do pesquisador e iniciado em religião de matriz africana não preto, se faz necessário discutirmos o direito à identidade cultural negra. Primeiramente, em razão da legitimidade de pesquisadores não pretos que somam um considerável volume de produção e na imensurável colaboração para o início da desconstrução das colonialidades do pensamento, inúmeras pesquisas, a exemplo da minha dissertação de mestrado, escrita a partir de autores e pesquisadores brasileiros, estudiosos da temática - cultura, arte e religião afro-brasileira, e a tese estendida aos teóricos latino-americanos, com uma maior ênfase para Darcy Ribeiro e sua teoria de formação da América Latina, no caso do Brasil.

Num segundo momento, porem de urgência eminente, remarcar a territorialidade das lideranças e dos praticantes também não pretos (as) de casas de matriz-africana que zelam e lutam pelos Orixás e ancestrais, num ato político de resistência no dia a dia, como define De Certeau (2013, pág. 31), “O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe partilhar), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois, existe uma opressão do presente”.

A tradição de matriz africana, no contexto candomblecista, nos apresenta de forma imediata o lugar de cada um representado na rígida hierarquia do candomblé Queto<sup>4</sup>. Para quem é familiarizado com o rito, pode perceber numa cerimônia pública ou denominada festa, certas categorias de iniciados por distintos vieses, como, por exemplo, a ordem que os grupos adentram ao barracão<sup>5</sup>: *Ebomes*<sup>6</sup>, *Iyawôs*<sup>7</sup>, *Abiãs*<sup>8</sup> e *Oloyiês*, para quem o “o coro dobra”<sup>9</sup>, os iniciados de maior grau abaixo do (a) líder religioso (a). O formato aqui apresentado parte da configuração litúrgica de um terreiro reafricanizado e tombado pelo Condephaat-2020, *Ilê Afro-brasileiro Odé Lorecy*<sup>10</sup>, outras manifestações de candomblé Queto configuram diferentes

---

<sup>3</sup> Frase retirada do *Oriki* de Exu, poema sagrado do Orixá. Fonte: acervo do Ilê Afro-brasileiro Odé Lorecy. Tradição oral.

<sup>4</sup> Culto de Nação: são três as práticas mais difundidas do candomblé, Queto, Jeje e Angola.

<sup>5</sup> Barracão: Espaço da casa de candomblé reservado às cerimônias públicas.

<sup>6</sup> Ebome: praticantes iniciados com a obrigação de 07 anos realizada. Tradução literal: irmão mais velho.

<sup>7</sup> Iyawô: pessoas iniciada para o Orixá que ainda não tomou sua obrigação de 07 anos: Tradução literal: Noiva do Orixá.

<sup>8</sup> Abiã: pessoas que deram alimento ao *Ori*, cabeça, possuindo permissão para participar ativamente da casa, primeiro grau na religião dos Orixás. Tradução literal: aquele que vai nascer.

<sup>9</sup> Coro: conjunto de atabaques em número de 03: *run*, *pi* e *lê*; regidos pelo *Alabê*, maestro.

<sup>10</sup> Ilê Afro-brasileiro Odé Lorecy: casa de culto de candomblé Queto fundada em 1968 e tombada como patrimônio cultural pelo condephaat em 2020. Em: [www.condephaat.org.br](http://www.condephaat.org.br)

matizes e *nuances*, mas, no prisma do mesmo princípio regente da vida, a força vital, Axé para os iorubás do continente ou em diáspora.

Muitos são os ensinamentos e saberes tradicionais em uma casa de santo ou ilê, termo mais comum utilizado pela vertente reafrikanizada<sup>11</sup> da religião. A construção da identidade religiosa é atravessada horizontal e verticalmente durante o processo iniciático pelos “fundamentos”, isto é, na circularidade, absorto tanto durante os ritos como nos afazeres cotidianos, momento propício para a revelação dos segredos, minimamente articulados por uma pedagogia particular, cuja metodologia invalida perguntas feitas diretamente a uma “pessoa mais velha no santo”, na maior parte dos casos, engendramento constituído no atlântico negro. Tudo pode ser apreendido a seu tempo, um dos deuses cultuados no panteão, pois a socialização do conhecimento é um dos valores primordiais na cosmopercepção<sup>12</sup> iorubá.

O Prof. Dr. Fabio Leite autor de “A questão ancestral: África Negra” partilhava de forma generosa sua consideração após seu trabalho de campo em África: “quem visita o continente por uma semana pode escrever um livro, quem fica por um mês produz um artigo e quem permanece um ano, não escreve nada”; outra experiência é a diáspora e sua ressignificação, a legitimação à duras penas, a prática retirada do código penal brasileiro em 1948 - contemporânea da implantação do regime do *Apartheid* na África do Sul, data muito próxima aos nossos dias, aporte esse realizado pelo constituinte filiado ao Partido Comunista Brasileiro Jorge Amado, filho do Orixá Oxóssi, escritor e Obá de Xangô do *Ilê Axé Opô Afonjá* da Bahia:<sup>13</sup> O direito à liberdade religiosa.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica do artigo valeu-se de autores que analisam os debates contemporâneos entre a construção e desconstrução da identidade, religião afro-brasileira e pós-modernidade, como os escritos de Stuart Hall “A identidade cultural na pós-modernidade”,

---

<sup>11</sup> Candomblé Queto reafrikanizado: movimento de sacerdotes e sacerdotisas da religião que viajaram à África com o intuito de reintroduzir o culto de Ifá, um dos segmentos da religião tradicional iorubá, aluído em virtude do sincretismo e a compenetração de dogmas católicos aos fundamentos litúrgicos.

<sup>12</sup> Cosmopercepção: tema mais adequado para apresentar a percepção da origem do mundo, substituindo “cosmovisão”, pois existem povos cuja cosmogonia é compreendida por outra capacidade sensorial, a exemplo dos judeus que não podem ver Deus e sim ouvi-lo, como na tradução de uma de suas orações tradicionais “*Shema*”: *Shema Israel* - ouve Israel.

<sup>13</sup> *Ilê Axé Opô Afonjá* da Bahia: a casa da Bahia fundada em 1910, foi a segunda, anteriormente Mãe Aninha já havia iniciado o “*Ilê Axé Opô Afonjá*” no Rio de Janeiro, capital federal.

Zygmunt Bauman “Identidade”, Michael De Certeau “A Invenção do cotidiano: artes de fazer”, Aníbal Quijano “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais”.

Entre os historiadores e pesquisadores brasileiros que se dedicaram ao tema “cultura e religião afro-brasileira”, vale ressaltar, o trabalho de Muniz Sodré “O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira” em que considera a ideia de território como demarcador de um espaço na diferença com outros. “O Povo Brasileiro” de Darcy Ribeiro merece uma atenção, assim como Pierre Fatumbi Verger “Fluxos e Reflexos” e “Orixás”; bem como toda produção do Prof. Dr. Vagner Gonçalves da Silva FFLCH USP e Nêgo Bispo – Antônio Bispo dos Santos “Colonização, Quilombos: modos e significados”. Estudos publicados por sociólogos, antropólogos e investigadores da área de humanidades configuram fontes da pesquisa.

O processo de construção da religiosidade afro-brasileira vem sendo estudado por inúmeros intelectuais brasileiros e estrangeiros, no entrando, o presente embate acerca do colorismo e sua repercussão no espaço acadêmico encontra-se em estágio inicial, de caráter inédito, o presente artigo visa contribuir para tal discussão.

## **METODOLOGIA: AUTOETNOGRAFIA**

Autoetnografia pode ser definida como uma forma de pesquisa qualitativa em que o autor se utiliza da autorreflexão e escrita de modo a legitimar experiências autobiográficas a significados e compreensões culturais e sócio-políticas mais abrangentes. No presente estudo, vale salientar o tema, pesquisa e prática de religiões de matriz africana, somadas a iniciação do autor nesse segmento religioso.

## **DISCUSSÃO**

Quem pode ser iniciado na religião dos Orixás? Quem o Orixá toma para si, pelo transe visível, *Iyawô*, ou invisível, nas categorias de *Ogan*<sup>14</sup> e *Ekeidi*<sup>15</sup>, um dos fundamentos religiosos presentes nos três segmentos dos cultos de nação afro-brasileiros, na genealogia dos povos de língua iorubá, fon e banto, no culto *Queto*, *Jeje* e *Angola* respectivamente. Apesar de um forte

---

<sup>14</sup> *Ogan*: sacerdotes da religião que não entram em transe, mas que possuem funções bem definidas e consideradas de alta hierarquia.

<sup>15</sup> *Ekeidi*: sacerdotisas da religião que não entram em transe, chamadas também de *Iyá*, mãe em iorubá, desempenham funções tanto para os iniciados como para os Orixás em terra, isto é, para os praticantes em transe, dentre outras, fundamentais para uma casa de candomblé.

marcador social, o colorismo não encontra aqui o seu protagonismo. A invisibilidade persegue a todos, todas e *todes* adeptos sem distinção quando o assunto em voga é a prática da religiosidade Afro-brasileira, no mesmo “balaio” da diversidade, acolhida de maneira supranatural em todo lugar de culto seja de *orixá*, *vodun* e *inquice*, só é preciso chegar e se (re) africanizar, no entanto, advirto, o caminho é sem volta, idêntica condição da nossa ancestralidade negra em sua afro-diáspora.

Insisto na epistemologia da palavra diáspora, a transplantação desses povos e sua refinada filosofia, acessível pela iniciação em *Ifá* de forma sistemática na atualidade, mas que nos coloca diante do parlatório sob olhares vigilantes e corretivos de uma nova geração performática na pós-contemporaneidade, para citar Stuart Hall:

O discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele “tempo perdido”, quando a nação era “grande”; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Esse constitui o elemento regressivo, anacrônico, da história da cultura nacional (2015, pág. 33).

A religião, primeira forma de resistência desses povos criminosamente arrancados de seu núcleo, permanece reelaborada em virtude da defesa desses saberes não ocidentais, afastados da linhagem judaico-cristã-islâmica mesmo que protegidos pelo sincretismo católico, indumentária *Prêt-a-porter*,<sup>16</sup> hoje superado pela nossa inovadora constituição, o manifesto contra o sincretismo de Mãe Stela de Oxóssi<sup>17</sup> e o movimento de reafricanização dos terreiros do sudeste do país, Rio-São Paulo principalmente, contemplados nos anos 1980.

Decolonizar é preciso, em caráter urgente urgentíssimo; comecemos pela indevida aproximação entre o Orixá Exu e a figura do Diabo, que caracteriza o pensamento do colonizador, na função de fazer reverberar presentemente a força de um arquétipo utilizado pelo clero para um projeto articulado na unificação da Europa moderna no século XVI, a criação de um eixo para que os outros centros espalhados pelo mundo pudessem orbitar, já descartado no século XVIII, anterior a morte de Deus, que sobrevive por mais 100 anos, e assim, adentramos,

---

<sup>16</sup> *Prêt-a-porte*: conceito da moda “pronto para vestir”.

<sup>17</sup> Manifesto contra o sincretismo: Mãe Stella de Oxóssi lidera o movimento contra o sincretismo religioso no candomblé no ano de 1983, ao afirmar “Santo não é Orixá”, a assinatura do documento conta com importantes lideranças de casas tradicionais de Salvador, a exemplo de Mãe Menininha do *Gantois* e Mãe Olga do *Alaketo*, dentre outras.



como define Masagão<sup>18</sup>, no breve século XX com a teologia da morte de Deus<sup>19</sup> e nos anos 2020 com a teologia da diversidade<sup>20</sup>. Importante destacar as diversas camadas do cristianismo e o distanciamento entre teologia e manifestações populares da religião, bem como a discussão sobre a efervescência social pós-contemporânea. Demonizar Exu é reafirmar o pacto colonial, para entendermos a continuidade do equívoco em torno ao senhor dos caminhos, aqui talvez seja necessário evocar Quijano em sua teoria neocolonial:

“A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento”. (2005, pág. 121)

Exu precipita-se diante do pré-existente, Deus único, chamado *Olorun* ou *Olodumaré*, uma vez que a religião tradicional iorubá é monoteísta, embora panteísta; Exu é o primeiro movimento, quem dita o ritmo para a expansão do universo, gerado a partir de uma cabaça, um Exu conceito, a comunicação.

## RESULTADOS E AFINS

É curioso observar a decrescente presença de pessoas pretas em práticas de matrizes afro-brasileiras e seu inverso proporcional em relação às igrejas do movimento neopentecostal. A questão tão bem aprofundada pelo Prof. Dr. Vagner Gonçalves da Silva, FFLCH USP, em sua pesquisa de Livre-docência, nos coloca num caminho entre cruzado, uma das moradas de Exu: de um lado as igrejas afro-americanas com o movimento *spiritual, gospel*, carregadas pela religião tradicional negro-africana, seja nos louvores, em corpos se agitando em direção ao chão, relação atávica com a terra e os ancestrais, em que a imagem colonizada do cristo branco greco-romano, de olhos azuis, quase passa despercebida no meio a tanto entusiasmo diaspórico; movimento de forte influência pentecostal e neopentecostal para o Brasil. Do outro

---

<sup>18</sup> Marcelo Masagão: Diretor do documentário - “Nós que aqui estamos por vós esperamos: a breve história do século XX”. 1999.

<sup>19</sup> Teologia da morte de Deus: forma como ficou conhecido um movimento teológico, relacionado ao conceito de secularização, que se deu durante a década de 1960. Principais teóricos: Thomas Altizer, Paul van Buren, William Hamilton e Gabriel Vahanian.

<sup>20</sup> Teologia da diversidade: movimento de inclusão da diversidade cultural, étnica, religiosa, sexual e ideológica como reflexões teológicas e pastorais.

lado para a depreciação da cultura afro-brasileira, a figura do Pastor canadense Robert McAlister, fundador da igreja cristã “Nova Vida”, berço religioso de outro conhecido pastor o “Bispo Edir Macedo”. McAlister chega ao Brasil em 1960, publica o livro “Mãe de Santo”, que narra a conversão de Mãe Georgina e revela fundamentos do candomblé, a exemplo de seu tutor, o Bispo Macedo publica outro clássico da intolerância religiosa afro-brasileira “Orixás, caboclos e guias, deuses ou demônios?”<sup>21</sup>, obra que constitui o acervo teológico da IURD<sup>21</sup>, atualmente no processo de “hebreudização evangélica”<sup>22</sup>, porém ainda contando fortemente nas “sessões de descarrego” com a dita presença de entidades das matrizes afro-indígenas denominadas demônios, uma grande lista de apropriações poderiam coadunar-se a essa reflexão.

O proselitismo não configura o *ethos* religioso afro-brasileiro, ao invés disso, a noção de família extensa, Pai ou Mãe de Santo, irmãos de barco, a casa, a filiação aos Orixás, aos ancestrais que conseguiram ou não atravessar a grande *Calunga*<sup>23</sup>, universo que os acompanha em simples gestos da vida, privada ou pública; os praticantes não precisam convencer “seu ninguém”, porque a meta nessa vida é viver pleno de Axé em comunhão com a natureza.

Todo praticante de religião matriz afro-brasileira padece do mal do Racismo estrutural e independente do colorismo, tem o seu lugar de fala, atacados diuturnamente por outras denominações, principalmente neopentecostais, afora o período escravocrata e a descriminalização do culto, usufruiu-se um fôlego de uma década aparentemente. Apesar da laicidade do estado, parece que ainda se espera respeito, porque tolerância já basta! Nas palavras de Macota Valdina;<sup>24</sup> “Podemos separar estado e igreja, mas, não se separa política e religião”, como cita o Prof. Dr. Edin Sued Abamanssur<sup>25</sup>, complementando seu pensamento, “A religião católica saiu do código civil e as manifestações religiosas afro-brasileiras do código penal”.

---

<sup>21</sup> IURD: Igreja Universal do Reino de Deus. Fundação:1977. Líder: Bispo Edir Macedo.

<sup>22</sup> Hebreudização evangélica: apropriação sincrética por parte da IURD de elementos litúrgicos hebraicos a partir da construção do “Tempo de Salomão” na cidade de São Paulo. Termo cunhado pelo autor.

<sup>23</sup> Calunga: cemitério em língua banto, “A grande Calunga” faz referência ao Oceano Atlântico como depositário de incontáveis corpos negros que não concluíram a travessia.

<sup>24</sup> Macota Valdina : sacerdotisa iniciada no candomblé Angola, Bantu, educadora e militante

<sup>25</sup> Edin Sued Abamanssur: coordenador do Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da PUC SP. CV: <http://lattes.cnpq.br/8747980656122649>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Waw o s’oro ilé wa o (Nós vamos cultuar nosso Orixá)  
Esin kan o pe, o ye (ninguém está contra isso, sim)  
Esin kan o pe kawa Ma s’oro  
(Ninguém nos diz para nos afastarmos de nossas raízes)  
Waw o s’oro ilé wa o (Nós vamos cultuar nosso Orixá)  
Exu l’oro ilé wa o (Exu é nosso Orixá) [...]  
Ogún l’oro ilé wa o (Ogum é nosso Orixás) [...]  
Odé l’oro ilé wa o (Odé é nosso Orixá) [...]  
Osain l’oro ilé wa o (Ossaim é nosso Orixá) [...]  
Obàluaye l’oro ilé wa o (Obaluayê é nosso Orixá) [...]  
Naná l’oro ilé wa o (Naná é nosso Orixá) [...]  
Osúmarée l’oro ilé wa o (Oxumarê é nosso Orixá) [...]  
Sàngó l’oro ilé wa o (Xangô é nosso Orixá) [...]  
Oyá l’oro ilé wa o (Oyá é nosso Orixá) [...]  
Iemojá l’oro ilé wa o (Iemanjá é nosso Orixá) [...]  
Iewá l’oro ilé wa o (Iewá é nosso Orixá) [...]  
Obá l’oro ilé wa o (Obá é nosso Orixá) [...]  
Otin l’oro ilé wa o (Otin é nosso Orixá) [...]  
Osún l’oro ilé wa o (Oxum é nosso Orixá) [...]  
Obatálá l’oro ilé wa o (Obatalá é nosso Orixá) [...]  
Waw o s’oro ilé wa o (Nós vamos cultuar nosso Orixá)  
Esin kan o pe, o ye (ninguém está contra isso, sim)  
Waw o s’oro ilé wa o (Nós vamos cultuar nosso Orixá)”<sup>26</sup>*

Essa cantiga é um ato de resistência contra a intolerância religiosa surgida na cultura ioruba do continente, é entoada e performada com muita alegria na sequência da roda de Oxalá, último Orixá a ser louvado no *xirê*<sup>27</sup> pai de toda criação que cobre a todos com o seu *Alá*<sup>28</sup>, sem distinção. Bauman elucidada:

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar temporariamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente, desimpedido, é o herói popular, “estar fixo” – ser “identificado” de modo inflexível e sem alterativa – é algo malvisto. (2005, pág. 35)

Isto posto, vale ressaltar a motivação deste texto “o lugar de fala de um (a) pesquisador (a) e religioso (a) afro-brasileiro (a)”, que não é o lugar da fala preta, seja do homem, da mulher, do não binário, do transgênero, entre outras diversidades, que não seja iniciado ou estudante do assunto. No meu caso é o lugar da autoetnografia, o pesquisador e o religioso, mas, nem sempre é esta a posição; por vezes pode ser o pesquisador da filosofia e religião da diáspora negro-

<sup>26</sup> Hino do candomblé: <https://www.youtube.com/watch?v=vxtgb2TS258>

<sup>27</sup> Xirê: celebração em louvor aos Orixás. Pode significar roda ou brincadeira.

<sup>28</sup> Alá: grande pano branco do Deus da criação que recobre toda existência.

africana, por outras o da liderança ou dos praticantes dessas religiosidades, que não se restringem ao candomblé e a umbanda somente.

As redes sociais trouxeram muita informação e não raro poucas referências, digo no caso da tradição afro-brasileira, usos e costumes, parafraseando o Prof. Dr. Kabengele Munanga, em um dos títulos de seus livros sobre negritude. Uma dessas discussões, por exemplo, mulheres brancas podem usar o *ojá*<sup>29</sup>? Turbante? As mulheres brancas praticantes de religiosidade afro-brasileira devem usar, é um fundamento religioso, são iniciadas para o Orixá e cobrem seus *orís*, suas cabeças, a maneira das judias ortodoxas e islâmicas, étnicas ou convertidas, não havendo a mínima possibilidade para indagações.

Na pesquisa para esse artigo, me deparei com a figura emblemática de Nêgo Bispo, Antônio Bispo dos Santos, autor de “Colonização, quilombos: modos e significados”, fato que me auxiliou encorpar minhas ideias, reconhecer os danos causados pela colonização e admirar uma fala nascente da circularidade, porém, sem curva, como ele mesmo reafirma:

Extraímos os frutos das árvores  
Expropriam as árvores dos frutos  
Extraímos os animais da mata  
Expropriam a mata dos animais  
Extraímos os peixes dos rios  
Expropriam os rios dos peixes  
Extraímos a brisa do vento  
Expropriam o vento da brisa  
Extraímos o fogo do calor  
Expropriam o calor do fogo  
Extraímos a vida da terra  
Expropriam a terra da vida  
Politeístas!  
Pluristas!  
Circulares!  
Monoteístas!  
Monistas!  
Lineares! (Nêgo Bispo, pág. 17)

O autor quilombola Nêgo Bispo propõe essa dissertação, o poema, como edificação de fronteiras para as culturas tradicionais circulares, não lineares, o contra ponto das verticais, as que professam o lugar de Deus no céu, uma entidade masculina, distante de sua criação e suas criaturas, quase um observador. Através da fronteira considera-se a possibilidade do diálogo, as circularidades e seus infinitos centros, suas narrativas cosmogônicas e incontáveis possibilidades de encontro com a natureza que nos compreende e nos cerca.

---

<sup>29</sup> Ojá: Pano de cabeça.

Figura 01: O Torço da Bahiana



(Capa do Livro “O Torço da bahiana”. Carybé, 1952)

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; 2005.

CARYBÉ. **O torço da bahiana**. Coleção Recôncavo. Salvador (BA): Oficina Tipográfica Manu, 1952.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAVES, Marcelo Mendes. Dissertação de Mestrado. **Carybé: uma construção da imagética do candomblé baiano**. Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Tese de Doutorado. **Carybé e Poty: análise dos painéis para o salão de Atos do Memorial da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2015.

LEITE, Fábio Rubens da Rocha. **A questão ancestral: África Negra**. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). **Colonização, quilombo: modos e significados**. Brasília DF: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI Universidade de Brasília - UnB Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, 2015.

#### **Web Bibliografia:**

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Capítulo de Livro. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2015. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso: 08/07/2020 às 15h00.

# CAPÍTULO 7

## O LUGAR DA HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT: O CASO DO IFAM/CAMPUS EIRUNEPÉ

**Paulo de Oliveira Nascimento**, Doutorando em História, UFPE, e Professor EBTT, IFAM/*Campus* Eirunepé

### RESUMO

O Ensino de História tem assistido a importantes transformações ao longo das últimas décadas, buscando acompanhar as transformações pelas quais tem passado o Saber Histórico. Para além das orientações epistemológicas, também questões ligadas ao gênero, às identidades, ao trabalho e à cidadania são elencadas enquanto componentes importantes tanto na produção desse Saber quanto na sua publicização e (re)produção, através do ensino escolar. A História Regional e Local emerge enquanto parte desse processo, uma vez que tem por objetivo situar os sujeitos históricos no lugar e fazê-los perceber o seu protagonismo, suas identidades regionais e étnicas, seu papel enquanto cidadãos, numa perspectiva relacional entre o local, o regional e o global. Objetivamos, neste trabalho, discutir o “lugar” do regional e do local no Ensino Médio ofertado no IFAM/*Campus* Eirunepé, tomando como fonte (a) a legislação em vigor, (b) o currículo institucional e (c) os materiais didático-pedagógicos disponíveis. Acreditamos que é papel do Ensino de História Regional e Local fazer os alunos e alunas se perceberem enquanto sujeitos partícipes da História e, nesse processo, esses conhecimentos devem assumir o protagonismo, partindo das realidades locais e regionais e problematizando a construção histórica dos grupos, das comunidades, das cidades e da própria região, num movimento que promova o (re)conhecimento e a valorização de todos que vivem e compõem as localidades e regiões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de História; História Regional/Local; EPT; IFAM/*Campus* Eirunepé.

### INTRODUÇÃO

Para que serve a História? Essa teria sido a questão que teria motivado a escrita de *Apologia da História ou o ofício do historiador*, uma das mais importantes obras do campo do Saber Histórico do século XX. Para responder à questão e (re)definir o campo epistemológico desse conhecimento, Marc Bloch nos disse que a História não era simplesmente estudar o passado, mas o estudo do homem no tempo, a partir de uma problemática e tomando como base os vestígios deixados pelo meio do caminho.

Mesmo após os esforços e reflexões daquele singular historiador francês, nós – professores de História – somos surpreendidos por nossos alunos, no cotidiano das nossas salas de aula, com a mesma pergunta e suas variantes: “Professor, porque eu sou obrigado a estudar História?”. As nossas respostas - quase sempre embaladas por malabarismos retóricos – tentam ir ao encontro das orientações curriculares e da legislação educacional, em expressões tais como “preparação para o mercado de trabalho”, “exercício da cidadania”, “(re)construção das identidades”, “respeito à diversidade”.

Essas respostas, todavia, escondem muito mais do que revelam, na medida em que não dão conta de inculcar na cabeça daqueles discentes que a História é um Saber tão importante e necessário quanto os demais, talvez porque nós – educadores – ainda não tenhamos conseguido tornar tais conhecimentos significativos para o cotidiano e a vida daqueles alunos. A História Regional e Local - enquanto recorte espacial e abordagem didático-pedagógica do Ensino de História – pode ser uma alternativa interessante no sentido tentar responder de maneira eficiente às indagações dos alunos a respeito da necessidade da aprendizagem escolar sobre o Saber Histórico.

Objetivamos, neste texto, discutir o “lugar” do regional e do local no Ensino Médio ofertado no IFAM/Campus Eirunepé, tomando como fonte (a) a legislação em vigor, (b) o currículo institucional e (c) os materiais didático-pedagógicos disponíveis. Acreditamos que é papel do Ensino de História Regional e Local fazer os alunos e alunas se perceberem enquanto sujeitos partícipes da História e, nesse processo, esses conhecimentos devem assumir o protagonismo, partindo das realidades locais e regionais e problematizando a construção histórica dos grupos, das comunidades, das cidades e da própria região, num movimento que promova o (re)conhecimento e a valorização de todos que vivem e compõem as localidades e regiões.

## **ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL**

Quando perguntamos aos alunos e alunas do Ensino Médio o que é a História (num sentido de componente curricular), a maioria tende a nos dizer que se trata de um saber sobre o passado, talvez em razão daquilo que tenham aprendido acerca do Saber Histórico nos anos escolares que antecederam o seu atual estágio. Por outro lado, nos cursos de licenciaturas, somos compelidos e instruídos a não repedir a velha máxima da “história mestra da vida”, uma



vez que esse campo do conhecimento tem assistido a importantes transformações nas últimas décadas.

Essas questões têm levado muitos licenciados a refletirem sobre o papel do ensino de história, bem como as metodologias e abordagens mais adequadas às aulas, de modo a construir um conhecimento significativo e interessante para os alunos, no sentido de promover uma educação que tenha como tripé (a) o saber historiográfico construído em nível acadêmico transformado – há que fale em uma “tradução” – em conteúdos escolares, (b) a experiência cotidiana de professores e alunos, quando a aula se torna o espaço adequado para a troca de experiências e conhecimentos, e (c) o ato de aprender e (re)produzir saberes sobre o passado, no sentido de (re)construir identidades e chamar atenção para o protagonismo dos discentes, enquanto sujeitos dos/nos processos históricos. E qual seria o papel da História Regional e Local nesse processo?

Para responder a essa questão, talvez devamos divagar um pouco acerca do que se entende por História Regional e Local. Tanto uma quanto outra dizem respeito a um recorte espacial daquilo que os historiadores elegem como objetos para a sua “operação historiográfica”. A História Regional diz respeito a um recorte regional, em que o espaço regional pode ser tanto administrativo, quanto geográfico/ambiental, antropológico ou cultural (MOREIRA, 2017, s/p). Já a História Local está necessariamente associada a uma família, um feudo, uma província, uma paróquia, um condado (DONNER, 2012, p. 223). Em ambos os casos, é preciso estar ciente de que o espaço não está dado, mas é uma construção histórica marcada por relações sociais e de poder, que pode ou não usar elementos do ambiente físico (rios, lagos, desertos, florestas, etc.) e lançar mão de elementos da memória e das tradições para se legitimar.

O Regional e o Local, por outro lado, dizem respeito àquilo que se aproxima do cotidiano das pessoas, indo de encontro à ideia dos distantes Nacional e/ou Global. E essa aproximação parece ser a melhor aposta, quando se trata do Ensino de História nas escolas, que estão cheias de crianças e adolescentes pouco interessados na maioria das aulas que lhes são oferecidas. Todos concordam que as aulas de História, além de apresentarem os conteúdos programáticos determinados, precisam ser necessariamente dinâmicas e interessantes. Na equação em que alunos, conteúdos, recortes e abordagens precisam ser operados de modo a se obter como resultado uma “boa aula”, faz-se necessário que as identidades, memórias,

experiências, vivências e práticas sociais, culturais e étnicas sobre um determinado espaço e um passado comum se façam presentes (MOREIRA, 2017, s/p).

Nesse sentido, parece-nos pertinente a ideia de que o Ensino de História precisa deixar de ser entediante tem passado necessariamente pela oferta de conteúdos, recursos e metodologias que tenham a História Regional e Local como mote principal, na medida em que essa abordagem pode tornar mais significativas as aulas de história ao aproximar o Saber Histórico da vida dos discentes, fazendo-os se perceberem partícipes e personagens da História, que vivem e atuam numa cidade e/ou região. Trata-se de um esforço que tende a situar os sujeitos no mundo, localizando-os numa temporalidade e espacialidade, com suas mudanças e permanências.

## **HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT**

A Educação Profissional e Tecnológica – EPT diz respeito a uma educação voltada essencialmente para o trabalho, associado à ciência e à tecnologia (DALLABONA; FARINIUK, 2016). Segundo a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, “A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar ‘para o exercício de profissões’”, cujo objetivo principal é que o sujeito “possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” (BRASIL, s/d, s/p).

Inicia-se no Brasil ainda na primeira década do século XX, por meio do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que instituiu as escolas de aprendizes artífices (AFONSO; GONZALEZ, 2018, s/p) e, com idas e vindas, chega-se à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada conjuntamente com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF's, através da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Para além do conjunto de leis que instituiu a EPT no Brasil, havemos de considerar o debate em torno da natureza dualista – para não dizer classista – da mesma. Na forma como foi historicamente organizada, tanto do ponto de vista legal quanto curricular e de conteúdos, a EPT esteve associada à histórica divisão entre *Technê* e *Epísteme*, técnica e pensamento, tecnologia e ciência, o que revela respectivamente uma diferenciação na formação ofertada

àqueles que compõem a classe dirigente e os que deveriam ser educados para o trabalho (DALLABONA; FARINIUK, 2016, p. 51). Em outras palavras, para os membros da elite, ofertar-se-ia uma educação propedêutica, voltada para o estímulo ao pensamento e à capacidade de reflexão, ao passo que para os demais, ofertar-se-ia um ensino técnico sobre determinada profissão, a ser exercida no âmbito do mercado de trabalho.

Essa dualidade, ao que parece, tem persistido ao longo do século XX e chegado ao século XXI, o que nos leva necessariamente a refletir sobre o lugar da História no seio dessa modalidade educacional. No caso específico do Ensino Médio, a EPT dar-se tanto na forma integrada quanto concomitante e subsequente. Na primeira das ocasiões, o currículo e a carga horária são divididos, sendo que os alunos recebem uma formação mais integrada e numa mesma escola. No segundo caso, as formações ocorrem de forma concomitante – ao mesmo tempo – podendo ou não ser ofertadas numa mesma instituição de ensino e, no terceiro caso, os alunos já teriam concluído o ensino médio. Nas duas últimas situações, não há uma ligação entre a formação técnica e os demais componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, incluídas aí a História.

Temos assistido ao processo de reformulação curricular do Ensino Médio, especialmente a partir da Lei n. 13.415/2017, que propõe – entre outras coisas – uma maior flexibilização do currículo escolar, os itinerários formativos e uma Base Nacional Comum Curricular (BRASI, 2017). Esta, por sua vez, está dividida em quatro grandes áreas – matemática, linguagens, ciências humanas e ciências da natureza – além de propor uma maior interdisciplinaridade e os itinerários formativos, embasados principalmente através de percursos de aprendizagem que dialoguem com os interesses, anseios e aptidões dos discentes. Nesse processo, portanto, a História Regional e Local teriam recebido mais atenção e saído com mais vigor, especialmente em razão de atividades curriculares e extracurriculares, conteúdos e metodologias que têm como centro o protagonismo e os anseios estudantis (MOREIRA, 2017).

Desde o aparecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, em 1998, e dos PCN+ em 2002, a interdisciplinaridade e a contextualização têm sido responsáveis por alocar a História Regional e Local num lugar destacado, no quadro geral daquilo que foi nomeado “Ciências humanas e suas tecnologias”. Já foi dito que a História Regional está para além de um recorte administrativo ou geográfico e ambiental. O espaço regional diz respeito sobretudo a um recorte antropológico e cultural, no qual devem ser observadas as relações sociais estabelecidas entre os homens e no meio no qual estão – ou estiveram - inseridos (BARROS,

2005). Não apenas o recorte espacial – a região – mas também a proposta de uma abordagem relacional com o global, o nacional e o local acabariam por ditar a forma como essa parte do saber histórico deveria ser apresentado nas escolas.

Mas como contemplar a História Regional e Local no contexto da EPT? A resposta a essa questão passa necessariamente pelas reflexões sobre o Ensino de História nas escolas de Ensino Médio “normais”, na medida em que as instituições que ofertam a EPT na forma integrada seguem as normas gerais para o Ensino de História na educação básica. Portanto, não há diferença, o que nos leva necessariamente aos mesmos desafios enfrentados.

Sempre que tomarmos como exemplo a disponibilidade de materiais didático-pedagógicos para o Ensino de História Regional e Local, somos compelidos a refletir acerca daquele que talvez seja uma das mais importantes ferramentas disponíveis e, a um só tempo, uma importante fonte de controvérsias: o livro didático. O Brasil possui um dos maiores programas de distribuição gratuita de livros didáticos, através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (NASCIMENTO, 2010).

Num processo de escolha que envolve, num primeiro momento, as editoras – responsáveis por apresentar ao Ministério da Educação – MEC seus livros já produzidos – e os professores, que escolhem os livros pré-aprovados pelo MEC, obtemos como resultado um conjunto de obras didáticas sobre História Geral e do Brasil e quase nada sobre a História Regional e/ou Local, o que nos impele necessariamente a buscar em outros lugares os subsídios necessários para a abordagem da Região e da Localidade.

No debate acerca do Ensino de História e o uso das fontes, observamos uma série de críticas aos professores que têm como principal ferramenta de trabalho o livro didático e, em consequência disso, recebem uma série de críticas, especialmente por ministrarem aulas expositivas e “monótonas” (PINSKY; PINSKY, 2010). Por outro lado, há quem diga que “O professor, ao diversificar as fontes e dinamizar a prática de ensino, democratiza o acesso ao saber, possibilita o confronto e o debate de diferentes visões, estimula a incorporação e o estudo da complexidade da cultura e da experiência histórica” (FONSECA, 2003, p. 37). Todavia, são poucos os que se detêm à complexidade dos processos de ensino-aprendizagem e ao dia a dia dos professores, enquanto profissionais cujas tarefas excedem em muito o momento da sala de aula.

Críticas e debates à parte – que parecem mais uma “discussão bizantina”, o que podemos destacar é que a fonte histórica na sala de aula desempenha uma função importante, se explorada

adequadamente enquanto recurso. Ao lado das novas linguagens e metodologias, pode despertar nos alunos uma motivação, na medida em que o professor pode mediar a problematização, análise e interpretação da referida fonte, à luz do conhecimento histórico. Havemos de ponderar, todavia, que essas fontes são múltiplas e variadas, sendo que cada tipologia requer um tratamento específico de análise e interpretação, o que exige que o professor tenha domínio da *episteme* historiográfica e seja capaz de usar didaticamente tais fontes, o que nem sempre é viável ou possível, dada a realidade brutal da profissão.

A análise das fontes históricas em sala de aula, portanto e se realizada de forma adequada, pode levar os alunos a se perceberem enquanto sujeitos partícipes dos processos de construção do passado. Não se trata de transformar adolescentes em “pequenos historiadores”, mas de situa-los no tempo e espaço nos quais estão inseridos, na medida em que sua atenção é despertada para os processos históricos de (re)construção da realidade que os cerca. De onde vieram? Quem são? O que os motiva? Essas e outras perguntas podem ser respondidas – ao menos parcialmente – a partir da (re)construção dos conhecimentos sobre o lugar onde vivem, tanto a partir de um recorte local quanto regional.

## **HISTÓRIA NA EPT DO/NO IFAM/CAMPUS EIRUNEPÉ**

Pensados enquanto instituições voltadas necessariamente para a EPT, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados, como já afirmamos acima, por meio da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e constituem-se enquanto uma versão melhorada daquele conjunto de iniciativas governamentais no esforço de promover uma educação para o trabalho. O *Campus* Eirunepé, enquanto parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, foi criado em 2014, como parte da expansão da rede naquele momento (SOUZA, 2020, p. 12). Oferta curso técnico de nível médio forma integrada em Administração, Informática e Agropecuária, além de outros cursos na forma subsequente. Interessa-nos aqui os cursos integrados ao Ensino Médio, uma vez que são nesses que se oferta o componente curricular História.

Nos três cursos ofertados no *Campus* Eirunepé, a carga horária para o nosso componente curricular é de 160 horas/aula (cada hora aula corresponde a 50 minutos da hora/relógio), distribuídas equitativamente entre a primeira e a segunda séries (não há aulas de História na terceira série). Desse total de horas, deve-se dedicar parte à diversificação do currículo, conforme preconiza o artigo 26 da LDB (BRASIL, 1996). De acordo com a Confederação dos

Trabalhadores em Educação – CNTE, o percentual a ser dedicado à parte comum – a partir do que preconiza a Base Nacional Comum Curricular – deve ser de 60%, deixando os outros 40% para a parte diversificada (2015, p. 5). Quando calculamos a carga horária de História a ser cumprida no *Campus Eirunepé*, chegamos ao seguinte: das 160 horas/aula, 64 devem ser dedicadas à parte diversificada, o que corresponderia a 40% do total. Do ponto de vista da carga horária, os conteúdos de História Regional e Local ocupariam esse lugar.

Quando pensamos nos materiais disponíveis para tal empreitada, somos inicialmente remetidos àquilo que nos disse Donner (2012) acerca da existência, em algumas cidades, da escrita de textos voltados para uma “História Regional e/ou Local” e que pode ser classificados muito mais como “lugares de memória”, produzidos necessariamente para construir determinadas narrativas, quase sempre marcadas pela tradição e que buscam reforçar identidades e memórias coletivas. Nesse sentido, estariam muito mais próximos de uma classificação como “fonte histórica” do que como uma escrita historiográfica e, enquanto fonte, passível de problematização. Por outro lado, essas e outras fontes (memórias, fotografias, monumentos, documentos oficiais da administração, documentos cartoriais, etc.) acabam por possibilitar um importante trabalho de (re)construção do conhecimento histórico sobre a Localidade e a Região. Esse conjunto de fontes, portanto, também seria um daqueles lugares para a História Regional e Local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tão importante quanto os conteúdos de História Geral e do Brasil são as temáticas da História Regional e Local na EPT. Assim como nas demais escolas, nas instituições que ofertam a EPT, a exemplo do IFAM/Campus Eirunepé, o Ensino de História Regional e Local se depara com mesmas limitações, mas também as mesmas possibilidades.

Quando atentamos para a hora/aula entre uma e outra, percebemos uma discrepância, na medida em que o componente curricular História não é ofertado na terceira série do Ensino Médio, o que representa uma redução de 80 horas/aula na formação dos alunos da EPT. Nesse sentido, havemos de considerar a opção por privilegiar os componentes curriculares dos chamados “eixos” que compõem a formação profissional. Isso dar-se porque o IFAM optou pela conclusão dos cursos de nível médio integrados num período de três anos, o que necessariamente tem forçado a retirada de horas/aula de outros componentes curriculares, a exemplo da História.

Para além disso, há limitações em relação aos conteúdos programáticos, os recursos didático-pedagógicos, as fontes bibliográficas que pensam desfavoravelmente em relação ao Ensino de História Regional e Local. Todavia, havemos de ponderar que esses saberes oferecidos no âmbito dos cursos de nível médio integrado aos cursos técnicos, ofertados pelos IF's possibilitam aos discentes o acesso à boas práticas no ensino de história e podem oportunizar tanto a docentes quanto a estudantes e demais pesquisadores, condições para se construir uma Educação pautada na (re)produção de ações afirmativas das identidades regionais e locais, com vistas na promoção de uma educação significativa e de qualidade. Trata-se, portanto, de perceber experiências didático-pedagógicas concebidas e realizadas com alunos do ensino básico enquanto oportunidade para uma (re)construção de processos educacionais ativos, com vistas no alargamento do Saber Histórico sobre a Localidade e a Região, tomado enquanto força motriz da cidadania, dos direitos humanos e da democracia.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Anthonie Mateus Magalhães; GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. Desafios da educação profissional e tecnológica: novas faces dos mesmos problemas. *Comciência*, nov. 2018. Disponível em:<<https://www.comciencia.br/desafios-da-educacao-profissional-e-tecnologica-novas-faces-dos-mesmos-problemas>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, n. 10, vol. 1, p. 95-129, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. *Lei n. 13.415, de fevereiro de 2017*. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007)>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. *Histórico*. Disponível em:<<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

Confederação dos Trabalhadores Nacionais em Educação – CNTE. *Considerações da CNTE sobre o projeto de Base Nacional Comum Curricular, elaborado preliminarmente pelo MEC*. Disponível em:<[https://www.cnte.org.br/images/stories/2015/BNCC\\_analise\\_CNTE.pdf](https://www.cnte.org.br/images/stories/2015/BNCC_analise_CNTE.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2020.

DALLABONA, Carlos Alberto; FARINIUK, Tharsila Maynardes Dallabona. EPT NO BRASIL: histórico, panorama e perspectivas. *Poiésis*, vol., n. especial, pp. 46-65, jun./dez. 2016.

DONNER, Sandra Cristina. História local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. *XI Encontro Estadual de História* [anais eletrônicos], Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRG, 2012, pp. 223-235.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas: Papirus, 2003.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. *O ensino de História Regional nas escolas brasileiras* [2017]. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-regional/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime. Por uma história prazerosa e consequente. In: CARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, temáticas e propostas*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 17-36.

NASCIMENTO, Paulo de Oliveira. CESTOS, TRONCOS E CHIBATAS: imagens do Negro no livro didático de História. *Anais do III Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena*, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2010.

SOUZA, Renan Rocha de Holanda. *CAMPUS EIRUNEPÉ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS*: investigação narrativa de sujeitos que contam uma trajetória histórica. Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFAM. Manaus – AM, 2020.



# CAPÍTULO 8

## FUNÇÃO SOCIAL DAS INTERNAÇÕES INVOLUNTÁRIAS E COMPULSÓRIAS: DO MODELO MANICOMIAL A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

**Pedro Augusto de Castro Simbera**, estudante-pesquisador de Iniciação Científica (CNPq 2020-2021), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP

**Helena Raia Bottura**, estudante-pesquisadora de Iniciação Científica (FAPIC 2020-2021), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP

**Sthefanny Meira Moreira**, psicóloga pela UNASP-SP e pós-graduanda em Terapia Cognitiva Comportamental

**Heloisa Aparecida de Souza**, Doutora e Professora na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP

### RESUMO

O presente texto visa discutir a aplicação das internações compulsórias e involuntárias na ótica da função social, considerando que a aplicação ficou marcada no século XX por graves violações aos direitos humanos. Neste âmbito, investiga-se o modelo manicomial e sua prática asilar que contrapõe o pressuposto de um modelo humanizado. Utilizou-se, para tanto, o método hipotético-dedutivo e análise bibliográfica, com ênfase nos aspectos dos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos, os estudos de Michel Foucault e a implantação do modelo de atenção psicossocial.

**PALAVRAS-CHAVES:** Internações; Reforma Psiquiátrica; Direitos Humanos; Função Social.

### INTRODUÇÃO

Buscando dispor sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, a lei de nº 10.216 de 6 de abril de 2001 redireciona o modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001). Esta lei, também conhecida como Lei *Antimanicomial* ou Lei da Reforma Psiquiátrica, propõe um modelo humanizado composto por características pelo qual a luta *Antimanicomial* defende (DA SILVA, 2010). Conforme previsto na lei, existem três formas de internação, sendo essas: a internação voluntária, a involuntária e a compulsória. Cada tipo só pode ser realizado com laudo médico circunstanciado que caracterize os motivos da internação psiquiátrica, sendo sempre esta a última opção. No artigo sexto, parágrafo único, há a devida descrição dos tipos de internação:

I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;

II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e

III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça. (BRASIL,2001)

Apesar dos desfechos atuais, o presente capítulo irá se restringir à investigação histórica da internação involuntária e compulsória, uma vez que resta notável como sua aplicação é marcada por uma série de infrações aos direitos humanos. Desta forma, essa análise visa observar os erros cometidos no passado para orientar políticas futuras, a fim de não excluir a participação dos indivíduos na sociedade, inclusive pensando em pessoas com transtornos mentais.

Daniela Arbex (2013), ao analisar as condições de tratamento oferecidas aos internatos do Complexo Hospitalar de Barbacena, no período de 1903 até o início dos anos 2000, denominou a situação de vivenciada por alguns indivíduos internados no hospital colônia como “Holocausto Brasileiro”. Da mesma forma, internações compulsórias advindas das Políticas de profilaxia da antiga Lepra no século XX, destacando sua intensificação com fundamento na Lei n. 610/1949, que além de internações, separaram os filhos das pessoas Hanseníase (PERUZZO, 2020), o que por sua vez gerou uma série de violações nos educandários e preventórios.

Dentro da excepcionalidade da internação compulsória, tem a medida de segurança, instituto que visa a proteção do infrator que possua um transtorno mental, tido como inimputável para o Direito Penal, de modo que está previsto a exclusão da culpabilidade daquele que, em virtude de enfermidade mental era, ao tempo da ação ou omissão, incapaz de compreender a ilicitude do fato praticado, conforme o artigo 26 do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940). Assim, a principal finalidade dessa modalidade de sanção penal é cessação da enfermidade psíquica que inabilita a convivência do agente em sociedade, de tal forma que uma vez reinserido no meio social, não volte a delinquir. A medida de segurança apresenta em seu bojo duas modalidades, detentiva e restritiva, sendo que a primeira tem como característica principal a internação do agente e, a segunda, o tratamento ambulatorial sob condição de tratamento médico adequado (MASSON, 2011). Outrossim, importante ressaltar que, para fins curativos o juiz poderá regredir o agente de modalidade, ou seja, o infrator inicialmente inserido em fase ambulatorial passa a cumprir medida de segurança detentiva. Ao revés, destaca-se a desintegração progressiva da medida de segurança (detentiva para a restritiva) que, por sua vez, visa a preparar o agente para a reintegração da vida em sociedade (MASSON, 2011).

Destaca-se, portanto, o papel do Estado como tutor dos infratores considerados incapazes, que apresentam sofrimento mental. Ocorre que, desde logo, nota-se a ineficiência do Estado referente a assumir tal tutela. No mais, constata-se, nos Hospitais de Custódia e

Tratamento Psiquiátrico, diversas afrontas à dignidade e direitos humanos (CORDEIRO e LIMA, 2013) tais como a superlotação dos institutos, precariedade do sistema, exclusão social, entre outras.

A partir disto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as funções sociais das internações compulsórias e involuntárias, neste caso, pensando que tais institutos surgem com uma função, em suma proteger e tratar o indivíduo, esse é o modo como é posto para sociedade, assim, ao desviar deste objetivo, não cumpre com sua função social.

Neste ponto, é necessária a compreensão que será dada à função social, tanto como está posta no ordenamento jurídico, como na utilização dela neste trabalho. Está presente na Constituição Federal e no Código Civil, a função social é um princípio norteador da interpretação dada aos contratos e a propriedade. Surge em contraposição à liberdade econômica. Assim, uma de suas aparições no texto Constitucional de 1988 é no Art 5º, Inciso XXIII, “a propriedade atenderá a sua função social”, e no Código Civil brasileiro de 2002, o artigo 421, assevera: “A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato”.

Surge o interesse em atribuir uma função social na medida que é utilizada como parâmetro de intervenção na ordem econômica e social. Assim, emprega-se a função social para as internações como medida de freio às práticas que firmam seus propósitos, balizando sua aplicação.

Outrossim, o trabalho tem como lócus a historicidade destas internações e sua atual aplicabilidade. Aderiu-se, para tanto, como repertório teórico principal o filósofo Michel Foucault, com fim de averiguar de forma crítica a visão de normal e patológico e a série de internações que o autor destaca que foram motivadas pela razão. Assim, foram internados pobres e os tidos como loucos, para afastar da sociedade indivíduos considerados indesejáveis. Para a realização da análise pretendida, utilizamos o método hipotético-dedutivo e o bibliográfico. Dessa forma, a análise pretendida será desenvolvida na ótica dos direitos fundamentais e de acordo com a perspectiva dos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos acerca do assunto.

## MODELO MANICOMIAL

O Hospício Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, posteriormente renomeado como Hospício Nacional de Alienados, foi a primeira instituição manicomial no Brasil, inaugurada em 1852, através do Decreto n. 82/1841. Doravante, diversos manicômios foram construídos nas dependências brasileiras de modo que o tratamento psiquiátrico ficou restrito apenas à assistência dentro de instalações manicomial, obstando o paciente a permanecer em um espaço social. Este cenário impossibilitou o tratamento desprovido de internação, desencadeando uma marginalização dos enfermos, uma vez que o enfoque principal era a doença, desconsiderando a essência humana de cada indivíduo (GUIMARÃES, BORBA, LARocca e MAFTUM, 2013).

Cumprе ressaltar que, inicialmente, o intuito do Hospício consistia em corrigir a “anormalidade” apresentada pelos internados, sendo esta uma análise meramente subjetiva das características do indivíduo. Neste contexto, destaca-se a obra “O Alienista” de Machado de Assis que iniciou uma análise crítica no âmbito literário brasileiro, em 1882, sobre a eficiência dos manicômios e o conceito de loucura. Destarte, a obra narra a trajetória de um psiquiatra que, com o intuito de estudar profundamente a loucura a fim de descobrir a causa do fenômeno e o remédio universal, construiu um hospício em uma cidade em que 75% dos residentes foram internados, levando o médico a compreender a subjetividade do indivíduo e modificar seu entendimento de loucura. Assim, Machado de Assis ilustra em cenário cultural os equívocos cometidos pelo modelo manicomial da época.

Apesar de tais discussões, a reforma do modelo psiquiátrico demorou a ter espaço visível na sociedade. O evento conhecido como “Holocausto Brasileiro” retrata o desenvolvimento do modelo manicomial no período de 1903 até o início dos anos 2000 que ocorreu no Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais. A priori, o instituto foi fundado com o propósito de oferecer tratamento médico necessário para transtorno mental. Ocorre que, com o passar dos anos, por negligência do Estado e da sociedade como um todo, o instituto se tornou um local de atrocidades. Destaca-se a falta de controle dos pacientes que residiam no instituto de modo que os médicos e enfermeiros não possuíam registro da doença referente a cada paciente ou se os internados realmente apresentavam qualquer enfermidade mental. Além disso, os funcionários eram instruídos a dar uma pílula azul e/ou uma pílula rosa de acordo com o comportamento do paciente, sem qualquer projeto terapêutico individual (ARBEX, 2013).

Nota-se, portanto, o desinteresse do Estado em fornecer o tratamento adequado para os pacientes, bem como o descuido ao não analisar as condições em que cada indivíduo era admitido na instituição, considerando o fato de que muitos não eram, de fato, incapazes. Ademais, as principais causas de morte no Hospital Colônia eram a desnutrição e as doenças contraídas no instituto, desprovida de qualquer manifestação e interesse do Estado, motivo pelo qual essas mortes não eram contabilizadas. Destarte, o alimento servido pela instituição consistia em um caldo ralo, contudo, as enfermeiras, com o intuito de ajudar, levavam leite em pó visando nutrir os pacientes em situações críticas.

Nesta perspectiva, ainda de acordo com Arbex (2013), no hospital havia, entre o corpo de funcionários, um guarda emprestado da polícia civil que portava arma de fogo nas dependências do instituto com o objetivo de ameaçar os pacientes e funcionários que não seguissem os rígidos e cruéis protocolos. Outra figura violenta que mancha a história da psiquiatria e da psicologia é a eletroconvulsoterapia, que consiste na passagem de uma corrente elétrica de alta voltagem sobre a região temporal, sem o consentimento dos pacientes. Na perspectiva contemporânea, esse método não é aceito por falta de eficácia comprovada, grandes efeitos colaterais e por ser uma ameaça a dignidade da pessoa humana (SILVA e CALDAS, 2008).

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de uma reforma psiquiátrica visando acabar com a visão de que os manicômios são um depósito de pessoas indesejadas pela sociedade.

Assim, destaca-se um marco das infrações aos direitos humanos por internações compulsórias que ocorreu durante os anos de 1923 a 1986, com fundamento na Lei n. 610/1949, o Estado brasileiro implementou uma política pública de saúde de isolamento compulsório e na separação de filhos de pessoas acometidas pela hanseníase (*Mycobacterium leprae*). A Lei 610/1949 agravou a política de isolamento de separação de pais e filhos. O isolamento destinava-se também aos doentes que, nos termos da lei, não podiam obter os recursos necessários à própria subsistência ou que eram portadores de “estigmas impressionantes de lepra”. Ou seja, o isolamento e a separação de pais e filhos ocorreram inclusive em relação a pessoas que já estavam curadas e que tinham ficado com lesões que eram consideradas impressionantes e insuportáveis para uma sociedade carregada de estigma e preconceito (PERUZZO, 2020).

O isolamento e a separação de pais e filhos foram marcados por “tortura, abuso sexual, privação ilegal da liberdade, castigos físicos e negligência estatal em relação à readaptação das pessoas afetadas” (PERUZZO, 2020, p. 45). Esse cenário foi retratado no documentário “Filhos Separados pela Injustiça” (2007), com relatos dos filhos sobre o ocorrido. As ocorrências de graves violações aos direitos humanos foram responsáveis por deixar danos irreversíveis, como narra o autor Pedro Peruzzo (2020) a partir dos:

[...]danos físicos, mentais, emocionais, materiais e sociais que impactaram diretamente nos projetos de vida e deixaram lesões permanentes nos dois grupos de vítimas, ou seja, as pessoas afetadas pela doença (em razão das lesões neurais que geraram impedimentos de longo prazo e das torturas sofridas) e filhos separados (em razão da separação, das torturas e do abandono (PERUZZO, 2020, p. 45)

Dessa forma, propõe-se uma análise aprofundada da função social proposta para as internações compulsórias e/ou involuntárias e a reforma psiquiátrica, uma vez que o primeiro modelo proposto no Brasil apresentou diversas infrações aos Direitos Humanos. Conclui-se que, é preciso analisar as propostas iniciais e os erros ao longo da aplicação do modelo manicomial para compreender a necessidade da reforma psiquiátrica e a manutenção que visa à inserção social dos indivíduos.

## **ANÁLISE DAS INTERNAÇÕES E DA LOUCURA SOB A ÓTICA DE FOUCAULT**

Foucault em seu estudo sobre a história da loucura, investiga as internações na idade clássica e suas motivações, deste modo, consegue traçar uma linha de continuadas exclusões sociais por meio das internações (FOUCAULT, 1972). Neste viés, internava-se os pobres por não conseguirem se manter, internaram os de comportamento diferente, tidos como loucos, por não conseguirem se encaixar nos padrões da sociedade. Para ele, a “prática do internamento designa uma nova reação à miséria, um novo patético — de modo mais amplo, um outro relacionamento do homem com aquilo que pode haver de inumano em sua existência” (FOUCAULT, 1972, p.64).

É importante salientar que na área da saúde, devido aos estereótipos e preconceitos, o termo “loucura” não é mais utilizado, sendo mais comum o uso da expressão “surto psicótico”, que é caracterizado por um amplo comprometimento do indivíduo em apresentar um juízo crítico da realidade. (DEL-BEM, RUFINO, AZEVEDO & MENEZES, 2010).

Foucault não buscou definir a loucura, mas sim analisar os estudos e discursos de cada época (PROVIDELLO e YASUI, 2013). Assim sendo, discorre sobre o surgimento dos primeiros ‘loucos’, advindos de uma segregação social e da exclusão, mostrando a construção

dos hospitais na idade clássica para os leprosos, suicidas, libertinos, entre outros indivíduos que não eram aceitos na sociedade (FOUCAULT, 2008).

Para tanto, Foucault investiga a construção do que temos hoje como doença mental, e deste modo traça uma linha de continuadas exclusões sociais (FOUCAULT, 2008). Ocorreu em determinada época os estudos desses indivíduos e o surgimento do mundo correcional, visando corrigir aquela situação (que inicialmente era realizada por castigos), através da cura com os remédios e o desenvolvimento da medicina e a adaptação da punição (FOUCAULT, 2008).

Para Foucault, “o Hospital Geral não tem o aspecto de um simples refúgio” (FOUCAULT, 1972, p.84) para aqueles com velhice, ou “simplesmente o aspecto de um ateliê de trabalho forçado” (FOUCAULT, 1972, p.84), mas tinha antes de tudo, uma característica de ser uma:

[...] instituição moral encarregada de castigar, de corrigir uma certa "falha" moral que não merece o tribunal dos homens mas que não poderia ser corrigida apenas pela severidade da penitência. O Hospital Geral tem um estatuto ético. É desse encargo moral que se revestem seus diretores, e é-lhes atribuído todo o aparelho jurídico e material da repressão. (FOUCAULT, 1972, p.84)

A loucura ganhou conotação de incapacidade para aqueles indivíduos que, assim como os pobres, não conseguiam se manter. Diante disso, nota-se a instabilidade das internações, sua arbitrariedade e a imposição sobre os indivíduos marginalizados. As razões da internação, seja por loucura ou por miséria, não existiam por si só, eram formadas daquilo que a sociedade considerava como não razão, como desatino, aberração ou aquilo que foge dos padrões. Logo, a internação forçada e generalizada iniciava-se um processo de estruturação da sociedade, composta apenas daquilo que fosse do interesse estatal e social.

Deste modo, o que seria loucura? Não se trata a loucura como oposta à razão, dado que não houve um processo natural para entender o que é a loucura, mas sim, houve uma criação e uma imposição, que foi sendo adaptada ao longo dos anos para aqueles indivíduos que não se encaixam nos interesses sociais (FOUCAULT, 1972). É certo que sempre houve exclusão social, mas diante de determinados cenários, haveria de se justificar os motivos de determinadas exclusões, de modo que, em diversas épocas, as internações eram motivadas sob o argumento de loucura, além de que os séculos 20 e 21 estão marcados pelas medidas de segurança e seus hospitais de custódia.

## FUNÇÃO SOCIAL PROPOSTA PARA AS INTERNAÇÕES INVOLUNTÁRIAS E COMPULSÓRIAS

Tudo aquilo que existe cumpre determinada função. A função de uma internação é proporcionar um tratamento, buscar melhoras naquele quadro e até mesmo protegê-lo. Em uma internação involuntária, a qual seu elemento principal é contra a vontade individual, ou a compulsória, uma imposição com poder legítimo para tanto, no caso o Estado, tem suas finalidades protetivas e que visam resolver uma determinada questão. Eis então, a função social que deve estar presente nas internações.

A função social para Martins Costas (2005) é como expressão que traz diretrizes da sociabilidade, que dará um rumo oposto ao individualismo predatório. Podemos entender, neste trabalho, que se trata de uma função em atenção a toda sociedade e que deveria garantir a dignidade para todos, já que é dever do Estado, previsto constitucionalmente.

Não obstante, a função social está presente em alguns artigos do ordenamento jurídico brasileiro, destaca-se os artigos 170 e 173 da Constituição Federal de 1988, que estão dentro do título “da ordem econômica e financeira”, capítulo “dos princípios gerais da atividade econômica”, respectivamente, objetivam a valorização da livre iniciativa, devendo atentar-se para o princípio da “função social da propriedade” (BRASIL, 1988, artigo 170, Inciso III). Como também, no mesmo sentido, dispõem o dever do Estado em exercer suas atividades econômicas nos limites e previsões da lei, sendo requisito a atenção a sua “função social” (BRASIL, 1988, artigo 173, § 1º, Inciso I). Portanto, depreende-se que, após análise da função social no ordenamento brasileiro, é um princípio basilar e norteador de determinadas atividades, seja pública ou privada. Deste modo, este trabalho visou utilizar a função social como parâmetro para as internações compulsórias e involuntárias. Neste caso, todas as práticas de internação que não cumpra com os preceitos já mencionados não estão de acordo com este princípio.

Destarte, em um primeiro momento, com base nos conhecimentos históricos que as internações nos trouxeram, podemos observar como são marcadas por intolerâncias e arbitrariedades. Além da falta de estrutura dos preventórios que ocorreram as internações da hanseníase e os hospitais de custódia, onde são aplicadas as medidas de segurança.

Outro viés de análise da ausência de função social para as internações, é sobre aparente utópica das Medidas de Segurança, haja vista que o Código Penal Brasileiro assegura cumprimento da pena privativa de liberdade em ambiente especializado para tratar as enfermidades mentais do infrator (BRASIL, 1940). Contudo, a superlotação do sistema



carcerário toma proporções inimagináveis, e não é diferente nos hospitais de custódia que, por sua vez, consistem em um sistema de serviços de saúde mental caracterizado por tratar dos doentes mentais no sistema penal brasileiro. Diante deste enquadramento, critica-se a escassez de uma rede básica e eficiente de assistência e, ainda, destaca-se o aumento da demanda que, não é um fato surpreendente nos hospitais psiquiátricos de modo que se encontram superlotados (CORDIOLO, BORENSTEIN e RIBEIRO, 2006).

Ressalta-se que para a medida de segurança antes de decretar o término da internação é analisado o caráter psicológico do agente, atentando para o tempo máximo, este que é definido atualmente pela Súmula 527 do Superior Tribunal de Justiça, que tem como teor “O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado”. Esta súmula surgiu em 2015, devido à instabilidade no tempo de cumprimento das medidas de segurança, uma vez que dependiam da cessação da periculosidade do indivíduo. O que por sua vez levava o indivíduo a ficar tempo elevado nos hospitais. Há o caso de Nelson Leopoldo Filho, 77 anos, personificação da prisão perpétua, ficou mais de 50 anos no hospital de custódia no Rio de Janeiro, por ter roubado comida do vizinho (DIOGO, 2012). Mas, o surgimento da súmula é justamente para impedir que casos assim aconteçam.

Ademais, há uma inerente exclusão social no instituto e na aplicação das internações, pois constata-se que a todo tempo, pensando no século XX, foi utilizado as internações em prol de uma política de afastamento daquilo que a sociedade não quer se responsabilizar. Ou seja, internaram os pobres por não conseguirem se manter, as pessoas com hanseníase pela ineficácia do Estado em promover um tratamento digno, uma vez que o tratamento já era conhecido mundialmente após meados de 1940. Além das internações privadas e públicas que levaram à morte de mais de 60 mil pessoas no hospital de Barbacena.

Além disso, abordamos em tópico específico a imposição do transtorno psíquico sobre aqueles indivíduos não aceitos na sociedade, uma vez que, como constatado por Foucault em cada momento, a sociedade atribui uma carga valorativa a terminologia e ao conceito de loucura (FOUCAULT, 2008), visto que sofreram mutações e ocasionaram segregações como no “Holocausto Brasileiro”. Trabalharemos esse episódio como um dos principais incidentes de violações generalizadas aos direitos humanos, pois, já nos primeiros momentos do “Colônia” foi registrada uma superlotação, o que o transformou em um verdadeiro “depósito” de pessoas. A capacidade prevista do hospital era de apenas 200 pessoas, porém, em 1960, registrava cerca

de 5 mil pessoas. De modo que gerou uma das maiores infrações que já se teve aos direitos humanos no Brasil (ARBEX, 2013).

Logo, aqui busca-se demonstrar como as internações involuntárias e compulsórias devem também atender a suas funções sociais. Assim como uma casa ou imóvel abandonado não atende à finalidade ao qual foi proposta, construir a morada e ser abrigo, temos que as internações devem atender a função de ressocializar, proteger e dar o devido tratamento, amparando o indivíduo que tem determinado transtorno mental.

## PROTEÇÃO DADA PELOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Através de suas respectivas comissões, as Convenções Americana sobre Direitos Humanos, Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (BRASIL, 1991) e dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (BRASIL, 2009) lançam seus enunciados que, após serem positivados no Direito brasileiro, serviram como princípios norteadores dos direitos humanos e fundamentais. Tais organismos internacionais garantem a não discriminação e a igualdade, como a busca por impedir que novos Holocaustos voltem a acontecer (ARBEX, 2013). Todavia, ainda há o que ser analisado dentre os tratados e outras convenções.

No tocante aos tratados internacionais de direitos humanos, é possível citar disposições de tais normas internacionais tanto no sistema interamericano de direitos humanos, como no sistema global de proteção. Por exemplo, vale referenciar o artigo 1º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica) (OEA, 1969), que dispõe sobre as obrigações gerais dos Estados ao respeito dos direitos fundamentais de seus indivíduos:

Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, **sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social** (OEA, 1969) (grifo nosso).

No âmbito do sistema global de proteção aos direitos humanos, é importante destacar as proteções específicas garantidas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (conhecida também como Convenção de Nova York) (BRASIL, 2009). Tal tratado ganha importância no direito brasileiro, uma vez que foi o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado no direito interno com status de emenda constitucional,

segundo o artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal. Vale ressaltar a proteção à integridade física e mental da pessoa, em igualdade de condições com as demais pessoas, conferida pelo seu artigo 17. Além disso, salienta-se os princípios protetivos gerais da Convenção, previstos em seu artigo 3º:

a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; **b) A não-discriminação;** c) **A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;** d) **O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;** e) A igualdade de oportunidades; f) A acessibilidade; g) A igualdade entre o homem e a mulher; h) O respeito pelas capacidades em desenvolvimento de crianças com deficiência e respeito pelo seu direito a preservar sua identidade (BRASIL, 2009) **(grifo nosso)**.

Considerando as mazelas experimentadas pelos indivíduos que foram internados involuntariamente ou compulsoriamente no século XX, conforme discutido acima, fica evidente que o Brasil começou a se aproximar das indicações internacionais tardiamente. Uma vez que infligiam os preceitos contidos da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, nos atos do Estado já mencionados se amoldam nas definições de torturas, dentre eles,

[...] qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa[...] por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência (BRASIL, 1991, Artigo 1º)

Convém também, ademais do que já foi exposto, analisar as recomendações da ONU, a fim de formar uma compreensão completa da temática. Em especial, por ter intrínseca relação com o trabalho, a Recomendação Geral nº 3 de 2012 para a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Essa recomendação explica e esclarece aos Estados partes o conteúdo e âmbito das obrigações impostas pelo artigo 14 da convenção supramencionada. A saber o teor do artigo 14:

Cada Estado Parte assegurará, em seu sistema jurídico, à vítima de um ato de tortura, o direito à reparação e a uma indenização justa e adequada, incluídos os meios necessários para a mais completa reabilitação possível. Em caso de morte da vítima como resultado de um ato de tortura, seus dependentes terão direito à indenização. 2. O disposto no presente Artigo não afetará qualquer direito a indenização que a vítima ou outra pessoa possam ter em decorrência das leis nacionais. (BRASIL, 1991)

## TRATAMENTO HUMANIZADO POR NISE DA SILVEIRA

Um exemplo de atenção humanizada e que traz a função social do tratamento é a dada por Nise da Silveira (2001). Seus estudos no livro “O Mundo das Imagens” mostra uma trajetória dos tratamentos dados, ao passo que aqueles tratamentos extremamente agressivos

passaram a ser questionados). Não era fácil detectar os melhores tratamentos, pois “a indústria da loucura é uma lucrativa aplicação do capital [...] é o lucro proporcionado pelo indivíduo internado ou reinternado” (SILVEIRA, 2001, p.14). E um passo para buscar mudanças era a reforma dos tratamentos, passando para “hospitais-dias”, quebrando a parte do regime carcerário dos hospitais fechados, assim, mudou a “atitude em face ao indivíduo, que deixará de ser o paciente para adquirir a condição de pessoas” (SILVEIRA, 2001, p.14). Deste modo, os hospitais dias seriam as assistências intermediárias entre internação e o atendimento ambulatorial.

Havia uma pressa em rotular aqueles indivíduos, “Uma vez nas malhas do hospital psiquiátrico, ora entrando, ora saindo, ora, reentrando, o indivíduo não é mais uma pessoa; é um paciente, torna-se uma peça na engrenagem dessa fábrica de loucura” (SILVEIRA, 2001, p.15).

Neste sentido, inaugura-se um novo paradigma na atenção aos indivíduos com transtornos mentais, tomou como exemplo o Centro Psiquiátrico de Engenho de Dentro, este centro não aceitou os modelos agressivos de tratamentos e inovou com a terapia ocupacional e atuação interdisciplinar. A experiência de Engenho de Dentro mostra a validade da terapia ocupacional (SILVEIRA, 2001, p.16).

Há casos em que não se pode iniciar a comunicação pelo meio verbal, o tratamento deve ser feito de outra forma, assim a terapia se faz pertinente com a utilização de outros meios, como: “solicitação motora por meio da música; relação do esquizofrênico e o animal; efeitos da música através da pintura; inter-relação entre indivíduo e imagens arquetípicas, etc.” (SILVEIRA, 2001, p. 16). Dentre as várias atividades ocupacionais, verificaram que:

[...] a pintura e a modelagem permitiam mais fácil acesso ao mundo interno do esquizofrênico. ” “[...] já havíamos verificado, desde 1948, que a pintura e a modelagem tinham em si mesmas qualidades terapêuticas, pois davam forma a emoções tumultuosas, despotencializando-as, e objetivavam forças autocurativas que se moviam em direção à consciência, isto é, à realidade. (SILVEIRA, 2001, p. 17)

Entendeu a autora que “ o fio diretor do tratamento é a reabilitação, ou seja, a recuperação do indivíduo para a comunidade em nível até mesmo superior àquele em que se encontrava antes da experiência psicótica. ” (SILVEIRA, 2001, p. 19). Com tudo isso, destacou-se Nise da Silveira com a forma de proporcionar um tratamento efetivo e humanizado, garantindo a atenção psicossocial aos indivíduos.

## REFORMA PSIQUIÁTRICA E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

A necessidade da reforma psiquiátrica adveio dos diversos incidentes que marcaram o cenário do tratamento dos indivíduos, que na época eram taxados como aqueles que eram doentes mentais. No Brasil foi em 1970 que a partir da reivindicação de segmentos da sociedade e da postura de profissionais recém-formados que movimento ganhou força, essa parcela da população denunciava o cenário de descaso e violência no que tange o cuidado ao portador de transtorno mental e exigia uma atenção pautada na dignidade humana. Assim, se iniciaram as interrogações e as solicitações à mudanças (AMARANTE e NUNES, 2018).

Nesse contexto inicial, se sobressaem alguns grupos desse movimento, como explorado por Amarante e Nunes (2018):

Assim, são emblemáticos no período o caso dos acadêmicos baianos, o memorial da Associação Psiquiátrica da Bahia e a “crise” da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM/MS). A “crise da DINSAM” teve grande repercussão após manifestações de entidades expressivas no cenário nacional (OAB, ABI, CNBB, dentre outras). (AMARANTE e NUNES, 2018 p. 2068)

Desse modo, a reforma psiquiátrica foi fruto de manifestações populares que questionavam o modelo manicomial. Esses movimentos estavam visando a extinção daqueles hospitais que não atendiam a função a qual eram propostos, como exemplo a criação do “Colônia”. Diante deste cenário, pessoas como o jornalista Hiram Firmino foram levadas a relatar as barbaridades daquele hospício (registrado no livro “Os porões da loucura”). Vale citar também passagem do livro Holocausto Brasileiro, de Daniela Arbex (2013, p. 192), que foi incentivada a narrar os incidentes ocorridos:

Hiram passou o dia fazendo entrevistas. Ouviu pessoas que foram internadas apenas porque tinham perdido a carteira e ficado sem os documentos. Outras foram pegas usando maconha e levadas para lá. Constatou, ainda, a falta de critérios médicos para as internações, a ausência de voz dos pacientes e a impotência diante do sistema.

Este era o reflexo e o fruto do contexto da época, haja vista que os indivíduos que ali estavam eram aqueles que simplesmente não se encaixavam na sociedade, de acordo com a visão daqueles que detinham o poder, em consonância com as afirmações de Foucault (1972) sobre a compreensão da Loucura.

Por se o padrão de loucura estabelecido socialmente, os detentores do poder deram início a uma série de internações, que foram emanados efeitos entre os outros agentes hierarquicamente inferiores. Deste modo, critica-se fortemente a ocorrência desta “ditadura da loucura” que, com os seus respingos opressivos, ocasionou a superlotação do hospício referido, bem como as mais diversas afrontas aos direitos humanos em toda a sua história.

Foi o que ocorreu com o “Colônia”, advindo do comando de internação compulsória, os subordinados continuaram até perderem o controle da capacidade com a tentativa de retirar as pessoas inaptas do convívio em sociedade. Dado todo o exposto, surge como precursor da mudança, a lei nº 10.216/01 (BRASIL, 2001), que cuida da reforma psiquiátrica, visando atualmente sair do panorama da medicação e ir para análise biopsicossocial, esta que consiste na compreensão da integralidade humana e na busca por estabilidade desses indivíduos, utilizando atividades psicopedagógicas que, através da arte realizam tratamento, assim como buscava Nise da Silveira (2001).

A despeito do exposto, a arte está ligada a razão, a capacidade de exprimir suas emoções e sensações, como se o indivíduo possuísse em sua mente um muro, em que de um lado era a razão e de outro a desrazão, o indivíduo era tido como louco por estar com mais frequência no lado da desrazão. Assim, a arte é em sua concepção ampla a maneira para ligar o indivíduo ao lado da razão e dessa forma se expressar através dela (PROVIDELLO e YASUI, 2013).

Assim, podemos considerar que a Reforma Psiquiátrica teve o objetivo de fazer a transição do modelo manicomial para o modelo Psicossocial de atenção à pessoa que sofre de algum transtorno mental, priorizando sua convivência social e lançando mão de internações somente quando o indivíduo coloca em risco sua vida e a de outros. Deste modo, o modelo detentivo que vigora nas medidas de segurança precisa ser visto com atenção.

No mesmo contexto da Reforma Psiquiátrica no Brasil, também estava ocorrendo o movimento da Reforma Sanitária, composto por diversos profissionais – não se restringia apenas aos profissionais da saúde, mas era composto também por intelectuais, organizações populares e membros da burocracia estatal – que lutavam pela reformulação do modelo de saúde no Brasil (SPINK, 2007). Como Spink salienta, "muita água rolou por debaixo da ponte até chegarmos ao SUS" (2007, p. 37). Assim, após muitas discussões, debates e conferências, a constituição de 1988 reconhece a saúde como direito de todos e já estabelece algumas perspectivas de organização desses sistemas, influenciando a aprovação da lei orgânica da saúde 8.080 de 1990 que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SPINK, 2007).

Dentre as discussões, é importante salientar a concepção de saúde que passou a envolver aspectos físicos, psicológicos e sociais, principalmente em torno da promoção da saúde, indo para além de aspectos de prevenção, recuperação e cura. Assim, foi possível novas possibilidades de pesquisa e intervenção psicossocial (SPINK, 2007), influenciando no panorama de cuidado em saúde mental.

Diante do somatório desses movimentos e a constituição do atual modelo de saúde no Brasil, como destaque fundamental nesse cuidado em saúde mental há o processo de desinstitucionalização. Conforme Amorim e Dimenstein (2009) essa é compreendida “como desconstrução de saberes, discursos e práticas psiquiátricas que sustentam a loucura reduzida ao signo da doença mental e reforçam a instituição hospitalar como a principal referência da atenção à saúde mental” (p.196). Assim, a partir de tal base, a Rede de Atenção Psicossocial (BRASIL, 2011/2013) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), propõe um novo modelo em que, o acesso e a promoção de direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e do uso de álcool e outras drogas é baseado na convivência dentro da sociedade e não na reclusão destes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013/2020). Apesar das diversas conquistas desde o início da Reforma Psiquiátrica, reconhece-se a existência de impasses para a concretização da desinstitucionalização, como a não real desmontagem do hospital psiquiátrico entre outros paradigmas (AMORIM e DIMENSTEIN, 2009), assim, ressalta-se a importância de reflexões, discussões acerca da temática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não buscou trazer uma solução para aplicações das internações involuntárias e compulsórias, em que se pese serem medidas que reclamaram muitos fatores e tempo para serem efetivadas. Exige mudanças de cultura, políticas integrativas e sociais para participação destas pessoas na sociedade e não o afastamento. Assim, como o objeto do trabalho é a análise das internações na ótica da função social, analisando eventos do século XX e salientando a atual conjuntura das internações compulsórias e involuntárias, pode-se notar o grande avanço na atenção psicossocial dos indivíduos. Há ainda muito a se fazer, é notável a falta proteção do indivíduo nas medidas de segurança, diante a suas incertezas e inseguranças quanto ao aumento do número de encarcerados no geral. Como também, frente às políticas de higienização, observa-se a difícil tarefa de buscar novos meios para resolver um grande problema estrutural e histórico. Deste modo, convém analisar que a ideia da utilização das medidas de segurança ou a histórica aplicação desenfreada das internações, como exclusão dos indivíduos, não demonstra que a sociedade evoluiu o suficiente, desde a ideia de Foucault. Na verdade, a lei, com frequência, funciona como forma de ataque aos efeitos e não à causa, dado que o problema deve ser tratado com meios idôneos, visando o convívio harmônico e democrático.

Neste sentido, reiteramos a necessidade de atenção sempre à função social das internações, sua aplicação deve ser pensada em último caso, e estritamente para atender aos seus objetivos, a qual seja o tratamento, a proteção, a emancipação e democratização do acesso desses indivíduos à sociedade. Tudo que não objetiva esta finalidade, está descumprindo com a função social destas medidas.

Embora as críticas expostas, reconhecemos o avanço protetivos quanto as demais internações advindas da reforma psiquiátrica, devendo ser analisado como um caminho para se chegar a uma sociedade inclusiva e que possa, através de políticas públicas bem estruturadas, tratar e amparar esses indivíduos acometidos por transtornos mentais, e não reiterar a histórica exclusão. Este caminho que deva alcançar as medidas de segurança, essa atenua-se em ser melhor amparada, não pelos hospitais de custódias, os quais constata-se sua precariedade e insalubridade ao longo da história, mas sim um modelo humanizado, que tem como base a desinstitucionalização e o convívio dos indivíduos com transtornos mentais em sociedade, conforme preconizado pela reforma psiquiátrica que no qual, em consequência, constata-se na lei da luta *antimanicomial* (Lei de nº 10.219) e atualmente operacionalizada no Sistema Único de Saúde pela RAPS.

No entanto, é importante análises constantes e o desenvolvimento de políticas de infraestrutura que atue em contrapartida ao panorama constatado das internações involuntárias e compulsórias, para que assim haja a manutenção de sistemas de cuidado dos indivíduos sem desvinculá-los de seus familiares, estes que acabam não tendo outro lugar se não o hospital de custódia, criando uma dependência (DIOGO, 2012).

Diante disso, é necessário evitar os prejuízos causados, como exemplo a dificuldade de inserção na sociedade e conseguir exercer alguma profissão, posteriormente. Deve-se analisar a efetiva aplicação, pois não se pode negar as completas violações aos direitos humanos frente a esses indivíduos, existindo uma necessidade histórica de correção de tais paradigmas, principalmente na volátil definição da loucura.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2067-2074, Junho 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018>. Acesso em: 14 jul. 2021.



AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; DIMENSTEIN, Magda. Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto do serviço residencial terapêutico. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 195-204, Fev. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100025>. Acesso em: 14 jul. 2021.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ASSIS, Machado. **O alienista**. São Paulo: Ática, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991. Brasília, DF: Presidência da República. Portal do Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm). Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 2009. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília, DF: Presidência da República. Portal do Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 610, de 13 de janeiro de 1949. Fixa normas para a profilaxia da lepra. Rio de Janeiro, RJ, 13 jan. 1949. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1930-1949/L0610impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0610impressao.htm). Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Brasília, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm). Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 (republicada 2013). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, Ministério da Saúde, 23 dez. 2011/2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html). Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. **Panorama e Diagnóstico da Política Nacional de Saúde Mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 49 slides, color. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/04/2a-Apresentacao-CIT-Final.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CORDEIRO, Quirino; LIMA, Mauro Gomes Aranha. **Medida de Segurança: Uma questão de Saúde e Ética**. São Paulo: CREMESP, 2013.

CORDIOLI, Maria Sirene; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; RIBEIRO, Anesilda Alves de Almeida. Hospital de custódia: os direitos preconizados pela reforma psiquiátrica e a realidade dos internos. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 671-677, dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452006000400008>. Acesso em: 14 jul. 2021.

DA SILVA, Haroldo Caetano. Reforma psiquiátrica nas medidas de segurança: a experiência goiana do Paili. **Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum**, v. 20, n. 1, p. 112-115, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.7322/jhgd.19950>. Acesso em: 14 jul. 2021.

DEL-BEN, Cristina Marta; RUFINO, Armanda Carla Teixeira Brandão Fragata; AZEVEDO-MARQUES, João Mazzoncini e MENEZES, Paulo Rossi. Diagnóstico diferencial de primeiro episódio psicótico: importância da abordagem otimizada nas emergências psiquiátricas. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 32, supl. 2, p. S78-S86, Out. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462010000600004>. Acesso em: 14 jul. 2021.

DIOGO, Darciane. **Homem passa mais de 50 anos por furtar alimentos do vizinho no Rio**. Estado de Minas. [S. L.], Dez. 2012. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2012/12/18/interna\\_nacional,337691/homem-passa-mais-de-50-anos-por-furtar-alimentos-do-vizinho-no-rio.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2012/12/18/interna_nacional,337691/homem-passa-mais-de-50-anos-por-furtar-alimentos-do-vizinho-no-rio.shtml). Acesso em: 14 jul. 2021.

FILHOS Separados pela Injustiça. Direção e roteiro por Elizabete Martins Campos. Produção por Thiago Pereira da Silva Flores. Betim: IT Filmes, Comunicação e Entretenimento, 2017. Documentário – 1 DVD (20m43s), som, cor.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva. 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: PERSPECTIVA, 1972.

GUIMARAES, Andréa Noeremberg et al. Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 a 2000): histórias narradas por profissionais de enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 361-369, Junho 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072013000200012>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MARTINS, Judith. Reflexões sobre o princípio da função social dos contratos. **Revista Direito GV**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 41-66, mai. 2005. ISSN 2317-6172. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/35261/34057>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MASSON, Cleber Rogério. **Direito penal esquematizado: Parte geral**. São Paulo: Método, 2011.

MINISTÉRIOS DA SAÚDE. **Rede de Atenção Psicossocial**. 2013-2020. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/smp/smpstrasredepsicossocial>. Acesso em: 14 jul. 2021.

ONU. **Recomendación general n.3** (Comité contra la Tortura). 2012. Disponível em: <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2FPPrICAqhKb7yhskvE%2BTuw1mw%2FKU18dCyrYrZkEy%2FFL18WFrnjCrilKQJsZfYmSYHVLZV%2BI5C60qdSOVLGjH%2BTTGf77VGGmZMqeinnHBpiaijofawsUbOESFhx>. Acesso em: 14 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. 1969. Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. Pacto de San José da Costa Rica, 22.nov, San José. Disponível em: [http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/c.Convencao\\_Americana.htm](http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm). Acesso em: 14 jul. 2021.

PERUZZO, Pedro Pulzzato. **O que a história da hanseníase e dos filhos separados tem a ensinar para a preservação e promoção dos direitos humanos durante a crise do coronavírus?** In: Os ensinamentos da luta contra a hanseníase para o enfrentamento da covid-19. Cadernos Morhan, 2020, p. 42-49. Disponível em: [http://www.morhan.org.br/views/upload/JPGS\\_Morhan/imagens\\_site/CadMorhanCOVIDportuguesFINAL.pdf?fbclid=IwAR1dRmryyfl9Hhkxt\\_Rg2XQRKRKnZFCxkectW-Ep0\\_NY3SUQ\\_k1K9uyMjYc&gt](http://www.morhan.org.br/views/upload/JPGS_Morhan/imagens_site/CadMorhanCOVIDportuguesFINAL.pdf?fbclid=IwAR1dRmryyfl9Hhkxt_Rg2XQRKRKnZFCxkectW-Ep0_NY3SUQ_k1K9uyMjYc&gt). Acesso em: 14 jul. 2021.

PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte; YASUI, Silvio. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. **Hist. cienc. saúde-** Manguinhos, Rio de Janeiro , v. 20, n. 4, p. 1515-1529, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013000500005>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SILVA, Maura Lima Bezerra e; CALDAS, Marcus Tulio. Revisitando a técnica de eletroconvulsoterapia no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 344-361, 2008 . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000200010>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SPINK, Mary Jane (Org.). **A psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica**. Editora Casa do Psicólogo, 2007

# CAPÍTULO 9

## TRABALHO E VIDA DO OPERARIADO BRASILEIRO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

**Rodrigo Janoni Carvalho**, Técnico em Educação, IFSULDEMINAS  
Mestre em Geografia e Graduado em História, UFU

### RESUMO

O período da Primeira República brasileira (1889-1930) foi marcado por questões trabalhistas num complexo quadro histórico de formação nacional. Analisamos nesse trabalho a situação de vida e trabalho do operariado emergente brasileiro em formação nos grandes centros urbanos. O estudo se baseia na seleção de documentos históricos do período e contribuições historiográficas sobre a república brasileira, de modo que destacamos aspectos do cotidiano do movimento operário na virada dos séculos XIX e XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho – Vida – Operariado – Brasil – República.

### A VIDA OPERÁRIA

As condições de existência dos trabalhadores foram avaliadas por distintas instituições ligadas ou não ao poder público. Uma ampla historiografia sugere também olhares sobre os meios operários. A vida operária não foi substanciada somente em suas relações sociais, como também por suas condições de vida. Muitos trabalhadores moravam em bairros específicos localizados em áreas desvalorizadas como os vales em São Paulo ou os morros no Rio de Janeiro. Na capital paulista, “o baixo preço dos terrenos e a proximidade das estações ferroviárias atraíam para o Brás, o Bom Retiro, a Mooca, as novas indústrias e muitos dos imigrantes recém-chegados” (FAUSTO, 1977, p. 19).

Nos bairros operários, havia um padrão de moradia representado pelo excesso de cortiços sendo um padrão das cidades industriais ocidentais (Carvalho, 2014). Normalmente, as pequenas habitações de estilo pobre, monótono e humilde formavam aquele contexto.

As casas, em geral, construídas no “estilo feio e forte da colônia”, não têm mais do que um ou dois andares. Todo um conjunto de telhados pardos e tristonhos, erguidos numa feição desirmanada: prédios desrebecados, encardidos [...] verdadeiros frangalhos arquitetônicos. As ladeiras que trepam para o morro são maltratadas e sujas. Têm, porém, uma vida intensíssima, servindo, como servem, a imensa **colmeia humana**, ativa e rumorosa que aí se instala e vive (CARONE, 1979, pp. 31-32, grifo nosso).

O termo colmeia humana nos remete ainda às descrições da literatura realista que tão bem descreveu a realidade das incipientes cidades industriais (ZOLA, 2007; AZEVEDO,

2016). As condições de moradia representavam “o maior ultraje às leis e posturas municipais”, nas descrições de época (A CLASSE OPERÁRIA, 1925). As pessoas se estabeleciam em qualquer prédio velho sob uma absoluta deficiência higiênica como destaca o seguinte relatório da 5ª Delegacia de Saúde do Distrito Federal (na época, o Rio de Janeiro).

Casas escuras, úmidas e velhas, acham-se repletas de moradores que aí vivem acumulados em cubículos impróprios, mal arejados e deficientemente iluminados. Tudo aqui ocorre para contrariar a higiene; parecendo que o infeliz recanto esteve de há muito condenado pelos poderes públicos que jamais procuraram atender as necessidades dos seus moradores. [...] Nos morros, então, crescem essas condições de desasseio: aí vê-se lixo em toda parte [...] Um outro elemento concernente à falta de limpeza é a escassez d’água, que distribuída em quantidade insuficiente, em nada satisfaz as exigências da população (PORTO, 1936, p. 22-25).

As mesmas descrições precárias são encontradas em jornais, como o *Fanfulla*<sup>30</sup>, que estimavam a presença deste tipo de moradia em um terço das habitações existentes em São Paulo, no início do século XX. “Em cada cubículo, verdadeira colmeia humana, com freqüência se comprime toda uma família de trabalhadores, às vezes composta de oito ou nove pessoas” (FANFULLA, 11/10/1904, p. 2 *apud* PINHEIRO e HALL, 1981, p. 43). Algumas moradias fechavam quarteirões por completo onde em seu interior multiplicavam-se construções ainda piores originando muitos cortiços marcados pela insalubridade.

O cortiço assemelha-se bastante às vilas operárias. A formação de vilas era comum em torno das indústrias, à medida que essa contingência podia ser usada como forma de pressão ou instrumento de força contra greves. As famílias operárias fixavam-se perto das indústrias, principalmente a têxtil, que se localizavam próximas às linhas férreas, pela logística de escoamento de mercadorias. “A escolha de locais para o estabelecimento das fábricas ou empresas seguia certas determinações: preço vantajoso dos terrenos, proximidade das estradas de ferro” (DE DECCA, 1989, p. 19).

O loteamento e a construção de casas modestas naqueles locais era um negócio altamente lucrativo. Os industriais procuraram fixar-se em regiões com alta concentração de operários ou instalar suas vilas operárias próximas às suas fábricas. Algumas vilas eram enaltecidas por suas qualidades, como no caso da 1ª Vila Economizadora Paulista, “a mais monumental e a mais completa das construções coletivas de São Paulo, cidade que está indubitavelmente colocada entre as mais belas e as mais adiantadas da América do Sul” (Correio Operário, 05/06/1910, pp. 4-12 *apud* CARONE, 1979, p. 39).

---

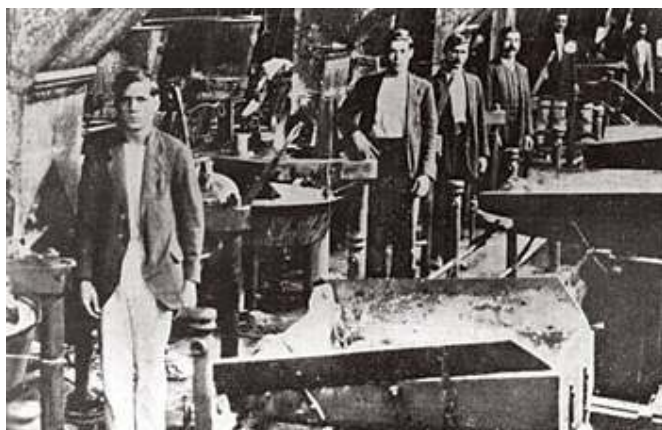
<sup>30</sup> Órgão de imprensa da comunidade italiana em São Paulo. É considerado o mais importante periódico de origem italiana no Brasil e reconhecido pelo governo da Itália. Maiores informações em <<http://www.jornalfanfulla.com>>. Acesso em 14 jan. 2021.

Outro exemplo foi a famosa vila operária conhecida como Maria Zélia, integrada às fábricas têxteis e concebida pelo arquiteto francês Paul Pedarrieux. A vila se constituía numa cidadela operária fechada com escola, igreja, creche, clube, campo esportivo etc. Era considerada “um mundo autossuficiente e um prolongamento da fábrica que ordenava a vida dos operários pela disciplina e ordem através do controle social” (DE DECCA, 1989, p. 26).

As vilas operárias tinham um caráter comum por sua ligação com a indústria representando a simbiose entre capital e trabalho. De fato, como prolongamento da fábrica, serviam de “função normativa e disciplinar sobre o comportamento operário no domínio privado e cotidiano fora da esfera de produção” (DE DECCA, 1989, p. 41). Aliava-se a este mecanismo de organização habitacional e controle, as escolas profissionais que objetivavam formar cidadãos obreiros de hábitos cívicos. Sob um controle social amplo, as vilas buscavam oferecer “facilidades” em termos de educação, saúde ou moradia.

Diante das precárias condições de vida, a insatisfação tomou conta dos meios operários em sintonia com o descontentamento geral da população provocando a organização de greves. As greves foram testemunhos eloqüentes de como as expectativas operárias foram pouco contempladas. O maior exemplo destas manifestações foi a greve geral de 1917, em que a bandeira de luta se resumia no sentimento de solidariedade entre os participantes. Uma greve daquela dimensão, como foi em 1917, representava “uma estratégia exemplar de ação direta, necessária para a garantia de conquista das melhorias” (LOPREATO, 1997, pp. 36- 37).

Antes da greve geral citada, muitas outras mobilizações ocorreram, em que os “primeiros movimentos reivindicatórios envolvendo operários não qualificados ganharam impulso a partir da contradição entre as aspirações destes operários como imigrantes e a realidade de suas condições de vida e de trabalho” (FAUSTO, 1977, p. 33). É neste contexto que surgem as reivindicações por direitos trabalhistas sob diversas orientações e origens, com destaque aos socialistas, comunistas e anarquistas.



**Figura 1:** Trabalhadores cruzam os braços em greve paulista de 1917. Fonte: CPDOC/FGV.

As reações poderiam ser individuais ou coletivas. Havia casos de revoltas e assassinatos. Apesar da diversidade da vida no campo, aparentemente os trabalhadores rurais não se distinguiram da realidade dura presente no cenário urbano. As inúmeras manifestações durante a Primeira República indicam a resistência coletiva dos trabalhadores, em que “mais de cem greves aconteceram no período, revelando que as relações sociais no campo paulista foram tensas e conflituosas” (DE DECCA, 1989, p. 31). Em 1913, por exemplo, a região de Ribeirão Preto chegou a congrega de dez a quinze mil colonos durante uma greve.



**Figura 2:** A greve carioca de 1917. Rio de Janeiro. Fonte: Revista da Semana, 04/08/1917.

Diante das tensões provocadas pela relação entre capital e trabalho - culminando em manifestações grevistas – tem-se a eclosão da greve geral de 1917, em São Paulo, mencionada anteriormente, com grande destaque na produção historiográfica, a qual teve forte repercussão na época. Neste evento, a capital paulista entrou em total caos.

No dia 12 de julho de 1917, padeiros, leiteiros e trabalhadores da Companhia de Gás e da Light<sup>31</sup> aderiam ao movimento grevista. A cidade amanheceu sem pão, sem leite, sem gás, sem luz e sem transporte. A atividade industrial foi paralisada e o comércio fechou as portas. Os paulistanos jamais haviam presenciado um movimento de profunda convulsão social (LOPREATO, 1997, p. 46).

No cenário urbano, as greves congregavam muitas categorias de trabalhadores e impressionavam as autoridades. O uso da força policial se destacava nas tentativas de prisão de estrangeiros acusados de incitarem ideologias esquerdistas que mobilizavam operários nas fábricas, como descreve Maurício Lacerda sobre uma greve na Leopoldina Railways<sup>32</sup>, no Rio de Janeiro.

No dia 7 de março de 1920, a Liga Operária de São José de Além Paraíba lançou um manifesto em que reivindicava aumento de salários, pagamento em dobro para horas extras e contrato de trabalho para os trabalhadores da Leopoldina Railways [...] a greve foi declarada. A Federação dos Condutores de Veículos anunciaram uma greve geral. A greve conseguiu agregar metalúrgicos, padeiros, alfaiates e operários de construção civil e outras categorias. O êxito do movimento surpreendeu as autoridades: como de hábito, esse sucesso foi atribuído a agitadores estrangeiros (Voz do Povo, 16/03/1920, p. 1, apud PINHEIRO e HALL, 1981, pp. 52-53).

De maneira geral, miséria e exploração predominavam no interior das fábricas tornando a situação de trabalho insustentável sob jornadas excessivas de 10 horas ou mais, baixas remunerações, trabalho infantil, abusos e falta de dignidade. A este respeito vale destacar o depoimento de um trabalhador acerca do engenhoso sistema de exploração múltipla pela Fábrica Ipiranguinha, que englobava “a casa, a venda de gêneros e a oficina – quase toda exploração burguesa reunida – iremos encontrá-lo noutras penitenciárias industriais e agrícolas deste abençoado país [...] juntamente com a precária higiene do presídio e o feroz autoritarismo ali reinante” (A Terra Livre, 24/03/1906, p. 1, apud PINHEIRO e HALL, 1981, p. 52). Além disso, registraram-se casos de operários submetidos a abusos físicos ou exploração de mão-de-obra infantil, como descreve Jacob Penteado:

Vi, certa vez, um vidreiro, furioso porque a peça ficara inutilizada, despedaçá-la na cabeça do mal-aventurado aprendiz, que berrava feito louco, pois os pedaços de vidro, ainda quente, penetraram-lhe pela camiseta adentro. E o monstro ainda ria, ao ver sua vítima pulando de dor... [...] O ambiente era o pior possível. Calor intolerável, dentro de um barracão coberto de zinco, sem janelas nem ventilação. Os cacos de vidro espalhados pelo chão representavam outro pesadelo para as crianças descalças. A água não primava pela higiene nem pela salubridade. [...] Havia sempre uns infelizes, os menores, de 7 ou 8 anos, que ficavam por último, pois não podiam enfrentar os maiores, que empregavam a força, tomando-lhes a dianteira da bica. Era a lei do mais forte (PENTEADO, 1962, 117-121).

---

<sup>31</sup> Empresa de capital estrangeiro (Canadá) que atuou em São Paulo em atividades de geração, distribuição de energia elétrica e transporte público de bondes. Fundada em 1899, sob o nome de *The São Paulo Tramway, Light and Power Company*, passou por sucessivas mudanças, encerrando suas atividades na década de 1970.

<sup>32</sup> Conhecida também como Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, funciona desde 1874. Atualmente compõe a Ferrovia Centro-Atlântica.



Contam-se também casos de opressão e emprego de meninas como aprendizes, como denunciava o jornal *A Classe Operária*. Este veículo de informação, criado pelos operários de uma fábrica têxtil na década de 1920, em São Paulo, visava alertar a realidade vivida pelos trabalhadores.

Estamos trabalhando 9 horas por dia. Desde 14 de fevereiro, quando principiou a crise de energia começaram a diminuir os dias de trabalho. Temos trabalhado só três dias semanais. Alguns companheiros trabalham noutras fábricas que possuem força em dias opostos. A miséria nos entra em casa. Passamos dias negros. [...] Trabalham conosco bastante meninas, como aprendizes. Com a saca na mão, para dar ao receber espulas, passam o dia numa roda-viva. Dentro dessa fábrica, como em todas as de São Paulo, existe uma verdadeira opressão, que nos humilha pesadamente (*A Classe Operária*, 18/06/1925, p. 1).

Em síntese, procuramos apontar alguns aspectos importantes da realidade operária nos anos da Primeira República Brasileira, época que marcou os primeiros passos da organização entre os trabalhadores e a expressão de manifestações populares. Observamos que as condições de trabalho, moradia e vida proletária nos grandes centros urbanos, principalmente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, ofereciam dificuldades de monta, em vista da miséria, dos baixos salários, da insalubridade e da falta de higiene.

O período de 1889-1930 é tradicionalmente considerado como os primórdios do republicanismo brasileiro, bem como de formação da classe operária. A expansão da economia cafeeira nos últimos anos do século XIX é um marco neste contexto, já que o avanço daquela economia capitalista de exportação gerou as condições internas para constituição de um núcleo de trabalhadores de serviços, preenchendo, por assim dizer, os requisitos para o surgimento do proletariado fabril (FAUSTO, 1977, pp. 13-14).



**Figura 3:** Operários anarquistas marcham portando bandeiras negras pela cidade de São Paulo durante os protestos de 1917. Fonte: CPDOC/FGV.

Concomitantemente àquele avanço capitalista, observa-se um maior desenvolvimento urbano e um crescimento das indústrias, do sistema de transportes, de crédito e da imigração

estrangeira. Essas transformações implicaram no surgimento de novos grupos, forças sociais, agremiações e jornais dirigidos aos imigrantes. Ao estudarmos resquícios documentais da época, podemos compreender mais a fundo a formação do proletariado brasileiro e suas condições de existência em que o trabalho era meio único de sobrevivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que o movimento operário vivenciou um fortalecimento a partir de 1917 com a eclosão de diversas greves nas principais cidades brasileiras, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, grandes polos industriais na virada dos séculos XIX e XX. A ascensão operária relaciona-se ainda com a Revolução Russa (1917), tendo em vista a luta contra a exploração do capital e das péssimas condições de vida e trabalho que os trabalhadores estavam submetidos. Muito lentamente houveram avanços na legislação trabalhista enquanto a repressão por parte do governo aumentava.

Assim, diante da expansão capitalista das cidades ocidentais, em específico da incipiente industrialização brasileira, o fortalecimento dos movimentos entre trabalhadores, a partir dos anos 1920, foi fundamental pela luta contra às precárias condições de vida e trabalho. Esse contexto histórico marcou profundamente a formação da República Brasileira, de modo que buscamos nessa análise o resgate de diferentes fontes históricas como relatos de época, registros em jornais e relatórios médicos, fotografias e literatura, em diálogo com a produção historiográfica sobre a temática.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. **O cortiço**. São Paulo: Vozes do Bolso, 2016.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877 - 1944)**. São Paulo, Difel, 1979.

CARVALHO, R. J. A cidade industrial e o regime paleotécnico. **Ágora Revista Eletrônica**. Cerro Grande: CEEDO, nº 19 – dez. 2014, p. 111-117.

DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Cotidiano de Trabalhadores na República**. São Paulo 1889-1920. Coleção Tudo é História, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

FAUSTO, Boris. **A Formação da Classe Operária: determinações estruturais**. In: Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1977.

LOPREATO, Christina S. R. **A Semana Trágica**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

PENTEADO, Jacob. Belenzinho, **1910**: retrato de época. São Paulo: Martins, 1962.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael M. **A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930)**: Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado. Campinas: Brasiliense, 1981.

PORTO, Eurico Bellens. **A Insurreição de 27 de novembro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936.

ZOLA, É. **Germinal**. Tradução de Francisco Bittencourt. São Paulo: Martin Claret, 2007.

### **Jornais e Periódicos**

*A Classe Operária* (1925).

*A Terra Livre* (1906).

*Correio Operário* (1910).

*Fanfulla* (1904).

*O Rio de Janeiro do Meu Tempo* (1906).

*Revista da Semana* (1917-1919).

*Voz do Povo* (1920).

# CAPÍTULO 10

## O PROCESSO DE ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL E AS MUDANÇAS NO EIXO ECONÔMICO

**Willises Cavalcante Santos**, Graduando em Licenciatura em História, UNOPAR

### RESUMO

O presente artigo examina o processo de abolição da escravidão no Brasil, buscando diagnosticar os fatores que colaboraram para o fim de tal sistema. Dessa forma, observa as leis e movimentos que de certa maneira foram essenciais para a libertação dos escravizados. Além disso, o artigo propõe uma reflexão sobre os impactos causados pela abolição no eixo econômico, enfatizando as mudanças políticas e sociais do final do século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** escravidão; abolição; economia colonial; Brasil Colônia; resistência escrava.

### INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisas realizadas referentes ao processo de abolição da escravatura no Brasil e os respectivos impactos da abolição no eixo econômico. Está fundamentado em teorias que contemplam esse contexto histórico do Brasil e tem como objetivo principal identificar e conhecer os principais movimentos abolicionistas que compuseram o processo.

Dessa maneira, analisaremos processualmente as leis que surgiram no decorrer do processo abolicionista, que visavam à comunidade escravizada, por exemplo, a Lei Eusébio de Queirós que contribuiu para o fim do tráfico negreiro e a Lei do Sexagenário que concedia a liberdade para escravizados com mais de 60 anos de idade.

Mas também, observaremos que a criação destas leis foram resultado de intensos movimentos de diferentes setores da sociedade que cobravam por melhores condições vida, e não mera bondade do governo. Nessa perspectiva, iremos suscitar as principais formas de reivindicação, desde greves escravocratas nas fazendas até movimentos amplos e bem organizados nos centros urbanos.

Ainda, relacionaremos os movimentos de resistência à escravidão às pressões internacionais, observando o expressivo interesse da Inglaterra na ampliação de seu mercado consumidor. Nesse sentido, analisaremos as proporções de movimentos organizados, como a Cabanagem e a Revolta dos Malês e enfatizaremos nomes que foram de extrema importância em diferentes seguimentos sociais para o processo abolicionista.

Em seguida, identificaremos os impactos da abolição no eixo econômico, destacando as principais mudanças ocorridas no mercado financeiro brasileiro após a abolição, suscitando desde o surgimento de novas perspectivas que visavam à industrialização e o comércio, como forma de retomar os trilhos do progresso econômico, até os movimentos que eram contra a abolição e que não aceitavam o fim da escravidão, abrindo espaço para novas políticas que seguiam como forma de realinhamento econômico e social.

## **O PROCESSO DE ABOLIÇÃO: leis e movimentos**

A escravidão é uma das bases sobre a qual se construiu o Brasil que conhecemos hoje. Por muito tempo o território, onde hoje se localiza o Brasil, foi uma importante colônia de uma grande metrópole europeia, Portugal. Vale lembrar que os primeiros escravizados negros chegaram entre 1539 e 1542, principalmente na Capitania de Pernambuco. A escravidão foi base na economia colonial, dessa forma, levou mais de quatrocentos anos para ser abolida.

O tráfico negreiro teve início no século XVI, era uma atividade demasiadamente lucrativa e que favorecia o colonialismo. Os portugueses, em especial, construíram feitorias no continente africano, assim sendo, permitiu uma relação comercial direta com os reinos africanos. Os navios negreiros eram o meio de transporte destinado a transportar os cativos para as colônias, eles vinham em seus porões escuros, estreitos e sujos, em condições desumanas.

Para Malandrino (2007, p. 112) “os negros contribuíram de forma decisiva com suas culturas e religiões, para forjar a identidade nacional. Compreender a escravidão é, de certo modo, uma tentativa de entender a cultura brasileira presente e formada no Brasil. Pois os negros estiveram presentes desde o início da formação do nosso país.” Assim sendo, está equivocado o discurso que sustenta a ideia de que a cultura africana está separada da brasileira, na verdade a cultura africana está intrinsecamente compondo a cultura brasileira. Outras culturas contribuíram também, entretanto, a africana é parte da cultura brasileira.

Como dito, o processo de abolição da escravidão no Brasil levou muitos anos. Muitos foram os fatos que compuseram esse processo e que gradualmente ganharam espaço no Brasil e no Mundo. A resistência por parte dos escravizados era cotidiana, como na recusa ao trabalho acelerado, na exigência ao respeito a alguns rituais, levantes organizados e fugas planejadas. Dessa maneira, podemos pensar que o fim da escravidão foi resultado de um extenso processo de resistência; lutas, levantes, paralisações e não simplesmente bondade de uma princesa.

Foram incontáveis os movimentos que reivindicavam melhores condições de vida e pela liberdade. Dessa forma, o ponto de partida que iniciou o processo de abolição da escravidão foi a Lei de Bill Arberdeen, criada pela Inglaterra em 1845. Esta lei previa que os navios britânicos poderiam interceptar navios negreiros em alto mar ou na própria costa brasileira. Mas é importante suscitar que a Inglaterra não estava preocupada com questões humanitárias, mas sim, questões referentes à sua economia e ao seu mercado consumidor.

Em seguida, foi criado em 1850 a Lei Eusébio de Queirós, que previa o fim do tráfico negreiro. Dessa forma, o discurso abolicionista da Inglaterra foi reforçado, pois o seu desejo era que os milhares de escravizados, após sua libertação, se tornassem posteriormente homens e mulheres assalariados. Isto é, poderiam consumir os muitos produtos ingleses. Quatro anos depois, surgiu a Lei Nabuco de Araújo, que intensificava as punições referentes à insistência com o tráfico negreiro.

Depois do surgimento dessas leis, parecia que tudo estava caminhado, entretanto, a abolição estava longe de se tornar realidade em território brasileiro e ainda enfrentaria inúmeros obstáculos. Vale acrescentar, que estas leis não colocavam um fim definitivo no tráfico negreiro, várias estratégias foram organizadas e o tráfico tanto interno quanto externo continuava ilegalmente.

No ano de 1871, foi assinada a Lei do Ventre Livre ou Rio Branco, que determinava que os filhos de escravizados nascidos a partir de 1871 seriam livres. Esta lei foi assinada como resposta a movimentos abolicionistas internacionais, que objetivava colocar fim à escravidão de forma gradual. Posteriormente, em 1885 foi criada a Lei do Sexagenário, determinando que escravizados maiores de 60 anos fossem libertados. Cabe desatacar que, uma minúscula quantidade de escravizados chegavam a essa idade, devido às péssimas condições em que viviam, mostrando a insignificância dessa determinação.

Enfim, foi apenas em 13 de maio de 1888 que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que colocava um fim na escravidão no Brasil. Enfatizando que não foi resultado da bondade da

princesa, mas sim, resultado de movimentos, reivindicações e outros fatores. Cabe lembrar, que não houve nenhum plano governamental referente à inserção dos ex-escravizados na sociedade, além de estarem à margem da sociedade, eram vítimas do desemprego, preconceito, exclusão e da pobreza.

Para Neto e Tasinafo (2006, p. 517) “efetivamente não houve nenhum plano para alterar a situação dos ex-escravizados. No Nordeste, a maioria deles continuou trabalhando nas fazendas de seus antigos donos. Calcula-se que, com a abolição, 700 mil escravizados ganharam liberdade”. Destacando, que o Brasil foi o último país do Continente Americano a abolir a escravidão. Cabe salientar, que essas leis não surgiram por acaso, foram resultado de muitos movimentos que aconteceram desde a chegada dos primeiros cativos.

Entre os movimentos que se destacaram na reivindicação de uma sociedade mais democrática e igualitária, destaca-se a Cabanagem que durou entre 1835 a 1840 e aconteceu na província do Grão-Pará, envolvendo um expressivo contingente de indígenas, negros e mestiços, que perceberam lutas e problemas em comuns, objetivando construir uma sociedade mais justa.

Outro movimento que teve grande peso no processo abolicionista no Brasil foi à revolta de Malês, que aconteceu na Bahia, Salvador, e contou com uma enorme massa de africanos escravizados e libertos. A revolta aconteceu em 1835 e teve uma grande repercussão que se estendeu ao longo do século XIX. Organizava-se um ataque, envolvendo incêndios pela cidade de Salvador. Entre os muitos objetivos a liberdade era um deles.

Além de movimentos organizados, outras formas de reivindicação e resistência foram utilizadas, entre elas os quilombos. Esses eram pequenas aldeias organizadas por negros africanos fugidos da escravidão e que buscavam liberdade. Os quilombos localizavam-se nos interiores das florestas ou em locais distantes dos centros urbanos. Um dos mais emblemáticos e significativos foi o Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga, Alagoas.

Um dos episódios de resistência escrava mais notável na história da escravidão do Novo Mundo. Ainda que as estimativas das fontes coevas e dos historiadores sobre o número total de habitantes diverjam bastante – de um mínimo de 6 mil a um máximo de 30 mil pessoas, não há como negar que as comunidades palmarinas, dada a extensão territorial e a quantidade de escravos fugitivos que acolheram, tornaram-se o maior quilombo na história da América Portuguesa. (MARQUESE, 2006, p. 107)

Contudo, os quilombos eram frequentemente atacados, tendo como resultado um grande índice de mortes. Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares foram dois grandes líderes do Quilombo dos Palmares, ambos foram vítimas de perseguição e foram assassinados cruelmente. Além dos

movimentos de abolição organizados pelos cativos, cabe salientar que existiam movimentos abolicionistas no Brasil em diferentes seguimentos da sociedade, entre os nomes que não podemos esquecer, destaca: André Rebouças, Paulo Brito e Dragão do Mar, entre outros, que se dedicaram intensamente na luta contra a escravidão no Brasil.

Francisco José do Nascimento, apelidado de “Dragão do Mar”, foi um dos nomes mais expressivos no movimento abolicionista do nordeste brasileiro, liderou inúmeras greves com a contribuição de jangadeiros que eram contra a escravidão. Após intensos levantes conquistou a abolição quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea. Outro nome marcante nesse processo foi do engenheiro André Rebouças, que contribuiu para o desenvolvimento de agremiações antiescravistas, como a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Além disso, defendia intensamente a emancipação dos escravizados e sua inserção social.

Estima-se que quase quatro milhões de africanos tenham vindo para o Brasil como escravizados, apenas no período colonial. Resultando em relações violentas e muita tensão entre escravizados e senhores. O braço escravo foi responsável por construir a maior parte do que hoje é o Brasil.

## **A ABOLIÇÃO E AS MUDANÇAS NO EIXO ECONÔMICO**

A assinatura da Lei Áurea, em 1888, foi resultado de um longo processo de lutas e resistências por parte dos africanos. Por outro lado, houve aqueles que ficaram extremamente desapontados com a medida, como os donos dos cativos que haviam pagado caro na compra de cada um deles. Enfatizando, que a mão de obra escrava era elemento indispensável no “Plantation”, que era um modo de organização econômica composta por quatro elementos; latifúndio, monocultura, mão de obra escrava e exportação (base para economia colonial).

Sem a mão de obra escrava nas produções era inevitável uma crise no mercado financeiro, conseqüentemente um grande prejuízo para os senhores. Além disso, não houve qualquer tipo de ressarcimento por parte do governo. Neto e Tasinafo (2006, p. 514) afirmam que “os grandes fazendeiros, principalmente do Nordeste e do vale do Paraíba, tinham extensa escravaria. Não admitiam a abolição, pois teriam grandes prejuízos com a perda do capital investido na compra de escravo”.

A abolição foi um divisor de águas na história da economia brasileira. Dividindo o Brasil em dois grupos, o grupo daqueles que estavam presos ao antigo sistema econômico e aqueles que possuíam um pensamento liberal, que visavam à industrialização e o comércio, como forma



de alcançar o progresso e superar a abolição. Segundo Marangoni (2011, [s.p]) “o que estava em jogo para a elite branca não era principalmente uma reforma, mas a libertação das forças produtivas dos custos de manutenção de um grande contingente de força de trabalho”.

Em adição a esse momento, logo surgiu à política de imigração e branqueamento, que buscava em primeira estância a substituição da mão de obra escrava e o branqueamento populacional, baseado na teoria darwinista. Mas por que não empregar os milhares de ex-escravizados que estavam à margem da sociedade? A questão não estava apenas ligada à ideia de substituição, mas também, relacionada com uma questão de necessidade de branqueamento populacional.

De acordo com o Darwinismo Social, que era à base teórica dessas políticas, africanos, asiáticos e americanos eram considerados indivíduos inferiores, e seria impossível alcançar o progresso com tantos indivíduos negros. Dessa forma, o governo brasileiro estabeleceu uma parceria com o governo italiano, que por ora passava por um momento de calamidade referente à unificação italiana. Entre os anos de 1870 a 1918 chegaram aproximadamente um milhão de italianos no Brasil.

Contudo a vinda para o Brasil não estava restrita apenas aos italianos, mas a qualquer imigrante europeu que estivesse disposto a trabalhar. Dessa maneira, vieram portugueses, espanhóis, alemães e japoneses. Por meio deste recorte observaremos mais detalhadamente a preocupação do governo com a economia:

o governo brasileiro, diante da necessidade de mão de obra nas fazendas de café, patrocinava a imigração subvencionada. Dessa maneira, os imigrantes tinham a passagem paga pelo governo brasileiro, que, além disso, se encarregava de fazer a propaganda nos países europeus sobre as possibilidades de emigração. Os imigrantes teriam destinação para as fazendas e receberiam salários por seu trabalho. (NETO, TASIFANO, 2006, p. 520)

“O Brasil recebeu aproximadamente cinco milhões de imigrantes entre 1819 e fins de 1940” (SANTOS, 2010, [s.p]). Enquanto isso, os ex-escravizados e seus descendentes ocupavam a margem da sociedade, além de serem discriminados pela cor de sua pele, compunham a parcela mais pobre da sociedade, grande parte vivendo em condições desumanas. O próprio Lima Barreto (1881-1922) enfatiza: “nunca houve anos no Brasil em que os pretos [...] fossem mais postos à margem”.

Enfim, o processo de abolição da escravatura no Brasil foi um processo longo e que custou a vida de muitos. Ao contrário do que é reproduzido, a abolição foi resultado de resistência, de movimentos, levantes e reivindicações. Entretanto, o Brasil de hoje ainda reflete

as marcas desse processo exploratório e desumano. Além de discursos carregados de preconceito, ainda lutamos contra a desigualdade racial e o racismo estrutural muito presente no Brasil Contemporâneo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, concluímos que o processo de abolição da escravatura no Brasil foi um processo gradual e muito violento. E ao contrário do que frequentemente se reproduz sobre a Lei Áurea, assinada em 1888, ela foi resultado da pressão por parte dos muitos movimentos abolicionistas que ganhavam cada vez mais espaço no cenário social.

Compreendemos que o expressivo interesse da Inglaterra no fim da escravidão estava diretamente ligado com a ampliação de seu mercado consumidor, a abolição conforme a perspectiva inglesa transformariam os escravizados em assalariados e dessa maneira poderiam consumir os produtos ingleses. Entretanto, o fim da escravidão gerou um grande transtorno para o mercado financeiro mundial, em especial o Brasil que foi o último na América a abolir.

Frisamos a importância dos movimentos de resistência que no decorrer do processo abolicionista se consolidavam em todo o território brasileiro, destacando suas proporções e obstáculos. Enfim, ressaltamos o grande impacto causado na economia por causa do fim da escravidão, e a falta de preparo do governo para lidar com esse divisor de águas.

Além disso, enfatizamos que as novas políticas que vigoraram após a abolição da escravatura, uma fusão de políticas que desfavoreciam os ex-escravizados, impossibilitaram a oportunidade de trabalho e arrastaram ainda mais o negro para condições marginalizadas em todos os sentidos. Sem os negros na sociedade, o Brasil estaria mais próximo do progresso, assim enfatizava a teoria darwinista, base no desenvolvimento das políticas de imigração e branqueamento.

Por conseguinte, compreendemos que a escravidão foi uma das bases sobre a qual se construiu o Brasil em que vivemos. Percebendo que até os dias de hoje, depois de mais de cem anos de abolição, os reflexos desse processo desumano, ambicioso e retroativo pairam sobre a nação e que entre outras coisas, estão explícitos em discursos preconceituosos e carregados de ódio. A desapropriação de conhecimentos concernentes a História do Brasil é um dos muitos motivos para reprodução dos discursos racistas e para sustentação do racismo estrutural.

## REFERÊNCIAS

BRITO, Ênio José da Costa. MALANDRINO, Brígida Carla. História e Escravidão: Cultura e Religiosidade Negras no Brasil – Um Levantamento Bibliográfico. **Revista de Estudos da Religião – REVER**, 2007. Disponível em [http://www.Pucsp.br/rever/rv4\\_2007/i\\_brito.htm](http://www.Pucsp.br/rever/rv4_2007/i_brito.htm) (acesso em 25 out. 2020).

COSTA, Marcos. **A História do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

LEOCÁDIO, Leandro Cesar; PEREIRA, Danielle Manoel dos Santos; ZAMARIAM, Julho. **História do Brasil Imperial**. 1.ed. Londrina, 2018.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **Revista de informações e debates do IPEA**. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> (acesso em 25 out. 2020).

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A Dinâmica da Escravidão no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP. 74, março 2006.

NETO, José Alves de Freitas; TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Habra, 2006.

SANTOS, M. A. et al. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Texto para Discussão 398, Belo Horizonte, MG, Cedeplar, 2010.

# CAPÍTULO 11

DOI: 10.47402/ed.ep.b20216870370

## INCERTEZA, EUFORIA E A RECESSÃO ECONÔMICA: OS 13 ANOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICO DO PT

**Marcelo Balotti Monteiro**, Doutor em Ciências Sociais, ênfase em Relações Internacionais e Desenvolvimento Econômico pela UNESP, campus Marília

**Fernando Henrique Taques**, Doutor em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

### RESUMO

A ascensão ao poder de um partido de esquerda ao posto máximo do Brasil não causou surpresa visto que o país encontrava-se em uma crise econômica e social em 2002. A surpresa foi a manutenção da política macroeconômica de Fernando Henrique Cardoso pelo seu sucessor Lula. A medida tinha um interesse claro, contrário à ideologia do partido: recuperar a credibilidade do país. Aos poucos o partido foi flexibilizando o que se convencionou a chamar “tripé macroeconômico” em direção do desenvolvimentismo econômico. A crise financeira de 2008-2009 desempenhou papel fundamental nessa guinada macroeconômica; a falha foi a não percepção de que este modelo estava se esgotando, pelo contrário, a sucessora de Lula, Dilma Rousseff intensificou o desenvolvimentismo e o ativismo estatal na Nova Matriz Macroeconômica. Vítima de sua própria incompetência na gestão econômica e na relação com o congresso, a presidente se viu engolfada por manifestações nas ruas pedindo seu impedimento, seus aliados sendo presos na Operação Lava Jato e uma trama política para tirá-la do poder, o que se deu em Agosto de 2016.

**PALAVRAS-CHAVE:** Macroeconomia, fiscal, monetária, PT.

### INTRODUÇÃO

O Brasil vivia uma situação econômico-social complexa: o país sofrera uma crise de balanço de pagamentos entre 1998 e 1999, fruto da opção pelo regime cambial fixo, além da eclosão de crises em países emergentes entre 1994 e 1998, obrigando a equipe econômica do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) a mudar radicalmente a condução da política macroeconômica; saía o câmbio fixo e aderiria-se ao tripé macroeconômico.

O tripé macroeconômico constitui uma combinação de regime de metas de inflação, câmbio flutuante e busca de superávits fiscais primários. Nessa ótica, a intenção é adotar um único instrumento de política combinado para fazer o tripé, ou seja, a taxa de juros de curto prazo seria a fonte elementar para manutenção dos preços que traria harmonia ao tripé (NASSIF, 2015; BLANCHARD et al; 2010). Sob a pretensão de estabilizar os preços e reduzir

a inflação, outros objetivos poderiam ser atingidos, tais como a redução da dívida pública como proporção do produto interno bruto, além de uma política monetária centrada no mercado doméstico, em outras palavras, não ser conduzida com vistas a promover ajustes no balanço de pagamentos (OREIRO, 2014).

Com a continuidade de desequilíbrios macroeconômicos do tripé, pautado na relação de juros elevados com câmbio apreciado, se formou um novo cenário para os anos posteriores (OREIRO, 2014). A primeira vitória em eleições presidenciais de um partido dito “de esquerda” no Brasil aconteceu em 2002 quando Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) venceu o candidato do PSDB. A vitória da oposição sinalizava uma mudança radical na condução das políticas macroeconômicas e sociais do país. Contudo, na prática isso não foi visto. O discurso odioso do PT na campanha eleitoral contra as elites, contra o Fundo Monetário Internacional (FMI), contra a burguesia de maneira geral, deu espaço à Carta ao Povo Brasileiro, uma clara sinalização de respeito as regras do jogo e nenhuma mudança radical. Frustração à esquerda; alívio à direita.

Diante desse contexto, o principal objetivo desta pesquisa consiste em analisar os últimos treze anos de política macroeconômica no Brasil, período este que o país esteve sob o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Para compreensão do alvo do estudo, a metodologia empregada requer a revisão bibliográfica envolvendo os argumentos teóricos e os fatos relacionados à condução da política econômica do Brasil entre 2000 e 2016. Também são apresentados dados relativos ao desempenho macroeconômico para discutir as políticas implementadas.

## **1. A ORTODOXIA-LIBERAL NA POLÍTICA MACROECONÔMICA DO PT**

A escolha do tripé macroeconômico, no início de 1999 definiu, até os dias atuais, o *modus operandi* da política macroeconômica do Brasil. Com objetivo primordial e único da estabilidade do nível de preços, a política monetária é grande instrumento para a consecução deste objetivo e as políticas fiscal e cambial ficariam subordinadas para atingir este objetivo. Para tanto, lança-se mão da manipulação da taxa de juros de curto prazo (política monetária), do superávit primário que provocaria uma estabilização/redução da dívida bruta como proporção do PIB (política fiscal) e câmbio flutuante (política cambial) – permitindo ao Banco Central se dedicar exclusivamente à política monetária. (OREIRO, 2015). O uso do instrumental ortodoxo-liberal garantiu certa estabilidade econômica ao segundo mandato do

governo FHC apesar dos diversos choques exógenos (atentados de 11 de setembro nos EUA e *default* da Argentina) e endógeno (apagão elétrico) que a economia brasileira sofreu. A utilização deste instrumental refletiu certa estabilidade ao segundo mandato de FHC diferentemente das turbulências vividas no primeiro mandato quando o país vivia sob a âncora cambial e qualquer choque externo gerava preocupação das autoridades econômicas; embora tenha havido diversos choques exógenos (atentados de 11 de setembro nos EUA e *default* da Argentina) e endógeno (apagão elétrico) no segundo mandato do tucano.

A iminente vitória da oposição em meados de 2002, trouxe grande turbulência para a economia do país. Até então com discurso radical pautado pela grande rejeição ao FMI e acenando com a possibilidade de calote da dívida externa, o Partido dos Trabalhadores (PT) percebeu que a economia só voltaria à normalidade caso mudasse o discurso. A apresentação da Carta ao Povo Brasileiro, documento elaborado pelo grande mentor da campanha de Lula, Antônio Palocci, na qual, o aspirante à presidência se comprometia com o cumprimento de todos os contratos existentes, inclusive os relacionados à dívida interna e externa e a aceitar o programa de resgate proporcionado pelo FMI e suas cláusulas de exigência. A divulgação deste compromisso fez com que o mercado financeiro vivesse dias mais tranquilos. (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011).

Vencido o pleito, Lula nomeou Antônio Palocci para o ministério da Fazenda e Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central. Estes eram nomes visivelmente ligados à ortodoxia econômica e foram escolhidos com o objetivo de garantir a estabilidade no mercado financeiro, e, por conseguinte, na economia como um todo. Neste momento, garantir a estabilidade da economia significaria continuar com a política econômica do antecessor; em alguns casos significou ir até além das metas econômicas definidas como a estipulada para o superávit primário: esta foi aumentada de 3,75% do PIB para 4,25%. (ANDERSON, 2011). Nomeado os bastiões da economia, pelo lado fiscal, a estratégia do ministro seria promover um ajuste fiscal maior do que o planejado além de implantar reformas estruturais com vistas a conseguir um orçamento equilibrado no longo prazo. Portanto, a tônica da equipe econômica de Lula nos primeiros anos de mandato seria:

**...buscar defender a âncora fiscal e a solvência da dívida pública, confiantes que de que este seria o meio de alcançar a credibilidade da política econômica e a reputação necessária para conquistar a confiança no futuro da economia e abrir caminho ao crescimento. A estratégia atribuiu pouco espaço à ação ativa do Estado como articulador de projetos de investimento e indutor do crescimento.** O seu campo de atuação restringiu-se, fundamentalmente, à consecução do projeto de economia de mercado e à necessidade de aperfeiçoar o desenho das instituições, de

modo a elevar a eficiência das políticas públicas (LOPERATO, 2015, p.17 – grifo nosso).

Fica claro que a política econômica no início do governo petista estaria em desacordo com a ideologia de fundação do partido. Surgido do espectro político e econômico mais ligado às correntes da esquerda, a participação do Estado seria fundamental como motor do crescimento e do desenvolvimento econômico; no entanto o que se viu nos três primeiros anos de Lula na presidência da República foi exatamente o contrário: o Estado brasileiro com pouca participação na economia. Ainda com a missão de reconstruir a confiança na economia, a autoridade monetária utilizou seu principal instrumento, a taxa de juros de curto prazo, para reafirmar o compromisso com as metas de inflação estabelecidas; para tanto mais elevações na taxa de juros foram necessárias. Ao se mudar para o Palácio da Alvorada, Lula encontrou a economia com taxa de juros nominal de 25% a.a.; logo na primeira reunião presidida por Henrique Meirelles (janeiro de 2003), houve aumento de 0,5 ponto; no mês seguinte, houve novo aumento, agora de 1,0 ponto, permanecendo assim até a reunião de maio de 2003; somente no mês de junho foi possível uma redução na Selic (WERNECK, 2014). Ao mesmo tempo que o governo lançava mão das políticas monetária e fiscal para garantir a confiança na economia, o setor externo brasileiro dava mostras de recuperação. O aumento significativo da demanda mundial por produtos nacionais, notadamente *commodities* para a China, somada à depreciação do Real, produziu um efeito positivo na balança comercial, somando pontos na busca pela recuperação da credibilidade (WERNECK, 2014).

A evolução positiva nas contas externas do Brasil garantia uma maior solidez a economia o que poderia ser verificado com a queda do risco-país. Isto permitiu o aumento de fluxos de capitais estrangeiros no país, valorizando o Real uma vez que o país vivia em um regime de câmbio flutuante. À medida que as incertezas se dissipavam, a taxa de juros poderia ser reduzida, abrindo espaço para a retomada do crescimento econômico. Em 2004, o país já gozava de uma situação econômica muito mais favorável do que no ano anterior, fruto principalmente do avanço da economia chinesa a patamares acima da média mundial, o que permitiu puxar um crescimento econômico acima de 5%, inflação declinante e a reversão do déficit em conta corrente para um superávit. O Brasil caminhava rumo à prosperidade almejada e o governo Lula, depois de uma transição e de um primeiro ano conturbado, seguia em direção de um fim glorioso. Contudo, o ano de 2005 trouxe de volta perturbações que pareciam não pertencer mais àquele governo.

Na segunda metade de 2005, dois dos ministros mais importantes do governo Lula, Antônio Palocci (Fazenda) e Paulo Bernardo (Planejamento), propuseram um programa de ajuste fiscal de longo prazo que previa, dentre outras coisas, a redução dos gastos primários do governo que cresciam mais do que a taxa de expansão do PIB. Contudo, a ideia foi rechaçada pela então ministra da casa civil Dilma Rousseff e pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega com total anuência do governo (WERNECK, 2010). Enfraquecido por conta da derrota que sofreu no debate sobre os rumos da dívida pública e bombardeado pelo escândalo do mensalão, além de ser acusado de abuso de poder em questões pessoais, o então ministro da Fazenda, em março de 2006, pediu demissão do seu cargo. A saída dele foi uma grande perda para o governo Lula, mas não para Lula em si, que na ausência dele e de José Dirceu, poderia governar o país sozinho (ANDERSON, 2011; WERNECK, 2014).

A tabela a seguir traz os principais indicadores macroeconômicos dos primeiros três anos do governo Lula. Todavia, cabe ponderar que a taxa de crescimento do PIB ainda persistia abaixo da taxa de crescimento da economia mundial.

**Tabela 1 - Variáveis Macroeconômicas (2003-2005)**

Variáveis	2003	2004	2005
PIB	1,1%	5,7%	3,2%
IPCA	9,3%	7,6%	5,7%
Taxa Selic (Média)	23,27%	16,17%	19,05%
Resultado Primário	3,23%	3,69%	3,74%
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	54,26%	50,19%	47,92%
Consumo das famílias	-0,78%	3,82%	4,47%
Investimentos (% PIB)	16,7%	17,4%	17,2%
Conta Corrente (% PIB)	0,8%	1,8%	1,6%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BCB, IBGE

É possível notar um crescimento representativo do produto interno bruto, decorrente do estímulo ao consumo, manutenção no nível de investimento da economia (gerado pelo cenário de queda da inflação e taxas de juros), além da recuperação do setor industrial, inclusive o da construção civil; ademais, também contou com incremento do nível de exportações em virtude dos preços internacionais favoráveis. Também cabe lembrar a revisão metodológica das contas públicas no período, cuja proposta conduziu a alterações na distribuição de pesos de indicadores, resultando em taxas de crescimento maiores com tal modificação.



## 2. GUINADA A ESQUERDA: O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

A substituição de Antônio Palocci no ministério da Fazenda em princípios de 2006 por Guido Mantega mostrou muito mais do que uma simples troca de pessoas: significou uma mudança, até certo ponto radical, de ideologia na gestão da política econômica, principalmente na execução do tripé macroeconômico. Esta nova matriz econômica duraria todo o restante do governo Lula e o governo de Dilma Rousseff.

A essa nova concepção econômica foi atribuído o nome de novo-desenvolvimentismo, fundamentado basicamente no neo-estruturalismo da CEPAL e nas obras de John Maynard Keynes e seus sucedâneos. Nas palavras de Bresser Pereira (2007, p.161) o novo-desenvolvimentismo era “um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas através das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos”. Mas como estes países de desenvolvimento médio alcançariam os países mais desenvolvidos do mundo? Oreiro (2016) afirma que a estratégia:

Baseia-se explicitamente na adoção de um regime de crescimento do tipo *export-led*, no qual a promoção de exportações de produtos manufaturados induz a aceleração do ritmo de acumulação de capital e de introdução de progresso tecnológico na economia. A implantação dessa estratégia requer a adoção de uma *política cambial ativa*, que mantenha a taxa real de câmbio num nível competitivo a médio e longo prazos, combinada com uma *política fiscal responsável* que elimine o déficit público ao mesmo tempo que permita o aumento sustentável do investimento público. A manutenção da taxa real de câmbio num patamar competitivo a médio e longo prazos exige não só a adoção de uma política cambial ativa, como também uma política salarial que promova moderação salarial ao vincular o aumento dos salários reais ao crescimento da produtividade do trabalho, garantindo assim a *estabilidade da distribuição funcional da renda no longo prazo*. A combinação entre política fiscal responsável e moderação salarial se encarregaria de manter a inflação em um nível baixo e estável, permitindo assim que a política monetária seja utilizada para a estabilização do nível de atividade econômica, ao mesmo tempo em que viabiliza uma redução forte e permanente da taxa real de juros (Oreiro, 2016, p.149).

O novo-desenvolvimentismo não é uma estratégia protecionista visto que não existe mais a preocupação com a indústria nascente que havia no nacional-desenvolvimentismo. A busca seria por uma taxa de câmbio competitiva já que grande parte dos países que se defrontam com esta estratégia ainda sofrem com a doença holandesa, que constitui o cenário no qual um determinado país produz bens que usam recursos naturais baratos acabam por incorrer na apreciação de longo prazo de sua própria taxa de câmbio, compatível com o equilíbrio do saldo de conta corrente, entretanto esta condição inviabiliza os demais setores direcionados para bens comercializáveis voltados para tecnologia (BRESSER-PEREIRA, 2010). Ainda com relação a esfera cambial e de comércio internacional, Oreiro (2015) aponta que outro objetivo era o acúmulo de reservas internacionais com o intuito de reduzir a vulnerabilidade externa.

O alicerce keynesiano do novo-desenvolvimentismo não deve ser confundido com uma defesa ferrenha dos déficits públicos crônicos. Segundo Bresser Pereira (2007), o equilíbrio fiscal era uma necessidade, pois o orçamento equilibrado seria uma condição para ter um Estado forte e sólido e as dívidas, quando existirem, deveriam ser pequenas e de curto prazo. Um Estado sólido e equilibrado, poderia e deveria ser um ente ativo dentro do cenário econômico devendo ser forte o suficiente para implementar políticas que visassem tanto a proteção da economia contra crises externas como sendo proativas para o crescimento econômico e o pleno emprego. Ademais, teria como missão promover uma política industrial e de comércio exterior que tivesse como fim o estímulo à competitividade industrial, além de melhorar a inserção do país na cadeia de comércio mundial. Por fim, o Estado deveria promover um sistema tributário progressivo para reduzir desigualdades de renda ou riqueza (SICSÚ, DE PAULA e MICHEL, 2007; MATTEI, 2011; OREIRO, DE PAULA e BASÍLIO, 2012).

Assinaladas a proeminência do Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico como ficaria o mercado na visão novo desenvolvimentista? Esse segmento heterodoxo da economia reconhece a grande eficiência do mercado como uma entidade que coordena muito bem os sistemas econômicos, mas apresenta suas próprias limitações neste seu intuito; os níveis de investimento, inovações e distribuição de renda ficam muito aquém do que seria considerado minimamente satisfatório (BRESSER-PEREIRA, 2007). No que tange à política econômica, esse projeto de desenvolvimento econômico tem uma visão diferente da convencional.

As políticas econômicas decorrentes da perspectiva novo-desenvolvimentista não se satisfariam, portanto, apenas com a ‘estabilidade monetária’, objetivo maior das políticas neoliberais. Ao invés disso, seu objetivo é ‘estabilidade macroeconômica’. Este é um conceito muito mais abrangente de redução de incertezas relativas à demanda futura, criando um ambiente estável para a tomada de decisões de investimento privado. Isso inclui tanto a regulação estatal das taxas de juros, do câmbio e dos salários, quanto a redução da vulnerabilidade externa para defender a economia de choques externos e da volatilidade dos fluxos de capitais estrangeiros mediante uma taxa de câmbio administrada e a imposição de controle de capitais, caso necessário. Esses objetivos só podem ser alcançados por políticas com objetivos múltiplos e pela complementariedade entre as políticas monetária, fiscal, cambial e salarial para influenciar os ‘grandes preços’ da economia: as taxas de juros, de câmbio, de salário e de inflação. As novas políticas macroeconômicas restabeleceriam a condição soberana da ação do Estado de controlar sua moeda e sua política fiscal, permitindo a adoção de uma política industrial de defesa da competitividade e da equidade. (MORAIS, SAAD-FILHO, 2011, p. 513-514)

A participação do Estado nesse modelo de desenvolvimento, bem como o uso da política fiscal está claro em Carneiro (2012): o Estado seria mais um regulador do que um interventor além de ser um gestor dos principais preços da economia, a saber a taxa de juros e a taxa de câmbio. Já a política fiscal não deveria ser deficitária constantemente como medida de estímulo

à demanda agregada; o equilíbrio fiscal deveria ser perseguido sempre e a dívida pública deveria ser pequena. Como consequência, era requerido que houvesse uma poupança na conta corrente do governo que seria responsável por financiar os investimentos. Oreiro (2016, p.149) ratifica que “o déficit público não desempenha nenhum papel relevante na indução e/ou sustentação do crescimento”.

Já na questão monetária, o novo-desenvolvimentismo não propõe o rompimento total com as ideias centrais do tripé macroeconômico rígido; este sofre uma flexibilização com relação aos seus objetivos. No que concerne ao regime de metas de inflação, a rigidez excessiva do mesmo que propicia uma taxa de juros extremamente elevada (recusado pelos novos-desenvolvimentistas) se deve principalmente a uma austeridade do Banco Central, a uma dificuldade do modelo de diferenciar entre choques de demanda (juros funcionam bem) e choques de oferta (juros são ineficazes) e do abandono das metas declinantes (CARNEIRO, 2012; OREIRO, 2015). De modo resumido, Bresser Pereira (2006) aponta as diferenças básicas entre os chamados tripés do desenvolvimento entre a ortodoxia e o novo-desenvolvimentismo. Entre os primeiros, o controle da inflação e das contas públicas, as reformas microeconômicas pró-mercado e a formação de uma poupança externa seriam as variáveis chaves para o desenvolvimento econômico. Para os novos desenvolvimentistas, o desenvolvimento econômico passaria pela manutenção da estabilidade macroeconômica, reformas para o fortalecimento do Estado e do mercado além da criação de uma política industrial e a promoção da poupança doméstica e da inovação empresarial.

### **3. O SEGUNDO GOVERNO LULA E AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS HÍBRIDAS**

A escolha de Guido Mantega como sucessor de Antônio Palocci no Ministério da Fazenda ainda no final do primeiro mandato de Lula, deu mostras de qual seria o viés econômico do segundo mandato: flexibilizava-se o tripé macroeconômico ortodoxo para permitir que uma visão mais desenvolvimentista, que priorizava o crescimento econômico entrasse em cena. O segundo mandato de Lula pode ser caracterizado por um desenvolvimentismo heterogêneo pois o período todo não demonstrou uma estratégia uniforme de desenvolvimento; ademais é possível subdividi-lo em dois: o primeiro que se estabelece entre 2006 e 2008 desde a troca no ministério da Fazenda até a falência do banco de investimento Lehman Brothers; o segundo momento foi como as autoridades brasileiras

reagiram à crise e compreende os anos de 2009 e 2010. Neste primeiro momento do segundo mandato de Lula, houve a flexibilização do tripé macroeconômico rígido que pode ser sintetizada em Barbosa e Souza (2010) onde o governo deveria atuar na:

Adoção de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento econômico e elevar o potencial produtivo da economia; a aceleração do desenvolvimento social por intermédio do aumento nas transferências de renda e elevação do salário mínimo; e o aumento no investimento público e a recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo (BARBOSA e SOUZA, 2010, p.69-70).

Percebe-se então mudanças nas prioridades a serem dadas na condução da política econômica do Brasil a partir da posse de Mantega. Deixava-se de lado a preocupação irrestrita com o controle dos níveis de preços (inflação) e com o ajuste fiscal e abre-se caminho para uma busca por crescimento econômico com inclusão social, tudo isso sendo guiado pelo Estado brasileiro.

Sintetizando, o novo modelo de desenvolvimento econômico do Brasil, nas linhas da teoria Keynesiana, o crescimento econômico se daria através de forte estímulo à demanda agregada. O gasto público (investimentos) seria possível dada a redução da meta na poupança pública (superávit primário), o consumo estimulado pelos sucessivos aumentos reais de salário mínimo e os investimentos privados decorreriam da queda na taxa de juros uma vez que a premissa de metas de inflação declinante fora esquecida (OREIRO, 2015). Os resultados desta inflexão foram bastante positivos em termos macroeconômicos, quando comparados ao período em que a ortodoxia e o tripé macroeconômico rígido prevaleceram. A tabela abaixo mostra as variações anuais de algumas variáveis macroeconômicas escolhidas que se justificam pelo contexto do trabalho.

**Tabela 2 - Variáveis Macroeconômicas (2006-2008)**

Variáveis	2006	2007	2008
PIB	4,0%	6,1%	5,1%
IPCA	3,14%	4,46%	5,90%
Taxa Selic (Média)	15,08%	11,83%	12,42%
Resultado Primário	3,20%	3,24%	3,33%
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	46,49%	44,55%	37,57%
Consumo das famílias	5,20%	6,07%	5,67%
Investimentos (% PIB)	17,3%	18,1%	19,5%
Conta Corrente (% PIB)	1,3%	0,1%	-1,7%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BCB, IBGE

Conforme bem observa Oreiro (2015), a flexibilização do tripé macroeconômico produziu resultados interessantes do ponto de vista macroeconômico; contudo não foi capaz de frear a tendência de apreciação da taxa de câmbio real da economia – essa valorização da moeda

nacional foi o gatilho para o processo de acúmulo de reservas internacionais (US\$ 61,95 bilhões em 2005 para US\$ 205,11 bilhões em 2008). Este fator cambial somado ao crescimento econômico provocou uma reversão na conta corrente do país que fora positiva até 2006, apresentou relativa estabilidade em 2007 e um moderado déficit em 2008. Apesar do forte crescimento econômico com declínio da taxa de juros (SELIC), a inflação não foi motivo de preocupação das autoridades visto que em todo o período ela permaneceu dentro dos intervalos de tolerância da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e em dois anos, o IPCA ficou abaixo do centro da meta. É importante ter em mente que um fator que contribuiu para que a inflação se mantivesse em patamares baixos é a própria apreciação do Real frente ao Dólar.

A falência do banco de investimento Lehman Brothers marca o *turning point* da gestão econômica no segundo mandato de Lula. Se antes da crise financeira, o país transitava de maneira parcimoniosa para uma flexibilização do tripé macroeconômico, após a implosão do sistema financeiro mundial, esse caminho seria percorrido mais rapidamente. De início, os efeitos na economia brasileira foram significativos. A falência de um ente relevante no mercado financeiro internacional faz com que as linhas de crédito diminuíssem consideravelmente. Soma-se a isso uma queda significativa nos preços das *commodities* reduzindo o fluxo de comércio internacional brasileiro e uma fuga massiva de capitais pressionando para cima a taxa de câmbio. O clima de incerteza dominou a economia e isto provocou uma queda sensível na demanda agregada (consumo e investimento, principalmente) o que fez o Brasil apresentar uma variação negativa do PIB (BARBOSA e SOUZA, 2010). Esse quadro deveria ser motivo de preocupação para o governo? Não. Como afirma Werneck (2010, p.6) “[...] esse desdobramento da crise foi até festejado pelo governo. A crise lhe deu a oportunidade, que em condições normais jamais teria. Permitiu, afinal, legitimar mudanças bruscas no regime fiscal e nas relações entre o Estado e a economia”.

Por mudanças no regime fiscal e relações entre o Estado e a economia é possível inferir que a deterioração das contas públicas se deu não só pelo afrouxamento da meta primária do governo, mas também pelas sucessivas manobras contábeis que subestimavam a realidade. As relações Estado–mercado passaram a ser sistematicamente através do crédito bancário financiado pela emissão de dívida pública através do Tesouro Nacional (WERNECK, 2010). A crise abriu espaço para que medidas anticíclicas fossem tomadas com o intuito de minimizar os efeitos da tormenta financeira e fazer com que o Brasil saísse o mais rápido dela. Oreiro (2015) aponta que os gastos primários do governo apresentaram uma elevação de aproximadamente 15% e que os bancos públicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) aumentaram

significativamente suas linhas de crédito de modo a suprir a ausência deste no mercado internacional.

**Tabela 3 - Variáveis Macroeconômicas (2009-2010)**

Variáveis	2009	2010
PIB	-0,3%	7,5%
IPCA	4,31%	5,90%
Taxa Selic (Média)	9,9%	9,73%
Resultado Primário	1,95%	2,62%
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	40,88%	37,98%
Consumo das famílias	4,44%	6,94%
Investimentos (% PIB)	19,2%	20,6%
Conta Corrente (% PIB)	-1,5%	-2,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BCB, IBGE

Essas medidas, em conjunto com outras como a manutenção da taxa de juros em patamares baixos, permitiram que o consumo se expandisse assim como os investimentos. Com a demanda agregada aquecida, o crescimento do PIB era consequência natural; e foi o que aconteceu em 2010. Todo esse estímulo acarretou em uma inflação mais elevada; contudo ainda dentro do teto da meta estabelecida para o ano (6,5%). Esse conjunto de medidas foram tomadas de maneira concomitante com uma significativa redução da taxa de juros – este não foi o único instrumento de política monetária no qual o governo recorreu, pois utilizou-se de instrumentos macroprudenciais quais seja depósitos compulsórios e exigência de capitais próprio dos bancos. Após a erupção da crise financeira internacional em 2008, o Brasil apresentou um modelo de crescimento conhecido como social-desenvolvimentismo, também denominado de desenvolvimentismo inconsistente pois:

Trata-se de um modelo no qual as políticas de redistribuição de renda e de aumento real do salário mínimo, em conjunto com uma forte expansão do crédito bancário, deveriam estimular um vigoroso crescimento dos gastos de consumo, o que levaria os empresários a aumentar os gastos de investimento, permitindo assim um aumento simultâneo de capacidade produtiva e da produtividade do trabalho. Nesse caso, seria possível obter um elevado crescimento do PIB e dos salários reais, ao mesmo tempo que a inflação seria mantida sob controle (OREIRO, 2015, p.17).

A eleição de Dilma Rousseff para a presidência do Brasil em 2010 foi a opção pela continuidade de um partido no poder; evidencia mais que isso: a opção por seguir com a mesma orientação econômica do seu antecessor e padrinho político. O otimismo com relação ao sucesso econômico da primeira presidente mulher do país se dava mediante a uma conjuntura favorável: o pior momento da crise financeira mundial parecia ter acabado, o Brasil apresentou um crescimento formidável de 7,5% em 2010; contudo a inflação apresentava trajetória de elevação com tendência de permanecer nestes patamares.

#### 4. O CONTINUÍSMO DISTORCIDO DE DILMA ROUSSEFF

A continuidade na gestão econômica no governo Dilma Rousseff passou pela manutenção do tripé macroeconômico mesmo ele sendo bastante flexibilizado com relação ao receituário ortodoxo assim como seu antecessor havia feito. O objetivo final fora mantido (crescimento econômico ao invés de controle dos preços) mas naquele momento o propulsor desta expansão econômica seria através do aumento da competitividade industrial. A consecução deste objetivo se daria via maior coordenação entre Ministério da Fazenda e Banco Central e da utilização de outros instrumentos da política econômica que não somente os convencionais (CAGNIN *et al*, 2013). O novo governo iniciava-se sob a perspectiva do que ficou convencionado com Plano Dilma ou Nova Matriz Econômica, que buscava:

A desobstrução de caminhos para a retomada industrial, os esforços pela industrialização integral do país, a crença no papel indispensável do Estado no planejamento, a descrença nas forças espontâneas do mercado, a decisão por parte do Estado dos setores que devem expandir e o papel estatal no financiamento destes [...] (SINGER, 2015, p.45).

A gestão da política macroeconômica (monetária, fiscal e cambial) no governo Dilma foi marcada por uma inconsistência de objetivos oscilando ora para uma política de cunho expansionista, ora de cunho contracionista, funcionando ao sabor dos acontecimentos e quase nunca se mostrando como uma estratégia bem definida. A política monetária mostra bem o comportamento errático da gestão econômica do governo Dilma. Analisando apenas o comportamento da taxa de juros de curto prazo, Pires e André (2015) mostram que existiu quatro etapas. No início da gestão Tombini até julho de 2011, o que se viu foi um continuísmo da gestão anterior com sucessivos aumentos na taxa SELIC em busca de desaquecer a economia brasileira. Em um segundo momento e contra toda expectativa do mercado, em agosto de 2011, houve um processo gradual e intenso de redução da taxa de juros que durou até outubro de 2012; o terceiro momento se deu pela manutenção do nível nestes patamares baixos até abril de 2013. Depois desta última reunião, em abril de 2013, novas elevações são feitas na busca de conter novamente o processo inflacionário que se acelerava. Cabe mencionar que as medidas macroprudenciais que já haviam sido aplicadas no governo anterior foram utilizadas com mais frequência no novo governo. A estratégia seria não apenas lançar mão da taxa de juros para tentar controlar a demanda, mas sim utilizar instrumentos que atuariam no volume de crédito da economia. Ademais buscou-se uma instrumentalização dos bancos públicos com a ideia de reduzir custos de empréstimos no setor privado através da redução dos *spreads* bancários (PIRES e ANDRÉ, 2015; CAGNIN *et al*, 2013).

No âmbito da política fiscal há também idas e vindas da atuação do governo. Logo no início do mandato Dilma, o governo executou uma política extremamente contracionista com a elevação da meta de superávit primário para abrir espaço para reduções na taxa de juros. Este compromisso com a ortodoxia durou apenas o primeiro semestre de 2011; logo a política fiscal se tornou anticíclica através, principalmente de desonerações tributárias o que fez com que o superávit primário sofresse grande queda. Essa política de cunho expansionista foi intensificada pelo agravamento da crise na Zona do Euro e durou todo o restante do governo não sofrendo qualquer tipo de reversão com o aumento das expectativas inflacionárias o que evidencia que o governo se preocupava muito mais com a elevação do PIB do que com a trajetória da inflação (PIRES e ANDRÉ, 2015; CAGNIN *et al*, 2013). De forma resumida, a conduta da política fiscal no governo Dilma pode ser sintetizada em:

- a) ampliou os gastos com custeio do governo central, mas não de forma suficiente para evitar a desaceleração do consumo do setor público consolidado;
- b) tendência semelhante se imprimiu ao investimento público, que embora tenha avançado em termos reais e em proporção do PIB, cresceu a taxas muito menores que as registradas nos anos 2006-2010, justamente no período de maior necessidade de uma política anticíclica. O governo federal preferiu apostar em um programa de concessões de serviços públicos ao setor privado;
- c) concentrou a política de gastos na expansão das transferências de assistência e previdência social, embora a taxas decrescentes, contingenciando as despesas relativas à provisão de serviços públicos universais não mercantilizados (inclusive saúde e educação);
- d) privilegiou desonerações tributárias selecionadas, mas em larga escala, como um dos eixos principais de estímulo ao crescimento, a despeito da conhecida limitação desse instrumento para este fim;
- e) ampliou a base de incidência da arrecadação de impostos e contribuições na direção da renda do trabalho e reduziu a carga sobre as transações financeiras, aprofundando a já conhecida regressividade da estrutura tributária brasileira (GENTIL, HERMANN, 2015, p.14).

Em termos de política cambial houve a manutenção do regime de flutuação suja mas ampliou-se o leque de objetivos perseguidos. Como no governo do seu antecessor, a busca pela redução da volatilidade cambial e o acúmulo de reservas se manteve (CAGNIN *et al*, 2013). Contudo ampliou-se o escopo no sentido de estabelecer um patamar da taxa de câmbio com o intuito de diminuir a perda de competitividade externa no segmento industrial. Para este intento, aumentou-se também os instrumentos que permitiriam a consecução destes objetivos: controles de capital, regulação financeira prudencial, regulação sobre derivativos cambiais (CAGNIN *et al*, 2013). Os indicadores macroeconômicos durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff mostram uma sensível deterioração da economia; mais ainda: evidencia o total fracasso do que ficou convencionado na literatura de Nova Matriz Macroeconômica.



**Tabela 4 - Variáveis Macroeconômicas (2011-2014)**

Variáveis	2011	2012	2013	2014
PIB	2,7%	1,0%	2,3%	0,10%
IPCA	6,50%	5,83%	5,91%	6,41%
Taxa Selic (Média)	11,62%	8,46%	8,18%	10,85%
Resultado Primário	2,94%	2,23%	1,77%	-0,63%
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	34,49%	32,25%	30,59%	33,11%
Consumo das famílias	4,09%	3,22%	2,26%	0,9%
Investimentos (% PIB)	19,3%	18,1%	18,4%	19,7%
Conta Corrente (% PIB)	-2,1%	-2,4%	-3,6%	-4,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BCB, IBGE.

O fracasso da gestão macroeconômica do primeiro mandato deveu-se:

Embora a implantação da “nova matriz macroeconômica” tenha permitido uma desvalorização bastante significativa da taxa *nominal* de câmbio, ela *não foi suficientemente grande* para eliminar a sobrevalorização da taxa *real* de câmbio que se processou na economia brasileira ao longo da década passada. [...] outra razão do fracasso é a permanência da taxa de juros em patamares elevados. Com efeito, a taxa Selic representa a taxa de retorno da aplicação financeira livre de risco no Brasil, uma vez que ela é a taxa que remunera as assim chamadas *letras financeiras do tesouro* [...] *em poucos lugares do mundo uma aplicação livre de risco gera uma taxa de retorno tão alta*. O efeito disso sobre a decisão de investimento é perverso. Como a taxa de juros das aplicações livres de risco é muito alta, os empresários só estarão dispostos a realizar aqueles projetos de investimento cuja a taxa de retorno supere a taxa livre de risco por uma elevada margem (essa margem é o que se conhece como prêmio de risco). O problema é que, numa economia que se defronta com uma forte sobrevalorização cambial e que possui sérias deficiências de infraestrutura – problemas esses que se somam à incerteza oriunda da política macroeconômica que se comporta como uma “biruta de aeroporto” – poucos são os projetos de investimento cuja taxa de retorno supera, por margem suficientemente grande para se tornar atrativa para os empresários, a taxa de juros livre de risco (OREIRO, 2016, p.200-201).

O fracasso do projeto de governo também pode ser visto em manifestações populares nas ruas das principais cidades do Brasil. Sob o pretexto de serem protestos contra a corrupção, as manifestações Brasil afora pediam a renúncia da presidente da República. O que estava por trás destes eventos foi um esgotamento do modelo petista de desenvolvimento econômico que provocou uma forte queda nos indicadores macroeconômicos, exceto o número de desempregados que continuou em patamares mínimos, fazendo com que a elite brasileira achasse que era o momento de trocar a presidente, mesmo que seu mandato ainda não tivesse terminado.

O pretexto das manifestações (o fim da corrupção) não era totalmente esvaziado, embora não fosse a razão principal para os protestos. Nesse período, mais precisamente em 2014, a Operação Lava Jato entrou em cena, desarticulando o maior esquema de corrupção do Brasil, quiçá do mundo envolvendo partidos políticos, políticos, empreiteiras e a estatal petrolífera Petrobras. Nomes de peso da cena política nacional, inclusive da cúpula do PT com destaque para o ex-presidente Lula, foram denunciados no esquema o que dificultou ainda mais a

governabilidade da presidente. Em uma eleição acirrada, marcada pelo baixo nível do debate, Dilma Rousseff venceu o opositor Aécio Neves pela menor diferença da história das eleições brasileiras. Durante a campanha, a então presidente promoveu um verdadeiro estelionato eleitoral vendendo à população a imagem de um país que não tinha problemas econômicos e que a fatura dos últimos anos continuaria enquanto o líder tucano afirmava que, caso eleito, promoveria os ajustes, principalmente fiscal, necessários para que a economia voltasse a trilhar uma rota de crescimento sustentável. Passado o pleito, Dilma saiu da fantasia da campanha política e voltou para a depressiva realidade econômica do país. Era hora do ajuste; era hora de trocar o comando da política econômica. Era hora mais uma vez do PT trair sua ideologia em prol do poder, como fizera Lula no início do seu primeiro mandato.

## **5. A HORA DO AJUSTE: O CURTO SEGUNDO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF**

Antes mesmo de tomar posse para o seu segundo mandato, a presidente reeleita fez uma mudança radical e muito importante: anunciou que Guido Mantega deixaria o Ministério da Fazenda. Um dos mentores intelectuais da fracassada Nova Matiz Econômica, o mais longo ministro da Fazenda deixava o cargo para ser ocupado pelo ortodoxo Joaquim Levy. Era um sinal claro para o mercado de que haveria mudança drástica na condução da economia no segundo mandato; ademais evidenciou o cenário pouco factível que a presidente, na condição de candidata a reeleição, proferiu traçando um cenário benigno para a economia nacional.

Conforme Oreiro (2016) o quadro macroeconômico do início do segundo mandato era nebuloso: inflação que estava e tendia a permanecer acima do teto do regime de metas de inflação, o déficit em transações correntes era superior a 4% do PIB e o déficit nominal do setor público consolidado atingia 6% do PIB. A única nuvem clara neste céu tupiniquim era o desemprego que continuava em patamares muito baixo e apresentou quedas ao longo do primeiro mandato mesmo com a queda no PIB, refletindo uma queda da taxa potencial de crescimento da economia brasileira. Joaquim Levy tinha a dura missão de promover o ajuste fiscal tão necessário para que a economia brasileira recuperasse a credibilidade e voltasse a seguir o caminho de crescimento e desenvolvimento sustentável; contudo ele parecia ser voz dissonante na equipe econômica visto que seus pares, Nelson Barbosa (Planejamento) e Alexandre Tombini (Banco Central), nutriam ainda simpatia pela ampliação ou manutenção dos gastos públicos nos programas sociais.

Na matemática petista, o ajuste fiscal diminuiria os gastos do governo com os programas sociais, principal bandeira do partido e fonte quase que inesgotável de votos. Com o crescimento econômico em queda, a arrecadação tributária diminuiria e com a manutenção dos gastos públicos em elevados patamares fazia com que o déficit público aumentasse bem como a trajetória da dívida como proporção do PIB. Era para sanar essa sangria que Joaquim Levy foi convidado para ser o Ministro da Fazenda; era contra ele que os aliados da presidente Dilma vociferavam (ALMEIDA, 2016). No período entre a onda de protestos que tomou conta das ruas do Brasil (2013) e primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff (2015), ganhou corpo o pedido de impedimento da presidente da República ao ponto de juristas renomados protocolarem esse pedido junto ao Congresso Nacional. O crime: as chamadas pedaladas fiscais e a suplementação de crédito.

O julgamento se houve ou não as pedaladas fiscais do ponto de vista jurídico é assunto que causou, causa e causará intermináveis debates. A verdade é que o julgamento da presidente seria antes de mais nada político e não técnico. De fato, pela definição do que são pedaladas fiscais, a presidente Dilma Rousseff, na pessoa do seu subordinado secretário do Tesouro, Arno Augustin, cometeram tal infração; contudo a insatisfação com a situação econômica do país, o jeito pessoal de difícil trato da presidente entre outros motivos estavam no cerne da questão do impedimento (VILLAVERDE, 2016). Quem seria o presidente da Câmara dos Deputados que daria ou não prosseguimento ao pedido de *impeachment* era nada menos que Eduardo Cunha (PMDB). O deputado carioca se via as voltas com diversas acusações de corrupção e com a possibilidade de perda do mandato em virtude de quebra do decoro parlamentar. Astuto e hábil politicamente, além de forte aliado do vice-presidente da República Michel Temer, Eduardo Cunha propunha uma barganha com a cúpula do governo: engavetaria a denúncia de *impeachment* em troca de proteção contra as denúncias da qual era alvo (ALMEIDA, 2016).

Conhecida pela inabilidade política e o pouco trato com o Congresso, Dilma Rousseff se viu chantageada pelo deputado; contudo não entrou em qualquer tipo de barganha com o congressista. Enquanto aguardava o acatamento da denúncia contra a presidente, Michel Temer articulava a sua debandada do governo juntamente de seus principais aliados, de olho na real possibilidade de assumir a presidência do país em caso de afastamento da presidente. Sem habilidades para negociar e sem o vice-presidente para fazer as intermediações necessárias com o congresso, Dilma perdeu a batalha com o PMDB e em dezembro de 2015 foi acatado o pedido de *impeachment* contra ela (ALMEIDA, 2016). No mês de maio de 2016 a então presidente Dilma Rousseff é afastada do cargo de Presidente da República em decorrência de um processo

de *impeachment*. Sob esse cenário, a legislação determina que o vice-presidente assumira o posto de forma interina pelo período de 180 dias (tempo necessário para condução dos trâmites de defesa do presidente afastado e votação pelo legislativo – Câmara dos Deputados e Senado – sobre o afastamento definitivo ou recondução do Presidente ao cargo). Findado o prazo, o Senado aprovou o afastamento da presidente e empossou Michel Temer como presidente do país. O Brasil continuava a viver, desde meados de 2013 uma crise dupla: econômica e política. Pessoas mais ligadas a esquerda convencionaram o afastamento da presidente como sendo um “golpe”; pessoas mais à direita garantem que a saída de Dilma era um mal necessário para a recuperar a economia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Outrora um partido tipicamente socialista na sua fundação, o PT ao assumir o poder decepcionou seus eleitores com uma política extremamente ortodoxa e liberal, mantendo o receituário preconizado pela gestão anterior, do PSDB. Contudo, retomou e reforçou a credibilidade junto ao mercado e aos principais organismos internacionais. Aproveitando-se de uma situação internacional extremamente favorável, a economia brasileira respondeu com elevação do crescimento econômico, diminuição do desemprego e inflação estável. Beneficiando-se deste cenário benigno, ainda no primeiro mandato de Lula, a política macroeconômica sofre sua primeira flexibilização rumando para o campo heterodoxo e desenvolvimentista.

A crise financeira de 2008-2009 foi um importante gatilho para que o Partido dos Trabalhadores mudasse radicalmente a condução da política macroeconômica, promovendo políticas anticíclicas para atenuar os efeitos da crise, o que foi acertado para aquele momento. No entanto, o partido perdeu o *timing* de retirar estes estímulos, já no governo Dilma Rousseff, e o esgotamento do modelo fez com que a economia entrasse em uma espiral de queda de crescimento e aumento da inflação. As interferências governamentais em assuntos econômicos foram aprofundando a crise econômica que se transformou no “motivo” para uma pequena convulsão social: os protestos nas ruas do Brasil em 2013. A realidade é que as elites econômicas do Brasil não viam na presidente de então, a pessoa mais hábil para conduzir o país a sair daquela situação. Mesmo assim, Dilma foi reeleita. O segundo mandato da presidente foi conturbado com avanços de denúncias de corrupção pela Operação Lava Jato, resultados

péssimos na economia, enfraquecimento sistemático do então Ministro da Fazenda Joaquim Levy além das ameaças de *impeachment* que se concretizou em dezembro de 2015.

A saída da presidente, em agosto de 2016, não põe fim a um período de crise profunda no âmbito econômico e político do Brasil; seus desdobramentos durarão ainda muitos anos. Os 13 anos do Partido dos Trabalhadores na presidência do Brasil pautou-se em uma política de aumento no poder de compra da população, via programas assistencialistas, via elevação real do salário mínimo ou via diminuição da taxa de juros. Essa elevação permitiu um *boom* do consumo no país que se esgotou ainda no começo da trajetória de Dilma como presidente quando o endividamento das famílias já era preocupante; a tentativa de continuar esse modelo só aprofundou esse quadro o que traz dificuldades para a retomada da economia.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.de. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo, Leya: 2016.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Revista Novos Estudos**, vol.91, p.23-52, novembro/2011.

BARBOSA, N; SOUZA, J.A.P. A inflexão do governo Lula: Política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: E. Sader e M.A. Garcia (orgs) **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimento e a ortodoxia convencional. **Revista da SEADE**, São Paulo em Perspectiva, 20 (3), p.5-24, setembro/2006.

\_\_\_\_\_. Estado e mercado no novo desenvolvimento. **Revista Nueva Sociedad**, p.156-173, outubro/2007.

\_\_\_\_\_. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Texto para discussão 274**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/7726>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

CAGNIN, R, F; PRATES, D, M; DE FREITAS, M, C, P; NOVAIS, L, F. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). **Revista Novos Estudos**, vol.97, p.169-185, novembro/2013.

CARNEIRO, R, M. Velhos e novos desenvolvimentistas. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.21, p.749-778, 2012.

CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. M. Ajuste externo e desequilíbrio interno, 1980 – 1984. In: ABREU, M. P. **A ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GENTIL, D, L; HERMANN, J. A política fiscal no primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. **Texto preparado para seminário de pesquisa na UFRJ**, novembro de 2015.

LOPERATO, F. L. C. Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (IPEA)**, texto para discussão 2039, Brasília, 2015.

MATTEI, L. Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”. **IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB)**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < [www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf](http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2016.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 4, p.507-527, 2011.

OREIRO, J. L. Do tripé macroeconômico ao fracasso da Nova Matriz: a evolução do regime de política macroeconômica no Brasil (1999-2014). **Revista Política**, n.2, Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **Macroeconomia do desenvolvimento: uma perspectiva keynesiana** Rio de Janeiro: LTC, 2016.

\_\_\_\_\_. Proposta de um novo regime de política macroeconômica para dobrar a renda per-capita em 20 anos. **Seminário Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014. Disponível em: < <http://sictel.org.br/sictel2014/wp-content/uploads/2014/09/Jose-Luis-Oreiro.pdf>>. Acesso em 10/03/2018.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F.; BASÍLIO, F. **Macroeconomia do Desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica**. Recife: Editora da UFPE, 2012.

PIRES, J. M.; ANDRÉ, F., G. Caminhando em círculos: idas e vindas da política econômica do governo Dilma. **Revista Pesquisa e Debate**, SP, vol.26, n°1, pp.197-215, 2015.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Porque novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v.27 n°4, p.507-524, 2007.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas – o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 – 2014). **Revista Novos Estudos**, v.102, p.43-71, julho de 2015.

VILLAVERDE, J. **Pedaladas perigosas: os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rousseff**. São Paulo: Geração Editorial, 2016.

WERNECK, R. L. F. A deterioração do regime fiscal no segundo mandato de Lula e seus desdobramentos. **Texto para discussão 587**, PUC-RIO, 2010.

\_\_\_\_\_. Alternância política, redistribuição e crescimento, 2003 – 2010. In: ABREU, M. P. **A ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

# CAPÍTULO 12

DOI: 10.47402/ed.ep.c202168811608

## AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEBS E SUA PRESENÇA EVANGELIZADORA NA AMAZÔNIA: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS

**Mauro Sérgio Soares Rabelo**, Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História, PPGH, UNIFAP. AAML

**Katsumi Letra Sanada**, Mestre em Ciência da Educação. UNILOGOS. IFAP. Professor de Lingual Portuguesa

**Jackson Corrêa da Silva**, Doutor e Mestre em Ciência da Educação. UNISAL. GEAL. Professor de Lingual Francesa

**Carlos Alberto Livingston**, Técnico em Químico Industrial e Mineiro.

**Maria José dos Santos**, Doutora em História Social pela Universidade Federal do Pará. UFPA. UFR. Professora de História

### RESUMO

O presente artigo é um resgate adaptativo do Livro “CEBS - Comunidades Eclesiais de Base. Presença Evangelizadora na Amazônia”, (RABELO, 2020), que assume um olhar breve introdutório sobre os ensaios evangelizadores, levando assim, como nova temática, a história das Comunidades Eclesiais de Base na evangelização das comunidades em cenário amazônico. E como modelo de evangelização ser um marco na vida dessa população ribeirinha, o trabalho assume a leitura de sobrevoo fundamentada em uma abordagem metodológica de caráter bibliográfico e documental, com pesquisas em sites e plataformas institucionais, articulando, argumentações como forma de tratar a temática em sua vivência. Mesmo assumindo caráter de breve ensaio teórico do que vem ser esse processo de evangelização em uma primeira camada exploratória, o trabalho também incorporou resultados empíricos através da realização de entrevistas com agentes de pastorais da comunidade Furo dos Chagas. Ao final desta breve imersão, evidencia-se que as condições em que se apresenta a história das Comunidades Eclesiais de Base – CEBS no contexto dos povos ribeirinhos da Amazônia, referenda, a importância não somente religiosa, mais como, também, uma ferramenta de organização das diferentes comunidades, na sua vivência diária.

**PALAVRAS-CHAVE:** CEBS, Evangelização, Comunidades, Ribeirinhas, Amazônia.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo se apresenta como resgate do Livro “CEBS - Comunidades Eclesiais de Base - Presença Evangelizadora na Amazônia” (RABELO, 2020) assumindo a configuração de um breve ensaio de caráter introdutório tendo como temática a importância das Comunidades Eclesiais de Base – CEBS no cenário amazônico.

Delimita-se, então, alguns itens, para a facilitação do trabalho e neles destacam-se a presença da Igreja Católica na evangelização da Amazônia implementadas pelos Jesuítas e hoje pelos agentes pastorais, para a partir desse ponto focar nas CEBs; e indagações em sua referência como: o que são, como surgiram e quais suas principais características, que pedagogia e métodos praticam, como se dão seus movimentos populares.

Importante discorrer, também, sobre suas atuações em níveis nacional e internacional, lutas e esperanças, conferências, memória histórica dos Encontros Intereclesiais, e a importância da figura do Papa João XXIII, sem deixar de elucidar pontos relacionados à como as CEBs executam, na prática, sua experiência evangelizadora e reuniões locais e encontros agregando as CEBs da Amazônia, discorrendo como são feitos esses registros em documentos da CNBB, até, enfim, como estão as CEBs hoje na Amazônia.

Na intenção de tabular todas as informações teladas, projetou-se uma Pesquisa Descritiva, usando como exemplo, as experiências da CEB da comunidade Furo das Chagas, município de Afuá, estado do Pará, utilizando 30 questionários, aplicados, aos residentes e domiciliados naquele lugar, nos quais foram realizadas análises nas informações coletadas e observações sistemáticas.

Observa-se, nesse sentido, um cenário com duas possibilidades de desafios para as CEBs, onde, em um primeiro momento, destaca-se o sofrimento dos excluídos, entre eles os pobres, as mulheres, os negros, etc., e em seguida, o momento em que se destaca a fé Cristã com a intenção de plantar a espiritualidade político-libertadora, através das CEBs.

A partir daí, esta pesquisa permitiu expressar alguns importantes elementos relacionados ao trabalho das CEBs na evangelização da Igreja na Amazônia, valorizando a vida e a religião católica das comunidades aí existentes, mantendo, preservando a cultura e a identidade nessa região, tornando indispensável esse modelo de ofício evangelizador às comunidades amazônicas.

## **1. A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NA EVANGELIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

Evangelizar na Amazônia sempre foi uma tarefa desafiadora devido às distâncias geográficas, as condições climáticas, à pobreza dos recursos e à contingência ou insuficiência dos cenários de visibilização humana.



Entretanto, estes obstáculos foram enfrentados, pelos primeiros agentes que chegaram na região e não mediram esforços para realizar suas primeiras ações. Não se pode descartar a importância existente das missões e dos fortes no desempenho dos seus conceitos religiosos, pois eles foram as peças principais que contribuíram bastante para fixar marcos da ocupação portuguesa naquele território disputado por outros povos.

No primeiro momento da evangelização, durante o período da colonização denominado de “conquista espiritual da Amazônia”, religiosos, padres, bispos e leigos, desempenharam tarefas de acordo com a mentalidade e métodos da época, onde deram tudo de si para concretizar o “Reino de Deus”, entre luzes e sombras da caminhada.

A história da ocupação na região amazônica está fundamentalmente relacionada aos ciclos econômicos, apresentando características peculiares entre as décadas de 1930 e 1940, pois devido à Segunda Guerra Mundial, à importância da borracha para a indústria bélica, acaba gerando grandes interesses para a realização do segundo ciclo da borracha, denotando como os projetos de ocupação, segurança e gestão dessa região, acabaram sendo muito importante para a segunda metade do século XX, e que vêm demonstrando mudanças nos dias atuais.

Para se compreender, conhecer e implantar um modelo econômico/social nos estados da Amazônia Brasileira faz-se, necessário, buscar entender as necessidades locais, colocando-se de acordo com os comentários de Paulo Freire o qual compreende que:

(...) é o conhecimento, deve servir para tirar as pessoas da condição de impotência e permite que sejam agentes modificadores na realidade. Essa busca por mudanças implica posicionar-se e fazer escolhas e afirma: Ninguém pode estar no mundo. Com o mundo de forma neutra. (FREIRE, 1996, p.31)

A análise com profundidade do comentário de Paulo Freire sobre compreender o conhecimento e a condição pessoal, em uma área que ocupa quase 50% do território nacional, considerada como pulmão do mundo pela presença da imponente floresta tropical, possibilita que os processos de depredação, desmatamento, biopirataria, queimadas, narcotráfico, inchaço nas periferias urbanas, desrespeito pelas áreas indígenas e sua invasão, sejam percebidos como desafios solúveis que clamam pela intervenção de homens e mulheres conscientes na valorização da terra.

## 1.1 OS JESUÍTAS - SOLDADOS DE CRISTO

Decerto que não podemos deixar de lembrar a atuação dos jesuítas na história e experiência de evangelização na Amazônia, com a eleição do Papa Francisco, o primeiro sumo-

pontífice da ordem jesuíta, expõem-se mais uma vez em evidência, junto à chamada Companhia de Jesus, cujo talvez, não houve nenhuma outra ordem religiosa da Igreja católica que possua uma história tão instigante, tão cheia de aventuras e reviravoltas impressionantes, que traçam conversões épicas, santas glórias, martírios, inveja, intrigas, calúnias, e que teve uma presença forte no processo de evangelização do Brasil, princípio de um modelo organizado de educação implementado em terras brasileiras, fundando o primeiro colégio jesuítico.

Em 1549 chegou ao Brasil, junto com o primeiro governador-geral Tomé de Souza, seis jesuítas liderados por um religioso muito dedicado, com vocação para professor, mas rejeitados por causa de sua gagueira quase insuportável. O padre jesuíta Manoel da Nóbrega chegava a uma região desabitada e com grandes problemas para a coroa portuguesa. Não se esperava muito de Manoel da Nóbrega, mas ele, e os jesuítas surpreenderiam a todos, mas tarde com sua presença marcante.

Desembarcando em 1549 na Vila de Pereira, depois Vila Velha, quatro padres e dois irmãos da companhia de Jesus se juntaram aos propósitos do governo de Portugal. Assim, como já foi dito, a chegada da companhia de Jesus no Brasil colônia esteve diretamente vinculada com a missão de facilitar a implantação e a manutenção de um modelo econômico colonial, e também a divulgação da fé católica, onde,

Os jesuítas tiveram grande influência na organização da sociedade brasileira e coube a eles orientar a população, desde os filhos dos senhores de engenho, colonos, escravos e índios, na fé cristã, na disciplina do corpo e do silêncio, nos valores morais, nas artes eruditas e nos costumes europeus. Aos índios coube, em especial, a catequese, a leitura e escrita e o idioma de Portugal. (CARVALHO, 2008, p. 8).

Neste sentido, a Igreja Católica amazônica avançou e realizou uma evangelização denominada de libertadora. Plenificou sua presença no chão amazônico, quando em Manaus (1997), se declarou como a Igreja que arma sua tenda na Amazônia, ensejando assumir-se uma Igreja com estilo amazônico. Comprometem a tornar-se ianomâmi com os ianomâmis, com os seringueiros, acatando de forma recente o declaro da Igreja, ser discípula missionária na Amazônia (2007). Declaração do Intereclesial das CEBs em Manaus:

“Chamo a atenção para estas marcas no tempo na Igreja amazônica. Elas ainda estão aí, consolidaram-se, deixaram sulcos profundos na alma popular e se refletem na medida de nossa sabedoria ou não de lidar com isto. Se nós quisermos trabalhar com os povos daqui, precisamos mergulhar com mais profundidade e sabedoria para deciframos este verdadeiro paradigma da fé Amazônia. Não basta ser solidário na sua luta, precisamos atentar para algo que é mais profundo, está na alma, e às vezes a gente não percebe. E por não percebermos de forma clara podemos repetir atitudes passadas, danosas ou prejudiciais à missão”.

As CEBs nos rios da Amazônia, em vilas e comunidades mantiveram não somente o processo de evangelização, com essas pessoas, mais também fomentou a fixação de famílias em povoados organizados.

## 2. O QUE É, E COMO SURGIRAM AS CEBs

As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, desde suas primeiras experiências na década de 1960, até os dias atuais, vêm sendo objeto de intensas e variadas pesquisas, tanto na academia quanto no meio eclesial. Muitos foram os historiadores, sociólogos, antropólogos, teólogos, agentes de pastoral, leigos e clérigos, brasileiros e brasilianistas, que se dedicaram ao estudo das CEBs no Brasil, o que gerou, conseqüentemente, uma volumosa produção bibliográfica, entre livros e artigos, dissertações e teses. Para o teólogo Frei Beto, as CEBs são:

pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia urbana ou uma capela rural, por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral. As CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupo a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto. (BETTO, 2012, p.7)

Nos anos 60, o Papa João XXIII estabeleceu, na Encíclica *Pacem in Terris*, uma verdadeira recepção católica do paradigma dos Direitos Humanos. Nos parágrafos iniciais da primeira parte da Encíclica *Pacem in Terris*, o Papa afirma:

Em uma convivência humana bem constituída e eficiente, é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa; isto é, natureza dotada de inteligência e vontade livre. Por essa razão, possui em si mesmo direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente de sua própria natureza. Trata-se, por conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis e inalienáveis.

Entre os direitos principais listados pelo Papa João XXIII, encontra-se em primeiro lugar o “direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno Padrão de vida”, o que inclui também o direito de ser amparado na doença, na velhice, assim como na viuvez, na invalidez e em caso de desemprego forçado. O Papa também afirma a existência de direitos morais e culturais que incluem o direito à liberdade de pensar e expressar o pensamento e a receber informações verídicas sobre acontecimentos públicos, bem como o direito à educação e à formação técnica e profissional. Afirma-se também nessa Encíclica o direito à liberdade religiosa e à escolha do estado de vida.

## 2.1 CARACTERÍSTICAS

As comunidades eclesiais de base – CEBs são pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativas de leigos, padres ou bispos de natureza puramente religiosa e caráter pastoral, é importante frisar que as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferias, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base é o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrarem o culto.

São comunidades simples que reúnem pessoas com a mesma fé, igreja e região. Essas pessoas vivem em comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, copilado pela superação, composto pelas suas moradias rústicas, cheio de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregam na igreja, como núcleo básico de comunidades de fé. São de base, porque integram pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): dona-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens. Visto também em periferia urbana, zona rural, assalariados agrícola, posseiros e peões. Existem hoje 80 mil comunidades eclesiais de base – CEBs, integradas em várias paróquias e dioceses por todo o Brasil.

## 2.2 OS AGENTES DE PASTORAIS

Os animadores das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs são conhecidos como agentes de pastorais: padres, religiosas e leigos, membros das próprias comunidades. Esses agentes de pastorais são uma vocação e um novo fermento para a igreja. E numa realidade amazônica esses agentes das CEBs trazem um novo carisma para a evangelização da igreja Católica Apostólica Romana no meio do povo. Numa celebração, está sempre presente o simbolismo cultural do povo representado por pequenas ferramentas tradicionais de trabalho do dia a dia, assim como a forte presença de sua história em comunidade.

## 2.3 CEBS E MOVIMENTOS POPULARES

As Comunidades Eclesiais de Base – CEBS não são modelos de igrejas fechadas em si mesmas, elas são extensões que tratam somente de questões ligadas à fé católica. Algumas questões tratadas nas reuniões da CEBs voltadas aos problemas sociais que envolvem a vida da

comunidade, como saúde e educação, acabam se tornando assuntos de interesse geral. E em relação à participação social das CEBs, o teólogo Frei Beto afirma:

A palavra libertação sobressai no vocabulário das CEBs. Ela está presente nos cânticos, na meditação do evangelho, no plano de ação pastoral. Ela ajuda a comunidade a passar de uma consciência social reformista para uma consciência transformadora social. (BETO, 2012, p.9)

As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs começavam, também, a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. Queriam a transformação da sociedade. Inspiradas no método “Paulo Freire” de alfabetização de adultos, executavam uma metodologia que levasse da conscientização à ação.

## 2.4 O MÉTODO E PEDAGOGIA DAS CEBs

As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs foram uma das maiores divulgadoras na América latina do método ver-julgar-agir. No Ver, as comunidades em suas reuniões semanais analisam situações do cotidiano da vida e dos problemas das pessoas em ver a sua realidade. Essa é a parte do método VER na metodologia das CEBs, na qual as comunidades, não deixam de discutir as situações de sua realidade.

Em seguida na fase JULGAR, se analisa os temas postos em reunião através da luz do evangelho de Jesus Cristo, como se julgar como cristão comprometidos com a vida comunitária dos irmãos.

O AGIR nasce da atuação concreta dos agentes de pastorais das CEBs, no meio da comunidade, valorizando as riquezas culturais, os talentos e a fé do povo.

Com o uso desse método a atuação das comunidades eclesiais de base – CEBs acontece na forma intraeclesial (celebração do culto, festas litúrgicas, novenas, catequese, preparação dos sacramentos, estudos de documentos da igreja) e de modo extraeclesial (vinculados as lutas populares). E nessa mesma linha de pensamento Clodovis Boff (1981), complementando, diz que “*o mais comum é chamar-se de CEBs o conjunto de uns dez grupos de base, reunidos numa mesma área, normalmente na área paroquial*”. O ponto mais destacado na literatura sobre as CEBs é a característica desses grupos em fazer uma reflexão dos textos bíblicos confrontando-os com a realidade cotidiana vivida pelos leigos.

### 3. AS CEBs NA PRÁTICA: SUA EXPERIÊNCIA EVANGELIZADORA

O Concílio Vaticano II trouxe um novo vigor para a Igreja na América Latina e no Caribe. No caso brasileiro, desde meados dos anos 60 desenvolveu-se entre nós uma intensa atividade pastoral que, se de um lado era herdeira de ricas experiências que vinham ocorrendo desde anos anteriores, entre as quais deve ser destacada a Ação Católica Especializada, de outro, assumia novos rumos, sobretudo em meios populares.

É possível detectar quatro traços distintivos de uma CEBs:

- O primeiro traço é a territorialidade: são pessoas que se reúnem por proximidade geográfica. Esta proximidade está na origem da discussão e reivindicação por serviços básicos, como água e saneamento.
- Círculos bíblicos: os grupos se reúnem para leitura e reflexão da Palavra de Deus e confrontá-la com a vida cotidiana. Muitas comunidades iniciaram a partir destes círculos bíblicos e passaram a organizar celebração dominical, com ou sem sacerdote.
- Participação e discussão dos problemas comunitários em conselhos ou assembleias, com ampla participação dos membros.
- A partir das necessidades das comunidades, foram surgindo diversos ministérios leigos ao longo da história das CEBs: ministros da Comunhão, ministros das pastorais específicas ou grupos de alfabetização de adultos, creches, bibliotecas e hortas comunitárias, clubes de mães.

Entretanto, outras perspectivas menos ativistas, também, ocupam lugar importante no trabalho das CEBs. Burdick (1998) cita, como exemplo, “*uma pesquisa realizada na cidade de Vitória – ES, cuja diocese realizou trabalho de pastoral progressista durante mais de vinte anos. O levantamento de informações com “70.000 membros ativos das CEBs revelaram que a maioria permanecia desinteressada em movimentos sociais ou outros assuntos políticos”*”. Há, então, um descompasso relevante entre o que desejavam os agentes pastorais e intelectuais católicos engajados com as ideias liberacionistas e a forma com que os fiéis católicos, participantes das CEBs, compreendiam e respondiam às mensagens da “campanha cultural” católica.

Hewitt (apud BURDICK, 1998, p. 20), afirma:

que podem ser encontrados seis tipos de CEBs, variando de grupos devocionais puramente apolíticas até aqueles que têm iniciativas extremamente engajadas com o aumento da conscientização e ativismo político dos católicos. caracterizando as CEBs encontradas em seu estudo na Baixada Fluminense, as vê como tendo consciência despertada, todavia não estão geralmente engajadas em atividades e movimentos sociais que não dizem respeito às práticas católicas.

Um dos mais recentes pronunciamentos do Magistério sobre as CEBs ocorreu na V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe realizada pelo CELAM em Aparecida (2007), quando foi ressaltado que "as comunidades eclesiais de base terão cuidado para não alterar o tesouro precioso da Tradição e do Magistério da Igreja", visando retificar as frequentes desorientações havidas em épocas passadas. As CEBs são *comunidades*, uma reunião de pessoas que vivem na mesma região, tem uma mentalidade unificante e possuem a mesma fé.

Ressaltamos que as Comunidades Eclesiais de Base não são homogêneas nem homogenizáveis, dada a diversidade social heterogênea e estratificada, religiosa e geográfica e as formas distintas de compreender e viver sua inserção crítica eclesial e sua participação na sociedade. Correspondem a uma organização descentralizada, diferentes entre si, como resposta aos desafios sociais e eclesiais concretos. Não possuem secretariado nacional, mas uma "comissão ampliada" que faz a ponte entre os encontros nacionais (Encontros Inter-eclesiais) entre as igrejas particulares.

#### **4. ENCONTROS E DOCUMENTOS DA CNBB, SOBRE A ATUAÇÃO DAS CEBs**

##### **4.1 A NÍVEL INTERNACIONAL - O CONCÍLIO VATICANO II**

A Igreja Católica Apostólica Romana tinha no que se poderia dizer uma linha chamada de “conservadora” até início dos anos 1950, quando se dá no Brasil o aparecimento de alguns movimentos de cunho social que têm sua origem dentro da Igreja Católica e surgem através de um modelo evangelizador que ficou conhecido como “Ação Católica”.

Movimentos estes que ficaram conhecidos como, JIC (Juventude Independente Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JOC (Juventude Operária Católica), SAC (Senhoras da Ação Católica), os BENJAMINS (Crianças da Ação Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica), todos tinham como pano de fundo a atuação de cunho social, e dentro desse contexto e no início do ano de 1962 o Papa João XXIII, convoca o cristãos de todo o mundo a realizarem em Roma uma grande conferência que denominou-se, Concílio Vaticano II.

João XXIII anunciou o Vaticano II em 25 de janeiro de 1959, três meses após sua eleição como Papa. O anúncio se deu na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, quando se encerrava a

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. A convocação oficial ocorreu em 25 de dezembro de 1961, com a publicação da Constituição Apostólica *Humanae Salutis*.

O Concílio Vaticano II (1962 - 65) foi o acontecimento que, a nível mundial, desencadeou uma leva de renovações eclesiais e eclesiásticas, abrindo as portas da Igreja de Roma às questões da modernidade e proporcionando o desencadear de novas formas de eclesialidades, a partir da realidade das Igrejas particulares.

No dizer do teólogo Pedro Vasconcelos, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, 2002). "*O Concílio tocou em temas delicados, que mudaram a compreensão da Igreja sobre sua presença no mundo moderno. Foram repensadas, por exemplo, as relações com as outras igrejas cristãs, o judaísmo e crenças não-cristãs*". Após três anos de encontros, as autoridades católicas promulgaram 16 documentos como resultados do Concílio. Muitas novidades apareceram nas questões teológicas e na hierarquia da Igreja.

Foi uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, consideradas o grande evento da Igreja Católica no século XX. Com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião, o papa João XXIII convidou bispos de todo o mundo para diversos encontros, debates e votações no Vaticano.

#### 4.1.1 A FIGURA DO PAPA JOÃO XXIII

O pontificado de João XXIII é marcado pela forma com que ele encara sua função em meio à sociedade e pelos gestos praticados por ele junto a mesma. Outro fator que diferencia esse pontificado de outros é a forma com que ele trata a figura dos leigos. Segundo Veiga, o Papa:

“[...] deixando para trás de si os muros do Vaticano, começou a visitar os doentes e a distribuir sacramentos como um simples pároco de aldeia, o que lhe valeu o carinhoso apelido de Giovanni fuori le mura. Este novo jeito de ser Papa, criado por João XXIII, de acordo com Veiga, “(...) se transformou em símbolo de uma igreja que deixava para trás aquela atitude inversa do Papa Pio IX quando se trancou dentro dos muros do Vaticano, dizendo-se prisioneiro de um território minúsculo”. (VEIGA, 2009, p.4)

O Papa João XXIII rompe com o modelo de Papa existente e cumpre sua missão de pastor junto à sociedade que até então não havia sentido uma experiência tão próxima com um Papa. João XXIII, com sua visão libertadora, de certa forma, abandona o dogma instituído no Concílio Vaticano I, o dogma “da Infallibilidade Papal”. Não queremos afirmar aqui que João XXIII rompe com um dogma, só queremos mostrar que, diferentemente dos Papas anteriores,



que de forma clara, ressaltavam sua soberania e fechavam os olhos à realidade do mundo, ele ressaltava sua simplicidade e o seu desejo de fazer comunhão com os menos favorecidos e com a realidade. Para Veiga (2009), “o Papa parecia não se importar com o dogma da Infallibilidade Papal”.

Enfim, os gestos do novo papa marcaram o desejo de trazer para perto do povo uma igreja, até então, bem distante do mundo real, cujo líder máximo parecia não se identificar com o poder que lhe dera o dogma da infalibilidade, no Concílio anterior.

Enfim, os gestos do novo papa marcaram o desejo de trazer para perto do povo uma igreja até então bem distante do mundo real, cujo líder máximo parecia não se identificar com o poder que lhe dera o dogma da infalibilidade, no Concílio anterior. (VEIGA, 2009, p.5)

A preparação do evento foi trabalhosa, conforme considerou João XXIII. Durou cerca de três anos. Nesse período, foram criadas comissões para assuntos específicos, entre eles o da liturgia. Tal acontecimento do Concílio Vaticano II, teve repercussão em toda a Igreja Católica que, a partir de então, passou a adotar novas formas de interpretar o Evangelho à luz das necessidades de seu próprio tempo e de seu povo.

Como nos mostra Baldissera, que esses movimentos de cunho popular encontravam na Igreja Católica além de uma nova concepção pastoral, um espaço de articulação social, um porto seguro:

Em seu processo de reorganização e de rearticulação, os movimentos populares encontraram na igreja – naquele setor comprometido com a pastoral popular – um lugar para suas reuniões, reivindicações, organização, reflexão e o respaldo no confronto com o Estado. (BALDISSERA, 1998, p.27)

Após o Concílio Vaticano II, em 1968, surge, por parte dos religiosos latino-americanos, a necessidade de adaptar os documentos finais à realidade vivida pela população latino-americana, a igreja com uma nova metodologia pastoral abriu-se para a realidade religiosa, cultural e social da América latina. A partir daí surge a ideia das Conferências latino-americanas.

O Concílio Ecumênico Vaticano II é considerado um dos maiores acontecimentos da Igreja no Século XX. Constituiu, também, um dos maiores feitos do pontificado de Ângelo Giuseppe Roncalli, o Papa João XXIII, e trouxe grandes renovações para a Igreja Católica. Em 21 de junho do mesmo ano foi eleito, Sumo Pontífice, o Cardeal Giovanni Battista Montini, o Papa Paulo VI. Foi ele quem deu continuidade ao Concílio e o concluiu em 08 de dezembro de 1965.

## 4.2 A CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE MEDELLÍN

A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano realizada na cidade de Medellín, na Colômbia, de 24 de agosto a 06 de setembro de 1968.

A Conferência Episcopal de Medellín, foi o espaço onde a Igreja latino-americana teria consolidado sua “opção preferencial pelos pobres”, assumindo as CEBs como modelo prioritário de organização dos leigos, e dado os primeiros passos rumo à Teologia da Libertação. A Igreja latino-americana, reunida na Conferência Geral de seu Episcopado, situou no centro de sua atenção o homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico.

Medellín foi uma releitura dos documentos finais do Concílio Vaticano II, à luz da realidade em que vivia a população latino-americana. Segundo Veiga:

Medellín é fruto da liberdade que o Concílio concedeu aos episcopados nacionais de aplicar e adaptar as suas conclusões aos contextos de cada país. No entanto essa liberdade resultou em uma aplicação mais radical do que aquelas sugeridas nos documentos conciliares. (VEIGA, 2009, p.11)

Esta Conferência causou no continente latino americano um impacto, talvez, até maior que o impacto causado pelo Vaticano II. As formas com as quais, se fazia a concepção de Deus, por exemplo, eram as mais variadas, fazendo alusão a um Deus que estava presente na figura do homem sofrido e marginalizado da sociedade, como nos mostra Gustavo Gutiérrez:

O encontro de Medellín causou, para a América Latina, um impacto semelhante aquele do Concílio para o mundo, sobretudo no que diz respeito a uma concepção de Deus pouco baseada nos dogmas e tradições e mais na experiência que flui a partir do contato com os vencidos da história, “como os indígenas, os quais Las Casas denominava de Cristos açotados da América. (GUTIÉRREZ, 1981, p.36)

Na Conferência de Medellín, os bispos não partiram de um pressuposto para a elaboração dos documentos finais, mais segundo Brito (1990) “*Ao invés de partir da dogmática para fazer um documento abstrato, doutrinário, optou-se pelo método da Ação Católica, o Ver-Julgar-Agir, que partia da realidade para julgá-la aos olhos da fé e atuar nela a partir deste julgamento.*

A preocupação em integrar as orientações pastorais do Concílio com a realidade própria dos países da América Latina leva a Conferência de Medellín a adotar o método que acaba sendo, uma de suas características principais: VER, JULGAR E AGIR. Este método era uma das preciosas heranças da Ação Católica, em especial da JOC, Juventude Operária Católica.

### **4.3 A NÍVEL NACIONAL**

As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs realizam seus encontros intereclesiais desde 1975. Conhecido popularmente como trem das CEBs.

A conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, em seus documentos de número 92, traça as linhas de atuação das Comunidades Eclesiais de Base CEBs no Brasil.

#### **4.3.1 MEMÓRIA HISTÓRICA DOS ENCONTROS INTERECLESIAIS DAS CEBs NO BRASIL**

##### **1975 – 1º E 14º ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs – VITÓRIA (ES)**

Participaram do evento cerca de 70 pessoas, representando várias dioceses de 12 estados diferentes. Entre eles estavam 5 bispos e vários animadores e animadoras leigos e leigas e agentes de pastoral das comunidades de várias partes do país.

1976 – 2º Encontro Intereclesial das CEBs – Vitória (ES)

1978 – 3º Encontro Intereclesial das CEBs – João Pessoa (PB)

1981 – 4º Encontro Intereclesial das CEBs – Itaici/Indaiatuba (SP)

1983 – 5º Encontro Intereclesial das CEBs – Canindé (CE)

1986 – 6º Encontro Intereclesial das CEBs – Trindade (GO)

1989 – 7º Encontro Intereclesial das CEBs – Duque de Caxias (RJ)

1990 – 8º Encontro Intereclesial das CEBs – Santa Maria (RS)

1997 – 9º Encontro Intereclesial das CEBs – São Luís (MA)

2000 – 10º Encontro Intereclesial das CEBs – Ilhéus (BA)

2005 – 11º Intereclesial das CEBs – Ipatinga (MG)

2009 – 12º Intereclesial das CEBs – Porto Velho (RO)

2014 – 13º Intereclesial das CEBs – Juazeiro do Norte (CE)

2018 – 14º Intereclesial das CEBs – Londrina (PR)

O 14º Encontro intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na cidade de Londrina no Paraná. Uma memória dos encontros anteriores pode ser útil para se ter uma visão da caminhada desse fenômeno latino-americano, mas com grande força no Brasil.

## **5. ENCONTRÃO DAS CEBs NA AMAZONIA**

### **5.1 O ROSTO DAS CEBs NA AMAZÔNIA: LUTAS E ESPERANÇAS**

Com o tema: "O Rosto das CEBs na Amazônia: Lutas e Esperanças ocorreram entre os dias 26 à 28 de agosto deste ano de 2016, no Centro de Treinamento de Lideranças Padre Josimo Tavares - Tocantinópolis/TO, o 1º Encontro das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na Amazônia.

O Encontro foi organizado pelos representantes e assessores das Comunidades Eclesiais de Base dos quatro Regionais da CNBB (Norte I, II, III e Noroeste) sobre acompanhamento do bispo responsável pelo acompanhamento do setor das CEBs na CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. As dioceses acreanas de Cruzeiro do Sul e Rio Branco se fizeram presentes por pertencerem ao Regional Noroeste.

Ao final do encontro foi divulgado um documento em forma de carta aberta com duras críticas ao governo brasileiro a quem os redatores da carta chamam de "*um governo ilegítimo e corrupto, que se impõe no poder como forma de perpetuar a corrupção e a exclusão social*". Mensagem dos delegados das CEBs na Amazônia.

## **6. UM EXEMPLO DE EXPERIÊNCIA EM UMA COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE – CEBs. A COMUNIDADE FURO DOS CHAGAS**

O processo de criação da comunidade católica do Furo dos Chagas se deu idêntico às demais Comunidades Eclesiais de Base - CEBs na Amazônia Brasileira e Latino-Americana.

A história da comunidade Furo dos Chagas, que foi dedicada a Nossa Senhora de Lurdes, em seus primeiros momentos de organização, teve em meados de 1978 com a visita do Padre Valentin Belliquere, e com a ajuda da Sra. Maria Colares que por falta de uma capela, que se(*suprimir*) acomodasse todo o povo, celebrações eram feitas embaixo das árvores, onde o sacerdote realizava batizados, casamentos e outras celebrações.

A comunidade Furo dos Chagas é formada por uma capela, em que o povo da vila se reúne para realizar as celebrações, os encontros pastorais e as reuniões da comunidade. Uma comunidade que não somente congregou o povo, mas a presença da igreja na Amazônia.

Como toda comunidade católica presente na imensa Amazônia brasileira, a presença de sacerdotes feita por atrás das visitas pastorais de tempo em tempo, por isso a própria sobrevivência da comunidade está fundamentada na fé e na disponibilidade dos moradores da comunidade, que mantém vivo esse modelo de igreja.

## **O INSTRUMENTO METODOLOGICO DA PESQUISA**

Neste trabalho, referente a história das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs na sociedade amazônica, será realizada uma análise a partir de coletas de informações na comunidade católica do Furo dos Chagas – Ilhas do Pará, Município de Afuá, estado do Pará, em plena Amazônia brasileira, para evidenciar como os modelos das Comunidades Eclesiais de Base – CEBS foram fundamentais para a manutenção da fé cristã nessa comunidade amazônica.

O tipo de pesquisa usada nessa situação é a Pesquisa Descritiva: a qual visa descrever as características determinada de uma população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

O universo da pesquisa, e os moradores da comunidade Furo dos Chagas, inserida nas Ilhas do Pará, em plena a Amazônia brasileira. Segundo Rodrigues (2006, p.170). *“nos procedimentos metodológicos devemos informar se a análise e a interpretação de dados serão em uma abordagem qualitativa ou quantitativa, se serão utilizados elementos representativos como tabelas, quadros e gráficos”*. O qual servira como elemento dessa pesquisa de campo.

A técnica de dados utilizada nessa metodologia, foi em forma de levantamento de dados, na qual a pesquisa envolveu diretamente os elementos fontes dos dados a serem coletados.

## **TABULAÇÃO DE DADOS**

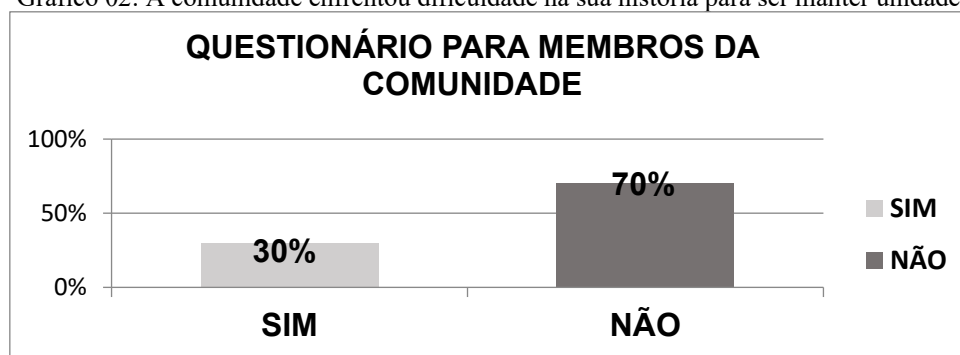
Optou-se por aplicar 30 questionários aos moradores e militantes da comunidade Furo dos Chagas, com a intenção de avaliar suas visões sobre o tema em tela.

Gráfico 01: Foi importante o modelo das Comunidades Eclesiais de Base – CEBS, para a manutenção da fé para os moradores da comunidade Furo dos Chagas?



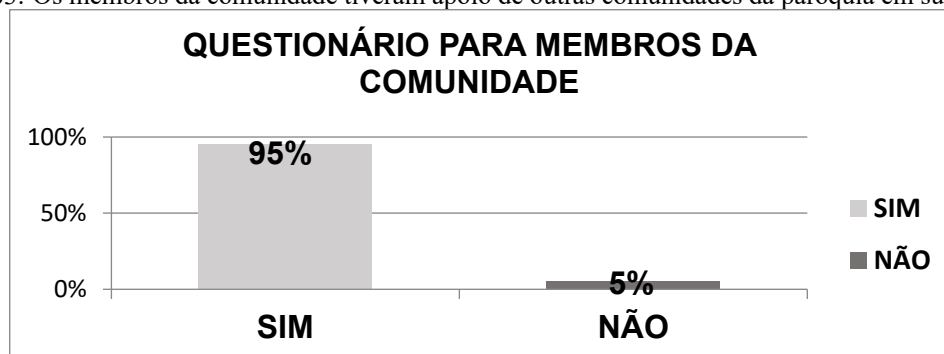
Fonte: Moradores e militantes das CEBS, da comunidade Furo dos Chagas

Gráfico 02: A comunidade enfrentou dificuldade na sua história para ser manter unidade.



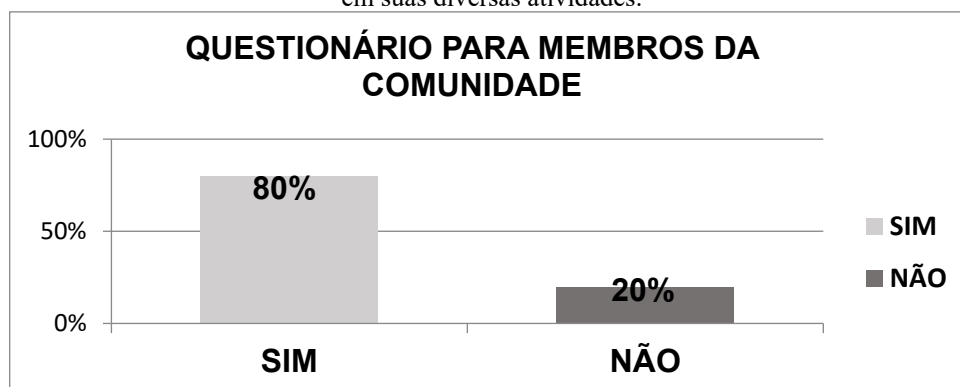
Fonte: Moradores e militantes das CEBS, da comunidade Furo dos Chagas

Gráfico 03: Os membros da comunidade tiveram apoio de outras comunidades da paróquia em sua trajetória.



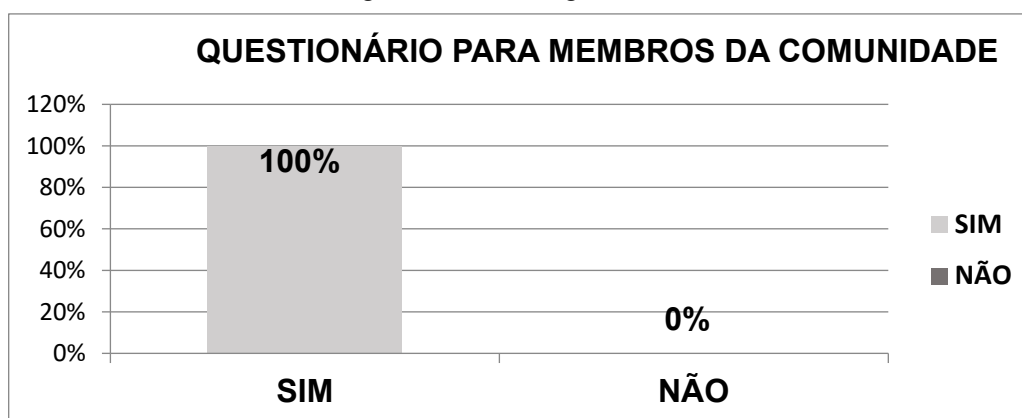
Fonte: Moradores e militantes das CEBS, da comunidade Furo dos Chagas

Gráfico 04: As famílias que integram a comunidade Furo dos Chagas, colaboram com a organização da CEBs, em suas diversas atividades.



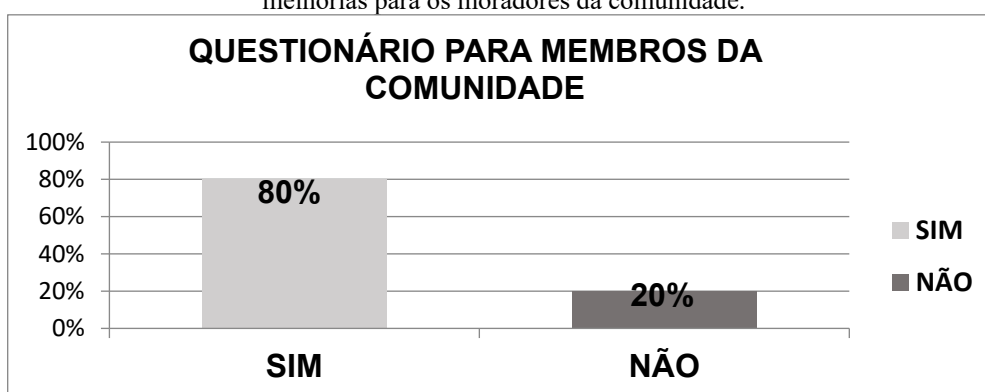
Fonte: Moradores e militantes das CEBs, da comunidade Furo dos Chagas

Gráfico 05: A Comunidade Eclesial de Base – CEBs, da vila amazônica do Furo dos Chagas, e uma presença evangelizadora nessa região amazônica.



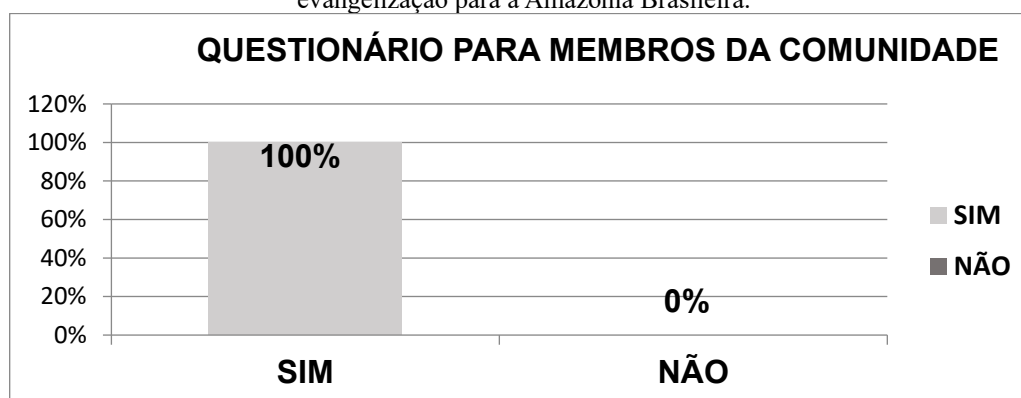
Fonte: Moradores e militantes das CEBs, da comunidade Furo dos Chagas

Gráfico 06: A militância na comunidade do Furo dos Chagas, incentivo seus agentes de pastorais e militantes a atuarem na criação e organização de entidades sindicais e associações populares, visando a conquista de melhorias para os moradores da comunidade.



Fonte: Moradores e militantes das CEBs, da comunidade Furo dos Chagas

Gráfico 07: A maneira de trabalho das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e um modelo positivo de evangelização para a Amazônia Brasileira.



Fonte: Moradores e militantes das CEBs, da comunidade Furo dos Chagas

## 8. AS CEBS HOJE NA AMAZÔNIA

Houve um tempo em que não havia muita necessidade de explicar o significado da sigla “CEBs”. Fazia parte do imaginário e do vocabulário de muitos cristãos católicos. Suscitava entusiasmos e esperanças, assim como perplexidades e interrogações. Queriam a transformação da sociedade. Inspiradas no método “Paulo Freire” de alfabetização de adultos, executavam uma metodologia que levasse da conscientização à ação.

Esse relato de militantes das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs traz o testemunho que esse modelo de evangelização, está muito vivo, e com uma renovada missão a fermentar. Como diz o Papa Francisco (2015): *Estou convencido de que é necessário que os homens e as mulheres se comprometam, em todos os níveis, na sociedade, na política, nas instituições e na economia, colocando no centro o bem comum.*

Mesmo sofrendo ataques, pressões e até assassinato de seus membros, desde os anos 1970 a Igreja católica do Brasil – e, portanto, as CEBs – têm atuado em defesa dos Direitos Humanos. Não é somente defender Direitos violados ou ameaçados, mas propõe políticas públicas que consolidem os direitos de quem é mais desprotegido. Com essa atitude, estimula a participação política de seus membros – especialmente leigos e leigas – nos condutos próprios para a implementação de políticas públicas: os partidos. Percebemos hoje os desafios das CEBs sob duas perspectivas.

A primeira é aquela que identifica as CEBs com os sofrimentos dos pobres, dos povos originários, das mulheres, dos negros e de outros grupos sociais excluídos do banquete dos ricos. Nessa perspectiva, os desafios das CEBs são os desafios desses grupos. Entendendo que o golpe jurídico-parlamentar de 2016 não foi apenas uma troca de governo, mas o instrumento



de desmonte das conquistas da Constituição de 1988 e de implementação do projeto neoliberal do programa “uma ponte para o futuro”, as CEBs – em sintonia com todos aqueles setores sociais excluídos do banquete dos ricos – precisam reverter esse projeto e estabelecer uma sociedade fundada na Paz, na Justiça e no respeito aos Direitos da Terra.

Na segunda perspectiva é aquela que vem da própria Fé cristã. Trata-se de dar sentido a essas lutas por uma sociedade que antecipe o Reinado de Deus na História. Aqui situa-se a corrente espiritual na qual as CEBs se inserem: a espiritualidade político-libertadora.

## CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa procura explorar a temática que diz respeito às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, sem a pretensão de construir uma análise conclusiva a respeito do assunto, mas que fosse capaz de nos permitir expressar alguns elementos importantes da vida e religião católica nas comunidades amazônicas, dando resultados do porque a caminhada das comunidades eclesiais de Base – CEBs e tão importante na evangelização da Igreja na Amazônia, tais como o contexto local, os rituais e a pré-compreensão de mundo dos atores sociais; a diversidade de cenários pelas regiões da Amazônia, e a multiplicidade de resultados obtidos pela evangelização, e sua contribuição na construção de uma visão ampla do povo envolvidos nesse modelo de igreja.

As comunidades eclesiais de base - CEBs constituem uma das experiências mais significativas e ricas oferecidas pela igreja latino-americana à igreja Católica. A experiência das CEBs favoreceu a gênese de um novo rosto de igreja, caracterizado pelos traços da comunhão, compromisso e participação, e pontuado pela dinâmica do seguimento de Jesus Cristo. Trata-se de uma convocação dirigida a todo o povo de Deus, no sentido de caminhar na perspectiva da igreja dos pobres: todos são chamados a viver com intensidade a perspectiva de comunhão fraterna e a integração da fé com a história a partir de sua realidade vital.

Então esse modelo de igreja foi fundamental para a comunidade do Furo dos Chagas, não somente para a propagação da fé católica, mais acima de tudo para a manutenção e preservação da identidade cultural e social do povo da região, e esse modelo de evangelização, foi e é presença fundamental na vida do povo dessa comunidade Amazônica.

## REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Adelina. **CEBS poder, nova sociedade**. São Paulo-SP. Editora Paulinas 1998.

BETO, Frei. **O QUE E CEBS**. SP, Paulinas, 2012.

BURDICK, John. **Procurando Deus no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

RABELO, Mauro Sérgio Soares. **CEBS - Comunidades Eclesiais de Base. Presença Evangelizadora na Amazônia**. Curitiba-PR. Editora Collaborativa, 2020.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese, 1549-1600**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (1996).

VEIGA, Alfredo César da. **Teologia da Libertação: Nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual**. São Paulo, SP, 2009. Tese de Doutorado.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **“CEB: unidade estruturante da Igreja” in BOFF, Clodovis et ali. As Comunidades de Base em questão**. SP, Paulinas, 1997.

DAMASCENO, Alberto. **Origens da educação estatal na América portuguesa**. 1998. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

<http://gilvander.org.br/site/wp-content/uploads/2018/02/Ampliada-das-CEBs-em-Londrina.jpg>

CEBs ontem, 1983, CEBs hoje, 2015. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/colunas/selvino-heck/2015/11/cebs-ontem-1983-cebs-hoje-2015/>. Acessado em julho de 2020

# CAPÍTULO 13

DOI: 10.47402/ed.ep.c202168912608

## A CONTRARREFORMA TRABALHISTA E AS RELAÇÕES SOCIAIS GENERIFICADAS E RACIALIZADAS NO BRASIL

**Rayane Noronha Oliveira**, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

### RESUMO

Em momentos de crises do sistema capitalista há o acirramento da luta de classes, elevando as tensões na esfera do Estado para alteração da regulação das relações de trabalho. No Brasil, vivemos uma conjuntura agravada pelo ajuste e austeridade fiscal, impactando diretamente a proteção social e, conseqüentemente, a reprodução social. Embora toda a classe trabalhadora sofra o ônus da crise, as mulheres e os negros são mais impactados/as, devido as formas de exploração e opressão da ordem capitalista que é cisheteropatriarcal e racista, por excelência, envolvendo a totalidade social e conformando arranjos estruturais do tecido social constituintes das relações sociais. A partir da formação sócio histórica brasileira e de dados secundários sobre o mundo do trabalho, este artigo tem o objetivo de suscitar elementos que nos ajude a compreender a razão pela qual as mulheres e os negros são mais atingidos pela recente contrarreforma trabalhista. Para tanto, teremos como orientação teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético e a teoria feminista-marxista. Como reflexo do movimento mundial de reestruturação produtiva, a contrarreforma trabalhista concretiza a adequação do Brasil ao movimento desigual e combinado do capital, ao materializar o neoliberalismo por meio da terceirização, do trabalho intermitente e descoberto, intensificando a superexploração do/a trabalhador/a. A divisão sócio sexual e racial do trabalho reserva às mulheres e aos negros os locais mais subalternos, precários e mal remunerados nessa cadeia produtiva. Compreendemos, portanto, que o racismo e o cisheteropatriarcado, em suas diferentes dimensões, tornam-se traços constitutivos do sistema capitalista, que nos momentos de crises, materializam-se também por intermédio do Estado no reordenamento econômico, político, ideológico e jurídico das relações sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** contrarreforma trabalhista; relações sociais generificadas e racializadas; racismo; e cisheteropatriarcado.

### INTRODUÇÃO

As crises de acumulação são componentes constitutivos da dinâmica social de reprodução do valor, isto é, da valorização de capital. Marx (2009) remete esse processo à queda tendencial da taxa de lucro, relacionada ao aumento da composição orgânica do capital. Como o capitalismo é um sistema integral e universalmente absorvente, suas crises tendem a atingir toda a sociedade, embora, não impactem de igual forma todas as frações/classes sociais. Claro,

nem poderia, o capitalismo é um sistema social de (re)produção de desigualdades, por excelência e, por essa razão, a compreensão do seu funcionamento supõe a apreensão da formação e existência das diferentes classes sociais.

As classes sociais são diversificadas, possuem sexo, raça/etnia, orientação sexual, entre outras características, intrínsecas a diversidade humana. Apreendemos, que a partir da centralidade do trabalho, enquanto fator constitutivo do ser social, desencadeia-se a reprodução social “e simultaneamente se reproduzem, também o gênero humano e a individualidade” (CISNE; SANTOS, 2018, p.28). Nessa perspectiva, não reiteramos a fragmentação das características humanas e tampouco pouco, ignoramos as determinações classistas, mas compreendemos que a diversidade humana está articulada à concepção de indivíduo social. A individualidade é constituída na mediação entre ser singular e ser genérico, a partir das condições concretas (sínteses de múltiplas determinações) que estão inscritas em dada sociabilidade e formação sócio histórica.

Infortunadamente, durante muito tempo negou-se a diversidade humana como conteúdo de análise, sendo a classe social, em muitos estudos e ações políticas do campo da esquerda, compreendida como homogênea. Esse diagnóstico impediu avanços analíticos em relação, sobretudo, às mulheres e aos negros, que também são atravessados pela divisão social e técnica, determinada pela divisão sócio sexual e racial do trabalho. A apreensão das classes sem diversidade não foi apenas reproduzida na ortodoxia marxista de caráter economicista, mas também constitutiva da apreensão do sujeito na filosofia clássica e moderna, desencadeada nas ramificações das linhas de produção de conhecimento do período iluminista até a contemporaneidade. Portanto, a diversidade humana é objeto de estudo recente nas ciências humanas que, em grande medida, sofreu elevada mudança devido as agendas dos movimentos sociais, a partir da década de 1980.

Em momentos de crises cíclicas ou orgânicas do capitalismo, a classe trabalhadora e a diversidade contida em si, é afetada de forma assimétrica, sendo que essa diversidade se torna mais um elemento para a desigualdade social, dada não apenas pela divisão sócio sexual e racial do trabalho, mas através das relações sociais que reproduzem as ideologias cisheteropatriarcal e racista, constituídas historicamente através da acumulação primitiva capitalista (LUGONES, 2014; FEDERICI, 2017). Diante das crises, o Estado, instância responsável para garantir a intermediação da troca de mercadorias e a venda da força de trabalho, é tensionado para regular

as relações trabalhista, com o objetivo de que o capital retome a taxa de lucros para a continuidade do processo acumulativo.

O Brasil vive, atualmente, um momento de ajuste fiscal, em que a disputa pelo fundo público se tornou o *locus* permanente da luta de classes. O Estado brasileiro, por sua vez, destina esse fundo, prioritariamente, para a amortização dos juros e pagamento da dívida externa. Além de realizar contrarreformas estruturais, impactando o mundo trabalho, as políticas de proteção social e os direitos adquiridos historicamente, como as últimas contrarreformas trabalhista e previdenciária (2017 e 2019). A partir desses pressupostos, este artigo tem o objetivo de suscitar elementos que nos ajude a compreender a razão pela qual as mulheres e os negros são os grupos da classe trabalhadora mais atingidos pela recente contrarreforma trabalhista. Para tanto, temos como orientação teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético e a teoria feminista-marxista que compreende o sistema capitalista como uma totalidade complexa, constituída através de processualidades históricas que instituíram as relações sociais generificadas e racializadas (ARRUZZA, 2019).

Na primeira parte do artigo, iremos abordar, primeiramente, o cisheteropatriarcado e o racismo, enquanto sistemas estruturais e estruturantes da opressão, dominação e exploração, no capitalismo, posteriormente, fundamentando-se na formação sócio histórica brasileira, desenvolveremos a análise para compreender a condição dessa população na contemporaneidade. Na segunda parte desenvolveremos uma análise, embasada em dados de pesquisas (IBGE, 2017, 2019; IPEA, 2014, 2015), para ilustrar o possível impacto da contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/17) na vida das mulheres e da população negra<sup>33</sup>.

## **ALGUMAS NOTAS EM RELAÇÃO AO PATRIARCADO E O RACISMO: TRAÇOS CONSTITUTIVOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO**

Compreendemos o sistema capitalista como um único sistema, constituído historicamente pelo patriarcalismo e pelo racismo (ARRUZZA, 2019). Essas dimensões estão

---

<sup>33</sup> Ainda em 2019 tivemos a aprovação da contrarreforma da previdência que altera, pela terceira vez desde a Constituição Federal de 1988, os direitos relacionados aos/às contribuintes do Regime Geral da Previdência Social. Embora essa contrarreforma também atinja diretamente a classe trabalhadora, optamos em relacionar o debate com a contrarreforma trabalhista por compreendermos que esta consegue ser ainda mais severa com as mulheres e população negra brasileira, devido ao fato destes/as serem a maior parte dos/as desempregados/as, subutilizados/as e desocupados/as, além de ocuparem os piores postos de trabalho e serem menos remunerados/as, de acordo com os dados oficiais.

articuladas de forma complexa por uma totalidade totalizante, como descrito por Saffioti (2013), formando um *nó* ou *novelo* de relações sociais materializadas nas práticas sociais. O capitalismo amálgama o racismo e o patriarcalismo a tal ponto que não conseguimos delimitar, no nível das relações sociais, onde uma dimensão termina e outra começa. Portanto, partimos do pressuposto que para analisar qualquer fenômeno social de ordem econômica, política ou ideológica não podemos apartar as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, que refletem mecanismos de organização das relações sociais na sociedade capitalista.

O cisheteropatriarcado se apresenta no cotidiano como um regime total de domínio e opressão que constitui a exploração do trabalho pelo modo de produção capitalista, subalternizando as mulheres e degenerando o que foi construído socialmente como feminino, reservando o local de poder, privilégio e domínio aos homens, e ao que foi construído ideologicamente como masculino. Evidentemente que esse prestígio e poder social masculino tornam-se mais instáveis ou inacessíveis quando nos referimos aos homens transexuais não binários. O cisteteropatriarcado manifesta-se nas práticas sociais e institucionais através da violência, da sexualidade, da cultura, da divisão sócio sexual do trabalho e do tratamento desigual e degradante dado às mulheres, devido a condição de *fêmeas*, e as pessoas transexuais ou transgêneros por não aceitarem a designação sexual imposta ao nascimento. A dicotomia ou o dimorfismo que delimita o *macho* e a *fêmea* (o sexo biológico), uma construção social desde o momento em que passou a ser significada socialmente, é a característica determinante imposta aos sujeitos demarcando os limites e possibilidades de seus comportamentos. A designação *cisnormativa* determina, a partir dos órgãos sexuais, se o ser humano é *homem* ou *mulher*, engendrando a lógica heteropatriarcal e monogâmica, através da imposição expressa em diversos âmbitos das relações sociais, como no Estado, na família e nas instituições sociais, que um ser humano de um sexo deve se relacionar única e exclusivamente com outro ser humano do sexo oposto, de cada vez.

Nesse sentido, a monogamia e a heterossexualidade compulsória (RICH, 2010; RUBIN, 2018)<sup>34</sup>, que se constituíram por meio de processualidades históricas dinamicamente complexas, compõem o patriarcado que tem a essência *cisnormativa* por natureza. O cisheteropatriarcado, por meio da colonização realizada na acumulação primitiva capitalista, é racializado, alterando substancialmente as noções de mulheres e homens (cis) construídas no

---

<sup>34</sup> De acordo com o que foi desenvolvido por Gayle Rubin (2018), concordamos que a organização social patriarcal refletida na divisão dos gêneros/sexos, impondo restrições à sexualidade feminina, é baseada também na heterossexualidade compulsória. Por isso também, preferimos utilizar a categoria *cisheteropatriarcado*, afinal o patriarcado funda o regime de normalização do heterossexismo e da cisnormatividade.

processo de desenvolvimento patriarcal europeu, afinal, as mulheres escravizadas, por exemplo, não acessaram o reconhecimento social de mulher (europeia), compreendidas como frágeis, subalternas e impedida de trabalhar.<sup>35</sup> Embora, contemporaneamente essas relações se apresentem de outras formas, elas ainda estão presentes em diversos âmbitos das relações sociais, fazendo com que, por exemplo, as mulheres negras, ainda hoje, sejam as principais vítimas de violência obstétrica, devido ao fato de serem encaradas como “mulheres diferentes”, ou seja, mulheres que foram historicamente racializadas demarcando socialmente as suas existências como “mulheres mais fortes”.

Como o cisheteropatriarcado impõe uma hierarquia entre *homens* e *mulheres*, tudo o que é associado ao feminino passa a ser inferiorizado, desdobrando em violências que atingem as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, Queers, Não Binárias, Pansexuais etc (LGBTIQP+) que fazem parte da operacionalidade cisheteropatriarcal dimensionada também por intermédio da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010; RUBIN, 2018) e da cisnormatividade.

Por mais que convenhamos a analisar o “patriarcado clássico” como um fenômeno relacionado visceralmente à institucionalização da sociedade de classes, do Estado, da propriedade privada e da família nuclear (ENGELS, 2012; LEACOCK, 2019), embora não tenha sido criado por meio dessas instituições, mas sim por processos historicamente complexos, não conseguimos identificar precisamente as suas origens e tampouco, o seu movimento mundial, que se deu em grande medida pelo colonialismo europeu (SEGATO, 2012; LUGONES, 2008; OYĚWÙMÍ, 2004), na acumulação primitiva do capitalismo. Contudo, podemos afirmar que ele se torna imprescindível para as relações de produção, de dominação e exploração nas sociedades capitalistas, pois é por meio da desigualdade entre os sexos que se inaugura uma nova divisão sexual do trabalho, atravessada pela divisão sócio técnica e racial do trabalho, como também cria-se um novo modelo de família. Na compreensão feminista marxista da *teoria da reprodução social*, a divisão sexual do trabalho garante a

---

<sup>35</sup> Essa assertiva é histórica no movimento de mulheres negras. “Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoitamento também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?” (Discurso proferido por Sojourner Truth em uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Discurso na íntegra: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em 05.mar.2021).

produção e reprodução social da força de trabalho, por meio do trabalho gratuito e naturalizado que as mulheres realizam nos interiores das diversas famílias<sup>36</sup>.

O racismo, por sua vez, é a maneira que o capitalismo encontrou de hierarquizar os seres humanos ao determinar a superioridade do branco (ocidental) em relação ao outro (africano, indígena ou asiático). Está no fundamento do colonialismo e do extermínio de povos do *novo mundo*. Através do racismo, o capitalismo, desde a acumulação primitiva, justificou o domínio e a exploração de povos e de seus territórios. Contemporaneamente, embora o racismo não atue da mesma forma, ainda se porta como uma dimensão estruturante das relações sociais (ALMEIDA, 2018). Constitui-se de diversas formas, a depender da sociabilidade e da formação sócio histórica, ganhando contornos mais visíveis ou mais sutis. Materializa-se por meio da economia, da política e das relações sociais, afetando objetiva e subjetivamente os sujeitos negros de forma negativa, sendo, portanto, um *desvalor*.

Para Silvio Almeida (2019), “as mudanças na produção ocasionadas pelas crises econômicas se vinculam às diferentes formas com que o racismo historicamente se manifesta” (p.127), a raça por fazer parte de uma das formas de dominação do sistema capitalista, ressignificada no processo de reestruturação produtiva, atravessa a reconstituição da própria classe trabalhadora. Para o autor, existe a articulação entre as crises do capitalismo e o racismo, presentes nas três grandes crises cíclicas do capital.

Na primeira, ainda no final do século XIX, houve o rearranjo político e econômico internacional, ao materializar o imperialismo/colonialismo, cujo o ápice foi o tratado de Berlim, que repartiu o África entre os países europeus. O racismo científico sustentou essa repartição ao categorizar as pessoas entre raças inferiores e superiores, sendo a primeira grande Guerra Mundial (1914- 1918) o estopim da crise. A segunda crise (1929) e terceira (1970, com níveis mais drásticos em 2008/2009) manusearam o racismo ao seu favor, primeiro, ao não integrar a população negra ao *Welfare State*, reservando a esta população um local na divisão racial do trabalho e na desproteção social. Depois, no período de economia pós-fordista e diante da crise do consumo do neoliberalismo, a população negra passou a compor o contingente da descartabilidade impactada pelo Estado de duas maneiras: através do encarceramento em massa

---

<sup>36</sup> “O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade [...]. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade.” (ARRUZZA, p.55, 2015).



e do genocídio/extermínio da população negra – o que Achille Mbembe (2018) categorizou de necropolítica, a gestão da vida através da morte. Portanto, o racismo é uma forma de controle social constitutivo da seletividade do encarceramento em massa, que se apresenta enquanto estratégia de punição e controle (WACQUANT, 2003; 2008).

No Brasil, os homens jovens negros, são as principais vítimas da violência sistêmica, que concretiza o genocídio e extermínio da população negra, sendo os 79% dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem assassinados. De cada 100 pessoas assassinadas, em 2017, 71 eram negras (IPEA, 2017). Esses homens negros também compõem a maior parte do contingente carcerário (61,7%), que hoje é o quarto maior do mundo, com mais de 700 mil presos (INFOPEN, 2018).

Devido a amálgama das dimensões cisheteropatriarcais e racistas, as mulheres negras são as mais afetadas econômica e politicamente, sendo as que pagam, proporcionalmente, mais impostos, afinal, por receberem menos (60% do salário de um homem branco) e destinarem o salário, quase que integralmente na compra de mercadorias para suprir necessidades básicas, são mais afetadas pela tributação direta sobre consumo. O fator econômico atravessa outros componentes, como a moradia: são mais propensas a viver em periferias e favelas, que por sua vez, são mais impactadas pela violência entre os próprios indivíduos e a violência estatal. Não coincidentemente, são as que mais sofrem violências institucionais, como a violência obstétrica. As que mais morrem em decorrência do aborto ilegal e inseguro. As maiores vítimas violência doméstica e, em decorrência disso, do feminicídio, demonstrando que a desigualdade social possui sexo e raça.

O racismo ambiental, que está por trás do fato de as mulheres negras serem as mais afetadas pela tríplice epidêmica de dengue, zika e chikungunya, que ocorreu nos verões passados no Brasil, demonstra o quão afetada é essa população, ao mesmo tempo que são as mais dependentes das políticas sociais que podem, em alguma medida, diminuir os prejuízos sociais que sofrem em comparação ao restante da população. Portanto, as mulheres negras são mais dependentes dos serviços públicos de saúde e assistência e, por isso, atingidas diretamente pela ausência, omissão do Estado e pelo desmantelamento das políticas de proteção social.

Diante dessas afirmativas, cabe-nos vasculhar a formação sócio histórica brasileira, com intuito de compreendermos como essas relações se deram no passado ao ponto de ainda hoje impactarem tão fortemente as mulheres e os negros da classe trabalhadora. Na próxima seção, realizaremos as conexões entre a totalidade e a particularidade do capital na sociedade brasileira

e, posteriormente, elencaremos alguns pontos da contrarreforma trabalhista que, de acordo com a nossa análise, afetarão mais esses grupos sociais.

## **AS RELAÇÕES SOCIAIS RACIALIZADAS E GENERIFICADAS DO CAPITALISMO E O SEU REFLEXO NA FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA BRASILEIRA**

A sociedade capitalista inaugura o divórcio entre o *valor de uso* e o *valor de troca*, a ascensão da monetização das relações sociais, a valorização do trabalho produtivo e a desvalorização do trabalho improdutivo e reprodutivo, alterando-se, conseqüentemente, o local das mulheres na sociedade. Afinal, fora destinado histórica e socialmente às mulheres a sua realização como mães, criadas, donas de casa, empregadas domésticas, cozinheiras e cuidadoras. Realidade exponenciada na sociedade capitalista, que inaugura uma nova divisão sexual do trabalho e, com isso, uma nova maneira do cisheteropatriarcado operar sob as relações sociais. Em algumas sociedades pré-capitalistas, em que a família existia como unidade de produção, tanto as mulheres, quanto as crianças desempenhavam papel econômico fundamental. As mulheres trabalhavam nos campos, manufaturas, minas, lojas, mercados, oficinas etc. Para Safiotti (2013), as possibilidades de integração das mulheres na sociedade variam de forma invertida ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, pois as mulheres foram intensamente excluídas do processo produtivo, ao longo de seu desenvolvimento técnico e tecnológico.

Os trabalhos reprodutivo e doméstico são imprescindíveis para a manutenção do capital. Opera como complemento ao salário pago, que necessita do trabalho não pago na manutenção da classe trabalhadora para as atividades relacionadas as vestimentas, alimentação e cuidados, que não são de responsabilidade do empregador e tampouco pelo Estado, portanto, cabe as mulheres a realização dessas atividades. “Dado que em geral cabe às mulheres fazer o trabalho doméstico, já se observou que é através de reprodução da força de trabalho que as mulheres se inserem no circuito da mais-valia, condição *sine qua non* do capitalismo” (RUBIN, p. 7, 1993). Acreditamos, que a partir do legado deixado pelo materialismo histórico-dialético de Marx foi possível, sob a ótica feminista, apreender a importância das mulheres para o desenvolvimento do capitalismo.

O capitalismo não apenas inaugura uma nova forma de sociabilidade, mas uma nova etapa histórica ao garantir, por meio da economia de mercado, a igualdade jurídica entre os homens. Entretanto, essa igualdade permitida pelo capitalismo não atingiu as mulheres, devido

às desigualdades de sexo que foram aprofundadas e agonizadas pelo capitalismo, que relegou às mulheres os piores locais de subalternização de seus corpos. Afinal, “na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de exploração e resistência...” (FEDERICI, 2017, p.34), tendo em vista que foi o corpo feminino que foi alvo central de apropriação (e controle) do Estado e dos homens, sendo um meio indispensável de reprodução e acumulação capitalista. Portanto, a igualdade jurídica de mercado não permitiu às mulheres nem a venda de sua força de trabalho – exceto em alguns períodos e localidades – e, tampouco, a compra de mercadorias, devido a sua condição desmonetizada. As mulheres sofreram com as desvantagens sociais que permitiram ao capitalismo arrancar o máximo de mais-valia absoluta, com as suas jornadas de trabalho mais intensas, extensas e com salários inferiores - em alguns locais e períodos históricos determinados, em que foram integradas aos processos produtivos, como em alguns países da Europa em sua etapa de industrialização.

Nessa lógica, no período de industrialização, tanto mulheres quanto crianças foram absorvidas pelo mercado trabalho – na condição de serem mais exploradas do que os homens – e depois foram expulsas, pois na lógica acumulativa do capital é mais vantajoso diminuir o capital variável e aumentar o capital constante, assim, contraditoriamente maior será o lucro quanto menor for o número de empregados/as ou quanto menor for o salário a eles/as pago. É axiomático negar que

[n]a sociedade de classes, o trabalho, a par de ser alienado enquanto atividade, gera um valor do qual não se apropria inteiramente o indivíduo que o executa, quer seja homem, que seja mulher. Esta, entretanto, se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que o faz o homem. (SAFIOTTI, 2013, p.73).

Além do mais, a igualdade jurídica entre os homens revela uma aparência distinta da essência que engendra as relações sociais na sociedade capitalista, pois a remuneração do trabalho produtivo figurada por meio do salário disfarça a apropriação do trabalho excedente por parte do capitalista. Essa remuneração acaba por afirmar e negar a condição de trabalhador livre. Em outras formações socioeconômicas, como o escravagismo e a servidão, eram mais nítidas o processo de exploração, entretanto, na sociedade capitalista prevalece a contradição entre viver a liberdade e ser obrigado a única forma que resta ao/à trabalhador/a de subsistência: a venda da sua força de trabalho, que, por sua vez, nega qualquer possibilidade de liberdade plena e de igualdade jurídica entre homens (e mulheres) que fazem parte da mesma classe. Assim, se torna mais fácil afirmar que a liberdade que o capitalismo possibilita a humanidade

é extremamente limitada e se concretiza apenas no mercado, sendo que mesmo assim, essa *pseudoliberalidade* não alcança as mulheres da mesma forma que os homens.

É bem verdade que as invariâncias históricas nas sociedades competitivas desvelam níveis de complexidade inconstante em relação às mulheres, pois nos países que compõem o centro do capitalismo mundial é possível constatar a atenuação do conflito em relação às classes, com maior integração da mão de obra feminina em locais que não sejam necessariamente marginalizados, mesmo sendo pouco duradouras as fases históricas em que as mulheres se encontraram num nível alto de empregabilidade. Nos países de economia heterônoma a realidade não é a mesma. Enquanto o capitalismo comercial estava em sua égide na Europa, a economia colonial brasileira exportava produtos primários, agrícolas e minerais que auferia grandes lucros aos países europeus, possibilitando inúmeras vantagens no momento de industrialização. Esse sistema de exportação, voltado inegavelmente ao lucro, apresenta grande incompatibilidade com a estrutura feudal, mostrando que a economia brasileira já nascera na constelação capitalista internacional, o que faz com que qualquer comparação ao desenvolvimento das relações sociais generificadas no Brasil, em seu período colonial, com o período feudal europeu uma comparação errônea e simplista (SAFFIOTI, 2013).

A escravidão moderna, base econômica durante quase quatro séculos, no Brasil, distingue-se da escravidão antiga. Aqui as pessoas escravizadas não eram apenas uma mercadoria “capaz de mobilizar grandes capitais comerciais como também se transformava num capital fixo, portanto, em meio de produção para as grandes explorações agrícolas empenhadas na acumulação de capital” (SAFFIOTI, 2013, p.206). Evidentemente, a escravidão estagna o desenvolvimento do capitalismo em certo momento, no qual é necessária a viabilidade do emprego de mão de obra livre, mas durante muito tempo foi a forma principal de grande acumulação de capital. Além do mais, o trabalho escravo é incompatível com o emprego de tecnologia avançada, sendo que a pessoa escravizada não produz mais-valia relativa. Mesmo com todas as “ressalvas” na manutenção da mão de obra escrava, era mais rentável para o capitalista a escravidão do que a importação de mão de obra em regime de servidão temporária. Nas colônias em que houve grande importação desse regime, formou-se uma burguesia nacional das quais os interesses contrastaram com os da burguesia metropolitana, como na América do Norte, o que acabou por impulsionar outros processos sociais.

Com a abolição da escravatura e a generalização do assalariamento, o Brasil inaugurou a possibilidade de expansão plena das relações de produção típicas do capitalismo. É

incontestável que ainda hoje colhemos reflexo do passado colonial, patrimonialista de relações escravista-senhoriais, das quais as mulheres negras e brancas são atingidas de forma intensa. As mulheres negras escravizadas eram utilizadas como trabalhadoras, como mulher e reprodutora da força de trabalho, sendo vítima de estupros afastando-se da condição humana e aproximando-se da condição de *coisa*. Essas características ainda prevaleciam nas relações sociais pós abolição da escravatura, o que traçou desníveis em relação às mulheres brancas e negras na sociedade brasileira.

Historicamente, às mulheres negras escravizadas foram relegadas ao local do prazer sexual, enquanto as mulheres brancas deveriam exercer o papel de esposa e mãe dos filhos legítimos. Essas determinações criaram um sistema de *castas*, no período da escravatura, que foi se deteriorado a partir de sua abolição. Isso comprova a inexistência da igualdade jurídica entre os cidadãos no Brasil, até o final do século XIX. Saffioti (2013) chama atenção ao fato de que, após a abolição, a determinação de sexo na sociedade brasileira ganha outra dimensão, devido ao fato de o ex-escravo se tornar, no novo regime, um cidadão brasileiro com efeitos eleitorais, “enquanto que a mulher, tanto branca quanto negra, seria marginalizada da escolha dos representantes do povo do governo” (p.253). Assim, a mulher branca experimentou um descenso em relação ao homem negro. Nessa realidade vemos mesclar as determinações históricas e sociais em relação ao sexo, raça e classe, assim, torna-se impossível analisá-las de forma autônoma e independente uma em relação a outra, como Arruzza (2019) alerta.

As desvantagens sociais que as mulheres sofreram foram intensificadas pela ordem burguesa estatal e pela Igreja, que negaram a possibilidade de escolarização e instrução das mulheres ao longo da história brasileira. Acredita-se que a baixa instrução das mulheres preservaria os costumes morais e sociais da família. Apenas em 1881, houve a primeira matrícula de uma mulher no ensino superior, no Brasil, mas até 1930, as mulheres ainda não haviam conquistado lugar no ensino superior e universitário.

Diante das diversas lutas históricas dos movimentos feministas e as conquistas originárias destas, as mulheres tiveram melhorias inegáveis em suas condições de vida, por mais que as contradições do sistema capitalista reiterem as desigualdades entre mulheres brancas e negras, ricas e pobres, metamorfoseando as antigas formas de opressão, domínio e exploração. Assim, podemos afirmar que no Brasil, diante de seus suas determinações sócio históricas de relações coloniais, fundiárias, escravistas, patriarcais, de capitalismo heteronômico e de profunda desigualdade, as mulheres da classe trabalhadora (brancas, negras

e indígenas, dentro de suas diversidades) sofrem, ainda hoje, o peso do passado que se reitera em práticas institucionais e culturais, fazendo com que dentre as pessoas mais pobres do Brasil, as mulheres pretas e pardas represente a maioria (IBGE, 2017) ilustrando as desigualdades de gênero/sexo e raça.

## **DIVISÃO SÓCIO SEXUAL E RACIAL E A CONTRARREFORMA TRABALHISTA**

Por meio deste pequeno resgate da formação sócio histórica brasileira, podemos compreender melhor a divisão sócio sexual e racial do trabalho, superando a aparência expressa nos dados quantitativos ou nas desigualdades visíveis no nível do cotidiano. Dados do IBGE (2019), mostram que a população negra (pretos e pardos) são maioria entre trabalhadores/as desocupados (64,2%) ou subutilizados (66,1%). Portanto, o desemprego estrutural que afeta a toda a classe trabalhadora não o faz de forma simétrica, como já evidenciamos, impactando mais as mulheres e os negros, que estão nos piores postos de trabalho, mais invisibilizados, com menor remuneração e em piores condições (PASSOS; NOGUEIRA, 2018). A informalidade, portanto, em 2019, atinge mais as pessoas pretas e pardas (47,3%), do que as pessoas brancas (34,6%). Isso nos possibilita deduzir que a contrarreforma trabalhista afetará a população negra mais intensamente, ao flexibilizar o trabalho, aumentando a superexploração de maneira intermitente e intensiva.

Devido a última crise do capital, desde a década de 1970, com instauração da reestruturação produtiva, iniciou-se o processo de alargamento da flexibilização produtiva, afetando a jornada de trabalho, o salário e reintroduzindo novas formas e relações de trabalhos informais. Ficamos diante de novas modalidades “*e modo de ser* da precarização, da qual a *terceirização* tem sido um de seus elementos mais decisivos.” (ANTUNES, 2018, p. 156). Embora, nos últimos anos já estivéssemos vivendo reflexos dessas alterações, em 2017, a contrarreforma trabalhista foi aprovada em meio ao discurso ideológico que afirmava ser uma mudança necessária para modernizar e adequar a legislação às novas relações trabalho, que incluem *os modos de ser* da precarização.

A aprovação dessa contrarreforma demonstra o interesse do Estado em reordenar as relações de trabalho e fazer com que o capital retome as suas taxas de lucro. Dos mais de cem pontos que a contrarreforma trabalhista alterou da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), elegemos seis que merecem destaque. O primeiro diz respeito a terceirização, que passa a ser permitida para todas as atividades de uma empresa, incluindo as principais (atividades-fim), o

que antes só era permitido às *atividades-meio*, como limpeza, manutenção, segurança etc. A terceirização passa a não ter limites e, além disso, possibilita a contratação do/a trabalhador/a como pequeno empresário (pessoa jurídica), negando o direito às férias, ao décimo terceiro e a rescisão.

A terceirização está indissociada da precarização. De acordo com as pesquisas analisadas por Ricardo Antunes em *O privilégio da servidão* (2018), a terceirização passou por elevado crescimento entre os anos 2000 e 2012/13, chegando a um aumento de mais de 631% na indústria do petróleo e 199% no setor elétrico. Os terceirizados trabalham, em média, três horas a mais do que os demais empregados, sendo os mais rotativos das empresas, os que menos recebem direitos e benefícios trabalhistas, como auxílio-creche e educação, além de serem menos remunerados pelas horas extras. Desse modo:

A terceirização vem se conformando como um dos principais instrumentos, nos mais diversos ramos e setores produtivos, para incrementar a *acumulação flexível* que se desenvolve com a desconcentração produtiva das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, da flexibilidade salarial, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”. (ANTUNES, 2018, p. 172).

A contrarreforma trabalhista possibilita que o capital retome uma porcentagem das suas taxas de lucro, por meio do trabalho precário, intenso, mal pago e, como veremos nos pontos seguintes, de forma intermitente, com fraca justiça do trabalho e causando o enfraquecimento sindical. Com o intitulado *negociado sobre o legislado*, a contrarreforma permite que o/a trabalhador/a possa negociar com a empresa sobre os seus direitos, salários e horários, como por exemplo, pode haver “negociação” para que o/ trabalhador/a realize uma jornada de trabalho de 12 horas, sem que as horas que excedam as 8 horas diárias sejam consideradas horas extras (como previa a antiga CLT). Isso facilita a empresa de expropriar a mais-valia absoluta do seu empregado sem muita dificuldade, utilizando da autoridade e poder empresariado, remetida aqui como *liberdade de negociação*, que é inverossímil entre desiguais.

O *trabalho intermitente* passa a ser regulado, permitindo que o trabalhador/a seja contratado por hora, mesmo na condição de disponível, apenas receberá quando houver trabalho. Isso demonstra a precariedade brutal na qual muitos/as trabalhadores/as passaram a viver desde 2017, com menores salários e piores contratos. Vivemos em momento de *uberização* e do crescimento dos serviços prestados de forma precária, impulsionado pela era digital. A intermitência que afeta os/as milhares de trabalhadores vinculados ao mercado digital, passou a ser regra em outros ramos. A perspectiva é a criação de uma anarquia vulgar, na qual as pessoas não possuirão mais direito ao descanso e às horas vagas.

A *justiça do trabalho* também foi alterada dificultando o direito de trabalhadores mais pobres terem acesso a serviços da justiça de forma gratuita, como a perícia, além de facilitar a possibilidade de as empresas demorarem mais do que o habitual para fornecer alguma resposta, em casos de processos trabalhistas. É a materialização do direito negado. Relacionada a este ponto encontra-se a retirada a obrigatoriedade da contribuição sindical, abalando a estrutura sindical brasileira ao diminuir a receita, que chegava a mais de R\$3 bilhões de reais para as mais de 16 mil organizações sindicais existentes no país<sup>37</sup>. Ao fazer isso, a desproteção do/a trabalhador/a será maior, o que aumenta a possibilidade de as empresas lucrarem com acordos manipulados que prejudicam diretamente os/as trabalhadores/as.

As mulheres estarão diretamente afetadas com o ponto que permite que as grávidas e lactantes possam ser expostas a condições insalubres e de periculosidade, como ambientes fechados, sem ventilação e até mesmo com o manuseio de produtos químicos. As mulheres negras que recebem, em média, 60% do que os homens brancos recebem, serão as mais impactadas, pois, além de receberem menos, não terão mais direito ao pagamento do adicional de insalubridade.

Portanto, a realidade de precarização e flexibilização do trabalho se torna ainda pior em momentos de crises do capital, em que o Estado gerencia os interesses da classe burguesa de forma ostensiva. O Estado brasileiro afirmou que a contrarreforma previdenciária, por sua vez, foi necessária devido a falta de recursos, mas os dados mostram que o fundo público é destinado, numa totalidade de 42%, para o pagamento e amortização da dívida pública, enquanto 4% é destinado para a Saúde, 3,5% para a educação e 2,8% para a assistência social, de acordo com os dados do Orçamento Geral da União (2015). Além disso, sofremos com a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que passou de 20% (nos governos do PT) para 30%, após o golpe do Michel Temer. Esses fatos evidenciam que o fundo público, que é um “compósito de mais-valia (trabalho excedente) e trabalho necessário (parte da remuneração dos trabalhadores para a sua autoreprodução)” (BEHRING, 2018, p.49), seja destinado, prioritariamente, aos bancos e as instituições financeiras que estão por trás das dívidas.

Por fim, apenas para título de complementação, a contrarreforma da previdência também torna mais perversa a vida das mulheres e dos negros. No caso das mulheres, ao

---

<sup>37</sup> De acordo o blog *Assis Videira*. Disponível em <<http://www.assisvideira.com.br/blog/contribuicao-sindical-e-a-reforma-trabalhista/>>. Acesso 29.nov.2019.



aumentar a idade mínima de aposentadoria de 60 anos para 62, com no mínimo 20 anos de contribuição, tenta tornar mais igual a distinta realidade de homens e mulheres que possuem jornadas extensivas, intensivas e intermitente de trabalho (ÁVILA, 2009). Com os 20 anos de contribuição, haverá impacto direto no direito à aposentadoria, pois as mulheres possuem permanência instável no mercado de trabalho, relacionada visceralmente ao cisheteropatriarcado e ao trabalho reprodutivo. Evidentemente, essa mudança impactará mais as mulheres brancas, pois as negras ocupam postos de trabalho precários com rendas de até 2 salários mínimos, geralmente, sem carteira assinada, de acordo com o IPEA (2014). Possivelmente, a grande parte das mulheres negras nem chegarão a ter direito à aposentadoria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises, cíclicas ou orgânicas, são constitutivas do capitalismo, embora os economistas liberais as apreendam como anormalidades ou inconvenientes que nada tem haver com o seu funcionamento. Marx (2009) nos mostrou, a partir da Lei de Acumulação Capitalista, a razão pela qual o capitalismo, ao tentar reduzir os custos de produção, cria as suas próprias contradições. Esse movimento ganha complexidade com o desenvolvimento mundializado do capitalismo desigual e combinado, em seu estágio monopolista, que diante de suas crises é obrigado a reestruturar as relações de produção e reformular a subjetividade humana de forma violenta, mas sofisticada, por intermédio de mecanismos ideológicos e políticos. Nesses momentos críticos de crises, há o acirramento das lutas de classe, que podem ser visualizadas pela disputa do fundo público e o reordenamento político e econômico dado pelo Estado, afinal, este agente externo, que atua entre o consenso e a violência, regula as relações sociais e de mercado na sociedade.

No Brasil, as contrarreformas (trabalhistas e previdenciárias), representam uma alteração qualitativa nas relações de trabalho e na proteção social, impactando, inclusive, a própria reprodução social. A contrarreforma trabalhista, por meio da terceirização, do trabalho intermitente e descoberto, intensifica a superexploração do/a trabalhador/a, mas devido ao fato da classe trabalhadora não ser homogênea, há desníveis de impactos, o que nos faz eleger as mulheres e os negros como os/as principais impactados/as. Neste artigo desenvolvemos, brevemente, como as relações sociais generificadas e racializadas, sob a ordem do capital, se consubstanciam na atualidade, sendo reflexo de uma formação sócio histórica de relações coloniais, fundiárias, escravistas, patriarcais, de capitalismo heteronômico e de profunda

desigualdade. A partir desses elementos, compreendemos que há veracidade na afirmativa *se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro*, como a divulgado no 15 de maio de 2019, na campanha do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), contra o racismo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M., BETÂNIA, M., FALQUET, J., & FERREIRA, V. (2016). *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu*. SOS Corpo, 2014.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro Revista*, v. 23, p. 35-58, 2015.

\_\_\_\_\_. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre o marxismo e o feminismo*. São Paulo: Usina, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2018.

\_\_\_\_\_. SANTOS, J.C.S. Crise, racismo e neoliberalismo. In.: *Trabalho, questão social e Serviço Social: a Autofagia do Capital*. SOUZA, Edivania. SILVIA, Maria Liduina (Org.). São Paulo: Cortez, 2019

AVILA, Maria Betânia de Melo. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 321. 2009.

BEHRING, Elaine R. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. BOSCHETTI, I; BEHRING, E; LIMA, Rita (orgs.). In. *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, p. 39-72, 2018.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. Cortez Editora, 2017.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. Cortez: São Paulo, 2018.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In. Marx. Karl, *Contribuição à crítica da economia política*. Expressao popular: São Paulo, ANO.

IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. Brasília, 2019.

IPEA. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: 1995 a 2015*. Brasília, 2017

IPEA [et al.]. *Atlas da Violência*. Brasília, 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula rasa*, n. 09, p. 73-101, 2008.

PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3, p. 484-503, 2018.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres*. Notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Expressão popular, 2003.

MARX, Karl. Capítulo XXIII. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. *O capital*, 2009.

MOURA, Rivânia. Expropriação financeira, crédito consignado e contrarreforma da previdência: elos da financeirização. *Argumentum*, v. 9, n. 3, p. 52-64, 2017.

WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_ *As duas faces do gueto*. São Paulo: Bom tempo, 2008.

# CAPÍTULO 14

DOI: 10.47402/ed.ep.c202169013608

## A REFORMA PSIQUIÁTRICA NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE BAURU (1987)

**Roger Marcelo Martins Gomes**, Doutor em História, UNESP, Coordenador e Professor de História, UNISAGRADO Bauru SP  
**Mariane Terada Bertuzzo**, Licenciada em História, UNISAGRADO, Professora de História, Colégio Objetivo Bauru SP

### RESUMO

Em 1987, a cidade de Bauru despertou a atenção de profissionais da área da saúde por ter sido palco do II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental e impulsionadora de um movimento que repercutiria por todo o país, a chamada Reforma psiquiátrica. Momento importante para a História da Psiquiatria, o movimento pela Reforma psiquiátrica e pela luta antimanicomial receberia diversos olhares, entre eles, o da imprensa. Nesta pesquisa mostramos o discurso que um jornal local, o *Diário de Bauru*, construiu em suas páginas sobre questões ligadas à saúde e, em especial, as discussões sobre a Reforma psiquiátrica na cidade de Bauru. Para realização deste estudo foram consultadas, escrutinadas e avaliadas as páginas do *Diário de Bauru* de 1987, principalmente os meses de junho e dezembro quando houve a realização de encontros para a discussão da Reforma. Selecionados os artigos, textos, colunas e matérias que trataram da Reforma psiquiátrica foi realizado a análise deste material. Foi possível identificar o distanciamento do jornal nas questões sobre saúde mental e a importância mínima dada ao movimento “uma sociedade sem manicômios” provenientes de eventos importantes relacionados a psiquiatria na cidade. No entanto, houve maior destaque em saúde pública referentes a instalações de novos hospitais, informativos sobre a AIDS e epidemias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma psiquiátrica; Discurso; Imprensa; *Diário de Bauru*.

### INTRODUÇÃO

A cidade de Bauru sediou em 1987 um importante momento na História da Psiquiatria brasileira – a luta antimanicomial e as propostas de Reformas no campo da Psiquiatria. Realizou-se em Bauru o II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental no ano de 1987 e, como resultado desse Congresso, criou-se a Carta de Bauru, um documento histórico na defesa da cidadania dos doentes mentais que viviam em situações degradantes. Nos termos do historiador Jacques Le Goff (1990), podemos inferir que a Carta de Bauru, tornou-se um documento/monumento para a História da Psiquiatria. Na introdução dessa Carta/Manifesto, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental deixava claro o significado de Bauru como ponto de partida para a luta antimanicomial no Brasil e a importância do II Congresso na história do movimento pela reforma psiquiátrica. A Carta expressava uma guinada radical e desafiadora

assumida pelos trabalhadores da saúde mental, demonstrando os compromissos que assumiria na luta contra a produção social da loucura e da violência tutelada pelo Estado, vejamos:

Nossa atitude marca uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agentes da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeita os mínimos direitos da pessoa humana inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos. O Estado que gerencia tais serviços é o mesmo que sustenta os mecanismos de exploração e da produção social da loucura e da violência. O compromisso estabelecido pela luta antimanicomial impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora organizada (MTSM, 1987, p.04).

Foi pela Carta de Bauru que se instituiu o lema “Por uma sociedade sem manicômios” adotado nacionalmente (MARTINS, 2018, p.95). Reforçava-se a ideia da loucura como uma questão sociocultural, “tratava-se, também, de uma profunda e radical ruptura com o modelo hegemônico médico-centrado de produção de um saber técnico, de uma razão instrumental, sobre a loucura” (YASUI, 2010, p. 45).

A cidade de Bauru recebeu lideranças expressivas da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica naquele momento. A contribuição dos trabalhadores da saúde mental bauruense favoreceu a organização e realização do evento de um movimento que tinha suas origens fora do país. Se as discussões e propostas de mudanças e reformas no campo da saúde mental haviam se iniciado distante de Bauru, essa, porém, garantia um lugar memorável na História da Psiquiatria. O cenário revolucionário presente no município contribuiu para novos princípios teóricos, práticos e éticos da assistência em saúde mental – a Reforma psiquiátrica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1994). Para Amarante (1994), a Reforma psiquiátrica não deveria ser entendida como uma reestruturação dos serviços, do aparato assistencial-normativo, do texto jurídico que trata da matéria ou de uma nova terapêutica, mas deveria ser entendida como:

... o conjunto de iniciativas políticas, sociais, culturais, administrativas e jurídicas que visavam transformar a relação da sociedade para com o doente. A reforma psiquiátrica que estamos construindo vai das transformações na instituição e no poder médico psiquiátrico até as práticas em lidar com pessoas portadoras de problemas mentais (AMARANTE, 1994, p.43).

Em 1987, as críticas à Psiquiatria tradicional aumentavam dando forças à Luta Antimanicomial proveniente das reivindicações do MTSM (GOULART, 2006, p.9). Ano fortemente marcado pela importância de encontros profissionais de caráter cientificista para o progresso da Reforma psiquiátrica. Importante ressaltar que toda esta movimentação em prol da Reforma não estava desvinculada do contexto de mobilizações históricas que antecediam a elaboração da Carta Magna de 1988. O ano de 1987 foi marcado pela mobilização social visto que as bases econômicas da época estavam em crise e os investimentos públicos em políticas sociais foram reduzidos (KANTORSKI, 2001).

Momento importante para História da Psiquiatria, os movimentos pela reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial deram origem a diversos olhares, dentre eles, o da imprensa. Essa acompanhou todo movimento da reforma com inúmeras reportagens e notícias que vincularam o saber psiquiátrico à população. Machado (2004) em seu trabalho “Reforma psiquiátrica e mídia: representações sociais na *Folha de S. Paulo*” mostra as representações da reforma no jornal *Folha de S. Paulo* caracterizado como grande imprensa, um veículo informativo de acesso estadual, por vezes, nacional. Assim como Amarante (1994), Machado (2004) ressalta que a Reforma psiquiátrica passa pelo paradigma da desinstitucionalização e a imprensa não deixou de valorizar esse paradigma em suas abordagens.

As descrições encontradas nos textos jornalísticos pesquisados referentes a tratamentos a partir de arsenais das artes plásticas, reportagens sobre casas para moradia de pacientes, utilização de recursos da psicanálise em favelas, baile de carnaval com pacientes das instituições psiquiátricas de uma cidade, a utilização de meios como programas de televisão elaborados e apresentados por pacientes e sua divulgação na mídia, festas e atividades criativas e de lazer diversificada, estão ancoradas no paradigma da desinstitucionalização, que sustenta as diretrizes da Reforma Psiquiátrica (MACHADO, 2004, p. 489).

Ainda nos termos de Machado (2004), o periódico analisado em suas representações não deixava o caráter denunciativo das péssimas condições da psiquiatria brasileira:

Assim como um artigo que faz uma reflexão histórica sobre a psicoterapia e tenta evitar a dicotomia mente-cérebro nas propostas assistenciais. Nesta categoria encontramos textos que denunciam o manicômio como “espaço de exclusão e violência”, com casos de assassinato de pacientes, relatos de investigações feitas por representantes do próprio Ministério da Saúde e suas conseqüências, reportagens mostrando a desassistência e o desmantelamento da rede-extra hospitalar, abuso sexual entre pacientes, bem como protestos feitos por entidades das mais variadas constituições pela luta antimanicomial. Reflexões e críticas dos altos gastos em psiquiatria. Relato sobre a convivência da população de uma cidade com um manicômio: influências; discussões sobre a desassistência estadual com questões de periculosidade do doente mental” (MACHADO, 2004, p. 489)

Podemos identificar desta forma que a *Folha de S. Paulo*, conforme Machado (2004), legou uma contribuição à Reforma psiquiátrica em suas páginas, o que nos remete imediatamente a pensar como a imprensa local bauruense tratou e representou as discussões da Reforma psiquiátrica que se iniciava em Bauru. É fato que o jornal impresso pode ser reconhecido como uma produção social uma vez que abraça uma ideologia, elabora temas e cria notícias com o objetivo de proporcionar ao leitor maior informação sobre os assuntos em pauta no período de sua publicação, razão que nos leva a investigar o *Diário de Bauru*.

Neste trabalho propomos avaliar um dos mais importantes veículos informativos municipais e da região de Bauru no momento da Reforma psiquiátrica - o *Diário de Bauru (DB)*. Segundo Losnak (2004), o periódico instituía sua linha editorial de acordo com os

projetos de seu proprietário, visando os interesses da elite local. A princípio, o jornal foi criado como instrumento de autopropaganda dado que seus criadores embarcaram em cargos políticos, no entanto não se limitou apenas a isso e sua importância foi além de suas articulações, pois destacava-se nos anos 60 e 70 pelo alcance do público (LOSNAK, 2004, p.85).

O foco político começou a destoar a partir da década de 60, embora ainda fosse pauta não era o centro do noticiário, daí em diante o jornal começou a abrir o leque de informações para o restante dos acontecimentos bauruenses, ainda que houvesse as visões políticas de seu fundador. A escolha do impresso é equivalente a importância da escolha da cidade e do ano: o primeiro deve-se ao seu grande alcance e visibilidade leitora, os dois últimos motivados pelo protagonismo da reforma manifesto no II Encontro Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental. O principal objetivo da pesquisa é a identificação dos debates e discussões acerca da reforma psiquiátrica, tendo em vista os discursos representados sobre esta reestruturação no âmbito de saúde mental no ano de 1987.

### ***O DIÁRIO DE BAURU***

Criado por Nicola Avallone Jr. em 1946, O *DB* foi o impresso que mais tempo durou em Bauru tendo seu fim em fevereiro de 2000, seu auge foi durante as décadas dos anos 60 e 70 e durante todo esse período, o periódico passou por vários proprietários e linhas editoriais. Segundo Losnak (2004, p.85) é “possível afirmar que Avallone Jr. usou do meio de comunicação da época para instrumento de autopropaganda com o objetivo político”. Nos primeiros anos do jornal as propagandas comerciais eram em maior quantidade, com o número mínimo de artigos, “na avaliação desta fonte, pode-se constatar uma forte valorização de propagandas, páginas inteiras eram dedicadas às propagandas” (PORTO, 2019, p.15) e algumas destas publicidades eram voltadas aos anúncios médicos no geral.

Produzido de terça-feira a domingo, tendo a edição de domingo o dobro de páginas (PORTO, 2019, p.15) que eram produzidas nos outros dias da semana para que fosse compensado a falta do jornal na segunda-feira. Dividido entre seções, o jornal era elaborado de maneira que facilitasse o entendimento do leitor: a primeira página variava entre opinião, informe ao leitor e coluna ou era composta de editorial, informe e carta do leitor. A segunda página era constituída por um resumo das notícias e nas páginas seguintes prevaleciam notícias e propagandas. Importante lembrar que todos os números desse jornal se encontram no Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS) do Centro Universitário do Sagrado Coração.

Durante o escrutínio do periódico percebemos que não seria possível identificar o que o jornal tratava da Reforma psiquiátrica sem antes identificar como esse impresso abordava as questões relacionadas ao campo da saúde de modo geral. Desta forma, foi possível identificar no periódico as seguintes notícias sobre saúde e psiquiatria: saúde pública, a difusão da AIDS, as epidemias, a psiquiatria e anúncios de serviços médicos.

### **SAÚDE, AIDS E EPIDEMIAS NO *DIÁRIO DE BAURU***

Ao analisar o *Diário de Bauru* de 1987 verificou-se uma grande variedade de artigos relacionados a temas gerais sobre saúde, assim como a construção de novos hospitais e bases assistenciais aos cidadãos bauruenses. Um dos temas mais debatidos no periódico acerca da saúde foi a implementação do SUDS (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde) que foi criado em 1987 e durou até 1991 quando nasceu o Sistema Único de Saúde (SUS).

As principais notícias encontradas no *Diário de Bauru* de 1987 referentes ao SUDS colocavam em pauta as discussões dos médicos acerca do tema em diversas reuniões em que eram considerados os prós e os contras do novo sistema, uma vez que as mudanças estruturais no setor eram propostas e implementadas. Surge aí a necessidade de estudos que expliquem como essas políticas têm sido implantadas dos municípios e regiões do país, principalmente no aspecto da descentralização e participação (RUVÉR, 1992, p.1).

No periódico também foram encontradas diversas notícias sobre o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), ou Centrinho. Os embates econômicos com a prefeitura para a construção de novos núcleos de atendimento para evitar a superlotação em hospitais e a inauguração de seu núcleo para deficientes auditivos, como também matérias sobre o planejamento da construção de novos centros de atendimento à saúde tornaram-se pauta de debates.

Criado em 1976, o Centrinho conseguiu se consolidar e tornar-se uma grande instituição de saúde com a implantação de vários programas sociais que conseguissem proporcionar à população condições de acesso ao tratamento. Em 1980, foi o primeiro hospital universitário a vincular-se a um órgão público, o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social). Em 1987, como apresentava o jornal, o seu núcleo de atendimento aos deficientes auditivos foi inaugurado contribuindo cada vez mais para o atendimento dos pacientes.



No que diz respeito a construção de novos centros de saúde, o *DB* notificava a imprudência relacionada ao mal funcionamento das unidades de saúde do Estado, que naquela época passou a ser responsabilidade do município por razão da implantação do SUDS. De acordo com o impresso, a prefeitura iria adiantar recursos próprios para a construção de quatro unidades básicas de saúde, atitude considerada necessária para a democratização das políticas públicas de saúde.

Partindo dos avanços na área da saúde e da análise dos processos de trabalho de organização social da prática médica, os novos núcleos do Centrinho, tal como a construção de novos centros hospitalares, fazem parte de uma nova organização do sistema de saúde “capaz de responder as demandas prevalentes, organizado de forma democrática em sua gestão e administrado com base na racionalidade do planejamento” (Fleury, 1988, p.196). Portanto, essa nova perspectiva de democratização das bases de saúde, assumida pela 8ª Conferência Nacional de Saúde e incorporada socialmente pela legislação, colocava em prática os princípios e diretrizes da reforma sanitária avançando, posteriormente, à reforma psiquiátrica.

O *Diário de Bauru* notificou no começo de 1987 mortes causadas por negligências médicas no Hospital de Base da cidade. O caso, levado à justiça na época, notificou que, possivelmente, três pessoas morreram por falta de atendimento adequado. As mortes e as acusações por falta de assistência necessária fizeram com que o Hospital de Base, segundo o jornal e as notícias notificadas no dia 23/01/1987, entrasse em crise e tivesse um novo administrador. O erro médico do Hospital de Base da cidade foi causado pela inexistência de médicos plantonistas, cujo dever desde o princípio era oferecer atendimento aos pacientes 24h.

Artigos, notícias e colunas sobre temas gerais em saúde atingiram um total de 26 publicações ao longo de 1987. Além dos debates no periódico sobre o SUDS e hospitais foi possível verificar discussões sobre desidratação, medicina, mortalidade infantil e, sobretudo, greves na área da saúde. Entretanto, a AIDS foi o tema predominante no *Diário de Bauru* durante o ano de 1987. Problema que causava apreensão internacional, a AIDS ganhou as páginas do *DB* em diversos artigos e colunas que discutiam desde os receios juvenis, os preços dos medicamentos e, até mesmo, a projeção da doença nas próximas décadas.

Importante notar que o jornal não se furtou de utilizar o mesmo espaço que publicava o tema AIDS para fazer propaganda de seus clientes. Chegava ser contrastante a publicação do artigo “Pesquisa: medo da AIDS faz jovens brasileiros voltarem ao romantismo” em 15/12/1987 ao lado da propaganda da revista Playboy com o título “Dose certa Playboy nas

bancas”. A publicidade e o periódico direcionavam-se ao propósito de divulgação de produtos cujo objetivo era vender (MARTINS, 2013, p.75).

Outro tópico que emergiu através do levantamento de dados foi o de *epidemias*. A dengue era uma preocupação para a sociedade bauruense, uma vez que na cidade havia vários focos de tamanha periculosidade, o que induziu os órgãos responsáveis da época a realizar uma pulverização em alguns bairros. O *Diário de Bauru* publicou um total de 5 matérias sobre o assunto tratando da propagação da doença, da pulverização da cidade e das recomendações frente à doença.

Diante do quadro apresentado é possível perceber que o *Diário de Bauru* não deixou de anunciar e valorizar em suas páginas questões gerais sobre a saúde no município e no país. O tema AIDS foi predominante devido a repercussão que tinha naquele momento. O jornal mesmo afirmando sua isenção e neutralidade, não deixou de representar o tema saúde numa visão normativa e vinculada aos interesses mais hegemônicos. Como seriam as representações que o *Diário de Bauru* fez sobre a psiquiatria em suas páginas? Especificamente, como tratou um momento tão emblemático para a psiquiatria brasileira quando se clamavam pela Reforma psiquiátrica?

### **SAÚDE MENTAL E REFORMA PSIQUIÁTRICA NO DIÁRIO DE BAURU**

Nas páginas do *Diário de Bauru* de 1987 foram encontradas publicações sobre o sistema psiquiátrico nos meses analisados: informativos relacionados a instalação do Ambulatório de Saúde Mental, a transferência do mesmo para o antigo Pronto Socorro Municipal, o denominado “documento político” que seria a Carta de Bauru, denúncias do Hospital Psiquiátrico Regional e II Encontro Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental foram temas discutidos no periódico. Os discursos acerca dos hospitais e ambulatórios de saúde mental eram limitados, o que demonstrava pouca aderência da direção e colaboradores do jornal em relação aos embates de saúde psiquiátrica e necessidade de reestruturação dela.

Não encontrar um volume denso de notícias relacionadas a um importante movimento como a luta antimanicomial diz muito sobre os diretores e colaboradores do jornal, principalmente sobre o modo que os doentes mentais e suas assistências eram representados à sociedade. No jornal do dia 27/01/1987 encontramos um artigo “Instalado ambulatório mental; agora, a luta é para ocupar o prédio ex-PSM” que tratava do custo da instalação do ambulatório, o órgão de saúde mental que seguiria as novas mudanças da filosofia de tratamento psiquiátrico e a transferência do prédio do Pronto Socorro Municipal (PSM) para o ambulatório.

No dia 30/01/1987, o *DB* publicava em sua página 5 “Santa Casa admite ceder ex-PSM para ambulatório” artigo que continuava a discussão do dia 27/02/1987 - a ideia de ceder o prédio do antigo Pronto Socorro Municipal para o novo ambulatório de saúde mental e a resistência dos diretores da Santa Casa em aceitar a transferência. O *DB* se limitou a esses dois artigos sobre o ambulatório, não manteve as discussões em suas páginas de uma mudança que mobilizava os profissionais da saúde mental na época.

As notícias publicadas pelo *Diário de Bauru*, além omitir alguns detalhes importantes referentes ao ano de 1987 e aos manicômios, cria sua própria representação sobre o tema. Desconsiderar alguns tipos de discurso é semelhante a aflorar diferenças e apagamentos, para Foucault (1972), o discurso psiquiátrico, por exemplo, é heterogêneo, isto é, não se mistura com os demais discursos criando o seu próprio e Fischer (2001), por seu turno, afirma que a mídia ao mesmo tempo que reproduz alguns discursos também cria os seus próprios. Nela, a heterogeneidade é maior do que em outros veículos discursivos, gerando uma crise na pluridiscursividade do social, luta pela imposição de sentido, a luta entre vários discursos, na conquista de novos sujeitos.

Um dos temas que o *DB* não poderia deixar de publicar era sobre as denúncias em relação ao Hospital Regional de Psiquiatria, na matéria foi descrito as diversas irregularidades hospitalares, como: a má manipulação farmacêutica, a higiene e a fraude da existência de um paciente. O assunto tomou uma página inteira do *DB*, no artigo passava-se a ideia de que era preciso uma sociedade mais incluída e longe da violência institucional dos manicômios, como era defendido pelo movimento antimanicomial. Na imagem abaixo podemos perceber o valor dado a matéria pelo jornal:

Figura 1 – Denúncias Hospital Psiquiátrico



Fonte: *Diário de Bauru*, 02/12/1987, p.08

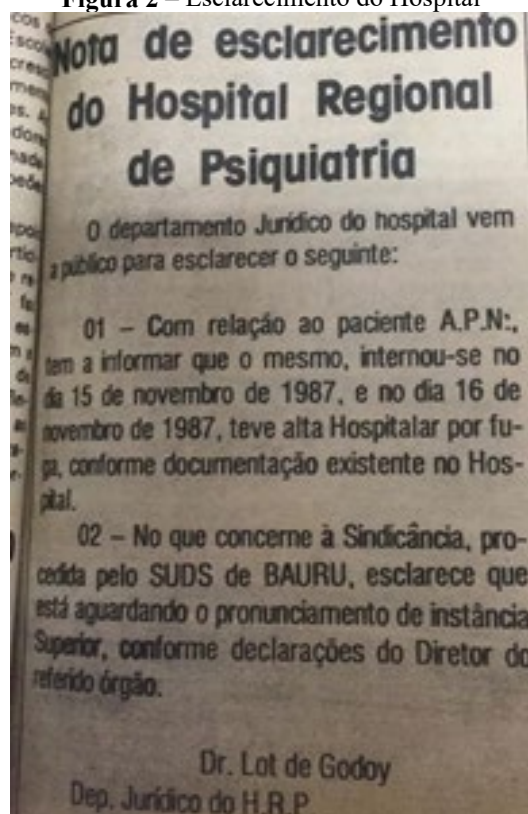
Na época, as fiscalizações sobre os hospitais psiquiátricos começaram a ocorrer com mais frequência e de maneira mais exigente, uma vez que passou a ser incorporado a isto um debate nacional decorrente da negligência dos asilos e que, posteriormente, foi possível constatar na realidade bauruense. Para que sejam entendidas as fraudes e a má gestão do Hospital Regional era levado em conta a relação entre iniciativa privada, o modelo manicomial público e os órgãos de fiscalização

Muito embora a década de 80 tenha trazido alterações em relação a visão psiquiátrica e a comunidade que necessitava de cuidados psíquicos, manteve-se sob o caráter perverso da tríplice aliança entre o poder público, a rede privada e o modelo asilar. A política de financiamento de internações “dos recursos gastos pelo Inamps em serviços psiquiátricos contratados junto às clínicas privadas, 81,96% destinavam-se à área hospitalar, e 4%, à assistência ambulatorial” (TENÓRIO, 2002, p.34). Conforme esse autor, o lucro garantido em relação aos manicômios para as clínicas privadas era gritante, fazendo do tratamento da loucura um mercado. As verbas direcionadas às instituições de cunho privatista explicariam a fraude do hospital, no que diz respeito às acusações, como o recebimento de dinheiro para um paciente inexistente. O Hospital Regional negou e elaborou uma nota de esclarecimento no *Diário de Bauru*. Na nota, o Hospital tentava justificar a inexistência de fraude e que o paciente ainda tinha a ficha aberta, o que justificava o recebimento do Estado e da família, uma quantia em

dinheiro para o tratamento. E, no último tópico, acrescentava que as demais acusações seriam levadas às instâncias superiores para a verificação de sua veracidade. Foram o total de 43 páginas de denúncias efetuadas pela Comissão de Sindicância e, pela gravidade, as mesmas não podiam reter-se às competências locais em relação a qualquer atitude referente ao órgão e, por isso, deveriam ser encaminhadas à superintendência do SUDS, em São Paulo.

Para que a imagem do hospital não fosse manchada e ele não perdesse os pacientes já internados, o *Diário de Bauru* – veículo impresso de grande alcance na época – foi escolhido para publicar o informativo, obviamente, cobrado. Esta seria, mais uma prova, de que o comércio de ilustrações, propagandas e fotografias num mesmo periódico passou a ser um processo lucrativo.

**Figura 2** – Esclarecimento do Hospital



Fonte: *Diário de Bauru*, 06/12/1987, p.3

Uma das publicações sobre o tema Reforma psiquiátrica que sem dúvida foi valorizada nas páginas do *DB* era o “Documento político” que posteriormente fora reconhecido pelo nome a “Carta de Bauru”. Na imagem abaixo podemos observar como este documento/monumento foi valorizado pelo *DB*.

Figura 3 – “Documento Político”



Fonte: *Diário de Bauru*, 06/12/1987, p.08

A matéria discutia que no II Encontro Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental foi homologado um documento com propostas de melhoria para os trabalhadores em saúde mental e os próprios internos. A Carta de Bauru foi um documento social elaborado para denunciar as situações precárias e os métodos de cura dos hospitais psiquiátricos abrindo margem para a lema “Por uma sociedade sem manicômios”. Do conceito político dado à época ao seu teor social podemos, entretanto, afirmar que surgia um documento/monumento da luta antimanicomial e Reforma psiquiátrica em nosso país.

O lema “Por uma sociedade sem manicômios” revelava duas mudanças significativas da Reforma psiquiátrica: a primeira diz respeito a sua constituição que deixava de ser um coletivo apenas de profissionais para se tornar um movimento social cuja abrangência não se limitava apenas aos “loucos” e seus familiares ou apoiadores, mas também, de ativistas dos direitos humanos (AMARANTE; NUNES, 2018, p.2069); a segunda refere-se a desconstrução da imagem e do objetivo dos manicômios, inserindo no debate a melhoria do sistema de tratamento, as violências institucionalizantes, a discriminação e segregação e, principalmente, a extinção de manicômios (AMARANTE; NUNES, 2018, p.2069). No caso da luta antimanicomial, o objetivo não era ceder aos não loucos um lugar de ouvinte passivo e benevolente, tampouco conceder a palavra somente ao próprio louco (LOBOSQUE, 2003, p.26), mas propiciar, entre essas duas vozes, uma luta comum e mais humana, igualitária e inclusiva.

[...] essa enunciação que descrevemos demonstra justamente aquilo que os manicômios sempre impediram: os laços da loucura com a cidade e, por conseguinte, a ordem democrática da cidade mesma. A tessitura desses laços não exige uma normalização dos loucos, e, sim, diz respeito a uma interpelação da ordenação mesma da cidade, de sua relação com a própria ordem: como ordenar-se, convivendo sempre com um certo desarranjo? Como cuidar, como gerir, sem impedir a desordem dos nascimentos, das invenções, das proliferações? [...] Como empreender um processo de subjetivação, sem dele fazer um assunto narcísico de sujeitinhos? (LOBOSQUE, 2003, p.26)

“A mesma caneta que instituiu o hospital psiquiátrico pode selar o seu fim” (ABOUYD; SILVA, 2003, p.41), segundo esse autor a ruptura radical em relação aos manicômios vai além dos discursos sustentados pelos militantes sobre tolerância. O convívio com o doente mental exige mais do que um bom tratamento, atinge a compreensão psiquiátrica e o entendimento dos discursos acerca de suas necessidades para que, assim, seja suprido suas exigências de cuidado.

Na carta, os ativistas e trabalhadores, em prol de um melhor tratamento para os doentes mentais, defenderam o fim na exclusão e discriminação, recusando que haja continuidade no processo de violência institucionalizada através dos manicômios. Segundo Silva (2003, p.90), o manifesto – apesar de afirmar a necessidade da construção de laços sociais dos profissionais com a sociedade para o enfrentamento das questões construídas e sustentadas pelos manicômios – não faz nenhuma menção a uma política específica que se relaciona com a organização dos atingidos pela violência manicomial.

É possível compreender, posteriormente, o significado da ausência no manifesto de uma indicação mais explícita nessa direção (SILVA, 2003, p.90), uma vez que as críticas institucionais, desde os anos 70, tinham a ideia que os próprios afetados deviam ser atores ativos de suas lutas de emancipação, bem como portadores dos seus discursos. É inegável que em Bauru emergiu uma postura ainda mais distante daquela dos primeiros tempos antipsiquiátricos, uma vez que passou a sustentar a cidadania que era buscada como referência política das técnicas psiquiátricas (SILVA, 2003, p.92).

Pela maneira como o louco era visto e os manicômios criados, o II Encontro Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental foi protagonista, não só da criação da Carta de Bauru, como também da primeira passeata nas ruas reivindicando uma visão mais humanizada, saudável e com tratamentos legais às pessoas com doenças mentais. As matérias trazidas no jornal sobre o encontro, embora rasas e pequenas, já dão palco para uma visão sobre as reais condições da psiquiatria e dos asilos brasileiros àquele período, como visto na Figura abaixo:

**Figura 4 – Congressistas defendem o fim do manicômio**



**Fonte: Diário de Bauru, 06/12/1987, p.05**

Esse momento de manifestações marcou uma renovação teórica e política ao movimento de trabalhadores em saúde mental, uma vez que marcou o afastamento em relação ao Estado e a aproximação em relação às famílias dos usuários (LUCHMANN; RODRIGUES, 2007, p.403). Os atores sociais da reforma psiquiátrica nas décadas de 80 e 90 construíram um campo de ações e lutas sociais vastos (LUCHMANN; RODRIGUES, 2007, p.404), entre os quais, um dos mais importantes, passa a ser o dos trabalhadores em saúde mental por se constituir “em um sujeito político privilegiado na conceituação, divulgação, mobilização e implantação de



práticas transformadoras, na fundação de uma reflexão profunda e crítica ao modelo da psiquiatria, fazendo surgir, desta forma, uma nova política de saúde mental” (LUCHMANN; RODRIGUES, 2007, p.404).

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

A escrita da imprensa periódica é construída através de acontecimentos diários e situações políticas, é por meio dela que as discussões em relação aos problemas e rumos sociais são tomadas. Deste modo, foi perceptível na análise do impresso que, embora o recorte temporal tenha sido essencial para entender a reforma psiquiátrica, as notícias acerca do tema foram escassas dando maior visibilidade as notícias sobre temas gerais de saúde do que em relação à Psiquiatria ou à Saúde Mental.

A nossa proposta foi mostrar neste trabalho como a luta antimanicomial e a busca pela Reforma psiquiátrica foram recebidos e discutidos justamente na cidade de Bauru que se tornou sede desse movimento em 1987. Para atender essa proposta avaliamos como a imprensa local representou o movimento e optou-se pelo *Diário de Bauru* devido à sua abrangência e importância em Bauru e região. Concluímos que o *Diário de Bauru* não deu o valor que a luta antimanicomial e a Reforma psiquiátrica vinham adquirindo. O *DB* em suas páginas, não trouxe intensamente o tema da Reforma que ganhava o país, entretanto é possível entender que as representações que fazia sobre o tema mostrava uma posição normativa e ancorada no que se pensava de forma hegemônica sobre a psiquiatria, a saúde mental e os manicômios. Sabemos que o modelo hegemônico se caracterizava por sua potencialidade em ser excludente.

Percebemos também neste estudo que foi pelo reconhecimento de alguns membros da sociedade e trabalhadores em saúde mental que as reivindicações para a reforma psiquiátrica começaram a surgir. Primeiro, após os ideais da reforma sanitária serem firmadas – favorecendo a democratização da saúde – a reforma psiquiátrica começou a emergir adotando políticas mais humanas e exigências para com os órgãos públicos, daí surgiu a necessidade de enxergar o ‘louco’ como membro da sociedade tal qual qualquer outro ser humano. Pelas más condições de vida nos hospitais psiquiátricos, movimentos por uma sociedade sem manicômios – ainda que a Carta de Bauru tenha sido o pontapé inicial, o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA) perdurou nos anos posteriores – começaram a surgir.

## REFERÊNCIAS

**Diário de Bauru**, Bauru, 01 jan. 1987 – 31 dez. 1987. Acervo do Núcleo de Pesquisa e História, Centro Universitário do Sagrado Coração, Bauru.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOU-YD, M.N; SILVA, R. A lógica dos mapas: marcando diferença. In: Loucura, ética e política: escritos militantes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

AMARANTE, P. Algumas Reflexões sobre Ética, Cidadania e Desinstitucionalização na Reforma Psiquiátrica. In: Saúde em Debate. 45: 43-46, dez. 1994.

\_\_\_\_\_.; NUNES, M. O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. Revista Ciência e Saúde Coletiva, p.2067-2074, 2018.

FISCHER, R.M.B. *Foucault e análise do discurso em educação*. Rio Grande do Sul, 2001, p 197-223, Caderno de pesquisa, n.114.

FLEURY, S. O dilema da Reforma Sanitária Brasileira. In: BERLINGUER, G.

\_\_\_\_\_.; CAMPOS, G. W. S. Reforma Sanitária - Itália e Brasil. HUCITEC-CEBES, São Paulo, 1988, p.195-207.

FOUCAULT, Michel. História da loucura na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GOFF, J. L. História e memória. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

GOULART, M. S. B. A Construção da Mudança nas Instituições Sociais: A Reforma Psiquiátrica. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 1, n. 1, São João del-Rei, jun. 2006.

KANTORSKI, L. P. - A REFORMA PSIQUIÁTRICA - um estudo parcial acerca da produção científica. Revista Eletrônica de Enfermagem (online), Goiânia, v.3, n.2, jul-dez. 2001. Disponível: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen>.

LOBOSQUE, A.M. Loucura, ética e política: algumas questões de ordem da luta antimanicomial. In: Loucura, ética e política: escritos militantes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

LOSNAK, C. J. Polifonia urbana: imagens e representações – Bauru 1950-1980. Bauru: EDUSC, 2004.

LUCHMANN, L.H.H; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. Ver. Ciência e Saúde Coletiva, , 2007, p.399-407.

MARTINS, L. M. *As imagens, as sombras do porvir: 30 anos da Reforma Psiquiátrica Brasileira*. Revista Diorito, v. 2. n. 1. p. 88-121 Jan./Jun.2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. A Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil. Brasília, 2005. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15\\_anos\\_Caracas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL. *O manifesto de Bauru*,  
Jornal do Psicólogo, 1987.

MACHADO, A. L. Reforma psiquiátrica e mídia: representações sociais na Folha de S. Paulo.  
Ciência & Saúde Coletiva, 2004, p.483-491

PORTO, Ygor, Yuji Utida. Emigração e Imprensa local: os decasséguis pelas páginas do *Diário de Bauru e Jornal da Cidade* (1991 a 1992). Bauru, 2019.

RUVER, H. R. S. Descentralização e participação nas políticas de saúde uma crítica do processo de implementação das AIS e do SUDS em criciúma na gestão HÜLSE (83-88). Florianópolis, dez./1992.

SILVA, M. V. O. O movimento da luta antimanicomial e o movimento dos usuários e familiares. In: Loucura, ética e política: escritos militantes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1):25-59, jan.-abr. 2002

YASUI, S. *Rupturas e Encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira*. 22ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

# CAPÍTULO 15

DOI: 10.47402/ed.ep.c202169114608

**FORMAÇÃO TÉCNICO-INDUSTRIAL E MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA:  
RELATOS DE ESTUDANTES DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA BAHIA, NA  
DÉCADA DE 1970**

Sonia Maria de Souza Brito

Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, NEIM, UFBA.  
Professora de História do IFBA.

Iole Macedo Vanin

Doutora em História, UFBA. Professora do Departamento de Ciência Política da UFBA

## RESUMO

Refletindo o perfil generificado do mercado de trabalho e a assimetria de gênero, característica de determinadas áreas profissionais, a formação técnico-industrial, na década de 1970, se constituía como um processo pouco acessível às mulheres. Nesse período, a Escola Técnica Federal da Bahia vivenciou um processo de expansão, diretamente identificado com o desenvolvimento industrial ocorrido em Salvador e sua região metropolitana, resultando na crescente presença de estudantes do sexo feminino nessa Instituição. Entretanto, muitas carreiras pretendidas pelas mulheres que buscavam uma formação técnico-industrial, ainda eram consideradas masculinas. Nesse texto, apresentamos relatos de situações, experienciadas por ex-estudantes da ETFBA, que atestam uma realidade social marcada pelos dualismos históricos do que é ser homem e ser mulher, o que é trabalho masculino e serviço feminino, mas principalmente, quais as profissões destinadas unicamente aos homens e aquelas adequadas e aceitáveis socialmente para as mulheres. Expomos as estratégias utilizadas por essas estudantes, para impor respeito ao estagiarem nas indústrias e todos os problemas por elas enfrentados, para inserção definitiva no mercado de trabalho, em suas áreas de formação. Concluímos, identificando relações entre as situações relatadas e suas escolhas profissionais após a conclusão do processo formativo, buscando possíveis explicações para o redirecionamento dessas técnicas para a profissão docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação técnico-industrial; ETFBA; Mercado de trabalho; Redirecionamento profissional.

## INTRODUÇÃO

Na década de 1970, as escolas técnicas brasileiras vivenciaram um processo de expansão, diretamente identificado com o desenvolvimento industrial do país que, na Bahia, resulta, em grande parte, da fundação da Refinaria de Mataripe na década de 50, da formação de um complexo minero-metalúrgico, na década de 60, da implantação do Centro Industrial de Aratu – CIA – em 1967 e da instalação do Polo Petroquímico de Camaçari, em 1978. Durante

toda a década de 1970, a indústria petroquímica será o grande vetor de incorporação de mão de obra baiana, definindo o mercado de trabalho e o processo de qualificação no estado.

O desenvolvimento industrial, associado ao processo de redefinição dos novos padrões de divisão internacional do trabalho, refletiu-se na reconfiguração do desenvolvimento econômico da Bahia, de forma mais intensa, a partir da implantação desse complexo petroquímico. A qualificação demandada pelas empresas recém-instaladas em Salvador e sua Região Metropolitana, por sua vez, ficou, em grande parte, sob a responsabilidade da Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA). Para atender as exigências apresentadas pelos novos processos produtivos e as demandas econômicas da região, a instituição incorporou novas dinâmicas de formação técnica, reestruturando-se e implantando novos cursos tecnológicos. Num período marcado por intervenções militares na Escola e por mudanças que visavam formar trabalhadores de nível médio, o aprimoramento e qualificação de mão de obra, a ETFBA representou um vetor importante de formação de técnicos industriais e de incorporação de parcela importante da população jovem da cidade, no mercado de trabalho industrial.

Essa intensificação industrial e urbana provocou o crescimento do sistema educacional, a partir de ações do governo federal no sentido de atender a demanda crescente por vagas e qualificação profissional. Historicamente as mulheres já tinham iniciado, em décadas anteriores, um caminho em busca da formação, mas este é o momento em que adentram no processo de formação técnica industrial. Isto explica a crescente presença de estudantes do sexo feminino em escolas tradicionalmente masculinas, como a ETFBA, mas não representou uma ampliação sensível da participação das mulheres no setor de produção. Muitas carreiras ainda eram consideradas masculinas, as empresas, em sua maioria, preferiam homens e, quando apresentavam interesses em empregar mulheres, ofereciam salários inferiores aos que pagavam aos seus funcionários do sexo masculino.

As mulheres baianas que acessaram a ETFBA, na década de 1970, tiveram que constituir estratégias para garantirem a qualificação que poderia lhes fazer acessar a postos de trabalho nas indústrias do Centro Industrial de Aratu, do Polo Petroquímico de Camaçari, ou de empresas estatais como a Petrobrás e a Eletrobrás. Pesquisas realizadas na época demonstram que o trabalho feminino, nessas áreas de amplo agenciamento de mão de obra, representava uma minoria e, geralmente, alocado em serviços de menor representatividade econômica e social. Embora já fosse possível indicar a presença da mão de obra feminina, ela se mantinha em

setores administrativos e laboratoriais e fora dos setores de operação e manutenção, estes marcados, predominantemente, pela força de trabalho masculina.

Em seu contexto de desenvolvimento da indústria metalomecânica, a Bahia acaba por acompanhar as características das demais regiões, quanto à exclusão do trabalho feminino, reproduzindo a tendência nacional de limitação de utilização da mão de obra feminina, que fica, em sua grande maioria, alocada nos setores de serviços. Esta realidade permite entender como a ETFBA reproduziu as bases da sociedade capitalista, marcada pela divisão social e sexual do trabalho e os fundamentos de um modelo de desenvolvimento reprodutor das desigualdades em implantação no país.

As narrativas apresentadas por ex-estudantes dos cursos de Eletrotécnica, Mecânica e Metalurgia, da Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), no contexto da pesquisa intitulada “Formação técnica, profissão professora: expressões identitárias das estudantes da ETFBA, na década de 1970”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos - PPGNEIM / UFBA, confirmam essa realidade e evidenciam discursos e práticas formativas marcadas por questões de gênero, muitas vezes interseccionadas às categorias de classe e raça. Nesses relatos conseguimos identificar, até mesmo na fala que nega a discriminação, seja por gênero, por raça ou por classe, realidades e experiências discriminatórias e constatamos as contradições, impostas por um sentimento de pertencimento, entre o que é percebido e dito e o que está por trás das expressões e situações rememoradas.

As situações experienciadas por essas mulheres são apresentadas, nesse texto, como testemunhos da existência de um contexto formativo generificado e de uma realidade social caracterizada por fortes dualismos nas representações de homem e mulher, do que cabe ao masculino e ao feminino e das profissões destinadas unicamente aos homens, ou adequadas e aceitáveis socialmente para as mulheres. Expomos, também, as estratégias utilizadas por essas estudantes, para garantir o acesso ao estágio obrigatório, suas dificuldades para inserirem no mercado de trabalho e indicamos possíveis relações entre as experiências narradas e o redirecionamento profissional para a atividade docente, ao concluírem o curso técnico-industrial, num contexto de expansão e abertura do mercado de trabalho, nos campos profissionais da eletrotécnica, da mecânica e da metalurgia.

## INDUSTRIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO TÉCNICO-INDUSTRIAL NA BAHIA, NA DÉCADA DE 1970: PROCESSOS MARCADOS POR RELAÇÕES DE GÊNERO.

A partir da década de 1960, a demanda por mão de obra, oriunda da crescente industrialização em estados das regiões Sul e Sudeste, aponta para uma valorização do ensino industrial e a consequente ampliação da oferta de cursos profissionalizantes nas escolas técnicas do país. Embora ainda de forma tímida, a ETFBA começa a exibir um conjunto de mudanças em sua estrutura física, mas principalmente, no seu processo formativo, com criação de novos cursos, como os de Química, em 1962, Eletrotécnica, em 1965 e Mecânica, em 1969.

Como parte desse processo de expansão e reestruturação, a ETFBA efetivou: uma campanha de incentivo ao ensino industrial no estado, através de propaganda em ginásios de Salvador e nos meios de comunicação, para ampliar o interesse em relação aos cursos da escola<sup>38</sup>; uma política institucional de “maior integração entre o Conselho de Representantes da ETFBA e os dirigentes da Federação das Indústrias e empresas como a Petrobrás e órgãos do governo, para melhor divulgação da Escola e seus cursos”<sup>39</sup>; a implantação do Serviço de Integração Escola-Empresa (SIEE); e a “ampliação física da escola com a criação de novos pavilhões de aulas e oficina de máquinas de mecânica”.<sup>40</sup>

Resultado direto desse processo, a ampliação da oferta de vagas na escola foi registrada pelo Presidente do Conselho de Representantes, em sessão de 29 de fevereiro de 1972, ao comunicar que “devido a grande procura que teve a Escola este ano, autorizou o diretor a aumentar o número de matrículas com a criação de mais uma turma dos quatro cursos mais procurados. Esse aumento de matrícula buscou atender ao aumento da procura das indústrias de referência àqueles cursos”.<sup>41</sup>

A dinâmica da economia local e estadual, cujo crescimento estava condicionado às possibilidades concretas de oferta de mão-de-obra qualificada e de baixo custo, explica a ampliação das vagas e define as novas diretrizes formativas, inclusive a expansão, reformulação e criação de novos cursos na Escola. “Em 1975 a Escola já oferecia os cursos de Edificações,

---

<sup>38</sup> Livro de Atas do Conselho de Representantes de 06/10/1966 a 26/11/1970. In: Livro 02, pp. 4'-5'- Cx 02 – Memorial IFBA –PRODIN.

<sup>39</sup> Ata da 60ª reunião do Conselho de Representantes da Escola Técnica Federal da Bahia de 23/11/1966. In: Livro 02, p. 9', Cx 02 – Memorial IFBA –PRODIN.

<sup>40</sup> Livro de Atas do Conselho de Representantes de 22/12/1970 a 01/04/1972 – LIVRO 03, p. 18 – CX 02 (p.1 a 28) – Memorial IFBA –PRODIN.

<sup>41</sup> Ata da 129ª sessão do Conselho de Representantes da ETFBA de 29/02/1972, pp 25-25'. Livro de Atas do Conselho de Representantes de 22/12/1970 a 01/04/1972 – LIVRO 03, p. 18 – CX 02 (p.1 a 28) – Memorial IFBA –PRODIN.

Eletrotécnica, Estradas, Geologia, Instrumentação, Mecânica, Metalurgia, Química, Saneamento e Telecomunicações”<sup>42</sup>.

A estreita relação entre a ETFBA, suas decisões e encaminhamentos de expansão e a economia local, através das empresas e indústrias que se instalavam em Salvador e sua Região Metropolitana (RMS), foi evidenciada por dirigentes e membros de conselhos institucionais, constatada através de documentos que acessamos ao longo da pesquisa, em particular das Atas do Conselho de Representantes. Comprovou-se o forte vínculo entre a criação de novos cursos, a ampliação do número de vagas, o aumento da procura pela escola e de investimento em qualificação de pessoal, com as necessidades de mão de obra qualificada, para atender demandas oriundas das nascentes indústrias.

As exigências impostas pelos novos processos produtivos, em particular após o início do funcionamento do Polo Petroquímico de Camaçari, indicaram novas dinâmicas à ETFBA que, segundo o Professor Ruy Santos Filho, diretor da instituição entre 1974 a 1986, se via “na contingência de ampliar o seu esforço no sentido da formação urgente de maior número possível de mão-de-obra qualificada”.<sup>43</sup>

Atendendo a esta demanda, ainda segundo Ruy Santos, foi necessário

fazer constantes readaptações das grades curriculares de nossos cursos, suprimir cursos, criar novos cursos, abrir salas de aulas, implantar novos laboratórios e oficinas [...] celebrar centenas de convênios com empresas industriais nascentes, enfim, dar um novo sentido à velha “escola do Mingau”, a fim de que ela pudesse atender na sua plenitude, às exigências de uma nova era.<sup>44</sup>

Constatou-se, assim, o esforço institucional para constituir uma dinâmica de integração e o estreitamento do vínculo entre a ETFBA e as empresas instaladas em Salvador e/ou em sua Região Metropolitana. E isto gerou resultados significativos em termos de alocação de estagiários e de técnicos egressos da instituição.

As estudantes da ETFBA na década de 1970, entrevistadas no contexto da pesquisa indicada nesse texto, atestam a estreita relação entre formação e trabalho e a definem como decisiva para suas escolhas pela profissionalização na ETFBA.

(...) fazer Escola Técnica é ter assim um emprego garantido. Falava-se muito dessa relação: formação técnica e emprego. (Ana Alice, 22.03.2016)  
Vim fazer o curso porque era de família pobre e precisava trabalhar. Tinha um amigo que morava no mesmo prédio que eu e estudava na Escola Técnica. Ele me disse: “Vá

<sup>42</sup> PINHO, Roberto Cumming de. A Escola Técnica Federal da Bahia e um perfil da sua comunidade. ETFBA /MEC/SESG. Salvador, 1989, p. 8.

<sup>43</sup> SANTOS FILHO, Ruy. Escola Técnica Federal da Bahia: dez anos de educação profissionalizante – 1975/1984. Relatório, dezembro de 1984.

<sup>44</sup> idem



estudar na Escola Técnica, você vai gostar e logo você vai poder trabalhar”. (Zahidé, 05.04.2016)

(...) minha mãe tinha falecido. (...) Meus irmãos mais velhos casaram e ficou eu com a responsabilidade. Então precisava sair do curso e trabalhar. (Lili, 05.04.2016)

(...) eu vim de família muito humilde, então a coisa que eu mais queria era trabalhar pra ganhar dinheiro e o que mais se falava era que na escola técnica se formou tinha trabalho garantido. (Luiza, 26-04-2016)<sup>45</sup>

O trabalho representava o objetivo de basicamente todas as estudantes entrevistadas. A inserção dessas mulheres na educação técnico-profissional está diretamente relacionada às necessidades impostas pelas condições socioeconômicas e o acesso ao trabalho, após a formação, é identificado como fator de superação dessas condições e de ascensão econômica. Esta possibilidade, num contexto social de poucas expectativas para as mulheres, indicou às jovens baianas o caminho da ETFBA, instituição que, segundo Zahidé e outras estudantes, lhes “abriria portas para acessar condições de vida melhores”, do que as vivenciadas pelas mulheres de sua família: mãe, avó, tia, etc.

Em suas narrativas as estudantes relatam experiências de formação marcadas por relações de gênero, ratificando o caráter masculinizado que a formação técnica, de maneira geral, e da ETFBA em particular, apresentava naquele contexto histórico. Marcadamente destinada ao gênero masculino, a formação técnico-industrial em todo o Brasil se constituía como um processo pouco acessível às mulheres e ainda que, na década de 1970, elas começassem a se inserir nesse campo de formação, as escolas técnicas continuavam como espaços dominados pela presença masculina.

Vários relatos apresentam esse perfil e apontam para uma realidade quantitativa marcadamente masculinizada:

(...) Ai eu falei: eu não sei se quero fazer Escola Técnica, é um lugar que só tem homens e, de fato, era predominantemente um ambiente masculino. (...) o fato de só ter duas mulheres na sala, uma mulher ficava num grupo e outra ficava no outro, (...) e a gente sofria esse tipo de discriminação por conta de só ter uma mulher em cada grupo. (Ana Alice, 22.03.2016)

Eram tão poucas mulheres que quando entrava uma menina, por exemplo, do ICEIA<sup>46</sup>, os homens vinham para aquela área externa: “Evém, evém, evém”. Gritavam e chamavam todo mundo pra ver as mulheres passando. Quando diziam “evém uma mulher, evém, evém”<sup>47</sup>, corriam todos feitos loucos. (...) “Mulher, mulher, tá vindo mulher...” Parecendo que mulher era coisa do outro mundo (...). (Francisca, 29.04.2016)

(...) no curso de Metalurgia que era um curso mais puxado, na época só tinha duas alunas, (...).A maioria dos alunos era de homens. (Leolinda, 05.05.2016)

<sup>45</sup> Os nomes fictícios das estudantes são representativos de mulheres baianas que se sobressaíram pela atuação política e feminista, ao longo do século XX. Essa escolha representa uma justa homenagem a mulheres que dedicaram suas vidas a luta feminista, se empenhando na conquista por direitos e empoderamento das mulheres.

<sup>46</sup> ICEIA – Instituto Central de Educação Isaias Alves.

<sup>47</sup> Evém: expressão correspondente às locuções verbais - lá vem, ali vem, já vem. Muito utilizada no interior de Minas Gerais. In: <http://www.dicionarioinformal.com.br/ev%C3%A9m/>

A escolha pelo curso também se apresentava como um problema para as estudantes que, submetidas a diferentes formas de questionamentos, constatavam as imposições sociais definidoras de severas relações entre curso-sexo/profissão-sexo. Fora da escola eram cobradas por terem escolhido cursos/profissões que não estavam “naturalmente” destinados às mulheres. Ficava evidente para elas, enquanto estudantes, que suas escolhas não seriam facilmente acatadas pela sociedade, fortemente marcada por estereótipos do que era adequado ou não às mulheres.

(...) as pessoas que encontravam a gente na rua elogiavam muito: “Vocês estudam na Escola Técnica, que bom! Que curso você faz?” Quando eu falava que fazia Eletrotécnica: “menina você é louca? Como é que você faz eletrotécnica? Você vai subir em poste, como é que pode? Você é doida.”(...) Fora da escola tinha muito isso das pessoas acharem estranho uma mulher fazer eletrotécnica, por achar que era uma profissão eminentemente masculina, que ia subir em poste e que ia fazer atividades que eram do homem. (Ana Alice, 22.03.2016)

O pessoal dizia: “Mas menina, você fazendo metalurgia, você é doida? Isso lá é curso de mulher? Isso é curso de homem. Você vai ficar trabalhando lá com aquele negócio de fogo, aquela temperatura. Você é doida mesmo!” (Luiza, 26-04-2016)

Essa realidade se repetia no ambiente escolar, onde suas escolhas profissionais eram questionadas por colegas e por estudantes de outros cursos, por não serem “apropriadas” ou “adequadas” às mulheres. Segundo Ana Alice, “os alunos de outros cursos recriminavam o fato da gente fazer eletrotécnica e sempre reclamavam: eletrotécnica não é pra mulher. Você não pode fazer eletrotécnica” (22.03.2016).

Os comentários, muitas vezes, as deixavam inseguras e as colocavam na condição de questionar suas próprias escolhas profissionais. Nesse ambiente de visíveis diferenças e, principalmente, desigualdades, era evidente para essas mulheres uma separação determinada pelo gênero, que apontava os cursos mais apropriados para mulheres e aqueles que elas “não deveriam” ou “não podiam” cursar, por serem adequados aos homens.

Nesses aspectos destaco depoimentos como:

Os meninos sempre perguntavam: “por que você não vem pra Química? Esse sim é um curso para mulher.” (Francisca, 29.04.2016)

Na escola às vezes perguntavam por que nós não tínhamos ido fazer Instrumentação. Achavam que deveríamos ter escolhido Instrumentação que era um curso mais pra mulheres. Também Química era um curso com muitas mulheres e era a menina dos olhos da Escola, então as pessoas às vezes perguntavam porque não estávamos fazendo Química. (Zahidé, 05.04.2016)

A designação do curso de Química como o mais adequado para as mulheres permeia o universo da escola, naquele contexto. As próprias estudantes desse curso, também ouvidas no desenvolvimento da pesquisa, reconhecem que a formação em química era a decisão mais adequada e apropriada para as mulheres que começavam acessar a formação técnico-industrial.

Para a química Edith, “o curso que tinha um perfil que mais se encaixava ao feminino, era o curso de química e, por isso, era um dos que mais tinha mulheres”.

Maria Luiza, também estudante de química, na década de 1970, define como “notável” a distinção desse curso em relação a outros cursos da ETFBA, no que diz respeito ao gênero, pois todos entendiam “que esse era um curso feminino, onde as mulheres deveriam e poderiam estar sem serem discriminadas. A sociedade compreendia e até respeitava que nós meninas fizéssemos química, mas outros cursos não”.

Peculiar, nesse sentido, me pareceu o depoimento de Ana Alice, sobre a forma como os cursos eram hierarquizados pela comunidade escolar e pelas pessoas que questionavam suas escolhas profissionais. Sob uma ótica generificada de sociedade e trabalho, essas pessoas impunham os cursos/profissões que mais serviam e poderiam ser acessados por mulheres.

A partir de determinado momento quando me perguntavam que curso eu fazia na escola técnica eu dizia: Química. Ai ficava todo mundo feliz e diziam “Que bom! Química é muito bom!”. Todo mundo ficava feliz e eu dizia: Meu Deus do céu porque eu não fiz Química? Porque eu não optei por Química? (Ana Alice, 22.03.2016)

## **FORMAÇÃO TÉCNICO-INDUSTRIAL, PROFISSÃO PROFESSORA: A GUIA DE CONCLUSÃO.**

No que diz respeito à colocação dessas mulheres no mercado de trabalho, o peso de ser mulher torna evidente quando, ainda estudantes, necessitavam realizar o estágio curricular. Coerente com o contexto econômico do estado, a ampliação da oferta de estágios e de postos de trabalhos, nas empresas do Polo de Camaçari e nas estatais que se instalavam na cidade de Salvador e em sua Região Metropolitana, é apresentada como uma realidade vivenciada pelos estudantes da ETFBA. Seus relatos, entretanto, são representativos das dificuldades que enfrentavam para acessarem aos postos de estágios e trabalhos, em função das evidentes restrições de gênero. Para Zahidé, por exemplo, a larga oferta deixava os estudantes indecisos na escolha pela empresa, mas as meninas não tinham chance, as vagas já vinham com designações: “só para homens”.

Leolinda também aponta a abundância de vagas para estágio e emprego e, como as demais, reconhece que os homens eram os favorecidos, constatando a dificuldade enfrentada pelas meninas para conseguirem estágio interessante. Segundo ela, “tinha muitas vagas, mas as vagas boas de estágio e trabalho que chegavam à escola eram para os homens. Pra gente era difícil”.

Ao narrar sobre os problemas enfrentados como estudantes de uma escola majoritariamente masculina, as mulheres entrevistadas apresentam os obstáculos que tiveram que romper para se impor como profissionais e demonstrarem a competência que, por vezes, negavam que tivessem. Como já analisado anteriormente, ao serem tratadas como inferiores e incapazes, se sentiram na triste condição de duvidarem da própria competência, chegando a questionar a escolha da profissão.

As raras oportunidades de estágio surgiam unicamente nos setores menos valorizados e, por isso, não ocupados pelos colegas. A necessidade imposta pelo regulamento institucional e o desejo de atuar em suas áreas profissionais lhes levavam a assumir postos que não condiziam com as habilidades adquiridas no processo formativo. Assim, se viram na condição de exclusão e principalmente de constante questionamento de suas competências, pelo único e declarado fato de serem mulheres.

Quando chegávamos nas empresas as pessoas responsáveis olhavam como que meio assustadas: “mulher agora aqui?” A sensação que tínhamos era que ninguém acreditava em nós como profissionais e, nitidamente, não confiavam na nossa capacidade técnica. (Francisca, 29.04.2016)

Vaga na indústria para as mulheres só aparecia nos laboratórios. Achavam que nós não tínhamos a capacidade de suportar a queimadura dos fornos, o peso dos equipamentos. (...) Alegavam a “fragilidade da mulher” e aí não nos absorviam, a não ser que quiséssemos nos laboratórios. (Luiza, 26-04-2016)

Na década de 1970, mantinham-se praticamente inabaláveis as ideologias de gênero, sustentadora de concepções patriarcais, que designam às mulheres a responsabilidade pelas atividades ligadas à reprodução, limitando o ingresso e permanência das mulheres no mercado de trabalho. Para Souza-Lobo (1991), a divisão sexual do trabalho se manifesta de forma desigual em termos de oportunidade de acesso, pois adquire formas conjunturais e históricas, revelando-se em diferentes estâncias da vida social e como prática social ou princípio organizador da desigualdade no trabalho.

Iracema Guimarães e Nadya Castro (1987), a partir da análise de dados obtidos em censos demográficos entre as décadas de 1950 e 1980, demonstram a ocorrência de uma ampliação da participação feminina no mercado de trabalho no estado da Bahia. Entretanto, as autoras identificam que as mulheres ainda representavam parcela pequena da população ativa e encontravam-se, principalmente, localizadas no setor de serviços, ao contrário dos homens, cuja maioria expressiva alocava-se na esfera da produção.

Ratificando o perfil de gênero da profissionalização e do mundo trabalho, essa realidade impôs redefinições às mulheres que buscavam qualificação técnica, nesse período. A exclusão

da profissão escolhida e conquistada com muita dificuldade determinou outro caminho profissional para as estudantes que concluíam os cursos de Eletrotécnica, Mecânica e Metalurgia na ETFBA, na década de 1970: se as empresas não contratavam mulheres, a escola que as qualificara lhes oferecia a oportunidade de utilizar seus conhecimentos técnicos exercendo a profissão docente. De acordo com seus relatos:

As empresas não contratavam mulheres. Na minha turma ninguém foi trabalhar na nossa área, fora nós que ficamos na Escola, como auxiliares de ensino. Nenhuma mulher da minha turma foi pra indústria na área, ninguém seguiu a carreira de metalurgia, todas foram pra outra área. Os homens eram empregados logo, mas as mulheres não conseguiam. (Zahidé, 05.04.2016)

Os elementos que explicam a gente ter se tornado auxiliar na escola técnica foi mesmo a discriminação no mercado de trabalho. (Ana Alice, 22.03.2016)

A profissão docente, iniciada na função de auxiliar de ensino, designou para essas meninas, recém-formadas técnicas industriais em eletrotécnica, metalurgia e mecânica, um espaço de afirmação profissional em suas áreas de formação. Não havia, no processo formativo, uma determinação desse caminho e não houve, no contexto da decisão, uma escolha, mas sim uma imposição circunstancial que as mobilizaram nessa direção. Para elas,

não foi uma determinação, tão pouco foi algo que a gente escolhesse por pretender ficar na escola mesmo. A decisão pela Escola Técnica foi por ter a certeza de que, imediatamente, a gente poderia se sustentar. (Leolinda, 05.05.2016)

Eu não queria ficar como professora, eu queria ir pra indústria, mas se a gente não conseguia vagas. Minha opção foi unicamente por conta do mercado fechado, se tivesse vaga eu não ia ser professora não. Foi por isso que fiquei na escola, não foi por outra coisa. Se tivesse mercado de trabalho não teria ficado não (...) eu preferia ir pra indústria. (Luiza, 26-04-2016)

Embora apresentada como circunstancial pelas estudantes ouvidas, essa redefinição de carreira encontra respaldo histórico e cultural na forma como as mulheres brasileiras iniciaram seu processo de formação. Desde o final do século XIX e início do XX, a profissão “permitida” e “aceitável” para as mulheres era o magistério, única capaz de permitir a conciliação com o tradicional e enraizado papel da mulher e seus afazeres domésticos. O período em que as estudantes tiveram acesso à ETFBA a profissionalização, seja de nível técnico ou superior, ainda era fortemente marcada pela predominância masculina em determinadas áreas e pela designação de que cabia às mulheres, ocupações ligadas a sua “natural” propensão ao cuidado e ao atendimento aos outros.

Historicamente, construiu-se a ideia de que as profissões adequadas ao perfil feminino são aquelas que permitem estender os papéis de mães, tornando-se educadoras incumbidas de transmitir a cultura ou servidoras dedicadas ao atendimento aos outros. Em outras palavras, aquelas profissões consideradas convenientes à biológica função de procriadora e aos papéis sociais de esposa e mãe. (PASSOS, 1997).

Isso explica, em grande parte, a forma como os espaços de formação técnica, na década de 1970 e, em menor grau, mas também existentes nos dias de hoje, reproduzem a tendência generificada que caracteriza o mundo do trabalho. Um bom exemplo disso pode ser representado pelo perfil masculinizado das engenharias e feminizado de profissões das áreas da educação e da saúde, principalmente dos cursos de licenciaturas, pedagogia, psicologia e enfermagem, em grande parte das instituições de ensino superior do Brasil, na atualidade.

## REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina. “Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: O trabalho da mulher no Brasil e nas Regiões Nordeste e Sudeste na década de oitenta”. IN: CFEMEA/ELAS, *Em busca da igualdade: Discriminação positiva, ações afirmativas*. Brasília: CFEMEA: São Paulo: ELAS, 1996.

GUIMARÃES, Iracema B.; CASTRO, Nádyá. O que que a baiana faz? *Caderno CRH*, Salvador, n. 5, 1987.

GUIMARÃES, Iracema B. Famílias, relações de gênero e experiências femininas no trabalho. *Cadernos CRH*, Salvador, n.16, p.51-64, jan/jul, 1992.

\_\_\_\_\_. Desigualdades de classe e de gênero: mudanças e permanências. In: COSTA, Ana Alice A. e ALVES, Ivya I. (Org.) *Ritos, Mitos e Fatos: Mulher e gênero na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 1997, pp 39-54.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Bontempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 1994.

PASSOS, Elizete Silva. Presença feminina nos cursos de Graduação da \universidade Federal da Bahia. In: COSTA, Ana Alice A.; ALVES, Ivya I. (Orgs) *Ritos, Mitos e fatos: Mulher e Gênero na Bahia*. Coleção Bahianas. Salvador: NEIM/UFBA, 1997, pp. 135-150.

PACHECO, Ana Claudia L. Uma caracterização do trabalho feminino no Polo Petroquímico de Camaçari – Ba. In: COSTA, Ana Alice A. e ALVES, Ivya I. (Org.) *Ritos, Mitos e Fatos: Mulher e gênero na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 1997, pp 55-62.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

# CAPÍTULO 16

DOI: 10.47402/ed.ep.c202169215608

## ESTUDOS SOBRE A MEMÓRIA ORGANIZACIONAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

**Tatiane Peres Zawaski**, Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais, UNILASALLE, Professora de Língua Portuguesa e Literatura, Colégio Marista Pio XII  
**Patrícia Kayser Vargas Mangan**, Professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais e Diretora de pesquisa e Pós-graduação Stricto Sensu, Universidade La Salle

### RESUMO

Em tempos voláteis, de constantes transformações, atenta-se para formas de preservação de aprendizagens e experiências construídas ao longo dos anos. É nessa perspectiva que a memória organizacional vem ganhando destaque, sendo fonte de muitas contribuições, já que preserva trajetórias e histórias que constituem a identidade da instituição e contribui para a construção da identidade dos profissionais que nela desenvolvem suas atividades profissionais. O presente artigo objetiva investigar quais são os estudos sobre a memória organizacional, no campo educacional, nos últimos anos (2015-2021), atentando para os autores que embasam as pesquisas, assim como os achados dessas no que tange ao tema nas instituições de ensino, a partir de uma revisão sistemática (GALVÃO E RICARTE, 2019). As opções teórico-metodológicas partem dos estudos de Marchi e Borges (2017), Molina e Valentin (2013), Telles Filho, Karawejczyk e Borges (2014) e Walsh e Ungson (1991). Os dados analisados permitem observar que estudos da memória organizacional, em contextos escolares, são pouco expressivos, sendo necessárias abordagens a partir da temática, pois a recuperação dos dados serve de conhecimento da organização. Ademais, a memória organizacional é produtora de conhecimento, a partir da experiência de todos que fazem parte da instituição, atentando ao individual e ao coletivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Organizacional. Instituição. Ensino. Experiência.

### INTRODUÇÃO

Estudos sobre a memória organizacional (MO) vem ganhando mais destaque com o transcorrer dos anos, principalmente, em tempos voláteis, cujas transformações emergem a cada dia nos contextos de vida e de trabalho. Com vistas a preservar a memória das instituições, corrobora-se com Molina e Valentin (2013), entendendo a necessidade de criar uma estrutura que possibilite registrar, preservar e disseminar o conhecimento como forma de preservação de uma identidade que fora construída durante todo o percurso de sua existência.

Independente da área de atuação, muitos processos perpassam por aprendizagens e experiências construídas ao longo dos anos. Fatores que deram ou não certo, tendem a deixar

ensinamentos, que delineiam caminhos a serem tomados no futuro. Pensando nessas experiências e nos sujeitos como “sujeitos de experiência” (LARROSA, 2018)<sup>48</sup>, compreende-se que a memória organizacional (MO) tem funções claras e efetivas de preservação dessa trajetória, da qual uma multiplicidade de colaboradores faz e fez parte, tendo deixado um legado de aprendizagens, e construído a identidade institucional, por isso a memória é tão fundamental nesse constructo.

A partir de uma revisão sistemática (GALVÃO E RICARTE, 2019), o presente artigo tem como objetivo investigar quais são os estudos sobre a memória organizacional, no campo educacional, nos últimos anos (2015-2021), atentando para os autores que embasam as pesquisas, assim como os achados dessas no que tange ao tema nas instituições de ensino. Assim, realizou-se uma pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no Portal de Periódicos da Capes e no ICAO – Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos, entre os anos de 2015 e 2021, pesquisas com essa temática, a partir da inserção dos termos “memória organizacional”. A seguir, serão apresentados o referencial teórico, a metodologia de pesquisa, bem como os resultados desta busca, seguidos da discussão e das considerações finais.

## **1 MEMÓRIA ORGANIZACIONAL: DISCUSSÕES À LUZ DOS ACHADOS DA PESQUISA**

Em linhas gerais, analisando o quadro 01, disposto nas estratégias metodológicas deste estudo, observa-se que as cinco das seis pesquisas retratadas compreendem Programas de Pós-Graduação da região sul, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Outro fator intrigante é que nenhuma delas foi desenvolvida em Programas de Pós-Graduação em Educação, mas na Engenharia, Administração e Memória Social, área potente para as discussões inerentes ao tema.

Constata-se uma multiplicidade de literaturas, porém, no conceito geral de memória as contribuições de Halbwachs ganham maior força, já que a maioria dos autores inicia sua elucidação a partir dessas linhas gerais e, posteriormente, discorre sobre os conceitos da MO. Quanto à memória organizacional, percebe-se que Walsh e Ungson trazem as maiores contribuições, ainda assim, alguns pesquisadores não se detêm nesses conceitos, cujas reflexões

---

<sup>48</sup> Larrosa (2015) introduz o termo “sujeitos da experiência” atentando aos territórios de passagem que envolve tudo o que nos afeta, deixa marcas, vestígios e efeitos, ou seja, aquilo que fica em nossa memória. Assim, a experiência é vista pelo autor como tudo o que nos acontece, em que o sujeito de experiências tem um lugar de acontecimentos, não sendo passivo, mas ativo neste constructo.



são potentes para definições de linhas a serem seguidas, e, também, conceitos que embasam suas pesquisas, já que os autores são precursores na temática.

Corroboro com os pesquisadores que aludem a quantidade de estudiosos que tratam sobre a MO, entretanto, a literatura traz algumas abordagens primordiais para todos que pretendem ingressar neste profícuo campo de estudos, sendo necessária uma abordagem mais clara dos teóricos que tratam do referido tema. Na imagem abaixo, há um breve esboço que serve de referência, assim como aporte teórico para pensar nos estudos da memória organizacional.

A memória organizacional pode ser compreendida como um acúmulo de experiências da/para vida, proporcionando ressignificações sobre as organizações. Podemos pensá-la à luz de cinco grandes estudiosos cujas contribuições ora semelhantes, outras um pouco distantes, possibilitam que cada um construa suas relações e interprete-a a partir de seus focos de pesquisa.

Walsh e Ungson (1991)<sup>49</sup> destacam a importância da preservação do passado, mesmo com a saída de membros, por isso tratam os três imperativos para a consideração da MO, sendo eles a aquisição da informação (forma como ela é adquirida, armazenada e recuperada), a retenção da informação (o local da MO) e, por fim, a recuperação da informação (ressignificações para busca de resultados). Aqui compreendemos que as memórias são advindas das pessoas que fazem/fizeram parte da organização, de forma que todas contribuem para a construção da identidade da instituição.

Stein (1995)<sup>50</sup> também discorre sobre os mesmos processos de informação, ainda assim, traz outras contribuições, como algumas razões que amparam o conceito da memória organizacional, a partir da riqueza de dados, teorias de gestão e da relevância de práticas gerenciais. Outrossim, ressalta-se que os conhecimentos do passado são importantes para ações presentes e futuras, tendo em vista os ensinamentos que se perpetuam no tempo e servem de aporte para decisões.

Conklin (2001)<sup>51</sup> traz profícuas reflexões, discorrendo sobre os conceitos criados pelas pessoas que trabalham na organização e esses podem ser formais (documentos, livros e cursos), assim como o informal (decisões, dúvidas e histórias). Ambos, formais e informais, são

---

<sup>49</sup> Conceitos presentes em TELLES FILHO, T. S.; KARAWEJCZYK, T. C.; BORGES, M. L.. **Memória organizacional**: construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. In: VIII Eneo, 2014, Gramado. VIII Encontro de estudos organizacionais. Rio de Janeiro: Anpad, 2014. v. 1. p. 12-24.

<sup>50</sup> Idem a nota 2.

<sup>51</sup> Idem a nota 2.

essenciais para o conhecimento efetivo da organização, por meio dele não só se acumula, mas compartilha, de forma que a história é importante para que documentos não sejam elementos vazios, mas parta de uma contextualização viva e repleta de experiências reais.

Na concepção de O'Toole (1999)<sup>52</sup> a memória organizacional relaciona-se às lembranças da organização, por isso, há uma relação com informações e conhecimentos de cada indivíduo e do grupo em si. Ele aponta estruturas de retenção, destacando pessoas, rotinas, estruturas, ambiente, arquivos e a própria cultura da organização.

Por fim, Lehner e Maier (2000)<sup>53</sup> defendem que a memória organizacional é primordial para o conhecimento da organização, advinda de uma memória humana, já que a empresa é desenvolvida por meio das pessoas que nela habitam. Segundo os autores, sempre que necessário, as memórias podem ser recuperadas, já que armazenam experiências, assim, a aprendizagem está associada às memórias, na visão deles.

Nesse sentido, corrobora-se com Marchi e Borges (2017), entendendo a memória organizacional como fundamental para a tomada de decisões da organização. Além disso, vejo que a memória organizacional possibilita o entendimento dos motivos que se perpetuam culturas, principalmente nas instituições de ensino, que fidelizam práticas de ensinar e aprender arraigadas em sua cultura, da qual as memórias são fontes de estudo, porém, como comprovado por meio desta pesquisa sistêmica, ainda pouco aproveitadas, sendo um campo a ser explorado em tempos vindouros.

Jasimuddin, Connell e Klein (2008), participam da importância dos registros do passado nas organizações, já que eles podem ser fonte de conhecimento delas. Os autores chamam a atenção para os inúmeros locais organizacionais que residem as memórias, sendo que elas agem no futuro da organização, por isso, a importância deste estudo, firmando, mais uma vez, a visão dos pesquisadores supracitados. Dessa forma, trabalhar em quaisquer contextos e públicos que envolvam sua participação na organização cabe uma reflexão, mesmo que breve, sobre a MO, já que os fazeres, principalmente educacionais, estão arraigados a partir de conexões passadas, vivas nas práticas presentes e futuras.

---

<sup>52</sup> Idem a nota 2.

<sup>53</sup> Idem a nota 2.

## 2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A fim de investigar os estudos que vêm sendo realizados sobre a memória organizacional, no campo educacional, atentando para os autores que embasam as pesquisas, assim como os achados dessas no que tange ao tema nas instituições de ensino, realizou-se uma revisão sistemática, a partir de uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes, no Portal de Periódicos da Capes e no ICAP – Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos, a partir do descritor “memória organizacional” e “organizational memory”. Para trazer uma perspectiva mais atual da pesquisa, a opção foi investigar, delimitando, também, um período de busca, compreendendo os últimos cinco anos (2015-2021).

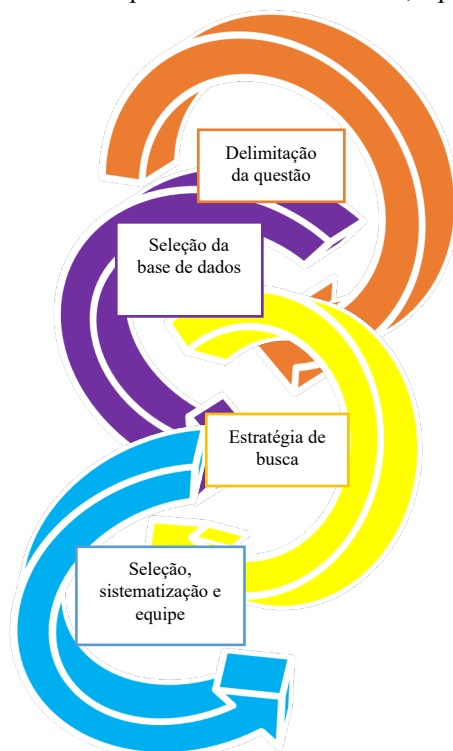
A revisão sistemática, na visão de Galvão e Ricarte (2019), compreende uma modalidade de pesquisa que visa entender a lógica em um determinado *corpus* documental. Na concepção desses autores, ela tende a reproduzir, a partir de outros pesquisadores, dados que foram consultados, assim como estratégias de busca e a seleção dos referenciais abordados por eles.

Galvão e Ricarte (2019) destacam que a revisão sistemática é uma pesquisa científica, assim sendo, ela é composta por objetivos, problemas de pesquisa, metodologia, resultados e conclusão. Para Siddaway, Wood e Hedges (2019) a revisão sistemática compreende classificações, sendo elas revisões sistemáticas com meta-análise, revisões sistemáticas narrativas e revisões sistemáticas com meta-síntese.

Analisando as modalidades expressas pelos autores, optou-se neste estudo, a revisão sistemática meta-síntese (SIDDWAY; WOOD; HEDGES, 2019), sendo que ela é de cunho qualitativo, com vistas a sintetizar estudos, a fim de localizar temas, conceitos ou teorias que forneçam dados para pesquisas futuras, por meio da análise. Tendo em vista o objetivo deste artigo, a opção ganha maior respaldo, já que o propósito é o fornecimento de reflexões sobre estudos da memória organizacional em instituições de ensino.

Como dito anteriormente, a revisão sistemática tem fins específicos, por isso, cabe aos pesquisadores atentar a uma sequência de etapas para a consolidação desta pesquisa. Aqui far-se-á uso das etapas propostas por Galvão e Ricarte (2019), compreendendo as etapas apresentadas na figura 01, disposta a seguir.

Figura 01 – Etapas da revisão sistemática, a partir de Galvão e Ricarte (2019)



Fonte: Autoria própria (2021).

Como exposto acima, a revisão sistemática compreende etapas, sendo elas: a) Delimitação da questão: momento em que o pesquisador delimita objetivos e questões de pesquisa; b) Seleção das bases de dados: definição das bases de dados em que serão consultados os artigos.; c) Elaboração da estratégia de busca: seleção de termo, ou termos a serem inseridos nos campos de busca, assim como a opção de uso ou não de operadores booleanos; d) Seleção, sistematização e equipe: formulação de um sistema de análise, com leituras de títulos, resumos e, após a escolha a análise das partes pertinentes que respondam a questão de pesquisa.

Na sequência serão abordadas, de forma sucinta, as etapas sistematizadas neste estudo, a fim de conferir os resultados das pesquisas sobre a memória organizacional em instituições de ensino. Como realizou-se a busca em três bancos distintos, abordar-se-á cada um e, no final, uma síntese dos estudos encontrados na última etapa.

No Portal de Periódicos da Capes/Mec, com o termo “memória organizacional”, foram encontrados, em um primeiro momento, setecentos e noventa e quatro artigos. Ao ser realizada a seleção, sistematização e equipe (GALVÃO E RICARTE, 2019), constatou-se que os estudos foram desenvolvidos em empresas diversas, menos no campo educacional. Com vistas a delimitar este campo, optou-se por inserir o termo “memória organizacional” associado ao

operador booleano AND e o termo “escola”. Desses quarenta e três estudos foram encontrados, entretanto, nenhum deles havia desenvolvido a pesquisa no campo educacional.

O mesmo ocorreu quando inserido o termo “organizational memory” AND “school”, de forma que os mesmos estudos foram encontrados neste banco de dados. As referências inerentes ao campo da educação não foram localizadas, já que as pesquisas foram aplicadas em diversos locais, sendo: bancos, empresas estatais, prefeituras, estádios de futebol, incubadoras, multinacionais, enfim, todas no ramo empresarial e não educacional.

Com vistas a seguir os caminhos investigativos, optou-se por investigar no ICAP, utilizando, assim, os mesmos termos inseridos anteriormente. O banco localizou trinta e três registros, contudo, nenhum deles em organizações educacionais, apenas em indústrias, comércios, setores alimentícios familiares entre outras.

Tendo em vista a ausência de publicações inerentes à memória organizacional em instituições de ensino, nos dois periódicos supracitados, ampliou-se a pesquisa, sendo realizada uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Em um primeiro momento foram encontradas cinquenta e nove pesquisas sobre o tema, sendo uma na área da saúde, uma na área das ciências humanas, trinta e sete nas ciências sociais aplicadas, duas nas engenharias e vinte e uma no campo multidisciplinar. Tendo em vista o campo de estudos da pesquisadora na área educacional, optou-se por analisar apenas as investigações que o compreendessem. Assim, por meio da seleção, sistematização e equipe (GALVÃO E RICARTE, 2019), foi dado o início da seleção dos materiais para análise.

Realizada a análise das cinquenta e nove pesquisas, foram selecionadas seis, levando em consideração, neste primeiro momento, o campo investigativo, instituições de ensino, sem delimitar se educação básica ou superior, nem rede pública ou privadas, já que o índice de recolha não contemplou um número significativo e, após a análise, percebeu-se que a educação básica estava com déficit em pesquisas sobre a temática. Dada a importância do tema, já discutida por Walsh e Ungson (1991), que a compreende como uma possibilidade de compreensão da organização, é surpreendente o baixo número de pesquisas na atualidade, principalmente, quando se remete às constantes transformações, em especial, nesses últimos anos, em que discussões se acirram em torno de metodologias, assim como os processos de formação docente.

O quadro a seguir expressa os estudos que serão abordados na sequência, com informações pertinentes para uma análise mais profícua em relação ao tempo-espaço da pesquisa.

Quadro 01 – Estudos para análise sobre memória organizacional nas instituições de ensino

AUTOR(A)	ANO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	Mestrado (M) Doutorado (D)	REFERENCIAIS
KAWAMOTO, Márcia Hiroko	2020	PPGGCO – Unicesumar – Maringá/PR	Dissertação (M)	Lehner e Maier (2000), Hatami, Galliers e Huang (2003), Walsh e Ungson (1991), Minioli e Silva (2013)
CEMIN, Xenia.	2018	PPG Engenharia – UFSC – Florianópolis/SC	Dissertação (M)	Molina (2013), Almeida (2006), Stein e Zwass (1995), Walsh e Ungson (1991).
BEUX, Cláudia Freire	2018	PPGMSMC – Unilasalle Canoas/RS	Dissertação (M)	Halbwachs (1990), Rowlinson, et al. (2010) e Telles Filho, et al. (2014)
DORNELLES, Anália Kniest	2017	PPGMSMC – Unilasalle Canoas/RS	Dissertação (M)	Halbwachs (2006), Pollack (1992), Walsh e Ungson (1991), Bellotto (2004)
NASCIMENTOS, Nelson Macedo do.	2016	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – FGV/Rio de Janeiro	Dissertação (M)	Halbwachs (2006), Giron (2000), Yagui (2003), Pollak (1989, 1992).
GEHRMANN, Simoni Sintia Schroeder	2015	PPG Engenharia – Unisociesc – Joinville/SC	Dissertação (M)	Molina e Valentim (2011), Le Goff (2003), Costa (1997), Magnani (2004), Conklin (2001), Borges (2012).

Fonte: Autoria própria (2021).

A seguir, uma breve análise será feita quanto aos autores que embasam o campo referencial, assim como os achados dos pesquisadores. Cabe ressaltar que o número restrito de estudos advém do campo de pesquisa, área educacional, contexto em que a pesquisadora atua e realiza seus estudos.

### 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Em Kawamoto (2020) a abordagem sobre a memória organizacional é discutida sobre a luz da gestão do conhecimento da organização e dos fundamentos de Hatami, Galliers e Hauang (2003), já que os autores a entendem como instrumento de retenção do conhecimento da organização. A memória organizacional é definida a partir dos estudos de Walsh e Ungson (1991), enquanto elemento de recuperação do passado para decisões futuras. Nesse sentido, a pesquisadora entende a memória como preservação, armazenamento e disponibilização do aprendizado.

Após discorrer sobre esses conceitos, de forma sutil, ela remete-se à memória organizacional nos contextos escolares, concebendo-a como um registro de práticas, assim como do conhecimento pedagógico construído num espaço-tempo. Kawamoto (2020) chama a atenção para as práticas ignoradas, advindas da ausência de educadores, assim como de registros que não possibilitam reflexões futuras. Para uma melhor compreensão, ela ilustra a memória organizacional das instituições, a partir de uma figura denominada “Processo de Memória Organizacional” (KAWAMOTO, 2020, p. 27), da qual baseia-se no conhecimento capturado, construído, usado, organizado, disseminado e compartilhado.

Cemin (2018) reflete o tema a partir da premissa de que por meio da MO os conhecimentos são mantidos, a partir de experiências passadas, inclusive de colaboradores afastados das instituições. São tecidas referências a partir dos estudos de Walsh e Ungson, já que percebem o conceito da memória como limitado e fragmentado, em especial, nas organizações, que necessitam intensificar os estudos empíricos, bem como a compreensão da memória organizacional.

A pesquisadora discorre sobre as diversas definições da memória organizacional, a partir de uma quantidade de pesquisadores que se esforçam em compreendê-la, conforme apresentado no quadro 8, intitulado “Definições da memória organizacional” (CEMIN, 2018, p. 45). Constatam-se no quadro a multiplicidade de conceitos da MO, sendo que a maior concentração está na capacidade de organização quanto ao armazenamento de informações do passado (experiência).

Beux (2018) inicia seu discurso atentando para a temática da memória enquanto multidisciplinar, comportando, assim, diversas abordagens. Num primeiro momento é traçada a referência da memória, a partir de Graebin e Halbwachs. Na sequência, aborda a memória organizacional a partir dos estudos de Telles Filho, que a concebe com um conceito

polissêmico, já que abarca a gestão do conhecimento, cultura e aprendizagem organizacional e engenharia do conhecimento.

A pesquisadora também atenua o tema na visão de Walsh e Ungson, compreendendo-a como um reduto de armazenamento de informações do passado, alojadas na coletividade e em uma cultura. Beux (2018) discorre sobre os locais corporativos onde podem ser registradas essas memórias e compartilhadas, sendo bibliografias, livros, fotos, calendários, datas comemorativas, entre outros.

Em Dornelles (2017) encontramos as primeiras aspirações sobre a memória social à luz da teoria de Halbwachs, principalmente no que tange a memória coletiva, e o processo de recuperação e recordação que balizam os estudos presentes em sua dissertação. Pollack também é explorado no que inserem as lembranças e ao acesso da memória em sua formação mais individualizada.

Na sequência trabalha a MO a partir de Freire, Rowlinson e Walsh e Ungson, principalmente este último o qual ela traz a conceituação de aquisição, retenção e recuperação da informação. Ela atenta para a memória organizacional como além de acumulação, mas a preservação do conhecimento e compartilhamento com um grupo. As experiências são indispensáveis, segundo a pesquisadora, já que essas memórias são a manutenção da identidade da instituição.

Nascimentos (2016) discorre os estudos da memória organizacional, primeiramente, com os conceitos de Halbwachs, diferenciando a memória individual da coletiva. Após, discorre sobre as experiências na visão de Spiller e Pontes e da MO como produtora de um ambiente favorável ao compartilhamento de conhecimentos gerados por todos os envolvidos dentro da instituição.

Utiliza Costa para tratar das memórias historiográficas da instituição, assim como Pollak com a abordagem das funções da memória sendo a defesa do que é comum a um determinado grupo. Salienta a importância de os gestores estarem atentos ao que deve ser lembrado e esquecido, já que essas lembranças não são, para ele, um processo unilateral.

Por fim, Gehrman (2015) trabalha a memória organizacional a partir de Conklin entendendo-a como captura, organização, disseminação e reuso do conhecimento. Ele insere-se ao proposto por Borges, não unificando uma definição para a MO, já que segundo a pesquisadora, a literatura diversa traz contribuições distintas e importantes, mas acaba não se detendo a nenhuma, especificamente.



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, no decorrer desta análise sistemática, estudos sobre a memória organizacional são de grande relevância, principalmente pelo fato de que experiências passadas podem ser compartilhadas e refletidas na busca de decisões presentes e futuras. Há um repositório de informações, assim como inúmeros testemunhos que compõem a história organizacional, dos quais reflexões tendem a ser profícuas para um melhor entendimento de ações que se perpetuam dentro das organizações.

Outro fator em destaque é que o número de estudos sobre a memória organizacional, principalmente em contextos escolares, ainda é pouco expressivo, sendo de grande valia aumentarmos este repertório, já que é um campo que podemos aliar a outros estudos, como experiências e práticas docentes. A análise sistemática comprova essa evidência, pois em dois periódicos não foram encontrados estudos sobre o tema em evidência, e, no responsório da CAPES, dos cinquenta e nove estudos, apenas seis referem-se ao contexto educacional, sendo que nenhum retrata a educação básica.

Nesse sentido, pensar na memória organizacional é muito instigante, assim como ampliar o debate sobre ela se faz necessário, já que todas as organizações possuem memórias que possibilitam campos investigativos muito potentes. Assim, corrobora-se com Telles, Karawejczyk e Borges (2014), quanto ao entendimento da necessidade de que se compreenda o tema de como as organizações adquirem e recuperam sua memória. Por isso, novas discussões proporcionam novos rumos, novas inquições e ponderações.

Ademais, pode-se elencar algumas premissas que justificam ainda mais a necessidade de ampliação deste campo de estudos na área da educação, sendo elas:

a) A Memória Organizacional como possibilidade de armazenamento e de recuperação de dados que servem de conhecimento da organização e do contexto escolar.

b) A Memória Organizacional como viabilizadora do aprendizado da escola, assim como produtora de conhecimento, por meio da experiência dos envolvidos (setores administrativo, pedagógico e docente).

c) A Memória Organizacional, mesmo partindo da coletividade, atenta ao individual, dando voz aos colaboradores e atenta às suas memórias como forma de aprendizagem.

Por se apresentar como um tema instigante, pesquisas sobre a memória organizacional, no campo educacional, necessitam ser mais exploradas, a fim de que novas descobertas sejam

propiciadas. Ao se tratar de memórias docentes, de práticas e de estudos que tratem deste contexto, o campo da memória organizacional serve de grande aporte, já que é uma possibilidade de respostas a muitos questionamentos.

## REFERÊNCIAS

BEUX, Claudia Freire. **A memória organizacional no relatório de gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no período de 2008 a 2016**. Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais). 155fl. Universidade La Salle, Canoas, 2018.

CEMINM, Xênia. **Sistemas de memória organizacional: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. 135 p. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2018.

DORNELLES, Analia Kniest. **A memória organizacional dos projetos e atividades culturais da UFRGS entre 2009 e 2015**. Dissertação (Mestrado). 173 fl. Centro Universitário La Salle. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Canoas: 2017.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação**. LOGEION Filosofia da Informação. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set.2019/fev.2020.

GEHRMANN, Simony Sintia Schroeder. **Modelo avaliativo da relação entre memória organizacional e aprendizagem organizacional para instituições de ensino superior**. Dissertação (Mestrado). 181 fl. Centro Universitário SOCIESC. Programa de Pós-Graduação em Engenharia. Joinville, 2015.

JASIMUDDIN, S.M., CONNEL. N.A.D., KLEIN, J.H. Understanding organizational memory. In: JENNEX, M.E. **Knowledge Management: concepts, methodologies, tools and applications**. London: IGI Global, 2008.

KAWAMOTO, Márcia Hiroko. **Memória organizacional no espaço escolar de sistema prisional**. Dissertação (mestrado) – UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações, Maringá-PR: UniCesumar, 2020.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre a experiência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LIMA, M. S de; SOARES, B. GO; BACALTCHUK, J. **Psiquiatria baseada em evidências**. **Rev. Bras. Psiquiatr.** São Paulo, v. 22, n.3, p. 142-146, Sept. 2000.

MARCHI, A; BORGES, M. **Memória, Cultura e Aprendizagem Organizacional: Mudar Para Que?** Canoas: Editora Unilasalle, 2017.

MOLINA, Leticia Gorri; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. **Memória organizacional como estratégia de preservação e acesso à informação**. In.: II Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória, Recife, 2013.

NACIMENTO, Nelson Macedo do. **Mudança estratégica e memória organizacional**: estudo de caso em universidade corporativa. Dissertação (mestrado). 91 fl. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2016.

SIDDAWAY, A. P.; WOOD, A. M.; HEDGES, L. V. **How to do a systematic review**: a best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta-syntheses. **Annual Review of Psychology**, v. 70, n. 1, p. 747–770, 2019.

TELLES FILHO, T. S.; KARAWEJCZYK, T. C.; BORGES, M. L. **Memória organizacional**: construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. In: VIII Eneo, 2014, Gramado. VIII Encontro de estudos organizacionais. Rio de Janeiro: Anpad, 2014. v. 1. p. 12-24.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational memory. **Academic of Managment Review**, v. 16, n. 1, p. 57-91, 1991.

# CAPÍTULO 17

DOI: 10.47402/ed.ep.c202169316608

## INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES

**Fábio José de Souza**, Mestre em Direito Constitucional e Professor de Relações Internacionais, Unisagrado

**Marcelo Carulo Cabral Mendonça**, Graduando em Relações Internacionais, Unisagrado

**Sabrina Batista Hama**, Graduanda em Relações Internacionais, Unisagrado

**Thatiane Gabrielle Bôscoa**, Graduanda em Relações Internacionais, Unisagrado

### RESUMO

Com a Revolução Francesa de 1789, os princípios de “liberdade, igualdade e fraternidade” preparavam o ponta pé inicial para a inserção dos direitos humanos nos mais diversos âmbitos sociais, políticos e civis. No Brasil, a partir da colonização portuguesa e da evangelização católica, as múltiplas religiões que não fossem a oficial do país sofreram repressão, discriminação e preconceito: dentre elas, as que possuíam maiores implicações foram as de matriz africana, essas que se consolidaram como afro-brasileiras e sofrem com tais consequências e preconceitos até a contemporaneidade. No entanto, com a separação entre Igreja e Estado, após a proclamação da República, a legislação brasileira acompanhou a laicidade jurídica, assegurando liberdade de crença a todos os indivíduos, embora o preconceito religioso não tenha se extinguido. Complementarmente, com a difusão de um direito humanitário e buscando resguardar a integridade humana, os direitos humanos prezavam pela liberdade do indivíduo e nela, incluíam-se diversos aspectos, como a liberdade de expressão, de pensamento e religiosa. Sendo assim, de modo a analisar e correlacionar a estrutura social brasileira religiosamente intolerante e os direitos humanos, bem como suas implicações, a presente pesquisa utilizou-se de métodos de investigação bibliográfica e de caráter qualitativo para alcançar tal resultado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil. Direitos Humanos. Intolerância religiosa. Laicidade.

### INTRODUÇÃO

Os direitos humanos foram inseridos na Revolução Francesa de 1789 a partir dos princípios iluministas de “liberdade, igualdade e fraternidade” os quais resplandeceram sobre a ordem mundial e possibilitaram a garantia legal para o cumprimento desses direitos fundamentais do homem (LEÃO; PORTO, 2019). Buscando resguardar a integridade humana, os direitos humanos prezam pela liberdade do indivíduo e nela, incluem-se diversos aspectos relacionados a liberdade de expressão, de pensamento e liberdade religiosa. Desse modo, entrelaçando a garantia dos direitos humanos com a questão de liberdade de expressão, faz-se

necessário estabelecer a relevância da liberdade de práticas religiosas no meio social, a importância ética, moral e legal de execução plena dos direitos humanos e os impedimentos existentes para tal conquista exteriorizados pela intolerância religiosa presente na esfera coletiva.

Para elucidar as concepções sociais, históricas e espirituais do âmbito religioso na vida pública, é pertinente ressaltar a etimologia que abrange a palavra “religião”, sendo a mesma derivada do termo latino "*re-ligare*", que significa "religação" com o divino. Tal compreensão engloba necessariamente qualquer forma de aspecto místico, espiritual e religioso, abrangendo seitas, mitologias e quaisquer outras doutrinas ou formas de pensamento que tenham como característica fundamental um conteúdo metafísico, ou seja, de além do mundo físico. Dessa forma, ao considerar as religiões como um sistema de crenças intangíveis compostas por indivíduos agrupados sob princípios comuns, as mesmas se submetem à provação de seu valor diante da heterogeneidade presente no meio social, ocasionando em práticas discriminatórias sobre distintas religiões.

Desse modo, caracteriza-se como intolerância religiosa agredir, ofender, humilhar, perseguir ou discriminar pessoas e grupos possuintes de determinada crença ou religião, assinalando tal prática como uma ofensa à liberdade de expressão individual e coletiva e qualificando-a como uma violação aos direitos humanos presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNICEF, 1948).

A intolerância religiosa se faz presente em diversos eventos históricos, visto que a religião foi e ainda é precedente de guerras e conflitos, como visto nas calamidades cometidas aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial (DA SILVA, 2019), no conflito na Irlanda entre católicos e anglicanos que levou ao separatismo político na religião (COSTA; GUEDES, 2020) e nos diversos conflitos orientais abrangendo as religiões muçulmana, judaica, budista, entre outras (REYCHLER, 1997). Entretanto, a intolerância religiosa envolve não apenas os grandes conflitos estudados nas escolas ou noticiados pela mídia, mas também comporta milhares de práticas cometidas na vida cotidiana e registradas pelos órgãos jurisdicionais existentes.

No Brasil, a intolerância religiosa foi introduzida a partir da chegada dos portugueses, cujos praticantes da religião católica, não admitindo nenhuma outra religião que não a sua, oprimiram e aboliram as crenças indígenas presentes no recém-colonizado território através de conversões compelidas, conjecturando as tradições religiosas indígenas como profanas e

inferiores e submetendo os grupos locais à uma “desaculturação” violenta (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018). Isso foi submetido aos negros escravizados, com suas respectivas religiões, que utilizavam imagens de santos católicos em suas cerimônias apenas para dissimular os senhores de engenho e o clero e poderem cultuar seus orixás e realizar seus rituais sem perseguições, promovendo assim o sincretismo religioso nas religiões africanas (GLOBO, 2013). Para o antropólogo João Baptista, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), uma religião “pode ser intolerante porque quer dominar ou porque é vítima da intolerância”, ela se torna intolerante, segundo ele, “porque se fecha sobre si mesma” (ESTADÃO CONTEÚDO, 2017), constatações que revelam o caráter hegemônico e dominador da intolerância religiosa portuguesa que atrelou-se ao seu momento de liderança colonial.

Com o fanatismo religioso e a inconformidade entre indivíduos acerca da heterogeneidade presente na esfera espiritual e religiosa, há uma propagação de pensamentos e práticas intolerantes na sociedade. Ela progride devido a carência de tolerância religiosa, de liberdade de religião e de pluralismo religioso. Segundo Cláudio Bertolli Filho, antropólogo da UNESP, a intolerância é resultado da “dificuldade de conviver com a diversidade” e que o modo viável para as religiões coexistirem pacificamente seria conformarem-se de que “não existe religião verdadeira ou religião falsa” (ESTADÃO CONTEÚDO, 2017), conjecturando a necessidade de valores coletivos em meio social para viabilizar a garantia dos direitos humanos.

Dado o exposto, a presente pesquisa teve os objetivos de analisar e correlacionar os direitos humanos à estrutura social brasileira intolerante, compreendendo os motivos de intolerância na sociedade e enfatizando a importância dos direitos humanos e de suas implicações sociais e legais. Os direitos humanos, embasados na preservação da integridade humana como critério definidor de ações e atitudes, prezam pela liberdade de todos os indivíduos. Dessa forma, o respeito às diferenças crenças de cada um é uma máxima inalterável e, a partir disso, é imprescindível ressaltar a importância dos direitos humanos, juntamente de sua subsequente legitimação através de leis para que haja um maior favorecimento das atitudes humanitárias e uma diminuição nos atentados contra todas as formas de liberdade e, especificamente, de crença e religião.

## METODOLOGIA

Marconi e Lakatos (2004) definem a metodologia como um conjunto de atividades metódicas e racionais, que infere os objetivos pré-estabelecidos com segurança e autonomia, através de informações verídicas. Por isso, a escolha correta da metodologia a ser utilizada delimita o caminho a ser seguido na pesquisa, auxiliando e identificando as possíveis falhas.

Além disso, as autoras afirmam que as ciências se caracterizam pelo emprego de métodos científicos (LAKATOS E MARCONI, 1991), ou seja, a aplicação científica é necessária para que a pesquisa seja válida. Ademais, a contribuição metodológica é parte fundamental da pesquisa, possibilitando explorar de maneira coesa o conhecimento.

Desse modo, a presente pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Realizou-se, então, o levantamento bibliográfico acerca do tema, através das fontes primárias e secundárias, a partir dos livros para pesquisa disponíveis na Biblioteca Cor Jesu – Unisagrado, além das bibliografias presentes em meios eletrônicos, como *e-books*, artigos científicos, publicações em periódicos, jornais ou revistas, monografias, teses, dissertações ou quaisquer outras formas de pesquisas disponíveis, resultando em dados qualitativos para discussão dos resultados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil tem um histórico de práticas intolerantes. A relação entre a história brasileira e a perseguição religiosa se dá a partir do objetivo colonialista europeu de enriquecimento da Metrópole através da exploração das novas terras encontradas durante o período das Grandes Navegações. Para tanto, a presença europeia almejante da maximização de lucro na colônia, utilizou-se da imposição agressiva de valores culturais e religiosos próprios dos europeus sobre a mão de obra escrava, primeiramente, nativa e posteriormente, anexada a africana (RODRIGUES, 2020). A evangelização obrigatória dos escravos, portanto, fazia parte da prática dos colonizadores, evidenciando a presença da intolerância religiosa desde a origem da sociedade brasileira.

No entanto, por ser um país laico, legalmente há a separação entre Estado e religião, onde este primeiro além de ser imparcial em relação a obrigatoriedade do segundo, assegura a liberdade de crença.

Art. 19º. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (BRASIL, 1988).

Além disso, o Brasil é altamente influenciado pelas resoluções da Organização das Nações Unidas, por conta de seus interesses políticos internacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura a todos – igualmente e sem exceção – liberdade religiosa, e considera a intolerância religiosa como uma forma de preconceito a partir da discriminação de uma religião ou crença. Assim, a intolerância religiosa é uma violação aos direitos humanos, de forma que propicia violência entre as mais diferentes culturas, tais quais alguns exemplos já citados, como o massacre aos judeus na segunda guerra mundial, os ataques terroristas ao redor do mundo e as agressões físicas e morais aos seguidores de religiões afro-brasileiras – que, apesar da oposição portuguesa durante a colonização, perpetuaram-se até hoje em todo Brasil. Ademais, a legislação brasileira tem uma visão protetora do direito humano de liberdade religiosa, possuindo artigos que atestam a inviolabilidade do direito à liberdade de crenças.

A Constituição Federal brasileira de 1988, simultaneamente, possui artigos que asseguram a indispensabilidade da liberdade religiosa. Inicialmente, é pertinente iniciar com o artigo 1º, em seu inciso III, que assegura a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil. Além de um princípio e um valor do status constitucional, segundo Lonchiati e da Motta (2016), também pode ser avaliada como justificativa moral e fundamento normativo, relacionada aos direitos fundamentais. Desse modo, a dignidade da pessoa humana garante direito à igualdade, ou seja, atesta o mesmo valor intrínseco a todas as pessoas, independentemente de – entre outros aspectos – qualquer religião.

Adicionalmente, o artigo 5º da Constituição, inciso VI e VIII asseguram a inviolabilidade da liberdade de crença.

Art. 5º:

VI – É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII – Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. (BRASIL, 1988).

Como forma de combater a intolerância religiosa presente no país, o Ministério Público investiga as denúncias recebidas pela via telefônica “Disque 100”, um serviço que propaga informações sobre direitos de grupos em vulnerabilidade, concomitantemente ao recebimento de denúncias que violam os Direitos Humanos e, segundo o próprio site governamental, é como



um pronto socorro humanitário. Os resultados apresentados por Souza (2018 *apud* GUIDOTTI, 2019), destacam 1.486 casos de preconceito religioso entre 2015 e 2017, sendo os candomblecistas e umbandistas 39% dos alvos, e 506 casos apenas em 2018 (RODRIGUES, 2020). Contudo, mesmo que sejam dados significantes, ainda assim não abrangem todas as discriminações que ocorrem, visto que muitas vítimas não denunciam ao sofrer esse crime.

Outra medida adotada para enfrentar o preconceito, foi a Lei nº 7.716, de 1989, que visa punir crimes religiosos e a Lei nº 11.635, outorgada em 2007, instituindo como Dia Nacional de Combate à Intolerância religiosa, o dia 21 de janeiro.

Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa. (BRASIL, 1989).

Já no que tange a Declaração Universal dos Direitos Humanos, diversos artigos asseguram direitos e garantias fundamentais e universais para todos, nos mais variados âmbitos. O artigo 1º da DUDH declara que todos são iguais, estimulando fraternidade e empatia.

Artigo 1º: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade (UNICEF, 2021©).

Além disso, também assegura sua universalidade em seu artigo 2º, o qual certifica a veracidade de todos invocarem “os direitos e liberdades proclamados” (UNICEF, 2021 ©), sem distinção de, entre outras características, religião. Complementarmente, o próximo artigo relembra o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal de todos os indivíduos, contrariamente as vítimas mais graves de preconceito – fisicamente violentados –, que sofrem não somente com riscos à sua integridade física e segurança individual, como também à sua liberdade de expressão e de escolha religiosa.

Mais especificamente, o artigo 18 claramente garante a liberdade de religião e, em concordância, o artigo 19 reafirma a indispensabilidade da liberdade de opinião e expressão individual, sem interferências.

Artigo 18º: Todas as pessoas têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de credo, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou credo, sozinho ou em comunidade com outros, quer em público ou em privado, através do ensino, prática, culto e rituais.

Artigo 19º: Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, este direito implica a liberdade de manter as suas próprias opiniões sem interferência e de procurar, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio de expressão independentemente das fronteiras (UNICEF, 2021 ©).

Por fim, pode-se citar o artigo 27, que assegura o direito a vida cultural da comunidade. Embora não seja diretamente sobre intolerância religiosa, as religiões de matriz africana são as mais perseguidas no Brasil, conforme os estudos já citados de Souza (2018, *apud* GUIDOTTI, 2019) e, considerando os fortes impactos culturais das mesmas pela multiculturalidade e sincretismo religioso, entende-se por bem incluir este artigo, dada a pertinência de todos os membros da sociedade participarem ativamente da vida cultural da comunidade.

Mesmo com a legislação existente, assegurando a não intervenção estatal nas escolhas de culto religioso, a liberdade religiosa para tal e os canais existentes para denúncias, a problemática da intolerância e preconceito religiosos segue uma realidade no Brasil. Esporadicamente, alguns casos chegam à mídia, no entanto, muitos nem sequer chegam a serem denunciados pelas vítimas, sob diversos pretextos, entre eles, a pressão social que acarretaria riscos à segurança física das mesmas.

Ainda assim, os Direitos Humanos demonstram-se extremamente pertinentes para a defesa de grupos e minorias, permitindo respaldo em uma Organização internacionalmente reconhecida. Desse modo, sua inserção a partir da educação é vital para a estruturação e legitimação da democracia (GUIDOTTI, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do Brasil no cenário internacional ocorreu a partir de um modelo de colonização eurocêntrico e preconceituoso, que permeou princípios racistas e intolerantes intrinsecamente alojados em múltiplas partes de sua sociedade, refletindo historicamente até a contemporaneidade. Muito embora o país seja possuidor de uma legislação laica e rica em garantias humanitárias, simultânea as resoluções internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos a qual é signatário, o Brasil perpetua altos índices de intolerância religiosa, conforme os dados analisados do Disque 100. Isso demonstra que, tão importante quanto os princípios outorgados na teoria de um país, são suas efetividades práticas, que garantem uma realidade mais respeitosa, empática e educativamente crítica.

Ademais, os direitos humanos considerados como universais, podem e devem possuir maior atenção pela população civil, ainda mais considerando a seriedade de atitudes – configuradas como crime, pela própria Constituição do país – como a falta de liberdade religiosa. Assim, configura-se como papel do Estado a conscientização dos constituintes da

Declaração Universal e da Carta Magna brasileira, bem como fiscalizações, visando à diminuição das discriminações existentes.

Por fim, a educação religiosa deve começar, essencialmente, na socialização primária das crianças – ou seja, nos ensinamentos feitos pelos familiares –, respeitando às crenças iguais, semelhantes, diferentes ou inexistentes das pessoas; as escolas devem promover, além disso, o estudo à lei brasileira, assim como as universidades o fomento a tais questões; e, individualmente, a consciência de tais problemáticas atrelados ao respeito, à educação e à empatia, conferem os primeiros passos para uma sociedade mais compreensiva, justa e juridicamente legal.

Estimulamos, por fim, que tais assuntos continuem sendo debatidos, estudados e aprofundados por profissionais e pesquisadores que lutam, dia após dia, pela defesa de princípios humanitários e respeito a todos os indivíduos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito, de raça ou de cor. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm). Acesso em: 9 out. 2019.

COSTA, Mariane Monteiro da; GUEDES, Yasmin de Oliveira. **A questão religiosa e política no conflito da Irlanda do Norte**. Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, [s. l.], v. 7, ed. 14, p. 135-155, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/download/40838/31617/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DA SILVA, Barbara Luana Araujo. **A intolerância religiosa no Brasil e no mundo**. Intertemas Toledo Prudente, Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/IFDIDH/article/view/8048/67648926>. Acesso em: 29 jul. 2021.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Brasil tem uma denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas**. In: VEJA, 12 nov. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-tem-uma-denuncia-de-intolerancia-religiosa-a-cada-15-horas/>. Acesso em: 9 out. 2019.

GLOBO. **Africanos mantiveram cultos religiosos através do sincretismo**. In: G1, Pernambuco, 15 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2013/10/africanos-mantiveram-cultos-religiosos-atraves-do-sincretismo.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini. **Laicidade e Educação em Direitos Humanos: alguns apontamentos em face à intolerância religiosa**. Geofronter, Campo Grande, v. 1, ed. 5, p. 90-111, 2019. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/3622/pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas S.A., 1991.

LEÃO, Luciele Moreira; PORTO, Fabiana Cintra Sielskis. **A afirmação da tríade: liberdade, igualdade e fraternidade como fundamento da concreta implementação do Estado laico**. Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3, 2019. Disponível em: <https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/10635>. Acesso em: 23 jul. 2021.

LONCHIATI, Fabrizia Angelica Bonatto; DA MOTTA, Ivan Dias. **Reflexões acerca da teoria dos direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana no Direito Educacional**. Revista Jurídica, Curitiba, v. 4, ed. 45, p. 1-23, 2016. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_informativo/bibli\\_inf\\_2006/Rev-Juridica-UNICURITIBA\\_n.45.01.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Juridica-UNICURITIBA_n.45.01.pdf). Acesso em: 10 out. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS; SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA; DIRETORIA DE PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011 – 2015): Resultados Preliminares**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/liberdade-de-religiao-ou-crenca/publicacoes-1/RelatoriosobreIntoleranciaeViolenciaReligiosanoBrasilExpediente2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

UNICEF (Brasil). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2021 ©. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 out. 2019.

REYCHLER, Luc. **Religion and conflict**. *The International Journal of Peace Studies*, v. 2, n. 1, 1997. Disponível em: [https://www.gmu.edu/programs/icar/ijps/vol2\\_1/Reyschler.htm](https://www.gmu.edu/programs/icar/ijps/vol2_1/Reyschler.htm). Acesso em: 26 jul. 2021.

RODRIGUES, Camila Tavares. **Aspectos Históricos da Intolerância Religiosa no Brasil**. Revista Jesus Histórico, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://klineeditora.com/revistajesushistorico/arquivos24/15-camila-tavares-rodrigues.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

# CAPÍTULO 18

DOI: 10.47402/ed.ep.c202169417608

## DESENHANDO O FUTURO: A CONTRIBUIÇÃO DOS MAPAS DA IOCS/IFOCs PARA A DEFINIÇÃO DOS USOS DO ESPAÇO NA REGIÃO NORDESTE (1910-1922)<sup>54</sup>

**Désio Silva**, Mestre em Geografia, UFC. Pesquisador associado do Grupo de Pesquisa História da Cidade do Território e do Urbanismo, HCurb/UFRN. Professor de Geografia, Escola Estadual de Educação Profissional Walter Ramos de Araújo, São Gonçalo do Amarante, CE

**Yuri Simonini**, Historiador, Doutor em História, UFMG. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UNI-RN. Pesquisador associado do HCurb/UFRN

**Adielson Silva**, Geógrafo, UFRN. Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, PPGG/UFPB. Pesquisador associado dos grupos HCurb/UFRN e GeUrb/UFPB

### RESUMO

Os esforços, no início do século XX, para pensar soluções aos problemas gerados pelas irregularidades pluviométricas na região que seria conhecida como Nordeste, possibilitaram a constituição de um conhecimento técnico, que ajudou a estruturar novas relações no território dos sertões, a partir de ações planejadas e articuladas. A institucionalização destas ações pela criação da IOCS (1909) — federalizada em 1919 — foi fundamental para a efetivação de medidas, que exigiam a busca de dados e informações, cuja elaboração de ferramentas gráficas sintetizadoras dos levantamentos geográficos, econômicos e sociais permitiram uma série de intervenções no meio ambiente (açudes, estradas e agenciamento agrícola), além de auxiliar na conformação atual do Nordeste. Objetiva-se entender a contribuição do material cartográfico produzido pela IOCS e IFOCS no conjunto de ações, dependentes e articuladas, referente ao conhecimento e estruturação do espaço regional do Nordeste brasileiro, buscando aportar, no levantamento de elementos históricos, subsídios para a discussão de temas pertinentes aos estudos da região Nordeste. Os aportes teóricos da cartografia histórica, geografia e história ambiental permitiram se debruçar sobre a base empírica constante nos seguintes mapas produzidos pela IOCS, — intitulada Série I-G: 1) botânico do Ceará (1910); 2) do canal do Rio São Francisco-Jaguaribe (1913); 3) fitogeográfico do Rio Grande do Norte (1922); bem como relatórios institucionais e bibliografia pertinente. O estudo analisou a influência da cartografia elaborada pela IOCS sobre o entendimento do seminário nordestino. Observou-se três fundamentações principais das ações sobre o território, tendo por finalidade a resolução das consequências das secas: aquisição de conhecimento, produção de material iconográfico, aproveitamento do potencial hídrico pela agricultura e efetivação da circulação de produção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cartografia, Planejamento territorial, Cultura técnica, Secas, Nordeste/Brasil.

<sup>54</sup> Este texto é uma versão revisada e ampliada de artigo publicado nos anais do I Seminário Nacional de História Social dos Sertões/II Colóquio de História Social dos Sertões, realizado no Crato/CE em 2018.

## INTRODUÇÃO

A Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada em 1909, consolidou-se como um dos mais antigos e principais órgãos federais atuantes em diversos estados do Nordeste. Realizou diferentes ações no enfrentamento das irregularidades pluviométricas, como a construção de açudes e de ferrovias, estudos preliminares de transposição fluvial, a exemplo do rio São Francisco e intervenções na escala agrícola e florestal da região. Com a implementação de projetos de engenharias no âmbito da busca de superação do que fora entendido como problema de cunho científico, a IOCS – e, posteriormente, a IFOCS –, entre 1919 e 1945, possibilitaram a construção de uma nova lógica de organização no âmbito da atuação federal e de produção de valores, no que tange os costumes locais e as políticas públicas para a convivência com o semiárido nordestino.

A estruturação dessas medidas mudaria toda a dinâmica da região, ao executar trabalhos básicos ao desenvolvimento de atividades produtivas no sertão. Ademais dos supracitados, pode-se apontar a criação de poços, reforma de portos no litoral, expansão da rede telefônica, além do estabelecimento de um serviço de coordenadas geográficas no Nordeste. Este último, por meio dos levantamentos topográficos e a posterior elaboração de mapas, executado pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil em parceria com IOCS, permitiu, junto a certo grau de conhecimento da região, a viabilidade da realização de um conjunto de ações associadas, ao tomar como base o maior grau de precisão a respeito das particularidades do espaço de ação da instituição propiciado pelo conhecimento adquirido.

Nesse sentido, a confecção de peças gráficas com elevado grau de precisão, mesmo considerando as condições da época e, sobretudo, as representações da região semiárida até então elaboradas, se configurou em uma ferramenta fundamental para a realização dos trabalhos propostos pela Inspetoria. O conhecimento a respeito da região orientou os caminhos possíveis para se pensar a então proposta de resolução dos problemas oriundos das secas, em um âmbito regional na tentativa de estruturação de redes entre cidades.

A realização e a execução dos levantamentos na região e, depois, a confecção de mapas tiveram, para o órgão, relevante contribuição em dois sentidos, que ficariam mais claros posteriormente ao governo central. Primeiro, oferecer o conhecimento básico para se pensar e executar projetos de intervenção naquela região. Segundo, a forma com que o Estado difundiu a visão referente ao nordeste e garantiu certo grau de controle regional.

A análise das ações realizadas pela IOCS, no que ficou popularmente conhecido como “combate às secas” e as oportunidades de intervenção permitidas pelas elaborações cartográficas sobre o Nordeste, no período de duração desta instituição, consiste não apenas em um esforço de reconstrução historiográfica, mas como possibilidade na avaliação das consequências de outros processos, que geram conhecimentos acerca da construção do território e das intervenções nas cidades do espaço regional nordestino.<sup>55</sup>

Portanto, o presente capítulo procura entender a contribuição do material gráfico produzido pela IOCS e IFOCS no conjunto de ações, dependentes e articuladas, referente ao conhecimento e à estruturação do espaço regional do Nordeste brasileiro, buscando apontar, nos fundamentos da história ambiental, da cartografia histórica e da geografia, subsídios para a discussão de temas pertinentes aos estudos da região Nordeste. A análise se voltou para a série de mapas produzidos pela IOCS, intitulada I-G, em específico, as seguintes peças: 1) Mapa botânico do Ceará (1910); 2) Mapa do canal do Rio São Francisco-Jaguaribe (1913); e 3) Mapa fitogeográfico do Rio Grande do Norte e Ceará Sul (1922); bem como relatórios institucionais e bibliografia pertinente.

O trabalho se apresenta como um conjunto das reflexões abordadas em publicações anteriores do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e Urbanismo – HCUrb – relativo a produção cartografia da IOCS<sup>56</sup>. Nesse aspecto, o presente artigo continua a estabelecer o diálogo entre a cartografia e a estruturação territorial nordestina, dividindo-se nos seguintes itens. Inicialmente, se debruça acerca da fundamentação teórica, ao discutir os principais conceitos e noções basilares à discussão; em seguida, trata o estudo do material gráfico, de forma separadamente, o qual compete lançar um olhar crítico aos produtos cartográficos e relatórios por meio do confronto das impressões suscitadas a com os aspectos teóricos da análise socioespacial, cartografia histórica e história ambiental.

## **O OLHAR QUE PRECEDE O DESENHO, A DEFINIÇÃO QUE PRECEDE A AÇÃO: OS CAMINHOS TEÓRICOS DO PROCESSO DE ANÁLISE**

Para o entendimento dos caminhos teórico-metodológicos que dão base à nossa análise, é necessário introduzir, neste item, algumas explicações do modo da pesquisa aqui estabelecido,

---

<sup>55</sup> Para ver sob um viés relacionado a construção do espaço no âmbito da Geografia, cf.: SILVA, Désio Rodrigo da Rocha. *A inspetoria de obras contra as secas: uma instituição como produtora do espaço?* 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

<sup>56</sup> A bibliografia apontada encontra-se no item Referências, no final do capítulo.

bem como as reflexões que formularam a linha do raciocínio. Os caminhos interpretativos e analíticos foram estruturados da seguinte forma para facilitar seu entendimento: dimensão espacial; dimensão histórica do fenômeno e dimensão representativa.

A dimensão espacial representa o conjunto das ações sociais materializadas no plano territorial. Um primeiro fundamento sob esse aspecto consiste na definição da categoria de estruturação do conceito de espaço. O espaço, segundo Milton Santos (2006, p.12), pode ser considerado como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, têm na composição dessa definição uma série de fatores históricos acumulados, entendidos como “rugosidades”. Ademais, a consideração da ideia de rugosidade implica a compreensão do fundamento dos processos na consideração do funcionamento espacial, e, nesse sentido, “[...] as rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças fisicoterritoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas” (SANTOS, 2006, p. 25).

A análise do processo pelo viés espacial contempla, em um primeiro plano, a compreensão dos tempos técnicos como fundamental para a interpretação das configurações espaciais, sejam elas atuais ou não, uma vez que é no contexto de continuidades e descontinuidades que a materialidade dos objetos geográficos se consolida, a partir da ressignificação dos mesmos no transcorrer do tempo. Considera-se essencial, nessa perspectiva, que a realidade abordada e o conhecimento de suas características para o do funcionamento do espaço, correspondem também às fases que constituíram sua formação. Assim, faz-se necessário compreender:

Em qualquer que seja a fração do espaço, cada variável revela uma técnica ou um conjunto de técnicas particulares. Pode-se, também, dizer que o funcionamento de cada uma dessas variáveis depende, exatamente, dessas técnicas. Tomando como referência a História mundial, cada técnica poderá ser localizada no tempo. Trata-se, também, na verdade, da história dos instrumentos e meios de trabalho postos à disposição do homem. Quando um novo instrumento ou meio ou forma de trabalho torna-se uma forma de ação, constitui-se uma espécie de certidão de nascimento ou data de origem. De tal maneira, seu emprego num determinado lugar — emprego imediato ou posterior — atribui a esse lugar, ao menos para o mencionado instrumento, condições técnicas do momento em que, pela primeira vez, esse instrumento de trabalho se incorporou à História. Mas o tempo do lugar, o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica, tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço (SANTOS, 2006, p. 30).

Nesse quesito, a funcionalidade espacial e as diferentes lógicas permitidas pelas técnicas implicam também em novos processos na esfera das relações sociais. O fator relacional do conjunto traz importante percepção do assunto estudado. Para o entendimento de qualquer fenômeno científico, torna-se necessário desvelar uma série de fatores atrelados que, embora



possua certo grau de valor agregado separadamente, só pode ser apreendido a partir de um valor de funcionamento, em relação com outros que formam um conjunto de fatos. Ao considerar essa questão, as obras consolidadas pelas IOCS na tentativa de introduzir soluções para a modificação da realidade nordestina, tiveram papel fundamental na formação do Nordeste. Como afirma Manuel Correia de Andrade (1981, p. 29), “é difícil analisar o processo de produção do espaço de qualquer estado do Nordeste, sobretudo do Rio Grande do Norte e do Ceará, sem aludir à problemática das secas”.

A implicação da noção relacional de elementos, no caso do Nordeste, tem, como consequência, a necessidade da utilização de outro conceito, o de Região. De maneira a tomar por base o estudo da região, é estabelecido também o levantamento de características explicativas desta condição presente. Ou ainda,

O recorte regional contém, em si, uma questão de escala e exprime diretamente a particularidade da Geografia no seio das ciências humanas, que é de conter uma problemática espacial. Por isso é que os mapas, enquanto instrumento de representação do espaço, estão intimamente ligados ao saber geográfico. E, acima de tudo, são eles que realizam a escala, quer como proporção quer como representação de conteúdos (LENCIONI, 2003, p.29).

As representações do espaço, que se inserem dentro do contexto de compressão dos fatos atrelados a um âmbito espacial, levando em consideração os diferentes níveis de escalas, não refletem apenas a realidade objetiva, mas carregam consigo na sua composição uma visão de mundo. O que induz a terceira esfera de análise, a cartográfica, ou simbólica. Nos dizeres de John Brian Harley (2009, p. 3):

A cartografia pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder. Assim como o historiador pinta a paisagem do passado com as cores do presente, o geômetra, conscientemente ou não, não reproduz somente o entorno em sentido abstrato, mas também os imperativos territoriais de um sistema político. Seja o mapa produzido sob a bandeira da ciência cartográfica, como foram a maior parte dos mapas oficiais, ou seja, um exercício de propaganda declarada, é inevitável que esteja envolvido no processo do poder.

Os mapas sob esta ótica, além de compor ferramenta que possibilita limitação do possível a realizar sobre um espaço conhecido, também representa um discurso, intencional ou não, permite uma forma de interpretação sobre uma determinada realidade. Em outras palavras,

Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p.144).

No que tange a esta questão, considera-se o mapa como um objeto composto por formas de uso distintas e indissociáveis, consistindo, aqui, como uma “ferramenta/discurso” (FERREIRA, SILVA, SIMONINI, 2018) e que, por sua vez, exerce funções diferentes,

dependendo do uso que lhe é dado. Se, por um lado, é possível compreendê-la como ferramenta, visto que consiste em algo manipulável, palpável, capaz de direcionar ações sobre o espaço representado. Por outro, – e não inviabilizando a concepção anterior – trata-se de um discurso, na medida em que sua elaboração pressupõe uma forma de linguagem, que se estabelece como concretização de uma dada visão de mundo, uma informação específica que se pretende transmitir.

Postos esses elementos teórico-metodológicos, a análise de três peças cartográficas produzidas pela Inspetoria, poderão demonstrar as características representacionais ali presentes. Ademais apontar-se-ão as principais repercussões geradas no espaço geográfico, em materialidades e conhecimento ambiental, decorrentes das ações que, em alguma medida, se desdobraram do uso das informações cartografadas.

### **MAPA BOTÂNICO DO CEARÁ (1910)**

O uso da vegetação, enquanto forma de enfrentamento das secas, foi uma das ideias que resistiram ao crivo do debate técnico-científico travado no último quartel do século XIX, a exemplo do senador cearense Thomaz Pompeu de Souza Brasil que, em 1877 defendia a adoção de tal estratégia em parceria com a açudagem (SIMONINI, SILVA, FERREIRA, 2018). Isso culminou, posteriormente, em sua incorporação às competências da IOCS desde a promulgação do seu primeiro regulamento, em 1909. Contudo, para a execução das ações objetivadas nesse aspecto, necessitava-se, antes, conhecer o real potencial da vegetação nativa dos estados afligidos, bem como também identificar a possibilidade de inserir espécies de outras partes do globo.

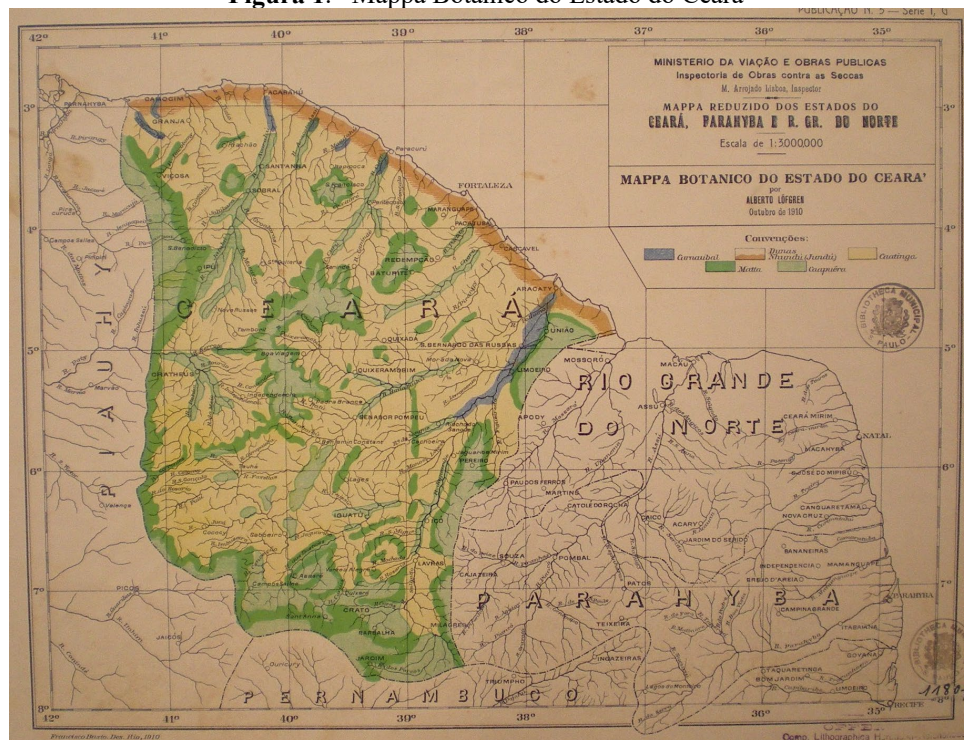
Foi com esse objetivo que o engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, o primeiro inspetor chefe da IOCS, estabeleceu uma comissão formada entre membros do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e da própria Inspetoria, com a incumbência de percorrer as áreas flageladas entre os anos de 1909 e 1910. A missão foi comandada pelo então chefe da Seção Botânica da IOCS, o botânico sueco Albert Löfgren<sup>57</sup>, tendo como resultado dos trabalhos de campo realizados foram materializados em duas obras conjuntas, o “Notas Botánicas”, relatório

---

<sup>57</sup> Para mais detalhes sobre a trajetória profissional de Löfgren e, sobretudo sua atuação na IOCS, cf. Simonini, Silva, Ferreira (2018).

que conta com a descrição e análise das observações realizadas; e o “Mappa Botânico do Estado do Ceará” (Figura 1), uma síntese cartográfica dos dados levantados pela comissão.

**Figura 1.** “Mappa Botânico do Estado do Ceará”



Fonte: Biblioteca Mário de Andrade/São Paulo. Acervo digital HCUrb.

Elaborado em uma escala de 1:3.000.000, a carta geográfica ocupa o número 5 das publicações da Inspetoria e faz parte, especificamente, da série I-G<sup>58</sup>, ao representar os estados do Ceará, com as suas formações vegetais; o Rio Grande do Norte e a Paraíba, com o traçado dos seus principais cursos d’água.

Com os levantamentos realizados, a Inspetoria buscava encontrar “a verdadeira natureza da caatinga” (LÖFGREN, 1910, p. 3), o que significava descobrir se os recursos vegetais e pedológicos do bioma serviriam aos planos de recuperação das matas e, em paralelo, para a conservação dos açudes que estavam sendo construídos. Além disso, tinha-se em vista a exploração econômica, na tentativa de dinamizar a economia da região e prover recursos aos sertanejos para atravessar as constantes e duradouras estiagens, conforme destaca o botânico do órgão:

Na primeira hipótese, indicarei isso um solo ingrato, impróprio para fins agrícolas e, na segunda seria ainda bastante aproveitável para o desenvolvimento de uma indústria

<sup>58</sup> De acordo com Ferreira, Silva e Simonini (2018, p.291), a série I-G “consistiu em um conjunto de mapas, publicados individualmente em capa dura, referentes às regiões sob a intervenção da IOCS. A confecção destas peças gráficas, de maneira geral, contou com a participação de diversos engenheiros, topógrafos, geólogos e auxiliares técnicos. Os profissionais envolvidos variavam de três a onze pessoas, dependendo da extensão a ser cartografada.”

pastoril, por sistema moderno, com pastagens permitindo a fenação e, portanto, o armazenamento de abundante alimento para o sustento do gado nas épocas de penúria (LÖFGREN, 1910, p. 3).<sup>59</sup>

O mapa em análise desvela cinco tipos genéricos de vegetação representados por cores distintas, assim listadas: 1) Azul – carnaubal; 2) Branco/Amarelo escuro – dunas e vegetação litorânea<sup>60</sup>; 3) Amarela – caatinga; 4) Verde escuro – mata<sup>61</sup>; 5) Verde claro – caapueras.<sup>62</sup>

A espacialização dessas informações, por si só, já se configura grande importância ao material, mas as análises e recomendações aos problemas encontrados destacam a acuidade desse material. O relatório “Notas Botânicas” se estrutura em itens que analisam atitudes a serem tomadas em relação à problemática das secas. Nesse sentido, “Medidas Preventivas” foram apontadas como necessárias, suscitando a necessidade de os produtores armazenarem a forragem natural da região em períodos chuvosos, de modo a viabilizar alimentação do rebanho em períodos de seca. Já as denominadas “Medidas Impeditivas” destacavam a importância da criação de leis que determinavam regras de exploração das terras, uma vez que a transformação das matas em caapueras era um problema generalizado. De acordo com Löfgren (1910, p. 32), isso se deveu, em grande parte, aos “costumes inveterados” da população. Por fim, as “Medidas Restaurativas e Progressivas” deveriam ser estabelecidas para o reflorestamento das áreas devastadas e criação de novas matas, aperfeiçoamento das culturas existentes à época e a introdução de espécies exóticas. Esses diagnósticos de Löfgren possibilitaram a criação de hortos florestais da Inspetoria já no ano seguinte; estabelecimentos que passaram atuar sob sua tutela geral nos municípios de Quixadá/CE, e de Juazeiro/BA. De acordo com o então ministro da pasta, José Barboza Gonçalves, os hortos tinham a função de criar

viveiros de árvores florestais tanto nacionais como exóticas, apropriadas à proteção dos terrenos adjacentes aos açudes e às nascentes, para onde deverão ser transplantadas, distribuindo-se o excesso aos particulares interessados, que desejem tratar do reflorestamento nas suas propriedades de acordo com as regras e instruções fornecidas pela direção (GONÇALVES, 1912, p. 499).

A criação desses hortos consistiu na primeira tentativa da Inspetoria de implementar um plano de ação integrado a partir de várias frentes, de modo a promover intervenções não só na questão hídrica em si, mas que almejasse agenciar a segurança alimentar e econômica regional. A reformulação e ampliação de ações que seguiram nesse sentido só vieram ocorrer na década

<sup>59</sup> A ortografia e a pontuação das citações oriundas de documentos históricos deste trabalho foram atualizadas conforme o acordo ortográfico de 2016 de maneira a proporcionar uma melhor compreensão.

<sup>60</sup> Denominada por Löfgren de “Nhundu”, devido a sua similaridade à vegetação assim também denominada que é encontrada no litoral de São Paulo.

<sup>61</sup> Os locais representados dizem respeito às serras úmidas, cuja vegetação se diferencia da caatinga encontrada na depressão, e aos leitos de alguns rios, devido à vegetação de várzea.

<sup>62</sup> Regiões onde as matas foram devastadas.

de 1930, com a criação dos postos agrícolas pela instituição, conforme ainda será visto neste artigo.

### MAPA DO CANAL DO RIO SÃO FRANCISCO-JAGUARIBE (1913)

Apesar do recente debate travado nas últimas décadas sobre a Transposição do Rio São Francisco, sobretudo com início e proximidade de conclusão dos canais, a obra vem sendo pensada desde o período imperial brasileiro<sup>63</sup>. As diferentes concepções de suas finalidades variaram ao longo dos anos, mas a ideia de interferir em seu curso permaneceu. O consequente debate da permeabilidade desse ato abarcou os mais distintos pontos de vista e argumentos possíveis. Aqui, limitou-se a um em específico, o que permitiu a elaboração, pela Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), do mapa do canal do Rio São Francisco-Jaguaribe (Figura 2).

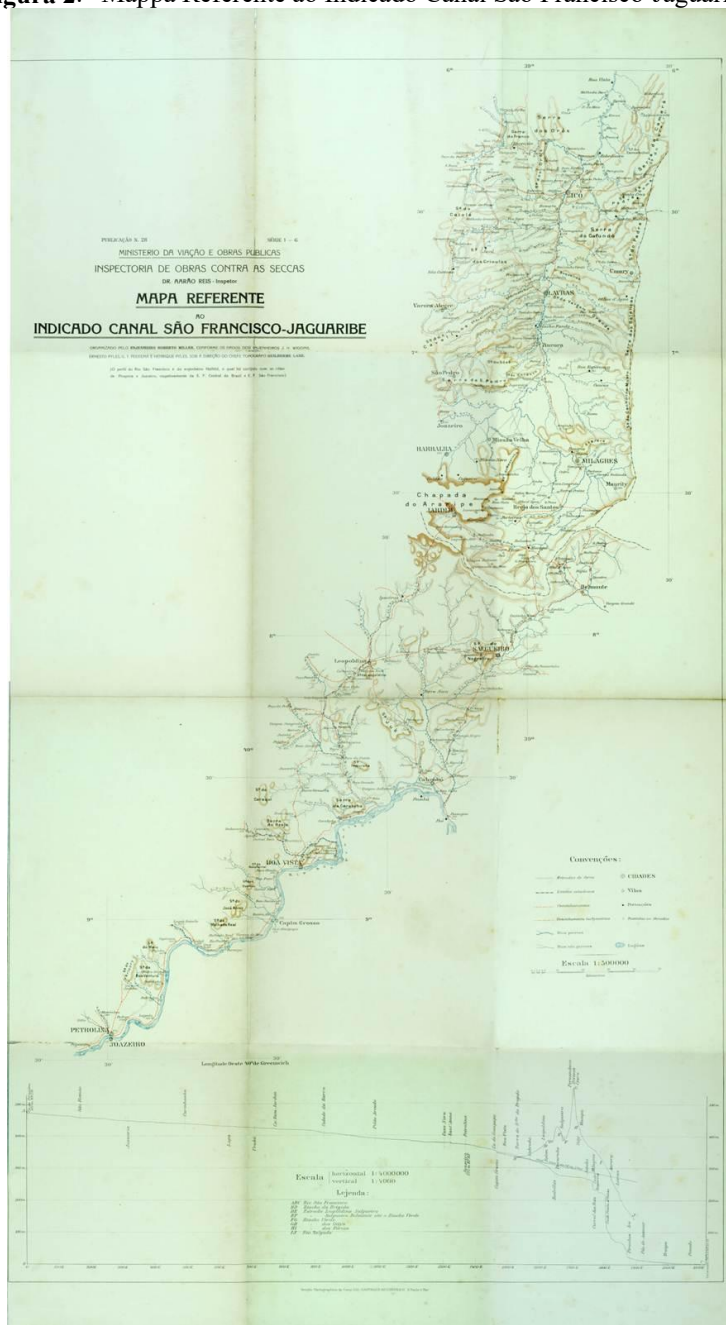
A obra gráfica se pautou em quatro questões principais: 1) a importância dada ao projeto de transposição; 2) a viabilidade do projeto; 3) os gastos necessários para efetivação; e 4) o impacto real na resolução da problemática das secas. Portanto, se tornou algo essencialmente esclarecedor para entender a decisão final pela transposição em 1915. Sua conclusão ocorreu em 1913, solicitada pelo então inspetor-chefe do órgão, o engenheiro Aarão Reis, conforme consta em seu relatório do mesmo ano, publicado também no relatório de 1920.

No ano de 1915, o Nordeste, como um todo, passava por um dos períodos de estiagens mais problemáticos da “história das secas”. A questão demandou a criação de um serviço especial dentro da IOCS, o de “Obras Novas Contra as Secas”. Esse setor visou maior desburocratização da verba destinada ao órgão, de maneira a permitir a execução de obras imediatas para ajudar na resolução das consequências ocorridas pela intensificação da seca de 1915. A prioridade para resolução das questões atreladas à seca daquele ano levou em consideração a construção e conclusão de algumas obras, no período compreendido entre 1915 e 1918. Nesse quesito, teve como objetivo interferir nas atividades ligadas à agricultura e pecuária a fim de melhorar a produção e sanar problemas relacionados às secas.

---

<sup>63</sup> Para mais informações acerca dos planos de transposição durante o Império, cf. OLIVEIRA, Gabriel Pereira. *A corrida pelo rio: projetos de canais para o rio São Francisco e disputas territoriais no Império brasileiro (1846-1886)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2018.

Figura 2. “Mapa Referente ao Indicado Canal São Francisco-Jaguaribe”



Fonte: Acervo HCUrb.

O destino das verbas conseguidas, diante da seca de 1915, demandou da “Obras novas Contra as Secas” soluções compreendidas como pragmáticas e que exigiam ação imediata de solvência. Esse ideal baseado em execução de obras materiais de grande porte para retenção de água, açudes em específico, convergia com a visão do engenheiro Aarão Reis, responsável pela coordenação do serviço (MORAES, 2010). Um aproveitamento dos recursos de forma a atingir maior aproveitamento, no sentido de quantidade de obras executadas e terminadas em curto tempo, passou a ser a maneira adotada para dispêndio dos recursos financeiros destinados. No cerne dessa estratégia, um dos motivos que levou a criação desse pacote de obras foi a busca

por uma menor burocratização para exercer modificações no espaço dos sertões nordestinos. Portanto, o mais importante, naquele momento, consistirá em obras as quais tivessem maior facilidade de execução e eficiente resultado já comprovado no combate às secas.

Não foi, portanto, injustificado o parecer final do referido relatório de Aarão Reis que aponta as informações expressas no “Mappa Referente ao Indicado Canal São Francisco-Jaguaribe”,

[...] determinou, definitivamente, a impraticabilidade de um canal que abastecesse o rio Jaguaribe, no Ceará, das águas do S. Francisco, para o que foi corrida uma linha taqueométrica desde Boa Vista, em Pernambuco, até Macapá, no Ceará, que revelou ser de 355 metros a altitude da Cachoeira do Genipápo (no S. Francisco) e de 550 metros a altitude mínima no divisor das águas desse grande rio das do Jaguaribe (REIS, 1913 apud REIS, 1920, p. 243).

Nesse sentido, o argumento técnico final expresso no relatório inviabilizou a possibilidade de execução das obras do São Francisco e direcionou os recursos para as práticas imediatas e que carregavam resultados positivos na resolução do combate ao problema já comprovadas, a açudagem.

## **MAPA FITOGEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE E CEARÁ-SUL (1922)**

As ações de manejo da vegetação não apresentaram grandes avanços no decorrer da década de 1910, quando comparado com outras frentes de atuação do órgão. A começar pela pesquisa científica, limitada aos levantamentos que resultaram no mapa botânico mencionado anteriormente. Em termos práticos, as atividades consistiram na atuação dos dois hortos florestais do órgão; algo bastante pontual para a dimensão da área afetada pelos efeitos das secas.

Essa situação ganharia outros contornos com a federalização da IOCS, em 1919, momento no qual seu regulamento foi reformulado e ganhou maiores direcionamentos para atuação na área agrícola. Dos 11 itens listados para definir o campo de atuação do órgão no art. 2 do decreto nº 13.687, de 9 de julho de 1919, dois deles merecem destaque pois muito possivelmente viabilizaram a volta dos estudos de vegetação e, mais importante, a elaboração do mapa fitogeográfico. Segundo o artigo primeiro do documento, a Inspeção deveria realizar o promover a “[...] cultura de essências florestais e plantas forrageiras em terras de açudes públicos [...]” e o “[...] levantamento cartográfico das regiões assoladas pelas secas; [...]” (BRASIL, 1919). Somado a isso, também está o retorno de Lisboa, afastado do cargo de inspetor desde 1912, infere-se, pelo paradoxo estabelecido entre pouca disponibilidade de

recursos e a valorização das obras hídricas em detrimento de ações mais planejadas, atitude tomada pelo órgão em vários momentos de crise.

Essa configuração de fatores culminou na elaboração do “Estudo Botânico do Nordeste” (1923), publicação que resulta dos levantamentos realizados pelo fitogeógrafo Philipp von Luetzelburg, entre os anos de 1912 e 1921. Há também o conjunto de cinco mapas fitogeográficos referente às publicações de número 48 ao 52 da série I-G; recurso didático para apresentar “os assuntos mais clara e nitidamente” (LUETZELBURG, 1922: n.p.).<sup>64</sup>

Dentre os mapas fitogeográficos, o de número 51 faz parte do material aqui analisado. Denominado “Mappa Phytogeographico dos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará Sul” (1922) (Figura 3) — consiste em uma cartografia temática em escala de 1:2.000.000, que abrange a totalidade do território potiguar e a parte sul do território cearense, correspondente à Chapada do Araripe e seu entorno imediato.

Os itens representados no mapa são áreas de vegetação degradada, terras muito férteis e plantações de cana-de-açúcar e áreas com cultura de algodão ou propícias para tal. Isto é compreensível, pois, à época, o algodão brasileiro e, sobretudo a variedade “mocó” encontrada na região do Seridó Potiguar, chamava atenção da Inglaterra, então maior consumidor do produto, conforme aponta relatório dos levantamentos aqui realizados em 1921 pela *International Federation of Master Cotton Spinners & Manufacturers Associations* (PEARSE, 1921).

Apesar de remeter à fitogeografia logo em seu título e, em parte, no seu conteúdo, outros elementos observados também foram espacializados no mapa como as reservas minerais mais significativas (cal e sal, e.g.) que, juntamente com a exploração vegetal, significavam possibilidades de exploração econômica e desenvolvimento para a região. Perpassada financeiramente por bons e maus momentos, a história da Inspetoria seria marcada mais uma vez pela diminuição orçamentária a partir de 1923. Trabalhos de cunho científico cessaram e, como esperado, a utilização do material elaborado por Luetzelburg só aconteceu com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e o consequente aumento de recursos para a Inspetoria. Neste momento viabilizou-se a instalação dos Postos Agrícolas, estabelecimentos fundados em 1933 para realizar o aproveitamento dos reservatórios públicos construídos e administrados

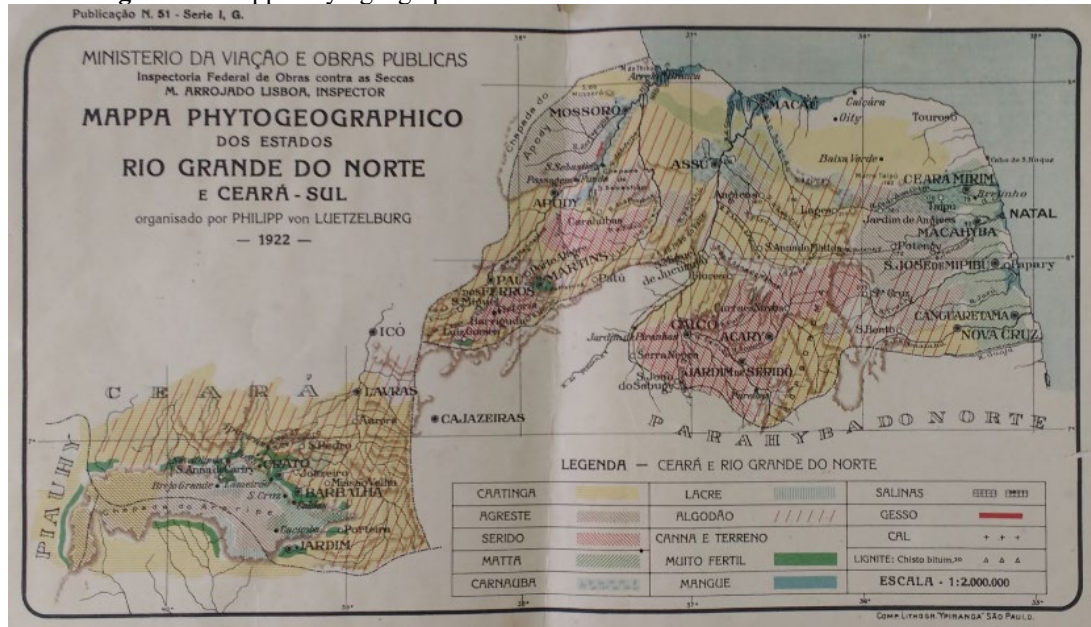
---

<sup>64</sup> Para compreender a importância dessa representação para a cartografia histórica do Rio Grande do Norte, cf.: SILVA, Adilson Pereira da. *Cartografia histórica da vegetação do Rio Grande do Norte: análise documental e geoespacial para a gestão do território (século XX)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.



pelo órgão por meio da irrigação, agricultura e capacitação da população. Retomava-se o que se tentou com Hortos Florestais, porém em uma escala maior e com ênfase na atividade agrícola.

**Figura 3.** “Mapa Phytogeographico dos Estados Rio Grande do Norte e Ceará - Sul”



Fonte: Instituto Histórico Geográfico da Paraíba/Acervo digital HCUrb.

Instalados no Rio Grande do Norte, os Postos Agrícolas Cruzeta e Mundo Novo recebiam apoio de outros seis postos dos demais estados sob jurisdição da Inspetoria. Segundo José Augusto Trindade (1940, p. 10), os “laboratórios de pesquisas de solos, águas e matérias primas vegetais e de investigações de fito-sanidade” localizados no Posto Agrícola de Sousa, no estado da Paraíba, constituíam uma rede integrada de promoção à agricultura no semiárido que, além de mudas, sementes e animais reprodutores, fornecia a orientação técnica à população sertaneja com saberes destinados aos distintos tipos de solo e potencialidades identificadas e cartografadas nos levantamentos fitogeográficos.

## CONCLUSÃO: UM FUTURO ESQUECIDO NO SILÊNCIO DOS MAPAS

John Brian Harley (2009, p. 12) coloca que “assim como certos exemplos de escritas ou de falas, os mapas exercem uma influência social, tanto por suas omissões quanto pelos elementos que elas representam e valorizam”. Ou seja, as omissões e elementos representados nos mapas carregam um teor de escolha. Esses usos diversos representam uma esfera de influência nos processos sociais analisados e que, nesse quesito e no caso específico dos mapas apresentados, representaram discursos e possibilidades na interação com a realidade

socialmente construída. Os mapas elaborados pela IOCS, ou em parceria, tiveram, de maneira geral, o atrelamento com um projeto que perpassou a representatividade descritiva do mapa.

A ideia de “combate às secas”, tão difundida durante os primeiros anos da República, encontrou na IOCS, representante do poder central, o porta-voz do pensamento oficial. A forma de condução do enfrentamento do problema das secas teve seu curso diretamente atrelado ao campo da melhoria do conhecimento cartográfico e da obtenção de dados geológicos, mineralógicos, climáticos e hídricos. O conhecimento de tais variáveis permitiu, para a época, a edificação de soluções técnicas específicas e que mudariam os rumos da história das secas no Nordeste, e do próprio Nordeste como região. As ações foram pautadas e pensadas pelo que foi oferecido pelos distintos especialistas envolvidos no corpo técnico e científico da inspetoria, entre esses saberes o cartográfico.

Nesse sentido, a representatividade da fonte cartográfica sob outro olhar, para além da esfera da representação objetiva e de localização, oferece novas peças de um quebra-cabeça nas informações do estudo social. Ademais, a não consideração de elementos gráficos presentes, ou não, nas cartografias obscurece a interpretação de períodos e decisões que possuíam dependência de efetivação de peças gráficas. Por fim, ao ter em vista as afirmativas anteriores, os mapas elaborados pela IOCS tiveram papel fundamental na possibilidade das obras realizadas pela instituição nas políticas de combate às secas e, por consequência, na lógica organizacional de modificação da Região Nordeste.

## AGRADECIMENTOS

Os autores deste trabalho agradecem ao Departamento de Arquitetura da UFRN, ao HC Urb, o qual apoiou e deu acesso a sua base de dados. Ademais, somos gratos ao CNPq, à FUNCAP e à CAPES pelas bolsas e recursos financeiros concedidos, que possibilitaram a realização do estudo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. *A produção do espaço norte-rio-grandense*. Natal: Editora Universitária. 1981.

BRASIL. Decreto n. 7.619, de 21 de outubro de 1909. Approva o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos da seca. *Diário Oficial Estados Unidos do Brazil*, Capital Federal, ano 48, n.250, 26 de outubro de 1909, p.7702-7704. Disponível em: <

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1732435/pg-2-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-10-1909/pdfView>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

DANTAS, George; SIMONINI, Yuri; FERREIRA, Angela Lúcia. Desenhando territórios: a cartografia de Candido Mendes e o “Nordeste” brasileiro do século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2011, v. 13, n. 2, p.87-99. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/396>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ENGENHEIRO Aarão Reis. *Revista Brasileira de Engenharia*, Rio de Janeiro, ano 16, tomo 31, n.4, abr. 1936, p.137-139.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre F.; FARIAS, Hélio Takashi M. Pensar e agir sobre o território das secas: planejamento e cultura técnica no Brasil (1870-1920). *Vivência*, 2008, v. 34, p. 41-62.

GONÇALVES, Jose Barboza. *Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil [em 1911]*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

SIMONINI, Yuri; SILVA, Adielson P.; FERREIRA, Angela Lúcia. “A verdadeira natureza da caatinga”: uma análise do mapa botânico do estado do Ceará e as ações da Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1910). In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre; SIMONINI, Yuri. (Org.). *Contra as Secas: técnica, natureza e território*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, v. 1, p. 310-338.

FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Désio R. R.; SIMONINI, Yuri. Representações para domínio do conhecimento e do território: a produção cartográfica da Inspetoria de Obras Contra as Secas (1910-1915). In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre; SIMONINI, Yuri. (Org.). *Contra as Secas: técnica, natureza e território*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, v. 1, p. 281-309.

SILVA, Adielson P.; FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Désio R. R. A Inspetoria de Obras Contra as Secas e o mapa da transposição do Rio São Francisco (1909-1913). In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George A. F; SIMONINI, Yuri. (Org.). *Contra as Secas: técnica, natureza e território*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, v. 1, p. 332-358.

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. *Confins*, 2009, no. 5, p. 1-24. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

MENDOZA VARGAS, Héctor; LOIS, Carla (Coord.). *Historias de la Cartografía Iberoamérica*. Nuevos Caminos, viejos problemas. México: UNAM, 2009.

PEARSE, Arno S. *Brazilian cotton*. 2. ed. Manchester: Taylor Garnett Evans & Co..1921.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

REIS, Aarão. *Obras novas contra as sêcas* (executadas de 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

REIS, Aarão. *Relatorio dos trabalhos executados durante o anno de 1913*. Rio de Janeiro: Inspetoria de Obras contra as Seccas, 1914.

SÁ, Francisco. *Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Publicas [referente à 1909]*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço - técnica e tempo. espaço e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

TRINDADE, José Augusto. *Os postos agrícolas da Inspeção de Secas: sua ação em face da irrigação e do ambiente econômico-social da região seca*. Rio de Janeiro: Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, 1940.

# CAPÍTULO 19

## ÒṢUN: UMA OUTRA REVELAÇÃO EPISTEMOLÓGICA EM JOGO DIVINIZATÓRIO

Oswaldo César Fernandes Copque, Especialista em Currículo de Formação Científica, Tecnológica e Cultural pela Universidade do Estado da Bahia, Servidor Inativo da Superintendência Previdenciária do Estado da Bahia  
Maria Raidalva Nery Barreto, Doutora em Educação e Contemporaneidade, UNEB, Professora da área pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, IFBA

### RESUMO

O presente texto tem como objetivo geral conhecer, entender e interpretar as tradições afro-brasileiras em seu campo religioso desenvolvido na África e no Brasil e revelar o perfil epistemológico de Òṣun na perspectiva africana e brasileira e o seu protagonismo e dominância no jogo divinizatório que acolhe parte da filosofia do nosso povo originário e os seus costumes culturais herdados na diáspora para além do seu espaço geográfico. Para tanto, tem-se o seguinte questionamento: Em qual proporção existe o protagonismo e dominância epistemológica do Orixá Òṣun no jogo de búzios? O tipo de pesquisa utilizado na construção deste artigo foi a bibliográfica, que é desenvolvida a partir de material já produzido, sobretudo de livros e artigos científicos. Os resultados deste estudo apontam que Òṣun é pilar, não só corpóreo, físico e biológico como também sustentáculo de conhecimento, de potência política e econômica, pois sem Òṣun nada prospera nada frutifica, nada gera. É necessário que toda a sociedade do candomblé se reformule para um perfeito funcionamento de suas instituições, compreensão, de todos os seus setores de atividades, e sobretudo respeito por parte de todos os seus adeptos.

**PALAVRA CHAVE:** Candomblé. Diáspora. Dominância. Jogo. Òṣun.

### INTRODUÇÃO

“Para aquele que não crê, nenhuma explicação é possível; para Aquele que crê, nenhuma explicação é necessária.” (Beniste, 2013)

Àgo mo jùbà agbagba  
Kolobo ba se' re  
Awa ba se' re  
Awa fu' re o.

Meus respeitos e licença aos ancestrais;  
Desejamos boa sorte  
Boas realizações

O lócus desta pesquisa visa retratar como objetivo geral a existência da epistemologia africana no sentido de contextualizar a presença ancestral do jogo divinizatório e dos Orixás no

modus vivendi do povo africano, em destaque o Orixá Ọ̀ṣun. Para tanto, será questionado o seguinte fundamento epistemológico através do jogo divinizatório que é Męřindílógún/Éęřindínlógún: Em qual proporção existe o protagonismo e dominância epistemológica do Orixá Ọ̀ṣun no jogo de búzios?

Sobre os antigos impérios e civilizações africanas, diz que os Domas, depositários da herança oral, antes de falar, dirigem-se às almas dos antepassados para pedir-lhes que venham assisti-los, a fim de evitar que a língua troque as palavras ou que ocorra um lapso de memória que os levaria a alguma omissão. Portanto, para todo participe ativo da comunidade afro-brasileira é de bom tom suplicar licença aos ancestrais para apresentar um tema de tão elevada relevância da cultura do Candomblé para o conhecimento da humanidade (BENISTE, 2013, p.276).

Fascinante e desafiador pesquisar para conhecer o universo feminino africano em período anterior à colonização, admirar-se com as epistemes locais e não contaminadas por percepções etnocêntricas da cultura judaica-cristã.

Desconstruir a imagem colonizada do Orixá Ọ̀ṣun associada a uma mulher doce, submissa, parideira para descrever um perfil totalmente antagônico ao pensamento colonial, para uma fêmea com o seu lugar político em uma sociedade não ocidental regida pelo poder masculino antes da colonização do seu país.

Como contraponto de complementariedade ao que é conhecido no Brasil como perfil em discursos reprodutivistas, etnocêntricos e pós-colonial, sobre a Ọ̀ṣun, essa discussão terá a participação argumentativa da feminista negra, ativista, professora e socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyewùmí (2016).

Para fornecer sentido ao conteúdo proposto, buscou-se a pesquisa qualitativa e bibliográfica mediante a utilização de livros especializados para perceber as múltiplas cosmopercepções da presença do Orixá Ọ̀ṣun, em sua tradição originária e na cosmovisão ocidental quanto a sua revelação epistemológica em jogo divinizatório. A partir dessa premissa, será deslindada a imagem de uma Ọ̀ṣun decolonizada em relação ao constructo mental europeu.

Neste estudo, será apresentado como traçado metodológico e epistemológico um nano contexto histórico social sobre o jogo do Ifá até o seu desdobramento em terras brasileiras, cujo desmembramento recebeu o nome Jogo do Męřindílógún, passando, também, por entidades fundamentais na tradição africana a exemplo de Orumilá, Exu até alcançarmos o protagonismo epistemológico de Ọ̀ṣun a partir de uma das parábolas de Ifá contada por Qşę̀tùwá (Exu).

## ATRAÇÃO PELO DESCONHECIDO

O homem costuma traçar planos em função de contingências e vaticínios, embora saiba que haja muita coisa do futuro desconhecida. Em razão disso, tem tentado penetrar neste desconhecido de várias maneiras. Dentre os meios mais utilizados, está o de adivinhação. Podemos definir a adivinhação como o ato de se obter informações acerca dos acontecimentos desconhecidos ou de acontecimentos futuros, originados de princípios sobrenaturais, mediante sinais e técnicas ocultas, (Beniste, 2013).

A adivinhação se acha sempre associada a uma decisão sobre importantes planos ou ações vitais a serem tomadas – casos de doença ou de morte; conflitos em escala pessoal ou coletiva; mudanças de alinhamentos sociais ou, talvez, de situações econômica; casos de perdas de calamidades etc.

Aconteça o que acontecer, a pessoa quer conseguir o melhor da vida. Conhecer a vontade divina, conseguir longevidade e prosperidade. Lucro na vida e sucesso nos empreendimentos são os desafios a serem enfrentados. Além disso, e isso pode ser próprio dos africanos, os homens acreditam que o mundo em que vivem é influenciado por certas forças mágicas, espíritos de ancestrais e outros. Creem também que é sábio e conveniente ter essas forças do seu lado. Assim, estão convictos de que o oráculo pode revelar o que essas forças estão planejando e o que pode fazer para prevenir, conciliar e satisfazê-las. (Beniste, 2013, p.87).

Os homens, no mundo inteiro, praticaram a predição idealizando vários métodos de realiza-las. Como outros povos de diferentes fés religiosas, os yorubás também praticam devido à formação religiosa a que são submetidos: conhecer os seus destinos (Odù). O que vier a acontecer sem estar programado deverá ser reajustado a interferência do olhador junto à divindade.

A arte da adivinhação já era praticada no antigo Egito, na Índia milenar, na Grécia, terra de oráculos e pitonisas, no Sinai, sendo proibida por Moisés, além de muitas outras terras que formam o berço de nossa civilização. Os árabes sabiam ler o destino nas areias, os chineses na folha de chá, povos nômades, como os ciganos, nos legaram a quiromancia, ou leitura das mãos. Um dos métodos que mais tem chamado atenção pública, nos últimos tempos, principalmente aqui no Brasil, é certamente o Jogo de Búzios.

Consoante Beniste (2013), o jogo de búzios possui a sua epistemologia própria e as seguintes características:

RELIGIOSA – Crença a respeito de Deus e das divindades  
FILOSÓFICA – Sabedoria da vida  
CIENTÍFICA – O destino das pessoas através das precisões  
LITERÁRIA - Narrativa de assuntos históricos e tradicionais  
MATEMÁTICA – Composição numérica dos Odù para a prática do jogo do Ibò, e o número dos elementos utilizados nas oferendas.

Todos esses elementos, devidamente interpretados, explicam a razão da origem de todas as coisas, a Vida e a Morte, O Ser Humano e a Ética Moral a ser seguida, explicam os Òrìsàs (Orixás) demais divindades, seus fundamentos, as folhas, os tabus, as cores e as razões dos ritos religiosos. É o mecanismo para as relações entre o Òrun (céu) e Àiyé (terra), ou seja, o plano físico e o espiritual. Oferecem a oportunidade constante de reequilíbrio aos desajustes observados na vida das pessoas mediante oferendas propiciatórias. Como diz o ditado: “A ki ndífá kámá yan ẹbọ” (Ninguém consulta Ifá sem ter de fazer uma oferenda). (BENISTE, 2013, p. 88).

## O JOGO DO IFÁ

Os Odù no Jogo de Ifá. O método mais famoso de predição yourubá é denominado IFÁ. São utilizados 16 coquinhos de palmeira devidamente selecionados e denominados IKIN; uma bandeja de madeira, de forma arredondada ou retangular, chamada OPÓN, onde é colocado um pó amarelado – ÍYÉRÓSÚN. Cada odù encontrado no jogo possui sinais particulares que são riscados na bandeja – ÉTÍTÉ ALÉ, consistindo esses sinais do Odù a mensagem de Òrúnmilà (BENISTE, 2013).

Os ODÜ podem atingir um total de 256 posições, sendo que para cada uma delas existem centenas de poemas (ESE), que deverão ser recitados por pelo BÀBÁLÁWO (Pai do Segredo). As mensagens são transmitidas habitualmente por parábolas, cabendo então a devida interpretação “ÓWE NI IFÁ ÓMÓRÁN NI ÍÓ Ó” (o IFÁ fala sempre por parábolas, ‘sábio é aquele que sabe entendê-las). (BENISTE, 2013).

O yourubá tradicional não se aventura a qualquer coisa que seja, sem uma consulta a Ifá. Nos relatos que falam das divindades e todas as suas aventuras, o Ifá está sempre presente para a consulta e decisão.

Esse costume vem sendo seguido como exemplo através de toda a história dos yourubá. Antes do noivado, do casamento, do nascimento de uma criança, durante os sucessivos estágios da vida, na escolha de rei e posse de algum chefe, antes do início de uma viagem, em tempos de crise, doença, em todas as circunstâncias, Ifá é consultado para se obter segurança e



orientação.

## MEṘINDÍLÓGÚN / ÈÈRÌNDÍNLÓGÚN

O sistema de consulta utilizando búzios foi introduzido no Brasil com as levas de escravos africanos que aqui chegaram a partir do século XVIII. O MeṘindílógun (jogo de búzios) praticado no Brasil é uma versão simplificada metodológica do jogo originário africano conhecido como o Jogo do Ifá.

O sistema de consulta utilizando búzios foi introduzido no Brasil e aceito pelas primeiras comunidades religiosas ao tempo de Ìyá Nàsó, pela sua possível opção de ser utilizado tanto por homens como por mulheres. Enquanto o Ifá e o Opelé são, ainda hoje, utilizados somente por homens, os búzios foram opção viável se considerarmos que os primeiros Candomblés foram dirigidos exclusivamente por mulheres.

O fato de que as adivinhas do jogo do ÈÈrindínlógún não são todas mulheres, e que este sistema de adivinhação é não uma província exclusivamente feminina não impediu os escritores de vê-lo como tal. Porque se o Ifá for erroneamente apresentado como um sistema masculino, não é surpreendente que o ÈÈrindínlógún seja visto como a metade inferior feminina (OYĚWÙMÍ, 2016, p 26).

## QRÚNMÌLÀ

É a divindade oracular conhecedora de todos os segredos ligados ao ser humano aos Òrìṣàs, que acompanhou ÒRÌṢÀNLÁ na criação do mundo nagô. Uma das mais importantes divindades do povo yorubá representa o princípio da sabedoria. Interpreta os desejos de Olódùmarè, a divindade suprema, e os transmite através das diversas práticas divinizatórias. No jogo dos búzios, é um dos elementos de transmissão das ordens divinas e Qrúnmilà o seu interprete por excelência. Conhece todos os gostos e proibições (ÈWQ); todas as folhas litúrgicas e medicinais (EWÉ); decide as oferendas e sacrifícios (ÈBQ); revela as características dos destinos (ODÙ); e o ÒRÌṢÀ pessoal de cada um (ÈLÈDÁ) (Beniste, 2013, p.23).

Qrúnmilà também é conhecido pelo nome de Ifá, que define o sistema de jogo e os instrumentos divinizatórios que lhes são atribuídos. Segundo as tradições Qrúnmilà, esteve presente quando o universo foi criado por Olódùmarè, (Deus Supremo), e assim explica-se o seu conhecimento que transcende todo o tempo, seja presente, passado, futuro e o espaço. Foi

testemunha da escolha do destino por parte de cada pessoa, daí a necessidade de se ir sempre a Qrúnmilà para descobrir o próprio destino e o seu caminho. Qrúnmilà representa os princípios do conhecimento, todas as situações que o destino de uma pessoa possui. Sorte, felicidade, tristezas e aborrecimentos são inseridos no seu odù e determinados por Olódùmarè, antes dela vir à terra. A pessoa em si de nada se lembra de que foi determinado, mas Qrúnmilà, que se achava presente quando o destino lhe foi traçado, sabe das circunstâncias e pode, portanto, avisá-la como modificá-la onde quer que seja possível. Ele possui todas as respostas para os problemas humanos, sendo também o porta-voz de todos os demais Òrìṣà (Beniste, 2013).

O yorubá tradicional não se aventura, a qualquer coisa que seja, sem uma consulta a Ifá. Nos relatos que falam das divindades e todas as suas aventuras, o Ifá está sempre presente para a consulta e decisão. Esse costume vem sendo seguido como exemplo através de toda a história dos yorubá. Antes do noivado, do casamento, do nascimento de uma criança, durante os sucessivos estágios da vida, na escolha de rei e posse de algum chefe, antes do início de uma viagem, em tempos de crise, doença, em todas as circunstâncias, Ifá é consultado para se obter segurança e orientação.

Nos terreiros de Candomblé, a primeira tarefa de uma pessoa, antes de qualquer tipo de participação e integração ao grupo, é de passar por uma mesa de jogo para saber suas reais aptidões e as determinações iniciais de seu Òrìṣà. Nada se realiza dentro do Egbe (sociedade), sem que antes seja ouvido os Òrìṣà, seja na realização de ritos diversos, iniciações ou mesmo simples obras. (Beniste, 2014, p 97).

Quando Qrúnmilà estava na Terra, era ele a ligação direta entre Òrun, o céu e Àiyé, a terra. Com o seu retorno final ao Òrun, o Ifá (os 16 coquinhos) passou a ser o intermediário do processo de comunicação entre os poderes da terra e os celestiais. Assim, nasceu o sistema de Ifá, baseado num elaborado conjunto de regras e no complexo corpo literário em que os desejos de Olódùmarè (Deus Supremo) e das demais divindades podem sempre ser averiguados, através desse processo (Beniste, 2013).

Para alcançar o perfil histórico social do jogo de Ifá, e conseqüentemente o que os Orixás expressam nos Odùs (caminhos), é necessário conhecer a gênese das principais divindades de comunicação em consulta oracular que são Qrúnmilà e Èṣù (Exu).

## ÈṢÙ NA CONSULTA DIVINIZATÓRIA

Apesar de profunda sabedoria, conhecimento e autoridade de Qrúnmilà, às vezes, ele fica na dependência do poder de Èṣù, por ser este o guardião do ÀṢÈ, representação da autoridade e do poder divino com o qual Olódùmarè criou o Universo e manteve as suas leis físicas. Èṣù é,

certamente, a divindade mais chegada a Qrúnmilà, mas o seu relacionamento nem sempre é cordial, isso porque Èsù, como fiscalizador universal, é imprevisível e não pode, por consequência, ser aliado permanente de alguém. (BENISTE, 2013, p.25).

## **ÒRÌSÀS NO JOGO DE BÚZIOS**

Os Òrìsàs falam durante o jogo de búzios. Posicionando-se, como porta vozes das mensagens transmitidas pelos Odù, podendo ali revelar-se como guardiãs das pessoas, Eledá. A característica de cada Òrìsàs deve ser levada em consideração por ocasião da caída, sendo que, em muitos casos, são eles próprios os personagens das histórias reveladas pelo Odù. Como ilustração, podemos considerar algumas posições de Òrìsàs e o que representam no jogo: Omoludoenças, morte; Ogun-luta, emprego; Osoosi- viagens; Osala-tranquilidade, sofrimento; Òṣun-amor, choro. Ainda nessa discussão, será abordada o que expressa a presença de Òṣun no jogo de búzios. Como o arquétipo representativo da tradição Yorubá está centralizado no universo feminino, para se ter alcance amplo sobre Òṣun, esse estudo conhecerá algumas nuances do trato da mulher em terra africana (BENISTE, 2014, p.113).

## **PROTOGANISMO E DOMINÂNCIA DE ÒṢUN NO JOGO DE BÚZIOS**

Consoante (BENISTE,, 2004), no Brasil, a presença de Òṣun no jogo do Èṣérìndínlógún ou Mèṣérìndínlógún, aponta mulher graciosa, elegante, sensual, delicada, sem muita saúde, reservada, encantadora, dependente, meiga, sorridente, preguiçosa, ingênua até certo ponto, emotiva, voz suave, adora jóias. Essa era a leitura de um discurso reprodutivista desde a época colonial até a contemporaneidade, criado por pessoas respeitáveis, com uma tradição aparentemente lógica, porém enganadora.

Como contraponto, OYĔWÙMÍ (2016) apresenta uma narrativa, uma epistemologia endógena sobre a presença de Òṣun no jogo do Èṣérìndínlógún, baseada em artigos antológicos onde enfoca nos mitos de Ifá, a associação íntima entre Oseetura e Òṣun nesse sistema advinhatório. Esse pedaço de tradição oral tem sido o veículo preeminente para incorporar construções de gênero profundamente na ontologia Yorubá. Tem sido interpretado por vários estudiosos como uma documentação de uma luta de gênero entre os primordiais òrìsà, em que Òṣun, é a única divindade feminina que entre eles triunfa. Mas primeiro aqui está um resumo dos elementos básicos do mito de Oseetura.

O primordial òriṣà (Irúnmòlẹ̀) veio à terra de sua morada no outro mundo (orun) porque Olódùmarè (o Ser Supremo) lhes deu a tarefa de tornar a terra habitável para os humanos. Haviam 17 divindades na festa, e Ọ̀ṣun, o décimo sétimo, era diferente. Quando eles chegaram à terra, os 16 Odùs trataram de tornar o mundo habitável, mas não consultou com Ọ̀ṣun, o décimo sétimo. Eles ignoraram Ọ̀ṣun e continuaram com seu próprio negócio. Mas, infelizmente, eles não tiveram sucesso em seus esforços. Quaisquer planos que eles fizeram, e quaisquer tarefas que eles colocaram em suas mãos, não obtiveram sucesso. As coisas ficaram muito ruins: a terra estava de cabeça para baixo e não havia normalidade. Eles ficaram perplexos com esta reviravolta nos acontecimentos e no final de suas contas quando eles voltaram para Olódùmarè para lamentar seu fracasso em cumprir a missão na terra. Olódùmarè então perguntou: "Quantos de vocês estão aqui?" Eles responderam 16. Então Olodùmarè, que é considerado como o Ser Supremo, questionou-os ainda: "Quanto vocês eram quando deixaram o outro mundo? Eles responderam que eram 17. Ao ouvir isso, Olódùmarè os advertiu por serem encrenqueiros, e disse: "Aquele que vocês deixaram para trás, se não a trazer aqui, não haverá qualquer solução para o seu problema. Se vocês continuarem desta forma, vocês sempre falharão." Então eles voltaram para a terra, fizeram as pazes com Ọ̀ṣun e se dirigiram a ela como "Mãe, a proeminente trança de cabelo com o pente de contas de coral (OYẸ̀WÙMÍ, 2016, p.41).

Resumindo a história contada neste capítulo de Ifá, Odus afrontam ao Ser Supremo que designou seu papel como crítico para o ser humano e ordem espiritual. O odu Ifa reconhece a presença de sexismo, mas reconhece que não tolera isso.

Por suas ações, os orixás machos prejudicam a decisão de Olódùmarè para capacitar Ọ̀ṣun em primeiro lugar, e Olódùmarè os humilha antes dela, o versículo de adivinhação acima, o Deus-Criador colocou todas as coisas boas em Terra sob o comando de Ọ̀ṣun, tornando-a "a fonte vital", como seu nome sugere. Sem a sanção de Ọ̀ṣun, nenhuma cura pode ocorrer, nenhuma chuva pode cair, nenhuma planta pode dar frutos e nenhuma criança pode vir ao mundo. Onde está a dicotomia de gênero aqui? Não há limite para o domínio de Ọ̀ṣun, estende-se a todo o mundo; não há dois domínios aqui, muito menos uma dicotomia de gênero. (OYẸ̀WÙMÍ, 2016).

Ọ̀ṣun é a primordial Ìyá. Princípio social dominante de antiguidade no ethos Yorùbá, reconhecimento incorreto de Ọ̀ṣun como outra coisa que faça Ìyá equivale a um insulto. Talato que não concede a Ọ̀ṣun civilidades devidas a um idoso, especialmente aquele que deu à luz. Ọ̀ṣun era superior não apenas relativamente (devido à idade), mas qualitativamente porque a divindade deu à luz a eles.

A chave para entender este versículo de adivinhação é a categoria socio espiritual de Ìyá. Oyèrónkẹ̀ (2016) utiliza uma versão de Osetura apresentada por David Ogungbile, que a informação mais importante no mito de Osetura não é que Ọ̀ṣun é uma mulher, mas que Ọ̀ṣun é Ìyá.

Portanto, o Deus é o mais antigo e sênior do grupo e deve ser respeitado. Posteriormente,

uso o pronome eles que associa Ọ̀ṣun e Ìyá, que é o de reverência e formalidade em Yorùbá como uma forma de minimizar a implacável generalização realizada pelo uso inadequado da língua inglesa.

A singularidade de Ọ̀ṣun dentro do grupo é que Ọ̀ṣun é Ìyá, o procriador. Aqui estão algumas ilustrações do texto: “Temos estado no Criador e foi lá que descobrimos que todos os Odu foram derivados de você [Ọ̀ṣun], "Ela era uma ajé (feiticeira)."

Outro aspecto ligado a Ọ̀ṣun é a magia, a feitiçaria. Ela é considerada a senhora da adivinhação, aquela que, além de Exu, conhece o jogo de búzios. É considerada a dona do oculto, dos feitiços e está intimamente ligada às chamadas Grandes-Mães, as Ìyàmi. Ọ̀ṣun é considerada a senhora maior de todas as Ìyàmi e, em termos espirituais, é ela quem preside esse grupo de deidades (OYĚWÙMÍ, 2016). Essas divindades são também chamadas de *àjé*, que foi erroneamente traduzida, no ocidente, como “bruxa”, contudo.

Nas tradições iorubás contidas em Osetura, *àjé* é sinônimo de Ìyá. A narrativa frequentemente citada continua, “todas as mulheres são *àjé*” (*ibid.*), que é um ser espiritualmente poderoso e abençoado. Mas a palavra foi traduzida para o inglês como “bruxa”, e em muitas partes da sociedade iorubá atual, a categoria foi demonizada: ser chamada de *àjé* é um prelúdio para a perseguição em uma sociedade saturada de noções cristãs, ocidentais e islâmicas de religião e espiritualidade apropriadas. As más tradução e compreensão *àjé* como “bruxa” resultaram em dicotomias de gênero que colocaram anafêneas em geral, e Ìyá em particular, na categoria de demônio (OYĚWÙMÍ, 2016, p. 35).

Mas *àjé*, desde a cosmo percepção iorubá, descontaminada da visão cristã, não se refere às bruxas, no sentido eurocêntrico da palavra. Como sabemos de Osetura, Ọ̀ṣun, Ìyá nla, a Ìyá primordial, é a icônica *àjé*: ela é cultuada por seus poderes *àjé*, para dar crias a quem lhe devota, e para fornecer os recursos para alimentá-las. Ọ̀ṣun é a divina *àjé*. (...) Durante o festival de Ọ̀ṣun em Oxogbô, um grupo de mulheres canta canções que revelam que Ọ̀ṣun é uma bruxa e que a maioria das mulheres, se não todas elas, que são suas devotas, também é bruxa. Há devotas de Ọ̀ṣun que cantam no *grand finale* de seu festival. Uma de suas canções diz: ... “o grupo das bruxas de Ọ̀ṣun é o dono das crianças. Siga Ọ̀ṣun para que você seja abençoada com crianças para dançar”. O ponto de ênfase deste grupo de mulheres é que Ọ̀ṣun é uma bruxa que usa seu poder paraabençoar as pessoas com crianças e riquezas (OYĚWÙMÍ, 2016, p. 45).

Ọ̀ṣun, sendo uma *àjé*, é aquela que conhecendo os segredos da magia está sempre em favor dos seus filhos e filhas, daqueles que procuram sua força e amparo, porém não gosta de

ser insultada, desrespeitada ou escarnecida. A representação iorubá de *Ìyá* como *àjé*, como discutimos no caso do orixá *Ọ̀ṣun*, permanece ressonante e fala da compreensão da procriação e dos poderes espirituais que dela decorrem. Poder procriar é considerado um presente, um dom espiritual (OYẸ̀WÙMÍ, 2016, p. 47).

*Ọ̀ṣun*, esse orixá está para além do domínio da sedução, vaidade, sexualidade e fecundidade. *Ọ̀ṣun*, representa muito mais que isso. Esse estudo percebe que *Ọ̀ṣun*, é opilar, não só corpóreos, físico e biológico, como também sustentáculo de conhecimento, de potência política e econômica. Por isso, *Ọ̀ṣun* ocupa o cargo de Yalodê.

Na tradição do povo iorubá, esse termo quer dizer grande senhora, grande dama da sociedade, aquela que lidera as mulheres da cidade, exercendo um papel fundamental e imprescindível na comunidade, provando assim, que não só a vaidade e a futilidade de *Ọ̀ṣun* deve estar relacionada. Ou seja, desde a ancestralidade, *Ọ̀ṣun* nos mostra como as mulheres souberam subverter a lógica patriarcal e machista dominante que trazemos nos movimentos de resistência até então:

Ao contrário do raciocínio ocidental, as mulheres negras evidenciaram destreza corpórea, em submissão política em defesa do abolicionismo e do sufrágio, preocupadas e superar toda e qualquer opressão, sem que, para isto, credenciais acadêmicas validassem esse conhecimento. (AKOTIRENE, 2019, p. 3).

O imaginário colonial patriarcal pretende reduzir *Ọ̀ṣun* às figuras estigmatizadas da donzela virgem, da mãe imaculada ou da “vênus negra”, hipersexualizada. Todo esse constructo mental patriarcal coletivo pretende diminuir a (matri)potência que *Ọ̀ṣun* representa e tenta submetê-la a fetiches coloniais. *Ọ̀ṣun* é a potência sagrada criadora da vida, em todos os sentidos.

Criação de vida com afeto, com amor, no cuidado, na partilha do cotidiano, na ampliação dos laços familiares, tendo em nossas Ialorixás, sejam elas de que santo for, a matripotência de *Ọ̀ṣun*. Dessa forma, *Ọ̀ṣun* extrapola um imaginário colonizado e nos inspira a pensar uma outra ética do ser-viver, assentada na comunidade, na partilha, na comunhão e, sobretudo, na produção da vida e do conhecimento. (OYẸ̀WÙMÍ, 2016).

A partir desse Itan (parábola), esta pesquisa se permite pensar e refletir respaldada que, anterior ao período colonial, a questão de gênero não era compreendida como uma categoria colonial, bem como a categoria *Ìyá* (mãe) não se constitui como uma categoria genuína de gênero.

Ora, a colonialidade do poder no intento de impor os seus próprios padrões de produção

conhecimento e significado, esse impôs um sistema de gênero sobre os colonizados onde criou arranjos muitos diferentes para machos e fêmeas do que para brancos. No contexto organizativo da sociedade Yorùbá, o gênero não era um fator de classificação de informações, para essa sociedade a categoria social existente na era pré-colonial era a categoria Ìyá (OYEWÙMÍ, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados neste artigo têm algumas respostas para o objetivo geral: conhecer, entender e interpretar as tradições afro-brasileiras em seu campo religioso, desenvolvido na África e no Brasil, e revelar o perfil epistemológico de Òṣun na perspectiva africana e brasileira e o seu protagonismo e dominância no jogo divinizatório que acolhe parte da filosofia do nosso povo originário e os seus costumes culturais herdados na diáspora para além do seu espaço geográfico.

Existem, fundamentalmente, duas maneiras de orientar os estudos de tradições afro-brasileiras em seu campo religioso: descrevendo-as e interpretando-as. No primeiro caso, as explicações dos acontecimentos se encontram em sua própria prática, e, como elas não se explicam por si próprias, há uma necessidade de entendê-las e interpretá-las em seu conjunto.

Os ritos do candomblé não podem ser entendidos apenas por tê-los visto. Todas as situações estão interligadas – atos, cânticos, rezas, símbolos, as consultas divinizatórias – e se enquadram numa estrutura ampla, que cabe a pesquisa explicar.

Neste singular estudo, o leitor é conduzido a conhecer uma Òṣun jamais descrita por discursos eurocêntricos. Aqui, pudemos perceber a magnitude desse Òrìsà que está para além da doçura, fragilidade, aqui conhecemos através dessa entidade o grande poder feminino, a própria criação, a matripotente que determina quem vai ou não nascer, o que faz ter uma relação muito grande com as mães ancestrais, sendo ela a primeira delas.

Entendemos que Òṣun é pilar, não só corpóreo, físico e biológico como também sustentáculo de conhecimento, de potência política e econômica, pois sem Òṣun nada prospera nada frutifica, nada gera. É necessário que toda a sociedade do candomblé se reformule para um perfeito funcionamento de suas instituições, compreensão, de todos os seus setores de atividades, e sobretudo respeito por parte de todos os seus adeptos.

A abertura para difundir o conhecimento é uma realidade que não permitirá retrocesso.

A partir dessa construção, se abrem outras possibilidades de pesquisas para que os pesquisadores e toda a comunidade afro-brasileira possam se enveredar por outros caminhos.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Letramento, 2019.

BENISTE, J. **Jogo de búzios: um encontro com o desconhecido.** 9ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **Orun -Àiyé. O encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a terra.** 11ª. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2014.

OYĚWÚMÍ, O. *What Gender is Motherhood?: Changing Yorùbá Ideals of Power, Procreation, and Identity in the Age of Modernity.* New York: Palgrave Macmillan, 2016.



# CAPÍTULO 20

DOI: 10.47402/ed.ep.c202169518608

## EDUCAÇÃO PARA RESISTÊNCIA: COMBATE CRÍTICO AO RACISMO NA INFÂNCIA COM O LIVRO DIDÁTICO\*

**Dulcinéia Alves Teixeira Ferrari**, mestranda em Educação (UEMS), docente da Rede Municipal de Ensino (REME) de Campo Grande (MS)

**Keyla Andrea Santiago Oliveira**, doutora em educação, docente efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

### RESUMO

A representatividade das crianças negras é primordial para a construção de uma sociedade empoderada e que luta pela igualdade dos direitos. Pesquisas de Corrêa (2017), Cruz (2018), Santiago (2015), Dias (2012) apontam que ainda há práticas docentes e discentes que inferiorizam o tratamento dessas crianças e, que, estas, resistem contra elas. Silva (2015) afirma que o racismo se ressignificou e surge em episódios “disfarçados” no livro didático. O manual é a substancial ferramenta docente. Nesta pesquisa perceberemos como essas segregações aparecem. Foram analisados manuais direcionados ao ensino fundamental I, do segundo ao quinto ano. Imagens, fotografias, palavras e atos de desvalorização racistas, também o não cumprimento da lei 10639/2003 foram investigados. Assim, são visíveis os resultados a partir de um contexto de sociedade que tem “autorização discursiva” para discriminar, diminuir e até matar. Contudo, parte desta mesma sociedade não “tolera” as violências e dentre elas, a do racismo. Nesta perspectiva, Adorno (1995) aponta que discussões críticas podem evitar que a barbárie ocorra, repetindo fatos históricos semelhantes ou mais grotescos que o Holocausto nazista, os campos de concentração como os de Auschwitz, ou ainda o perverso processo de escravização brasileiro. Ainda há um vasto caminho a percorrer em se tratando do livro didático, para o combate crítico ao racismo ele ainda precisa de substância.

**Palavras-Chave:** Racismo na infância. Livro didático. Educação emancipatória. Teoria Crítica.

### INTRODUÇÃO

Após a leitura de intelectuais que estudam o racismo na infância, a crítica ao livro didático e a educação emancipatória, o estudo foi iniciado com a construção da análise documental e pesquisa qualitativa. Para Marques *et al.* (2008), a pesquisa qualitativa acontece quando os dados não “são passíveis de serem matematizados” e se dá no universo das Ciências Sociais e que de “grosso modo podem ser entendidas como a visão de mundo”.

Na primeira etapa desta pesquisa, os livros da coleção “Vem Voar Interdisciplinar”, do segundo ao quinto ano foram analisados, porém usamos fragmentos de alguns deles. Esse

material contempla crianças com idades que podem variar entre seis e doze anos e estão inseridas nos anos iniciais. A análise foi em busca de imagens e palavras que estereotipassem, constrangessem ou instigassem o racismo contra mais de 56% de pessoas brasileiras. Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) esta é a porcentagem de pretos e pardos no país. O cumprimento ou não da lei 10.639/2003 também foi analisado nas páginas do manual didático.

Aqui são destacadas ações fundamentais para a formação educacional para as relações étnico-raciais e as discussões do tema para a consolidação de uma sociedade antirracista, crítica, questionadora e transformadora. A criticidade está distante da representação de ingenuidade, entretanto, está atrelada ao campo das tensões, dos questionamentos, dos conflitos, das inquietações, das desconstruções necessárias para desencadear a inflexão. As experiências compartilhadas são sobretudo reflexões na perspectiva de paradigmas históricos-sociais-culturais.

A representatividade é primordial e leva ao empoderamento, ao desenvolvimento de posturas críticas, de embates, de tensões. Esse empoderar permite que o sujeito tenha “...voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão.” (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007, p.486). Possibilita a consciência de que todos e todas são iguais perante a lei, embora sejam e possam ser diferentes na compleição física, no modo de pensar, de se expressar, dentre outras especificidades humanas. É necessário que as crianças e - adultos também - compreendam que estas características não as tornam inferiores ou incapazes. Essas características permitem a exposição de diferentes belezas. Isso efetiva a compreensão de direitos, a relevância das diferenças, da autoestima e a capacidade de viver com toda a sua singularidade e complexidade a infância, gestando na personalidade aspectos de resistência e autonomia, o que nos remete às análises presentes na Educação Emancipatória (ADORNO, 1995). Essa educação constrói o pensamento crítico-democrático e a certeza de pertencimento. Para que isso aconteça, é preciso contemplar a formação acadêmica de maneira “formativa, diferenciada e múltipla” (ADORNO, 1995, p. 169).

As pesquisas de Corrêa (2017), Cruz (2018), Santiago (2015), Dias (2012) apontam que há práticas docentes e discentes que inferiorizam as crianças negras, e, que estas meninas e meninos resistem contra elas. Muitas vezes essas práticas discriminatórias são minimizadas e não são problematizadas com a devida importância. As crianças que percebem esse tratamento não querem retornar à escola. Algumas choram, denunciam, se isolam, questionam ou exigem

tratamento igualitário. Outras, não sabem como reclamar ou denunciar. Desta maneira, “numa relação especular, as crianças se veem através das imagens desqualificadoras construídas por suas professoras, por seus pares, pessoas com quem convivem.” (SOARES, 2013, p. 10). Com a falta de ação de combate a essas ações, o racismo pode se apresentar como perpetuado, permitido.

A filósofa Djamila Ribeiro conta experiências no “Pequeno Manual Antirracista”. Ela compartilha que a escola foi um “divisor de águas”, pois não se sentia pertencente ao local que evidenciava a supremacia racial não-negra. Relata que no convívio familiar era amada, e que quando chegou à escola percebeu um espaço antagônico ao da sua vivência. Ela descobriu que “ser negra era um problema para a sociedade”. Os xingamentos eram cruéis e a afetaram: “comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa” (RIBEIRO, 2019, Online, s/p).

A partir de exemplos e relatos como os de Djamila Ribeiro, analisaremos alguns manuais didáticos com maior atenção aos assuntos que envolvem o cumprimento ou não da lei federal 10.639/2003 que tornou obrigatório o estudo de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira em todas as escolas, tanto as privadas quanto as públicas. A lei instituiu também a inclusão do dia 20 de novembro - como dia da Consciência Negra - no calendário escolar. A regra categórica determina que a luta, a cultura, a importância dos/as negros/as para a formação da sociedade seja ensinada e estudada, o que colabora com a desconstrução e revelação de fatos históricos encobertos. A efetivação da lei foi em decorrência das manifestações e atuações acirradas dos movimentos negros no Brasil (especialmente a partir de 1970), da promulgação da Constituição Federal de 1988 e no período de governos petistas.

## **1. A NECROPOLÍTICA: UMA POLÍTICA DE MORTE COLABORA COM O RACISMO**

Essas ações estatais são classificadas como necropolítica (Mbembe, 2020). Esses atos violentos descortinam a mais perversa face de sua execução: a exclusão, a evasão, a miséria, a prisão, a estatística, a política de morte. Como exemplo dessa política de morte podemos salientar o Mapa da Violência publicado no ano de 2019. O documento denuncia que mais de vinte e três mil jovens negros, com idades entre quinze e vinte e nove anos são assassinados por ano. São sessenta e três por dia e um a cada vinte e três minutos. Com estes dados estatísticos em análise fica evidente que a eliminação das pessoas negras continua ativa mais do que das

pessoas não-negras. Esse projeto de eliminação necessita ser combatido, confrontado, descortinado e banido. Tal assunto nos remete aos séculos XIX e XX.

Entre o final do século XIX e começo do XX havia o pensamento intencional europeu de eliminar negros/as e mestiços/as, segundo relata Santos (2010). Era o projeto da eugenia. A partir desse propósito, a conclusão era de que em um século o país seria somente dos/as brancos/as (Santos, 2010, p.30). Assim, surgiu outra maneira de ver a população não branca e com ela nasceu um mito ideológico: a democracia racial. Conforme Munanga (2014) o país era visto como um lugar sem preconceito ou discriminação, era um “paraíso racial”.

Ainda sobre o assunto, Santos (2010) continua a crítica e afirma que como a “eliminação” sucumbiu, o momento era de exaltar as raças, a mestiçagem, no intuito de invisibilizar o preconceito, o racismo e as discriminações. Autoridades discursavam que “[...] o Brasil era um país promissor devido às suas riquezas naturais, extensão continental e ao seu povo mestiço, trabalhador, alegre e, acima de tudo, hostil à praga do ‘preconceito de cor’, outro nome dado ao racismo” (SANTOS, 2010, p. 31).

Munanga (2014) frisa que até o ano 2001, quando ocorreu a Terceira Conferência Mundial da ONU (Organização das Nações Unidas) contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, a discussão não tinha importância na imprensa, nos governos e na sociedade. Conforme aponta Munanga “enquanto permanecia essa consciência tranquila dos dirigentes e da sociedade civil organizada, inúmeras injustiças e violações dos direitos humanos foram cometidas contra pessoas negras e indígenas.” (MUNANGA, 2014, p.37).

Por acreditar e “normalizar” a subalternidade é que a História detalha crueldades extremas vivenciadas no passado e na atualidade, pois os assuntos inferiorizantes não discutidos ou questionados se naturalizam entre a sociedade. Assim, o Holocausto e a Escravização são exemplos de crimes contra a humanidade. Milhares de pessoas, dentre elas, crianças, perderam suas vidas nesses processos. Nestes dias, estamos experienciando situações semelhantes. Com a pandemia da COVID 19, milhares de famílias perderam pessoas e não um número ou uma estatística. O problema atingiu todos os segmentos sociais e mostrou suas fragilidades. Além desses fatos, há também, a fala de autoridades autoritárias reduzindo a letalidade da doença. Isso conduz uma parcela ampla da população a provocar a “repetição das câmaras de gás e dos banhos de desinfecção”, numa roupagem atualizada. A situação catastrófica nos remete aos fatos históricos, como o ocorrido no campo de concentração de Auschwitz. Para que os judeus

fossem levados sem resistências, os alemães afirmaram que ambos teriam uma “nova” vida com reassentamentos, empregos e mudanças.

Estudar, combater, denunciar e resistir ao discurso racista, de ódio, preconceituoso, xenofóbico, etnocêntrico e de objetificação dos seres humanos é imprescindível para efetivar a liberdade das gerações, a consolidação e fortalecimento dos direitos, da emancipação, da autoestima, da vida. Não há conquistas e transformações sociais sem resistência, sem debates, sem confronto, sem reflexões, sem considerar questões econômicas, sociais, históricas e religiosas.

Vale ressaltar que no primeiro semestre do ano de 2020 os debates e ações contra discursos e atos racistas foram expostos em forma de protestos. Como resultado, as manifestações eclodiram no mundo. Podemos salientar os assassinatos de George Floyd (EUA), de crianças brasileiras, de um pai preto que teve o carro almejado com mais de 250 tiros, da derrubada das estátuas de colonizadores ou ligados ao tráfico de escravos/as. Jamil Chade, colunista do site UOL, pontuou que há novas reivindicações dos movimentos de manifestantes. Dessa vez, questionam os nomes de ruas e praças, além de afirmar que alguns símbolos homenageiam os opressores. Um exemplo significativo: “Depois da proclamação da República [...] Rui Barbosa assina um decreto [...] dispondo que deveriam ser queimados todos os documentos relativos ao período escravocrata.” (OLIVEIRA, 2013, p. 24)

## **2. A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA MOSTRA RESULTADOS QUE EMANCIPAM**

Favoráveis a uma educação antirracista podemos confrontar as personalidades autoritárias e seus seguidores, intelectualmente, com reflexões tensas acerca da opressão e dominação que desejam impor sobre determinados grupos sociais. Em Adorno (2019) percebe-se que a raiz do preconceito está na ótica da construção histórica, na “estereotipia hostil” (ADORNO, 2019, p. 260-266), na alienação social e no exercício da personalidade autoritária. O frankfurtiano não demonstra otimismo ao refletir criticamente sobre posicionamentos, verbalizações sociais, específicas contra determinados grupos (negros, judeus, armênios e outros). Ele acredita na correção da estereotipia pela experiência de se evitar propagação de ideias malignas sobre povos e culturas. Com os exemplos da personalidade autoritária, Adorno mostra que quando questionados, não encontram argumentos convincentes para tal ponto de vista. Muitos deles são superficiais, estereotipados e inacreditáveis. Nas experiências compartilhadas e vivenciadas por esses/as pensadores/as e docentes a análise e percepção da

importância das intervenções positivas são valiosas para reduzir, diminuir e eliminar as inferiorizações, elevar a representatividade das diferenças, questionar e repensar sobre e de que maneiras os preconceitos, as discriminações e racismos são potencializados nos espaços da sociedade. O preconceito, a injúria racial e racismo são distintos e, por vezes, são “invisíveis” em determinados ambientes, além de ferir e causar reações inesperadas.

A transformação da cultura ocorrerá também através da intervenção das crianças. Certamente, a pessoa que conta uma piada racista ou tenta subalternizar será confrontada com uma resposta de resistência misturada com beleza e ingenuidade. E essas falas precisam partir não apenas das negras ou indígenas, mas de todas elas, pois teriam a consciência de se colocar no lugar da outra pessoa.

Dias (2012) é coesa ao afirmar que construir nas crianças pequenas o entendimento “de que as diferenças observadas na convivência entre seus pares é algo positivo está na contramão da política de identidade que deseja estabelecer hierarquias entre as pessoas. (DIAS, 2012, p. 667). Assim, ao desconstruir padrões únicos e engessados, elas constroem, compartilham e perpetuam a cultura da igualdade de direitos e oportunidades. Adorno (1995, pp. 120 e 121) corrobora que conforme a psicologia “todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância”. A primeira infância vai do nascimento aos seis anos, portanto, é preciso iniciar o processo de formação cultural com as crianças pequenas, no combate à semiformação, da qual advém os mais diferentes absurdos, dentre eles, o racismo.

### **3. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DIRECIONADOS PARA AS CRIANÇAS**

Todo esse contexto de inferiorização, em muitos casos, encontra respaldo em um instrumento voltado para a educação: o livro didático. Para Silva (2015), “o tema ‘racismo nos livros didáticos’, embora episódico, não é novo na pesquisa educacional brasileira, já que as primeiras pesquisas datam da década de 1950.”

Uma das maiores críticas aos manuais quando se trata das relações étnico-raciais é quanto ao uso das imagens do período escravocrata (MARQUES; ALMEIDA; SILVA; MARQUES, 2018, p. 32) bem como, “a desgastada estereotipação colonial da animalidade indígena e negra”. De maneira semelhante Silva (2015) concluiu em sua pesquisa que “na maioria das ilustrações, os personagens negros foram apresentados de forma grotesca e estereotipada” nos manuais didáticos. Desta maneira, “o racismo, portanto, acomoda-se às novas dinâmicas sociais”, aponta Silva (2015).

Silva e Santos (2018, p. 185) aludem que o estudante se sente pertencente ao que “lê, vê, participa, acolhe e reconhece”. Nesta mesma perspectiva, Silva (2015) salienta que o manual didático é a “fonte de informação mais importante para grande parte dos professores e dos alunos da escola brasileira”. Entretanto, destaca a importância dos didáticos não reproduzirem estereótipos ou discursos racistas. Está aí a urgência de se representar respeitosamente todas as diferenças. Silva e Santos (2018) argumentam que uma criança deixa de valorizar suas raízes quando não recebeu uma história positiva de seus antepassados.

Analisamos os manuais propostos para as turmas do segundo ao quinto ano do ensino fundamental, com idades variantes entre seis e doze anos ou mais. Todos os livros são interdisciplinares, da Coleção Vem Voar e contemplam as disciplinas de Geografia, História e Ciências, no mesmo exemplar. Os livros didáticos foram aprovados e estão inseridos dentro do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Seu uso ocorrerá entre 2019-2022.

Com o olhar crítico para encontrar possíveis inferiorizações percebemos que a Capoeira é assunto discutido na coleção do segundo ano com superficialidade no livro das crianças. Já no Manual do professor ou da professora há uma variedade de assuntos e pontos que enobrecem e fortalecem as discussões. Se estas informações integrassem o livro da criança, o manual discente teria maior profundidade nas discussões, fuga da mesmice e alcance mais amplo por conta do contato com as famílias, eliminando assim, a possibilidade de discussão, apenas, se o/a docente decidisse.

Nas páginas 28 e 29, (como apresentado abaixo), o livro visibiliza a importância da discussão cultural quando apresenta a luta de capoeira como manifestação cultural e apresenta a luta dos/as africanos/as escravizados/as e a capoeira. Todavia, na problematização, que se dá nas atividades propostas a questão inicial se direciona ao bem estar corporal, frustrando as expectativas de um debate que contemple as relações étnico-raciais e a educação antirracista.

FIGURA 1: Páginas reduzidas do livro didático



Fonte: Coleção “Vem Voar Interdisciplinar”, 2º ano, páginas 28 e 29.

A expressão presente na primeira questão sobre a Capoeira parece direcionar o assunto para outras paragens, distanciando-se da real importância cultural da prática. A palavra resistência até aparece no livro, mas dialoga com o senso comum quando fica apenas no vocábulo, sem aprofundar o sentido do que ela seria no contexto de criação da Capoeira e nos contextos atuais. Por exemplo: numa roda de capoeira, tanto antes como agora se entoam cantos populares e gestos, uma movimentação muito própria que simbolizam uma luta de libertação, o grito por existência digna; fazem-se acordos corporais, posicionam-se todos em roda, que já é um formato democrático por excelência, clama-se por igualdade.

Quando uma roda acontece hoje, ela é um lembrete de uma cultura, um eco dos direitos roubados de outrora, que continuam a ser violados nos dias atuais. Ela é um chamado para todos que entendam sua essência. Ela é arte, momento de acrobacia, de relação interpessoal, de esperteza e maestria, mas também de apoio de uns com os outros. Ela é brincadeira, que combina música, dança, malemolência e técnica. Ela é pra todos, mulheres, crianças, homens; você pode entrar e sair quando quiser, mas não sem antes participar, no seu nível, do seu jeito,



evoluindo sempre. Ela é uma aula, com toda a complexidade que lhe é inerente, mas também simples, acessível a todos. Tudo isso se perde, numa pergunta rasa como a que fala de bem estar corporal, afinal, Capoeira é vida, mas vem de vidas sofridas, que foram extirpadas violentamente, mesmo assim sobreviveu e conta sua história todos os dias em rodas no Brasil e no mundo.

Num paralelo entre o material escrito no exemplar docente e o que Corrêa (2018) pontua podemos compreender assuntos científicos semelhantes. O livro e a autora enfatizam que a Capoeira é uma filosofia de vida. O termo foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em seu dossiê, e que era uma “dança” desejosa por liberdade da escravidão intensa no Brasil Colônia.

Já o estudo de Corrêa (2018) explica que a capoeira era uma arma corporal que acontecia no oculto para resistir e superar a opressão. Na ânsia da fuga dos castigos bárbaros que eram submetidos, às pessoas que eram escravizadas iam para a capoeira e armavam ciladas para os capitães do mato. Como não tinham armas de fogo, criaram a luta como resistência. O nome surgiu porque nos momentos de busca das pessoas que eram escravizadas, os capitães do mato alertavam uns aos outros para terem cuidado com “os negros da capoeira”. (CORREA, 2018, p.41).

Nos manuais, algumas ilustrações configuram as realidades e diversidades brasileiras. Abordam a vida nas cidades do Brasil. Além de representar as desigualdades sociais, o capítulo discute as culturas brasileiras e algumas comemorações. A imagem é usada para retratar sobre a comemoração de aniversário, porém, a própria imagem desmistifica estigmas construídos na imaginação social. Ela mostra a vivência das pessoas indígenas nas cidades.

**Figura 2:** Crianças indígenas em festa de aniversário



**Fonte:** Coleção Vem Voar Interdisciplinar, 3º ano, p.43

Neste mesmo pensamento, é nítida a lembrança de uma das aulas de História que ministrei numa turma de 2º ano do ensino fundamental. Nela, o assunto discutido era as diferenças culturais. O planejamento pedia a exibição de imagens e histórias das culturas indígenas. Uma criança de aproximadamente sete anos, ao se deparar com a imagem de uma pessoa indígena, exposta numa tela ampla, e ouvir atentamente a fala questionou com “olhar surpreso” se os indígenas *realmente* existiram. Este questionamento traz ainda muitas inquietações no sentido da ausência destas pessoas no currículo e no espaço escolar. Daí a relevância do cumprimento das leis 10639/2003 e 11645/2008.

A publicação do livro rompe com paradigmas ao destacar a imagem acima, onde os indígenas comemoram um aniversário, porém, não fazem da mesma maneira quando, apenas, citam profissões exercidas por indígenas nas áreas da saúde e educação (Vem Voar Interdisciplinar, 3º. Ano, p. 36), sem apresentar as imagens. O impacto para as desconstruções sociais seria mais amplo se mostrassem por exemplo a fotografia do indígena médico, da indígena médica, ou exercendo a docência.

No mesmo capítulo, há destaque em fotografia para a Aldeia urbana Marçal de Souza, onde mais de 170 famílias residem. A aldeia está inserida dentro da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Há ainda uma discussão sobre os costumes indígenas que são mantidos mesmo dentro das cidades.

No primeiro capítulo da Coleção para o 4º ano do ensino fundamental percebe-se que há um paralelo entre os assuntos discutidos (p.10). Retratam como numa linha do tempo bem superficial, a chegada dos portugueses aos Brasil, os costumes de ambos. Logo, anunciam as viagens em alto mar e unem com conhecimentos sobre pontos cardeais. Na página 24, o assunto discutido, dentro do mesmo capítulo é a colonização dos povos indígenas que existiam aqui. Prosseguindo, vão retratar com fatos reais o processo de embarque até a chegada ao Brasil das pessoas que seriam escravizadas. Compartilham que pelo menos quatro milhões de homens, mulheres e crianças foram trazidos à força e vendidos/as para suprir as necessidades de lucro e a visão da construção de um país bem sucedido.

Contudo, a posteridade deste povo, hoje, precisa ainda exigir direito de igualdade e enfrentar cotidianos desumanos e desiguais. Neste capítulo apresentam que “as pessoas que seriam escravizadas vieram à força” ao Brasil, sem sublinhar a crueldade desses processos, ilustrar de maneira mais crítica e reflexiva a história de abuso e violência sofrida pelo povo negro.

No livro do 4º ano do ensino fundamental há ainda a discussão de que os/as negros/as tinham suas profissões em seu lugar de origem, na África. Lá “eram ferreiros, agricultores, carpinteiros, possuíam conhecimentos de fundição de metais, de mineração e de agricultura, entre outros.” (Vem Voar, 4º ano, p. 78). Outra questão que merece amplo destaque e que o livro não contempla é o avanço às questões da época como sublinhamos abaixo:

O saber médico, sanitário, os cálculos matemáticos e o universo astronômico eram em graus diferenciados parte daquele continente. A medicina egípcia, por exemplo, tinha seu conhecimento a partir dos experimentos e estudos voltados para o interior do organismo humano, elaborado em função da prática da mumificação, do embalsamento do corpo dos faraós e de pessoas influentes desta sociedade. Deste modo se a medicina tem um pai, este, é o cientista clínico egípcio Imhotep, que acerca de 3.000 anos antes de Cristo já aplicava os conhecimentos médicos e de cirurgia. [...] O conhecimento médico [...] na região que hoje compreende Uganda, país da África Central, encontramos o saber antigo dos Banyoro que já faziam a cirurgia de cesariana antes do ano de 1879 [...] também, detinham há séculos atrás o conhecimento acerca da vacinação e da Farmacologia... (ANÁLISE HISTÓRICA, FILOSÓFICA, POLÍTICA E ECONÔMICA DO POVO NEGRO, 2018, pp.7/8)

No mesmo percurso de desconstrução sistêmica de pensamentos socialmente construídos sem análise, Roza *apud* Xavier (2013) trazem que a necessidade de:

[...] trabalhar com o período pós-abolição em sala de aula é importante [para] estimular os alunos a refletirem algo que pode parecer, mas não é óbvio: descendentes de escravos foram sujeitos múltiplos, com visões de mundo e interesses pessoais diversos, que convergiram na formação de várias formas de mobilização no mundo livre. (ROZA APUD XAVIER, 2013, p. 20).

Este processo pode ser denominado como resistência, com desconstrução da supremacia racial. Retomando o livro, ao retratar a abolição da escravatura denotam o movimento realizado por escravizados, unidos a estudantes, jornalistas, advogados, militares e outros para finalizar o processo doloroso e cruel que durou trezentos e cinquenta anos: a escravização.

Enfatizam as leis: Eusébio de Queirós, do Ventre Livre, dos sexagenários e a lei Áurea. Dentro das leis citadas, destacamos a Lei Áurea. Ela foi importante para o início do processo de libertação da escravização, entretanto, a descrição da mesma poderia ser mais substancial, sem superficialidade e com acréscimo de políticas públicas favoráveis aos ex-escravizados. Essa medida teria influenciado a vida e a descendência destas pessoas. A Lei Áurea foi uma das menores leis escritas: “Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.” (BRASIL, 1888).

Para uma efetivação sem dívida histórica poderiam ser dispostos outros artigos, por exemplo, direcionando direitos e emancipações para este povo com abarcamento das questões econômicas, psicológicas e sociais. Percebe-se pela escrita a contrariedade para a libertação da escravização.

Zumbi dos Palmares, considerado o ícone da resistência negra também surge no livro para enaltecer a história das pessoas escravizadas. Na figura 3 (abaixo) houve essa boa referência da coleção, mas mais informações sobre Zumbi poderiam ser trazidas para as folhas do manual. Por exemplo, Zumbi dos Palmares é considerado o maior símbolo de “resistência e coragem” pelos movimentos negros brasileiros e especialistas nas relações étnico-raciais. Ele morreu no dia 20 de novembro de 1695 lutando pela própria liberdade e a liberdade de um povo. O dia da consciência negra, comemorado no Brasil é feriado em alguns estados e capitais. A data é lembrada como a morte de Zumbi. Este acontecimento é um ato de resistência. Primeiro, porque houve a recusa de celebrar a liberdade de escravização no dia 13 de maio, como era comemorado anteriormente e depois porque Zumbi morreu num embate por liberdade e contra a opressão violenta. Segundo Albuquerque destaca “aquele que ama a liberdade a ponto de morrer por ela, nunca foi verdadeiramente um escravo.” (ALBUQUERQUE, 1978, p. 80).

**Figura 3:** Zumbi dos Palmares



**Fonte:** Coleção Vem Voar, 4º ano, p.136

Munanga e Gomes (2006, p. 130-132) elevam a importância das crianças aprenderem também a história de personagens negros no sentido de que “cresçam com uma imagem muito mais positiva de si mesma e dos seus ancestrais”. A construção dessa imagem positiva é

importante para toda a humanidade, pois poderá nos ajudar a compreender, aceitar, reconhecer e respeitar as diferenças. Ela pode ser feita em muitos momentos, e pensando nas crianças, por meio da escola, por meio de propostas didáticas que pensam a diversidade, e ainda com livros didáticos e referências que valorizem diferentes culturas e que combatam até a última instância o racismo, fortalecendo o respeito pelo outro.

#### 4. COMPREENSÃO DAS ANÁLISES DOS LIVROS DIDÁTICOS OBSERVADOS

Nosso intuito também foi ver como se dá, e se ocorre o cumprimento da lei 10639/2003. Ela determina o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas. Cinco anos depois, em 2008, com a aprovação da Lei 11645, a cultura indígena também tornou-se obrigatória nos currículos escolares. Desta forma, a sociedade brasileira pode compreender a formação da população - também- a partir desses dois grupos étnicos: negros e indígenas. As duas leis são antirracistas e contribuem para desconstruir a hierarquia racial numa perspectiva histórica e atual.

Almeida (2019) afirma que o racismo é uma prática cotidiana que deve ser tratada como desigualdade racial. No mesmo sentido Roza (2017) considera que o racismo é uma prática construída e que pode e deve ser ressignificada.

Assim, consideramos a relevância de espaços abertos para discussões a partir de práticas antirracistas. Seguindo outra direção, “as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de micro agressões – piadas, silenciamentos, isolamento [...]” (ALMEIDA, 2019, p.37). Assim, pontuamos a importância dos manuais didáticos ampliarem suas visões raciais, sociais, de gênero, dentre outras. De outra forma vão perpetuar a conclusão da pesquisa de Silva (2015) quando ele afirma que “a hipótese desenvolvida foi que o livro didático continua produzindo e veiculando um discurso racista, adaptado aos tempos atuais, não obstante a intensa mobilização social observada.” (p.15).

Ao analisar os manuais, a lei 10639/2003 poderia ser aplicada com mais propriedade sobre os assuntos científicos discutidos. Os assuntos são diversificados e possuem propriedades riquíssimas. Ressaltamos que os espaços escolares são primordiais para discutir e refletir a luta, a resistência e a História do Brasil contada sem invisibilizar as pessoas negras, indígenas ou outras minorias nesse processo de construção histórica. A influência de se trabalhar com a diversidade cultural nos livros didáticos e no cotidiano, além de cumprir as leis

10639/2003 e 11645/2008, ainda remete ao respeito que as pessoas dispensam umas às outras. Silva e Santos (2018) versam que quando são reconhecidas as pessoas negras e não negras despertam para a literatura e liberam o respeito aos povos e culturas.

A importância desta discussão ocorre no sentido da inflexão. Podemos citar diversas delas. Del Priory (2016) lembra em seu livro os horrores que as crianças eram submetidas no século XII. Muitas eram estupradas, escravizadas, morriam com doenças contagiosas ou de fome. A expectativa de vida delas era até os doze anos. Durante este período histórico até a atualidade, as crianças têm direitos garantidos. A maioria é cuidada, e quando isto não ocorre há denúncias aos órgãos competentes.

Os debates e estudos sobre o Holocausto na Alemanha e a Escravização no Brasil e até no mundo também são questões que carregam interrogações quanto as suas concretizações por conta de silenciamentos propositais. Eles devem proporcionar resistência e emancipação como sugere Adorno (1995). No intuito de reparar ou exercer o papel da justiça, houve ações de autoridades e condenações para alguns acusados do Holocausto.

Quanto à Escravidão Brasileira foram efetivadas algumas reparações históricas e execução de leis com a cobrança e resistência dos movimentos sociais. As Políticas Públicas não podem se exaurir. Estamos construindo a consciência da igualdade de direitos efetiva. No futuro, a História irá contar as barbáries que ainda se presenciam e a população se perguntará como isto ocorreu, além de demonstrar indignação.

Estes serão fatos históricos, teorias contadas para que não se repitam, pois acreditamos na transformação para uma sociedade que pensa com coerência, sem autoritarismo e que não tolera falas e atos permissivos ao racismo, ao preconceito, à intolerância, à violência contra as mulheres, contra classes sociais, contra crianças. Uma sociedade que não tolera a morte violenta. Ansiamos por uma educação para emancipação e resistência. Para isto, nos pautamos em Theodor Adorno. O frankfurtiano diz que “pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. A educação para a experiência é idêntica à educação para emancipação” (ADORNO, 1995, p. 151).

É fundamental reforçar que este é o tempo de recontar a História das pessoas negras através de uma escrita de liberdade e verdades que enaltecem o humano. Essa é uma das resenhas da lei 10.639/2003 que alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Protagonistas nesse processo são os professores, professoras e toda a equipe escolar. Outro determinante é a formação inicial e continuada ampliada e que abarca a

desconstrução, reconstrução e nova construção de uma visão e percepção da verdadeira História do Brasil sem estigmas.

Na atualidade, o livro didático acompanha as turmas escolares desde o início da formação acadêmica. Por isso, construir o empoderamento contra o racismo a partir da infância e fortalecer as atitudes de percepção e denúncia é fundamental nestes manuais.

Em meados de 2017, uma funcionária pública denunciou imagens de racismo contidas no livro didático do filho de três anos de idade. A primeira reclamação surgiu da própria criança. Em síntese e como reparação pelo dano a editora se posicionou e afirmou que repudiava a intolerância e o preconceito. Além disso, a editora elaborou o livro “Solta os cabelos, Maria”, direcionado para crianças pequenas e o distribuiu gratuitamente em algumas escolas como forma de reparar a violência denunciada pela criança e pela mãe aos órgãos competentes. Este é um exemplo contundente de que precisamos de mobilização, ações de resistência que denunciaram, criticam, repudiam, reconhecem a persistência do racismo estrutural naturalizado. O livro didático deve ser um agente de formação cultural, deve priorizar aspectos de desconstrução de ações que há muito tempo vêm cristalizando um jeito estereotipado de ver as situações, deve ser um instrumento de mudança, de pesquisa para professores e professoras, sem fechar todas as possibilidades de discussão de assuntos tão importantes, mas indicando caminhos de emancipação e combate às injustiças como o racismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de rompimento dos discursos racistas, de ódio, que inferiorizam e desvalorizam a pessoa, em especial as negras, que é nosso objeto de estudo, são necessárias, em todo tempo. Se o olhar da supremacia racial fosse mito, as políticas públicas e os movimentos sociais não teriam viabilizado metas de combate aos mesmos e estas, não teriam aprovação.

Nosso propósito de análise dos livros foi dentre outros entender se o racismo está inserido nos livros didáticos, o cumprimento da lei 10639/2003 e o porquê dessa percepção ser fundamental. A importância das crianças se verem e serem vistas de forma positiva, com consciência da relevância dos/as negros/as na construção da História do Brasil, sem estereótipos, produz a emancipação, o empoderamento, a resistência, o encorajamento, a argumentação e as desconstruções das visões de subalternidade. Na modernidade, o

desenvolvimento destas ações que parecem simples ou sem importância podem evitar crimes e salvar vidas.

O manual é aliado neste processo de reconstrução ou perpetuação porque está inserido no cotidiano das crianças. Ele norteia conteúdos e direciona a práxis docente. E por ter esse lugar de destaque é que a “normalização” das humilhações ou superficialidades de assuntos são contrariadas, indagadas e expostas. Percebemos, além disso, que a prática e o discurso docentes podem complementar, diminuir, consolidar ou eliminar os discursos racistas. Assim, consideramos que a lei 10639/2003 não é cumprida em sua totalidade, contudo, os avanços e conquistas significativas não podem ser esquecidos. Outra hipótese é semelhante a de Silva (2015) é de que o livro didático, em geral, continua trazendo o discurso racista, contudo, adaptado aos tempos atuais. Esse assunto é nítido quando temas importantes e que desconstroem o estereotipado imaginário social são tratados na superficialidade e na mesmice.

Para uma penetração nestes temas, a docência está presente. Aí, surge mais uma vez a importância da formação inicial e continuada contemplar o assunto, além de condições físicas, psicológicas e econômicas serem oferecidas aos professores e às professoras, pois quando conhecemos a verdade, a transformação é efetivada.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. Theodor W. Estudos sobre a personalidade autoritária/ Theodor W. Adorno; organizado por Virginia Helena Ferreira da Costa; traduzido por Virginia Helena Ferreira da Costa; Francisco López Toledo Côrrea, Carlos Henrique Pissardo. Apresentação à edição brasileira e resumo de *The Authoritarian Personality* por Virginia Helena Ferreira da Costa – São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ALBUQUERQUE, Leda Maria de. **Zumbi dos Palmares**. 2. d. São Paulo: IBASA, 1978.  
COSER, Stelamaris: Imaginando Palmares: a obra de Gayl Jones. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 629-644, set-dez. 2005.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

BRASIL, Lei no 3.353 de maio de 1888 (Lei Áurea). Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm). Acesso em: 29 abril 2021.

CHADE, Jamil. UOL. **Derrubada de estatuas acelera debate sobre como descolonizar o presente** Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil->



chade/2020/06/12/derrubada-de-estatuas-acelera-debate-sobre-como-descolonizar-o-presente.htm?cmpid> Acesso em 06 de julho à 00h46.

CORRÊA, Joseane Pinho **A arte de ensinar a capoeira, na roda e na vida**: Pedagogia da Capoeiragem de Norival Moreira de Oliveira – Mestre Nô. Florianópolis, 2018.

CORRÊA, Lajara Janaina Lopes. **Um Estudo sobre as Relações Étnico-raciais na Perspectiva das Crianças Pequenas**. São Carlos, 2017. 183f. Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 2017.

CRUZ, Leocardia Cristina Reginaldo da. **Análise de experiência de rodas de conversa sobre educação das relações étnico-raciais por meio da percepção de alunos do ensino fundamental I**. 2018. 143f. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP.

DIAS, Lucimar Rosa; **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo**. Revista Brasileira de Educação. Set/dez. 2012, vol. 17, n. 51, p. 661-674.

DIAS, Helena. Livro resultado de denúncia contra racismo no MPPE será lançado na próxima sexta. Marco Zero Conteúdo. Disponível em: < <https://marcozero.org/livro-resultado-de-acao-contra-racismo-no-mppe-sera-lancado-na-proxima-sexta/>>. Acesso em 10/11/2020, as 11h05.

MARQUES, et al. **Caminhos para a descolonização do currículo escolar**. Eugenia Portela de Siqueira Marques, Marta Coelho Castro Troquez (Organizadoras). 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018, pp. 19-41.

MARQUES, Heitor Romero Marques [et al.]. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 3. Ed.rev. – Campo Grande: UCDB, 2008

MUNANGA, Kabengele. **A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças**. Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política. v.4, n.1, Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural, jul., p. 34-45, 2014.

\_\_\_\_\_ ; GOMES, Nilma L. **O negro no Brasil de hoje**. Global, 2006.

OLIVEIRA, Sidney de Paula. **O estatuto da Igualdade Racial**. São Paulo: Selo Negro, 2013.

RIBEIRO, Djamila. Online. **Pequeno Manual Antirracista**.pdf. Disponível em<[https://drive.google.com/file/d/1KeQ8yYACon5n0-rwBF5nM31soE4GF1dO/view?fbclid=IwAR2FrVYSij6O072NR6WpmOM7Aof1Jqqxd\\_vO2tg7e0I0o5NO2JvtAkeu3JU](https://drive.google.com/file/d/1KeQ8yYACon5n0-rwBF5nM31soE4GF1dO/view?fbclid=IwAR2FrVYSij6O072NR6WpmOM7Aof1Jqqxd_vO2tg7e0I0o5NO2JvtAkeu3JU)>. Acesso em 09/07/2020, as 22h54.

SANTIAGO, Flávio. **Gritos sem palavras: resistências das crianças pequenininhas negras frente ao racismo**. educ. rev. [online]. 2015, vol.31, n.2, pp.129-153.

SANTOS, Marcio André. **Preto, Pardo, Negro, afrodescendente: as muitas faces da negritude brasileira**. Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres / [organização Ana Paula Brandão]. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. (p. 27-36).

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo nos livros didáticos: estudos sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

SILVA, Eliane; SANTOS, Marcela Ernesto dos. **Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a descolonização do currículo escolar**. Eugenia Portela de Siqueira Marques, Marta Coelho Castro Troquez (Organizadoras). 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018, pp. 183-200.

SILVA, Daniel Neves. "**Zumbi dos Palmares**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/zumbi.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2020

SOARES, Marília Carvalho. **Negras (In) Confidências: Bullying, não. Isto é racismo. Mulheres Negras contribuindo para as reflexões sobre a Lei 10639/2003/ Organizadoras: Benilda Brito e Valdecir Nascimento**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013, p. 128.



www.editorapublicar.com.br  
contato@editorapublicar.com.br  
@epublicar  
facebook.com.br/epublicar

# História:

Diálogos da realidade e percursos de debate

Diogo Luiz Lima Augusto  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
Organizadores



**2021**

www.editorapublicar.com.br  
contato@editorapublicar.com.br  
@epublicar  
facebook.com.br/epublicar

# História:

Diálogos da realidade e percursos de debate

Diogo Luiz Lima Augusto  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
Organizadores



**2021**